



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – IHD
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL – SER
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL – PPGPS

AVELINA ALVES LIMA NETA

PERCEPÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

BRASÍLIA

2024

AVELINA ALVES LIMA NETA

PERCEPÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS do Departamento de Serviço Social – SER da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Política Social.

Área de concentração: Política Social, Estado e Sociedade.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Angela Vieira Neves

BRASÍLIA

2024

Ficha catalográfica elaborada automaticamente,
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

AL732p Alves Lima Neta, Avelina
Percepção social da desigualdade de renda no Brasil /
Avelina Alves Lima Neta; orientador Angela Vieira Neves. --
Brasília, 2024.
214 p.

Tese(Doutorado em Política Social) -- Universidade de
Brasília, 2024.

1. Desigualdade de renda. 2. Percepção social. 3. Brasil.
I. Vieira Neves, Angela , orient. II. Título.

AVELINA ALVES LIMA NETA

PERCEPÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL

Tese de doutorado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Política Social – PPGPS do Departamento de Serviço Social – SER da Universidade de Brasília – UnB, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Política Social.

Aprovada em 19/12/2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Angela Vieira Neves (Orientadora)
Universidade de Brasília (SER/UnB)

Prof. Dr. Ian Prates Cordeiro Andrade
(Examinador externo - CEBRAP/ Instituto Anker)

Prof. Dr. Luis Robles Reygadas Gil
(Examinador externo DA/UAM)

Prof. Dr. Roberto Goulart Menezes
(Examinador titular interno IREL/UnB)

Prof.^a Dr.^a Thaís Kristoch Imperatori
(Examinadora suplente interna (SER/UnB))

AGRADECIMENTOS

Uma pesquisa nunca é individual. Apesar de ter autor/a, ela sempre parte de indagações, curiosidades, aprendizados, convivências, experiências e discussões coletivas, por isso, agradeço:

Aos acasos, fortúnios e oportunidades da vida; a Deus ou a qualquer força espiritual existente que, de algum modo e por alguma razão ou casualidade, me fizeram chegar até aqui;

Aos meus pais, que, mesmo com uma escassa instrução formal e diante de todas as dificuldades de uma família sem muitos recursos, desde cedo me colocaram na escola, em um contínuo esforço para me proporcionar oportunidades educacionais que eles não tiveram;

Aos meus familiares, sobretudo meus irmãos e sobrinhos, por, mesmo distantes, reabastecerem minhas energias nos momentos de convivência;

A todos os meus amigos e amigas, companheiros e companheiras de vida, pela convivência, pela partilha, pelos momentos de lazer, de suporte e também pelo apoio emocional incondicional. Vocês são parte, direta ou indiretamente, dos frutos deste trabalho;

À minha orientadora Angela Vieira Neves, pelo apoio irrestrito e pela compreensão nos momentos mais difíceis dessa longa trajetória; pela disponibilidade e pelo zelo profissional em lidar com seus orientandos, mas também pela flexibilidade nos prazos, na mudança de tema e por toda a parceria ao longo da pós-graduação desde o mestrado até aqui;

Aos colegas estatísticos Kary Desiree Santos Mercedes e Jonathan Patricio Baldera, que tiveram uma contribuição fundamental no tratamento dos dados desta pesquisa, sem os quais ela não seria possível;

Aos colegas do Grupo de Estudo e Pesquisa em Democracia, Sociedade Civil e Serviço Social (GEPEDSS), pela amizade, pelo aprendizado coletivo, pelo apoio e pelas trocas, tanto nos momentos formais quanto informais;

À Banca Examinadora, por contribuir para a construção desta pesquisa quando ainda era apenas uma ideia. Ao Ian Prates, pelas trocas, dicas e sugestões metodológicas; ao professor Roberto Goulart, por ter me despertado o interesse pelo tema e pelas sugestões de leitura; ao professor Reygadas, pela inspiração teórica e por todo o apoio durante minha estadia de pesquisa no México; à professora Thaís Kristoch Imperatori, pelas sugestões de leituras e pelas palavras de apoio nos momentos de desânimo.

À Universidade de Brasília (UnB), por permitir o acesso dos alunos a disciplinas de outros programas de pós-graduação, ampliando nosso leque de aprendizado e perspectivas;

Ao Programa de Pós-graduação em Política Social; aos professores e colegas de turma, pelas leituras, discussões e aprendizado; e à Domingas pela disposição e suporte;

À *Universidad Autónoma Metropolitana, Unidad Iztapalapa (UAM-I)*, do México, especialmente ao *Programa de Movilidad* da instituição, por me admitir para uma estância de pesquisa no semestre de Primavera de 2023 (23-P), que foi essencial para a construção desta tese;

Ao *Posgrado en Ciencias Antropológicas* do *Departamento de Antropología* vinculado à *División de Ciencias Sociales y Humanidades* da *Universidad Autónoma Metropolitana*, pela receptividade e pelo tratamento solícito, humano e acolhedor;

Ao professor Reygadas, novamente, por prontamente ter aceito me receber para a estância de pesquisa, pela disponibilidade, supervisão e toda a assistência necessária durante o período de estadia na UAM; à professora Rocío Gil, pela gentileza em possibilitar minha participação na disciplina de *Economía Política del Racismo*; e aos colegas de turma com os quais convivi e aprendi durante esse período no México;

À Secretaria de Regime Geral de Previdência Social, do Ministério da Previdência Social, pela concessão do afastamento necessário para a conclusão deste doutorado;

À Coordenação-Geral de Legislação e Normas do Departamento de Regime Geral de Previdência Social, em nome da Lucyana Rios Monteiro Barbosa Souza, e aos demais colegas de trabalho que fizeram e/ou fazem parte dessa coordenação, com os quais aprendo todos os dias e compartilho a sublime e árdua tarefa de construir políticas públicas em um país tão desigual;

A todos que contribuíram de algum modo para a consecução deste trabalho, seja com sugestão de leituras, auxílio na busca de dados, empréstimo de livros, discussões sobre o tema etc.;

Por fim, a todos aqueles que lutaram e ainda continuam lutando por uma educação estatal, pública, gratuita e de qualidade nesse país, sem a qual eu não teria chegado até aqui.

RESUMO

A desigualdade brasileira é fato constatado em inúmeros estudos. O país é um dos mais desiguais do mundo em todas as suas dimensões, com uma concentração de renda e riqueza acentuada e persistente ao longo da sua história. Dado que toda desigualdade econômica é também política, existem diversos mecanismos que mantêm e justificam seus níveis. Um deles é a forma como as pessoas enxergam essa desigualdade. A percepção social pode ser moldada por diversos elementos materiais da realidade, mas também por aspectos culturais, simbólicos, contextuais e ideológicos. A forma como as pessoas enxergam a desigualdade que as cerca pode influenciar no apoio a medidas para sua manutenção, redução ou extinção. Na história recente, o Brasil passou por importantes transformações sociais, políticas e econômicas, que levaram a uma variação em seus níveis de desigualdade de renda. Por essa razão, esta pesquisa buscou compreender de que forma a sociedade percebe esse tipo de desigualdade, no período de 1997 a 2020, e que elementos conformam essa percepção. Partiu-se do pressuposto de que a percepção social da desigualdade de renda no Brasil, ao longo do tempo, é influenciada não apenas pelas variações objetivas dessa desigualdade, mas também por fatores contextuais, políticos e ideológicos. Para tanto, foi feita uma pesquisa de natureza quantitativa, na qual foi realizada uma análise descritiva dos dados secundários do Latinobarômetro e outra abordagem explicativa da correlação entre a desigualdade de renda objetiva e a percepção subjetiva dessa desigualdade. Além disso, foram construídos modelos multiníveis lineares para analisar as variáveis selecionadas em vários níveis de agregação. Em todas as interpretações, buscou-se fazer uma análise histórico-dialética, contextualizando os dados em sua conjuntura social, econômica e política. Assim, conclui-se que o comportamento da percepção da desigualdade de renda no Brasil é determinado parcialmente pelas variações no nível objetivo dessa desigualdade ao longo da série histórica analisada. No entanto, os dados mostraram que há uma correspondência muito significativa em uma análise a nível regional, isto é, mudanças nos níveis objetivos da distribuição de renda, por região geográfica, influenciam substancialmente a percepção que as pessoas têm sobre esse tipo de desigualdade. Ademais, fatores sociodemográficos, como: a idade, o nível educacional e o estado civil, interferem na percepção social sobre a desigualdade de renda, assim como o fato de não possuir uma religião e a região de residência das pessoas. De outro modo, os aspectos socioeconômicos, políticos, culturais e ideológicos também podem influir na percepção de diferentes grupos sociais.

Palavras-chave: Desigualdade de renda; Percepção social; Brasil.

ABSTRACT

Brazilian inequality is a well-documented fact in numerous studies. The country is one of the most unequal in the world in all its dimensions, with a highly concentrated and persistent distribution of income and wealth throughout its history. Given that all economic inequality is also political, various mechanisms sustain and justify its levels. One such mechanism is how people perceive this inequality. Social perception can be shaped by various material aspects of reality, but also by cultural, symbolic, contextual, and ideological factors. The way individuals perceive the inequality surrounding them can influence their support for measures aimed at maintaining, reducing, or eliminating it. In recent history, Brazil has undergone significant social, political, and economic transformations that have led to variations in income inequality levels. For this reason, this research aimed to understand how society perceives this type of inequality between 1997 and 2020, as well as the elements shaping this perception. The study was based on the premise that the social perception of income inequality in Brazil over time is influenced not only by objective variations in inequality but also by contextual, political, and ideological factors. To achieve this, a quantitative study was conducted, involving a descriptive analysis of secondary data from Latinobarómetro and an explanatory approach examining the correlation between objective income inequality and subjective perceptions of this inequality. Furthermore, linear multilevel models were developed to analyze selected variables at multiple levels of aggregation. In all interpretations, a historical-dialectical analysis was conducted, contextualizing the data within its social, economic, and political framework. The findings indicate that the perception of income inequality in Brazil is partially determined by variations in its objective levels over the historical period analyzed. However, the data revealed a significant correspondence at the regional level, meaning that changes in objective income distribution levels by geographic region substantially influence how people perceive this type of inequality. Moreover, sociodemographic factors – such as age, educational level, and marital status – affect social perceptions of income inequality, as does the absence of religious affiliation and the region of residence. Additionally, socioeconomic, political, cultural, and ideological factors may also shape the perception of different social groups.

Keywords: Income inequality; Social perception; Brazil.

RESUMEN

La desigualdad en Brasil es un hecho ampliamente documentado en numerosos estudios. El país se encuentra entre los más desiguales del mundo en todas sus dimensiones, con una concentración de ingresos y riqueza marcada y persistente a lo largo de su historia. Dado que toda desigualdad económica es también política, existen diversos mecanismos que la mantienen y justifican. Uno de ellos es la forma en que las personas perciben esta desigualdad. La percepción social puede estar moldeada por diversos elementos materiales de la realidad, pero también por factores culturales, simbólicos, contextuales e ideológicos. La manera en que las personas perciben la desigualdad que las rodea puede influir en su apoyo a medidas para su mantenimiento, reducción o eliminación. En la historia reciente, Brasil ha experimentado importantes transformaciones sociales, políticas y económicas que han provocado variaciones en los niveles de desigualdad de ingresos. Por esta razón, esta investigación buscó comprender cómo la sociedad percibe este tipo de desigualdad entre 1997 y 2020, así como los elementos que configuran dicha percepción. Se partió del supuesto de que la percepción social de la desigualdad de ingresos en Brasil, a lo largo del tiempo, no solo está influenciada por variaciones objetivas en dicha desigualdad, sino también por factores contextuales, políticos e ideológicos. Para ello, se llevó a cabo una investigación de naturaleza cuantitativa, en la que se realizó un análisis descriptivo de los datos secundarios del Latinobarómetro, además de un enfoque explicativo de la correlación entre la desigualdad de ingresos objetiva y la percepción subjetiva de esta desigualdad. Asimismo, se construyeron modelos multinivel lineales para analizar las variables seleccionadas en diferentes niveles de agregación. En todas las interpretaciones, se buscó aplicar un análisis histórico-dialéctico, contextualizando los datos en su marco social, económico y político. Los resultados indican que la percepción de la desigualdad de ingresos en Brasil está determinada parcialmente por las variaciones en sus niveles objetivos a lo largo del período analizado. No obstante, los datos evidenciaron una correspondencia significativa a nivel regional, es decir, los cambios en los niveles objetivos de distribución del ingreso, según la región geográfica, influyen sustancialmente en la percepción de las personas sobre este tipo de desigualdad. Además, factores sociodemográficos – como la edad, el nivel educativo y el estado civil – inciden en la percepción social de la desigualdad de ingresos, al igual que la falta de afiliación religiosa y la región de residencia. Por otro lado, los aspectos socioeconómicos, políticos, culturales e ideológicos también pueden influir en la percepción de diferentes grupos sociales.

Palabras clave: Desigualdad de ingresos; Percepción social; Brasil.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ADI – Ação direta de inconstitucionalidade
- ADPF – Arguição de descumprimento de preceito fundamental
- BM – Banco Mundial
- BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
- BPC – Benefício de Prestação Continuada
- CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- CONEVAL – *Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social*
- DIRPF – Declaração do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física
- EC – Emenda Constitucional
- EUA – Estados Unidos da América
- FAPERJ – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro
- FMI – Fundo Monetário Internacional
- HIV – *Human Immunodeficiency Virus*
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICP – *International Comparison Program*
- IDH – Índice de Desenvolvimento Humano
- INEGI – *Instituto Nacional de Estadística y Geografía*
- IPCA – Índice de preços ao consumidor
- IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- IPM-CR – Índice de Pobreza Multidimensional não Monetário com Componente Relativo
- IPM-NM – Índice de Pobreza Multidimensional não Monetário
- IPSOS – *Institut Public de Sondage d'Opinion Secteu*
- ISSP – *International Social Survey Program*
- IUPERJ – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro
- IVM-NM – Índice de Vulnerabilidade Multidimensional não Monetário
- LGBTQIAPN+ – Lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, transgêneros ou travestis, queer, intersexuais, assexuais, pansexuais, não-binários e outros
- LITS – *Life in Transition Survey*
- MERCOSUL – Mercado Comum do Sul
- MEI – Microempreendedor Individual
- MPL – Movimento Passe Livre
- MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

ODS – Objetivos do Desenvolvimento Sustentável
ONGS – Organizações não Governamentais
ONU – Organização das Nações Unidas
OSCIPS – Organizações Sociais de Interesse Público
PEC – Proposta de Emenda à Constituição
PETI – Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIB – Produto Interno Bruto
PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNUD – Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas
POF – Pesquisa de Orçamentos Familiares
PPC – Paridade do Poder de Compra
PPGD – Programa de Pós-Graduação em Política Social
PRN – Partido da Reconstrução Nacional
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira
PT – Partido dos Trabalhadores
STF – Supremo Tribunal Federal
SUS – Sistema Único de Saúde
TSE – Tribunal Superior Eleitoral
UNB – Universidade de Brasília
UNDP – *United Nations Development Programme*
WB – *World Bank*

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Diferença de renda entre os 10% mais ricos e os 50 % mais pobres em todo mundo (2021)

Figura 2 – Curva de Kuznets

Figura 3 – Correlação entre o índice de Gini e a percepção da distribuição de renda

Figura 4 – Associação entre a percepção da distribuição de renda e o coeficiente de Gini, ajustado pelas demais covariáveis adicionadas no modelo

Gráfico 1 – Evolução da inflação anual no Brasil (IPCA 1997-2020)

Gráfico 2 – Evolução da taxa média anual de desocupação no Brasil (1997-2020)

Gráfico 3 – Evolução da taxa de pobreza no Brasil (1997-2020) *

Gráfico 4 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil (1997-2020)

Gráfico 5 – Evolução da desigualdade de renda no Brasil (1997-2020)

Gráfico 6 - Percepção geral da distribuição de renda no Brasil (1997-2020)

Gráfico 7 – Percepção injusta da distribuição de renda no Brasil (1997-2020)

Gráfico 8 – Evolução do coeficiente de Gini no Brasil (1997-2020)

Gráfico 9 – Percepção injusta da distribuição de renda x coeficiente de Gini no Brasil (1997-2020)

Gráfico 10 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo sexo (1)

Gráfico 11 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo sexo (2)

Gráfico 12 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo grupo de idade

Gráfico 13 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo *status* ocupacional

Gráfico 14 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo raça

Gráfico 15 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo religião

Gráfico 16 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo nível socioeconômico

Gráfico 17 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo nível de estudos

Gráfico 18 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo estado civil

Gráfico 19 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo região

LISTA DE TABELAS

- Tabela 1 – Resumo dos estudos empíricos da literatura internacional
- Tabela 2 – Pesquisa Oxfam/Datafolha: principais resultados, vários anos (1)
- Tabela 3 – Pesquisa Oxfam/Datafolha: principais resultados, vários anos (2)
- Tabela 4 – Pesquisa Oxfam/Datafolha: principais resultados, vários anos (3)
- Tabela 5 – Distribuição da amostra realizada por ano e completude da variável dependente
- Tabela 6 – Modelo de associação entre a percepção da distribuição de renda e o coeficiente de Gini
- Tabela 7 – Modelo multivariado de associação entre a percepção da distribuição de renda e o coeficiente de Gini, ajustado pelas demais covariáveis adicionadas no modelo
- Tabela 8 – Percepção geral da distribuição de renda por ano (1997-2020)
- Tabela 9 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo sexo (1997-2020)
- Tabela 10 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo grupo de idade (1997-2020)
- Tabela 11 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo *status* ocupacional (2007-2020)
- Tabela 12 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo raça (2007-2020)
- Tabela 13 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo religião (1997-2020)
- Tabela 14 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo nível socioeconômico (1997-2020)
- Tabela 15 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo nível de estudos (1997-2020)
- Tabela 16 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo estado civil (1997-2018)
- Tabela 17 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo região (2001-2020)

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 DESIGUALDADE: CONCEITO MULTIFACETADO | 22 |
| 1.1 Afinal, o que é desigualdade? | 22 |
| 1.2 Desigualdade e diferença | 28 |
| 1.3 Desigualdade e pobreza | 35 |
| 1.4 Principais correntes teóricas sobre a desigualdade | 43 |
| 1.5 Tipos e formas de reprodução da desigualdade | 56 |
| 1.6 A perspectiva multidimensional da desigualdade..... | 65 |
| 2 DESIGUALDADE NO BRASIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS | 74 |
| 2.1 Redemocratização, Constituição de 1988 e a promessa de um país menos desigual | 74 |
| 2.2 O cenário pós constituinte de inflexões e avanços..... | 78 |
| 2.3 Análise da queda na desigualdade de renda no Brasil na década de 2000 | 92 |
| 3 PERCEPÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE | 103 |
| 3.1 Representações sociais e desigualdade | 103 |
| 3.2 Estudos empíricos internacionais sobre percepção da desigualdade | 112 |
| 3.3 Percepção da desigualdade no Brasil: o que diz a literatura nacional | 122 |
| 4 PERCEPÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA SÉRIE HISTÓRICA DE 1997 A 2020 | 133 |
| 4.1 Procedimentos metodológicos | 134 |
| 4.2 Percepção da desigualdade de renda no Brasil de 1997 a 2020: principais resultados | 141 |
| 4.2.1 Percepção geral da desigualdade de renda no Brasil de 1997 a 2020 | 141 |
| 4.2.2 Relação entre índice de Gini e a percepção da desigualdade de renda | 143 |
| 4.2.3 Percepção da desigualdade de renda no Brasil, por variáveis individuais | 155 |
| 4.2.4 Relação entre percepção da desigualdade de renda e coeficiente de Gini, considerando as variáveis individuais | 174 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS | 182 |
| REFERÊNCIAS | 190 |
| APÊNDICE | |

INTRODUÇÃO

Desigualdade é um tema que sempre está na ordem do dia. Seus diversos tipos acompanham desde os primórdios da história da humanidade. A Organização das Nações Unidas (ONU), em 2015, elegeu, entre as suas 17 metas globais, a redução das desigualdades, estabelecida como o décimo objetivo da *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável* (ONU, 2015). Contudo, os níveis crescentes de desigualdade desafiam as próprias premissas das democracias liberais em um mundo extremamente desigual. No que se refere à desigualdade econômica, segundo dados do Relatório Mundial da Desigualdade de 2022 (Piketty *et al.*, 2022), no ano de 2021, os 10% mais ricos da população mundial possuíam 76% da riqueza e 52% da renda, enquanto a metade mais pobre da população mundial detinha apenas 2% da riqueza e 8,5% da renda, ou seja, as desigualdades globais de riqueza são ainda mais acentuadas do que as desigualdades de renda.

Segundo dados da Oxfam (2022), mesmo durante a recente crise sanitária de Covid-19, com impactos na esfera socioeconômica, houve o maior aumento anual da riqueza de bilionários em todos os continentes. “A pequena elite mundial de 2.755 bilionários viu sua fortuna crescer mais durante a pandemia de Covid-19 do que nos últimos quatorze anos, quatorze anos que foram de bonança para o patrimônio bilionário” (Oxfam, 2022, p. 10). No Brasil, não foi diferente. Ainda segundo relatório da Oxfam, desde o início da declaração oficial do estado de calamidade pública provocado pela pandemia, em março de 2020, o país ganhou 10 novos bilionários e possui 55 bilionários com riqueza total de US\$ 176 bilhões, o equivalente a cerca de R\$ 900 bilhões. No auge da pandemia, em 2021, a renda dos 10% mais ricos foi 62 vezes maior que a dos 10% mais pobres (IBGE, 2022).

E essa realidade não é nova. O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, com uma concentração de renda acentuada e persistente. É um país desigual não apenas economicamente, mas em todas as suas dimensões. Trata-se de um traço que acompanha a história brasileira como um componente estrutural e estruturante do país. A admissão da desigualdade social brasileira provém de um fato constatado, independente da corrente teórica, política ou ideológica de análise. O que muda são as percepções, os fundamentos e as explicações de causa e efeito, bem como as perspectivas para sua manutenção ou enfrentamento. É fato também que a desigualdade é um campo de discussão e investigação em todo o mundo e, nesse caso, o Brasil é – infelizmente – um laboratório frutífero. Em todos os relatórios que abordam desigualdade e concentração de renda, o país sempre figura entre os países mais desiguais (CEPAL, 2018; Oxfam, 2018; IBGE, 2022, etc.). Mesmo quando

experimentou uma queda em seus níveis de desigualdade econômica, esta não deixou de ser elevada, tampouco teve reduções drásticas. Até mesmo essa diminuição da desigualdade de renda nas últimas décadas não é consenso entre os estudiosos do tema.

São inúmeros os estudos sobre desigualdade. Além de se tratar de um fenômeno complexo, possui vários ramos de investigação, a depender do recorte realizado, do tipo de desigualdade que se queria investigar e da relação que se deseja estabelecer com outro assunto. Há também discussões no campo filosófico e moral. Em uma perspectiva mais próxima ao liberalismo clássico ou neoclássico, algum nível de desigualdade é legítimo, pois premia os mais esforçados, sendo necessária, portanto, para o desenvolvimento e a competitividade de mercado (Smith, 2009; Ricardo, 1996, etc.). Já outras correntes, como a marxista, entende a desigualdade como produto do sistema capitalista, sendo, portanto, resultado da expropriação econômica de uma classe em detrimento de outra. Assim, se o sistema tem como premissa o lucro via exploração do trabalho, sempre haverá desigualdade, ainda que seus níveis possam variar ao longo do tempo (Marx, 2017).

Por ser um fenômeno complexo e multifacetado, a desigualdade pode ser observada em relação a múltiplas dimensões, como: renda, riqueza (renda + patrimônio), educação, saúde, gênero, raça, etnia, orientação sexual, *status* de cidadania, dentre inúmeras outras, que evidenciam oportunidades e condições de vida desiguais. Enxerga-se a desigualdade na apropriação desigual da riqueza socialmente produzida, na privação ou limitação do acesso a direitos fundamentais, políticas públicas, programas ou a serviços essenciais; no tratamento desigual e nas oportunidades condicionadas à classe, ao gênero, à raça, origem, etnia etc. Nesse conjunto, existe uma dimensão material e concreta da desigualdade que pode ser identificada e mensurada.

Contudo, para além dos dados objetivos que mostram certo tipo e grau de desigualdade, há também uma dimensão que é simbólica, cultural, mais sutil e difícil de se mensurar. Há mecanismos que operam nos processos de valorização, validação e legitimação social e isso ocorre também com a desigualdade (Reygadas, 2004), ou seja, há uma desigualdade que é visível, objetiva; e outra relacionada a valores, hierarquias sociais e simbólicas que prevalecem numa dada cultura, ou seja, que está relacionada à legitimação do sistema vigente e das práticas sociais nele contidas. Em regra, gostar de música erudita ou de funk, por si só, faz com que haja escalas valorativas entre pessoas de gostos distintos. Em relação à desigualdade objetiva, é possível identificar mais facilmente os mecanismos que contribuem para sua existência e manutenção, como, por exemplo, um sistema tributário regressivo, uma estrutura social dividida em castas, entre outros elementos que podem, inclusive, constar em dispositivos legais.

De outro modo, a dimensão simbólica é construída e alimentada por artifícios mais sutis, muitas vezes até proibidos no âmbito jurídico-normativo, mas que são (re) produzidos culturalmente. São esses mecanismos que geram preconceito, discriminação, diferenças de *status*, hierarquias sociais, privilégios e privações. Eles são fáceis de serem identificados no cotidiano, porém de difícil mensuração objetiva. Essas duas dimensões coexistem e alimentam-se mutuamente. Embora a segunda seja mais difícil de se captar, existem fatores que mostram seus indícios.

As dimensões objetiva e subjetiva da desigualdade não são independentes. Geralmente, gostar de música clássica ou de funk classifica as pessoas não apenas quanto ao gosto musical, mas também quanto a sua classe social, o que, por sua vez, gera uma escala valorativa entre essas pessoas de mais ou menos “cultura”, já que, no Brasil, cultura, em regra, é associada a pessoas “mais eruditas”. Então, dizer que alguém “tem cultura”, apesar de descabido, considerando que todos a possuem, é sinônimo de um certo nível de elitismo cultural e econômico. A valorização do trabalho intelectual em detrimento do trabalho manual em sociedades altamente desiguais, como a brasileira, também é outro exemplo de como condições objetivas informam percepções subjetivas. E uma das formas de descobrir como essas engrenagens operam é entender como a sociedade enxerga a desigualdade, uma vez que a compreensão da realidade social não é fruto apenas das experiências subjetivas, mas, principalmente, da forma como as relações sociais são produzidas e reproduzidas. Por isso, as interpretações dessa realidade estão sempre em disputa. Assim, para além da dimensão e mensuração da desigualdade no Brasil, importa analisar como a sociedade percebe essa questão. Em síntese, esse é o objeto deste estudo.

A forma como as pessoas compreendem a desigualdade contribui para a manutenção ou não dos níveis de desigualdade objetiva e subjetiva. E essa percepção social pode ser composta por diversos elementos culturais, simbólicos, contextuais e mesmo aspectos sociodemográficos individuais. Estudos da literatura empírica internacional, citados nesta pesquisa, apontam alguns fatores que interferem na percepção da desigualdade, tais como: presença de valores meritocráticos, nível de mobilidade social, condição socioeconômica, crenças sociais, ideologia dominante e até a relação entre crenças e instituições de bem-estar social. Para o Brasil, os estudos empíricos mostram que variáveis como renda, educação, região de residência, presença de valores meritocráticos, posição social e ideológica, interferem na percepção da desigualdade. Tais pesquisas de percepção da desigualdade no país, levantadas neste estudo, analisaram um ano específico em que o estudo foi feito. Então, é importante analisar se essas variáveis possuem o mesmo comportamento na percepção da desigualdade em décadas distintas, uma vez que os valores sociais podem mudar ao longo do tempo, com a conjuntura socioeconômica e política,

ainda que de forma tênue. “Na maioria das vezes, a ideologia de uma sociedade evolui principalmente em função de sua própria experiência histórica” (Piketty, 2020, p. 22). É o que ocorre em contextos de transformações sociais.

Por essa razão, esta pesquisa teve como objeto a análise da percepção social da desigualdade de renda no Brasil no período de 1997 a 2020, pois, ao longo de mais dessas duas décadas, o país passou por importantes transformações sociais, políticas e econômicas, que levaram a uma variação nos níveis objetivos de desigualdade de renda. Desse modo, esta pesquisa partiu de algumas questões que a impulsionaram: há uma relação direta entre a desigualdade objetiva e a percepção que se tem dela? O que explica a percepção da desigualdade de renda dos brasileiros ao longo do tempo? Qual o juízo de valor que é feito dela? Que fatores são mais determinantes para explicar essa percepção, contextuais ou individuais, quais são eles? É possível identificar elementos culturais e ideológicos na percepção social da desigualdade de renda da população brasileira? Se sim, quais são eles? Ao longo do tempo, a percepção da desigualdade variou para determinados grupos? Caso haja variações, o que poderia explicá-las?

Assim, tais aspectos levaram à hipótese de que a percepção social da desigualdade de renda no Brasil, ao longo do tempo, é influenciada não apenas pelas variações objetivas dessa desigualdade, mas também por fatores contextuais, políticos e ideológicos. Portanto, esta pesquisa teve como objetivo geral compreender de que forma a sociedade percebe a desigualdade de renda no decurso das últimas décadas e que elementos conformam essa percepção. Como objetivos específicos, buscou-se analisar a relação entre a desigualdade de renda objetiva e a percepção subjetiva dessa desigualdade pela sociedade brasileira; identificar variações e fatores contextuais e individuais que afetam a percepção da desigualdade; captar a existência de elementos culturais e ideológicos na percepção social da desigualdade de renda da população brasileira durante o período analisado.

Mas o que motivou o interesse em compreender esses aspectos relacionados à percepção social da desigualdade? Como já frisado, desigualdade é um assunto com grande acúmulo teórico, sobre o qual há uma diversidade de abordagens, métodos e recortes de análise. É um tema instigante que possui um leque de perspectivas. Além disso, é uma questão de interesse da academia, de organismos internacionais, de governos e da sociedade como um todo; e que sempre está na ordem do dia, principalmente quando se observa uma variação ou tendência de comportamento da desigualdade no mundo ou em um dado país. Sobre o Brasil, há diversos estudos que analisam a desigualdade de renda e seu comportamento ao longo do tempo. Estes são essenciais para a compreensão do tema enquanto um problema sistêmico, persistente e que

chama a atenção do mundo todo. Abordagens dessa natureza contribuem para o conhecimento da realidade do país e para a elaboração de políticas públicas. Para além deles, pretendeu-se analisar outra dimensão da desigualdade: a percepção que se tem dela por parte dos brasileiros. Esta não é uma proposta de pesquisa inédita, uma vez que há estudos sobre o tema, inclusive alguns deles citados no capítulo 3. Porém, tais estudos analisam determinado ano, ou seja, não há uma observação temporal de uma série histórica, a exemplo do que este estudo propôs (1997 a 2020). Nisso reside a inovação dessa abordagem. Então, acredita-se que esse recorte temporal mais longo poderá se somar às análises já existentes, contribuindo para o acúmulo teórico sobre o tema.

Contudo, esse não era o tema inicial apresentado como pré-projeto de pesquisa na seleção da pós-graduação. O interesse pelo assunto que motivou a mudança do objeto de pesquisa surgiu durante as aulas; partiu de leituras e discussões realizadas no âmbito de disciplinas optativas cursadas que abordaram a temática: *Economia Política da Desigualdade e Cultura Política e Democracia na América Latina*, ofertadas pelo Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais – Estudos Comparados sobre as Américas, respectivamente. A partir das leituras, dos debates e trabalhos produzidos, despertou-se o interesse em compreender de forma mais aprofundada a desigualdade. Ao fazer uma revisão teórica sobre o assunto, a principal inquietação se deu pela ainda limitada produção de estudos sobre percepção da desigualdade por parte de autores brasileiros. A maioria da literatura sobre o tema é oriunda de outros países. As pesquisas existentes realizadas no Brasil, majoritariamente, tratam da mensuração da desigualdade de renda e/ou abordam algum tipo específico de desigualdade relacionado a gênero, raça, etnia, identidade e orientação sexual, ou a alguma política pública específica. Sobre percepção, não há uma variedade tão grande. Daí a necessidade de complementar essa lacuna.

Ademais, os estudos sobre desigualdade no Brasil geralmente são mais frequentes no campo da economia. No âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGD), da Universidade de Brasília (UnB), a lacuna é maior ainda. Não há disciplinas obrigatórias ou optativas sobre a temática da desigualdade. As que serviram de inspiração para esta pesquisa foram cursadas em outros programas da UnB. Contudo, tal ausência não se restringe ao PPGD, mas reflete a própria ausência do debate no campo do Serviço Social brasileiro, que, considerando a importância do tema e sua incidência no cotidiano da profissão, pouco produz sobre o assunto. Adversamente, deveria ser uma das principais referências no tema, afinal, tanto o objeto de pesquisa quanto de intervenção da profissão são as múltiplas expressões da questão social, que são, ao mesmo tempo, causa e consequência das desigualdades sociais existentes.

Em uma pesquisa rápida nas principais plataformas brasileiras de produções acadêmicas, observa-se que os estudos sobre desigualdade são bem escassos na área do Serviço Social. Além disso, em grande parte daqueles em que se identificou a palavra “desigualdade” esta não é um objeto em si, mas alguma política pública ou grupo específico. A mesma lacuna foi observada em pesquisa ao banco de dissertações e teses do Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB. Então, espera-se que a presente tese contribua para despertar o interesse pela discussão no âmbito do PPGD e do próprio Serviço Social, estimulando pesquisas futuras.

Além disso, a ampliação do conhecimento sobre desigualdade, suas múltiplas formas e níveis, é fundamental para orientar políticas sociais, afinal, elas são instrumentos de materialização de direitos e potenciais redutoras de desigualdades, em que pese seus limites no âmbito do sistema capitalista. Um diagnóstico preciso das desigualdades existentes no país pode fundamentar a criação/expansão de políticas públicas para seu enfrentamento. De igual modo, entender como as pessoas percebem essas desigualdades pode ser útil para verificar até que ponto uma dada medida pode ou não obter apoio da opinião pública. Além disso, compreender a percepção da desigualdade implica reconhecer os elementos simbólicos que fundamentam determinadas percepções. No atual contexto, está em curso no Brasil uma ampla reforma tributária. O sistema tributário brasileiro é um dos principais propulsores de desigualdade, já que é hiper regressivo. Desse modo, para além de outras medidas, os resultados dessa reforma dependem também do nível de apoio e pressão social da sociedade. Assim, espera-se que esta pesquisa seja também um elemento mobilizador para isso.

Para compreender de que forma a sociedade enxerga a desigualdade de renda ao longo das últimas décadas e que elementos conformam essa percepção, foram feitas diversas escolhas metodológicas em detrimento de outras. Antes de explicá-las são necessários alguns apontamentos. Primeiro, quando se investiga um tema amplo e complexo, o recorte preciso do objeto é fundamental para a exequibilidade da pesquisa, sobretudo nos limites de uma tese de doutorado. Como a ideia foi estudar uma longa série histórica, não seria possível o uso das pesquisas de opinião do Programa Internacional de Pesquisa Social (*International Social Survey Program - ISSP*) nem do Instituto Datafolha, uma vez que eles têm pesquisas de opinião sobre desigualdade apenas de alguns anos específicos. Por isso, foram utilizadas as pesquisas de percepção da Corporação Latinobarômetro. Trata-se de uma renomada organização não-governamental, com sede no Chile, que realiza pesquisas anuais de opinião pública abrangendo os seguintes países da América Latina e Caribe: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. Anualmente são realizadas cerca de

20.000 entrevistas, totalizando mais de 600 milhões de habitantes, captando a percepção das pessoas sobre diversos aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais nesses países. Assim, “A Corporación Latinobarómetro investiga o desenvolvimento da democracia, da economia e da sociedade como um todo, usando indicadores de opinião pública que medem atitudes, valores e comportamentos” (Latinobarómetro, s/p, 2015, tradução nossa¹).

As pesquisas realizadas, desde 1995, no geral, tratam de macro temas, como: democracia; instituições; problemas pessoais, sociais e do país; economia; mídia, internet e redes sociais; corrupção e fraude; confiança; segurança e crime; drogas e narcotráfico; relações internacionais; entre outros. Cada um deles dividido em subtemas e questões. No ano de 2008, foi inserido o tema *conjuntura política*, com perguntas a respeito das eleições presidenciais dos Estados Unidos da América (EUA). Em 2009, esse tema abordou o golpe de Estado em Honduras, que ocorreu no mesmo ano. Em 2016, foi inserido o tema *ciência e tecnologia*. Em 2018, o tema *conjuntura política* abordou perguntas sobre uso da eletricidade e economia de energia. Já em 2020, nesse item, foram elaboradas questões sobre a pandemia de Covid-19.

Como se observa, há diversos temas que são abordados nas pesquisas de opinião feitas pelo Latinobarómetro. Esta proposta de análise focou no tema *desigualdade*. Este é um subitem dentro do campo *democracia*. No subitem *desigualdade*, as perguntas captam a percepção sobre grupos discriminados, auto identificação de raça/etnia, aceitação do nível de desigualdade e distribuição de renda estimada e desejada. Além disso, existem também algumas questões relativas ao tema em outros tópicos que se relacionam de alguma forma com a percepção da desigualdade, tais como: *valores sociais, problemas pessoais, sociais e do país; pobreza e mobilidade social; e economia*. A ideia inicial era coletar informações desses itens também, todavia, pela falta desses dados em vários anos, foi utilizada apenas a pergunta relativa à percepção sobre a distribuição de renda, pois esta se repetiu em diversas edições da pesquisa, permitindo assim construir uma série histórica.

De igual modo, esperava-se construir uma série histórica completa de 1995 a 2020, anos em que há pesquisas disponíveis. No entanto, a pergunta selecionada não foi feita em todas as edições, o que, ainda assim, não impediu a análise temporal, já que a pergunta se repete em boa parte dos anos desse intervalo. Assim, esta proposta de pesquisa teve como procedimento metodológico a análise descritiva dos dados secundários provenientes do Latinobarómetro, para

¹ “La Corporación Latinobarómetro investiga el desarrollo de la democracia, la economía y la sociedad en su conjunto, usando indicadores de opinión pública que miden actitudes, valores y comportamientos”.

analisar a percepção da desigualdade de renda no Brasil no período de 1997 a 2020². No entanto, esta não se limitou apenas à descrição deles, mas a uma tentativa de interpretá-los de forma contextualizada com a realidade na qual foram produzidos.

Nesse sentido, a realidade social possui paradigmas de interpretação e os métodos de análise constituem instrumentos de compreensão dessa realidade. Dentre os grandes paradigmas interpretativos nas ciências sociais, optou-se pelo método histórico-dialético, ou seja, buscou-se captar a materialidade histórica e social dos dados encontrados, contextualizando-os em sua conjuntura social, econômica e política. Mais importante que descrever um certo dado quantitativo é tentar encontrar as relações existentes entre ele e a realidade objetiva que o produz. “Não é possível atingir o conhecimento de um fenômeno sem surpreendê-lo em seu processo evolutivo, que é dialético” (Basbaum, 1978, p. 204). Essa forma de análise pressupõe que a organização social é complexa, composta por múltiplos fenômenos, conflitivos e mesmo contraditórios. Por essa razão, a análise da série histórica selecionada buscou contextualizar as transformações socioeconômicas e políticas do país nesse período.

Dessa forma, este estudo é de natureza quantitativa, na qual foi realizada uma análise descritiva dos dados secundários, a partir dos microdados do Latinobarômetro, com o intuito de descrever e analisar a percepção da desigualdade de renda no Brasil ao longo de vários anos. Portanto, quanto ao tipo, esta pesquisa é tanto descritiva quanto explicativa, uma vez que, além de descrever o comportamento geral e por variáveis individuais da percepção da desigualdade de renda ao longo do período analisado, buscou-se explicar a relação entre duas variáveis: a desigualdade objetiva medida pelo coeficiente de Gini e a percepção subjetiva dessa desigualdade.

Assim, além desta introdução, este estudo está organizado em quatro capítulos, sendo o último seguido das considerações finais. O primeiro, de natureza essencialmente teórica, situa o objeto de pesquisa no debate sobre o tema e no campo das ciências sociais. Para tanto, expõe as principais perspectivas teóricas; apresenta o conceito de desigualdade, diferenciando-o de outros que, frequentemente e equivocadamente, são utilizados como sinônimos, como pobreza e diferença. O capítulo um, ancorado na bibliografia de referência, traz os tipos, expressões e formas de reprodução da desigualdade bem como, ao fim, especifica o recorte do objeto no âmbito do tema.

² No capítulo quatro há um maior detalhamento dos procedimentos metodológicos utilizados na seleção e no tratamento dos dados quantitativos.

O capítulo dois apresenta os principais marcos histórico-temporais com o intuito de contextualizar a série histórica selecionada para este estudo (1997-2020) na conjuntura brasileira. Assim, apresenta-se brevemente o contexto da redemocratização e da Constituição de 1988. Posteriormente, são destacados os principais avanços e limites dos anos 1990 e o contexto da década de 2000, na qual a desigualdade de renda no Brasil sofreu redução. São apresentados estudos que atestam o declínio da desigualdade de renda nesse período e apontam os principais fatores que contribuíram para isso, bem como outras pesquisas que questionam esses resultados.

No capítulo três aborda-se o tema da percepção social. Inicialmente, são apresentadas e discutidas as principais teorias que explicam como os indivíduos constroem suas percepções, bem como os fatores que influenciam esse processo. Depois, parte-se para as evidências empíricas sobre o tema, destacando alguns estudos de âmbito internacional e nacional sobre a percepção da desigualdade, para a identificação de aspectos já investigados e das conclusões obtidas nesses estudos, com o objetivo de compreender os fatores que influenciam a construção dessas percepções a partir da literatura internacional e nacional.

Por fim, o capítulo quatro discute os dados obtidos nesta pesquisa. Neste, é analisada a percepção da desigualdade de renda no Brasil no período de 1997 a 2020, com a finalidade de observar seu comportamento ao longo dos anos e verificar se essa percepção guarda relação com o comportamento da desigualdade objetiva de renda ao longo desse período, medida pelo coeficiente de Gini. A partir dos dados, observa-se se houve ou não variação ao longo dos anos e o que poderia explicar tal fato. Além disso, analisa-se a percepção da desigualdade de renda por variáveis sociodemográficas, tais como: grupo etário, sexo, raça, renda, escolaridade, religião, assim como região geográfica do país e, ao final, são apresentados modelos de regressão que mostram que variáveis interferem ou não nas variações da percepção da desigualdade que as pessoas têm. Após esse capítulo, seguem as considerações finais com as principais conclusões deste estudo.

1 DESIGUALDADE: CONCEITO MULTIFACETADO

O objetivo deste capítulo é apresentar o objeto da presente pesquisa situando-o no debate teórico sem, obviamente, a pretensão de esgotar as teorias explicativas sobre o tema, já que este não é o propósito desta tese. Desse modo, acredita-se ser importante, inicialmente, discorrer sobre alguns equívocos relacionados ao conceito de desigualdade, muitas vezes utilizado como sinônimo de diferença, pobreza, etc., que, apesar de estarem relacionadas, são concepções distintas. Ademais, esse capítulo também discute o tema da desigualdade no campo das ciências sociais, apresentando suas principais correntes teóricas, bem como conceitos, tipos e expressões. Ao fim, especifica-se o tipo de desigualdade objeto de estudo desta pesquisa.

1.1 Afinal, o que é desigualdade?

Os debates acerca da desigualdade não são simples: envolvem correntes teóricas distintas e até questões filosóficas geradas a partir da dicotomia igualdade/desigualdade. Isso leva a uma série de indagações ontológicas, éticas e factuais. A igualdade é um valor moral universal? A igualdade anularia a diversidade dos atores sociais? O que seria um contexto social igualitário? Esse seria um panorama a ser buscado? É possível imaginar um cenário de plena igualdade social em sociedades capitalistas? O que gera e mantém a desigualdade? Todas as formas de desigualdade são prejudiciais? Há desigualdades inevitáveis e necessárias? A desigualdade é intrínseca à natureza humana? Desigualdade é sinônimo de diferença ou são coisas distintas? Sempre que se trata de um assunto complexo, esses questionamentos são necessários para ajudar a pensar a própria noção que se tem sobre o tema e a que concepções esse entendimento está relacionado. Isso porque, exatamente por abarcar uma ampla gama de significados, pode, ao mesmo tempo, o conceito de desigualdade ser usado como sinônimo de questões que podem até estar relacionadas, mas que não dizem exatamente a mesma coisa.

Como tema que acompanhou desde sempre a história das ciências sociais, a desigualdade social foi e continua sendo definida de maneira muito variada, dependendo dos propósitos analíticos e políticos de quem define (Costa, 2019, p. 53).

Contudo, para além do contexto teórico, no qual há diversas teorias explicativas da realidade, no cotidiano social, em regra, desigualdade é uma palavra de semântica reprovável. Numa suposta pergunta simples e dicotômica, entre boa ou ruim, a resposta das pessoas tenderia a ser a segunda, ainda que elas fossem informadas apenas pelo senso comum ou pela

experiência empírica. Talvez pelo fato de haver uma imediata associação da palavra a alguma forma de injustiça, o que é perfeitamente compreensível já que a desigualdade geralmente aparece no debate público e, assim também na mídia, para mostrar uma realidade de injustiça ou de clivagens sociais, que são, em regra, moralmente indesejáveis ou para as quais é difícil sustentar uma justificativa socialmente plausível. “Em regra, quando se trata de *desigualdade social*, a discussão é sobre aspectos das vidas das pessoas em que os níveis de desigualdade moralmente aceitáveis não são muito grandes” (Medeiros, 2007, p. 188, grifos do autor). Se fosse feita uma pergunta a alguém sobre que imagem vem à sua cabeça quando se fala a palavra desigualdade, possivelmente essa imagem seria de um tipo ou expressão da desigualdade social numa relação de oposição do tipo: ricos/pobres, homens/mulheres, pátrios/migrantes, brancos/negros, entre outros exemplos. E essa associação é muito lógica, tendo em vista que a desigualdade é algo relacional, que pressupõe o incluído e o excluído, o favorecido e o despojado (Reygadas, 2008).

Mas seria adequado falar de *desigualdade* ou *desigualdades*? É bastante comum esse debate quando se discute fenômenos sociais complexos; se eles devem ser referidos no singular ou no plural: deve-se falar de feminismo ou de feminismos? De racismo ou racismos? Essas questões decorrem do fato de esses termos tratarem de questões multifacetadas, que adquirem variadas nuances em um dado contexto histórico, político, econômico e cultural, ou seja, podem variar de expressões, graus, tipos, formas de reprodução e implicações sociais, o que justificaria o uso da palavra no plural. Quando se fala de desigualdade, por exemplo, está se falando de quê, exatamente? Desigualdade econômica? De acesso a políticas públicas? De rendimento dentro de uma política específica, como a educacional, por exemplo? De participação política? De poder? De gênero? De raça? De etnia? De região geográfica? Então, geralmente o apelo ao uso pluralizado do termo é feito por ser algo heterogêneo, que necessita de recorte quando se aborda algum tipo específico de desigualdade.

Considerando esse ponto de vista descrito anteriormente, é inegável a validade dessa reivindicação. Além disso, quanto mais objetivo ao se especificar o assunto do qual se discute, mais didático será para o leitor. Por outro lado, termos multifacetados correm o risco de, levando em conta suas variações, serem generalizados demais, a tal ponto de esvaziar seu conteúdo. O fato que se quer ressaltar é que uma abordagem não exclui a outra: ponderar as nuances de um determinado conceito não implica esvaziá-lo de sua essência semântica. Portanto, ressalta-se que, quando se utiliza o termo no singular - *desigualdade* - para fins desta pesquisa, estar-se referindo à desigualdade como um fenômeno social que, apesar de ser complexo e de possuir múltiplas variações e tipologias, tem propriedades sociais intrínsecas,

uma espécie de núcleo comum, a partir do qual se derivam diversas variantes. Fala-se de *desigualdade* enquanto categoria analítica, que comunica por si só uma ideia, ainda que incompleta, não especificada e que necessita de mais elementos para assim o fazê-lo. É a isso que, a grosso modo, se chama de núcleo semântico.

A partir dessa premissa de que a desigualdade é um fenômeno social e não natural, objeto de estudo principalmente das ciências humanas e sociais, afirma-se que a expressão *desigualdade social* engloba todos os tipos de desigualdade que possuem repercussões na sociabilidade humana, uma vez que elas são produzidas e reproduzidas nas relações sociais estabelecidas e possuem consequências na sociedade. Em razão disso, um tipo de desigualdade que é categorizada como econômica é também social, pois a dimensão monetária classifica e hierarquiza as pessoas em classes, castas, etc., o que gera uma série de outras implicações. Segundo Kerbo (2004), ainda que a defesa da igualdade seja um dos princípios normativos mais importantes das sociedades modernas, a desigualdade social é um fenômeno universal típico dessas sociedades, nas quais há, em maior ou menor medida, disparidades de riqueza material, poder e prestígio.

A desigualdade social é a condição pela qual as pessoas têm acesso desigual aos recursos, serviços e posições que a sociedade valoriza. Essa desigualdade pode surgir na forma como os indivíduos e os grupos são classificados e avaliados uns pelos outros, mas, mais importante ainda, a desigualdade social está relacionada com diferentes posições na estrutura social (Kerbo, 2004, p. 11, tradução nossa)³.

Para o autor, a desigualdade social se materializa através de um sistema hierárquico de relações sociais que define quem recebe e o quê. A esse sistema ele chama de estratificação social. Kerbo (2004) afirma que geralmente as pessoas podem ocupar determinadas posições em um sistema de estratificação de duas maneiras: conquista/realização ou atribuição. No primeiro caso, o que vai determinar o lugar na estrutura social são os aspectos que as pessoas podem controlar, tais como: escolhas, competências e estilos de vida. De outro modo, a atribuição se refere à posição que elas ocupam no sistema de estratificação devido aos fatores que são alheios ao seu controle, como, por exemplo, raça, sexo, etnia a que pertencem e classe social de origem. E, ainda com base no pensamento do autor, em muitas sociedades, a posição nos estratos é definida pela mistura dessas duas formas. [...] “os fatores atributivos de raça, gênero e etnia continuam a ser importantes, especialmente nos Estados Unidos, para a

³ “La desigualdad social es la condición por la cual las personas tienen un acceso desigual a los recursos, servicios y posiciones que la sociedad valora. Tal desigualdad puede surgir en cuanto al modo en que individuos y grupos se ordenan y son evaluados unos por otros, pero, más importante aún, la desigualdad social se relaciona con las diferentes posiciones de la estructura social”.

compreensão da estratificação social e da desigualdade dos tempos modernos” (Kerbo, 2004, p. 12, tradução nossa)⁴.

Discorda-se em parte com o autor em relação a essa definição das maneiras pelas quais os indivíduos ocupam determinadas posições sociais. Acredita-se que as conquistas/realizações não são tão independentes a ponto de resultarem apenas de escolhas pessoais, ainda que elas tenham uma certa influência. Embora haja fatores que o indivíduo possa controlar, como escolhas, estilos de vida, competências e habilidades, salienta-se que esses aspectos também dependem de fatores estruturais e de um ambiente favorável para que se materializem. Escolher um estilo de vida x ou y depende do rol de opções disponíveis no contexto específico de cada um, alternativas essas que podem ser limitadas ou abundantes, a depender das condições materiais objetivas da realidade. De igual maneira, competências e habilidades necessitam ser desenvolvidas em ambientes favoráveis a isso. Portanto, seria questionável falar em mérito de uma posição obtida na estrutura social por meio de conquista/realização em um contexto social de condições desiguais de oportunidades e perspectivas. Nesse sentido, nem toda conquista é tão meritocrática assim.

É preciso lembrar que, em um sistema capitalista, as condições materiais já são pré-determinadas. Nascer em uma favela ou em um bairro de classe média de uma grande metrópole define *a priori* muitos lugares que serão ocupados por essas pessoas na sociedade, ainda que essa predeterminação não seja imutável. O primeiro e maior sistema hierárquico que define posições na sociedade é o econômico. O sistema capitalista possui como fundamento a acumulação privada de capital e, para isso, depende da extração da mais-valia, isto é, do trabalho não pago aos trabalhadores. Assim, quem controla os meios de produção obtém os lucros enquanto uma ampla maioria depende do trabalho assalariado (Marx, 2017). Essa é a lógica da acumulação, que concentra a riqueza nas mãos de poucos e condena os demais à precarização das condições de vida. Por conseguinte, isso gera uma desigualdade de acesso a recursos, tais como: educação, renda, saúde, moradia, o que classifica as pessoas em posições sociais distintas e interfere em suas escolhas pessoais.

Nesse sentido, as conquistas/realizações ainda que possam ter um cunho de esforço pessoal, partem de condições materiais objetivas. Escolher se alimentar de forma saudável e praticar atividade física de forma contínua depende do orçamento familiar e do tempo livre, respectivamente. Um trabalhador que tem um salário insuficiente, até para suas necessidades

⁴ [...] “los factores adscriptivos de la raza, el género y la etnia siguen siendo importantes, particularmente en Estados Unidos, para comprender la estratificación social y la desigualdad de nuestros días”.

básicas e de sua família, certamente não tem muita escolha entre optar por um alimento industrializado ou um hortifruti orgânico. De igual modo, se ele gasta mais de dez horas por dia no trabalho, incluído o tempo de deslocamento em transporte público lotado, e só tem um dia na semana para descanso, certamente a prática regular de atividade física não deve ser prioridade. Kerbo (2004) afirma que em várias sociedades a posição nos estratos sociais é definida pela mistura da conquista/realização e atribuição e, ainda em algumas, por fatores atributivos. No entanto, acredita-se que não apenas em algumas, mas em todas as sociedades modernas, sobretudo em regiões extremamente desiguais e hierarquizadas, como é o caso do Brasil.

Para o autor, a desigualdade se institucionaliza através da estratificação social e surge da diferenciação social por dois motivos: pela capacidade humana de atribuição de valor e, assim, julgar as coisas como boas, ruins, preferíveis, evitáveis, etc., e pelos papéis e posições sociais que as pessoas ocupam, fazendo com que elas possam adquirir privilégios. No primeiro caso, [...] “as características do indivíduo e os diferentes lugares ou papéis podem ser avaliados de forma desigual ou ordenados de superior para inferior. Nesse sentido, nos referimos à desigualdade social em termos de prestígio ou honra” (Kerbo, 2004. p. 11, tradução nossa)⁵. E a desigualdade nesse sentido, enquanto honra e prestígio, tem estado presente em todas as sociedades humanas, segundo o autor. Em relação à diferenciação social por papéis e posições sociais, o autor se refere à desigualdade de acesso a espaços e posições sociais que geralmente são almejadas na sociedade, como, por exemplo, posições de poder e autoridade sobre os demais, [...] “embora a avaliação social ou o prestígio, como aspecto secundário, apareçam normalmente como consequência, dado que as pessoas com posições preferenciais na sociedade são extremamente valorizadas” (Kerbo, 2004. p. 11, tradução nossa)⁶.

Por exemplo, em sociedades onde a força física é importante para satisfazer necessidades vitais, os fortes poderão exigir melhores recompensas e, conseqüentemente, maior respeito. Em sociedades mais complexas, com uma ampla divisão do trabalho, aqueles que estão em posição de coordenar e organizar o trabalho dos outros ganham mais autoridade. Essa autoridade é usada para obter mais recompensas. Da mesma forma, adquirir um excedente de bens e serviços de e para si mesmo geralmente leva a recompensas ainda maiores. Isso ocorre porque se desenvolve uma troca desigual. Quando algumas pessoas controlam o que outras querem e precisam, são capazes de

⁵ [...] “las características del individuo y los diferentes lugares o roles pueden ser evaluados de forma desigual u ordenados de superior a inferior. En este sentido, nos referimos a la desigualdad social en términos de prestigio u honor”.

⁶ [...] “aunque la evaluación social o el prestigio, como aspecto secundario, aparecerá normalmente como una consecuencia, dado que las personas con posiciones preferentes en la sociedad son sumamente valoradas”.

exigir bens e serviços adicionais em troca da distribuição do que satisfaz essas necessidades (Kerbo, 2004, p. 11, tradução nossa)⁷.

Nesse sentido, se a desigualdade, via de regra, surge da diferenciação social, então são as diferenças que geram as desigualdades? Não. Ocorre que, como afirma Kerbo (2004), a diferenciação social não implica necessariamente atribuição de juízo de valor a características pessoais ou papéis desempenhados na sociedade. Todavia, “A diferenciação social, no entanto, prepara o terreno para a desigualdade e a estratificação social” (Kerbo, 2004, p. 11, tradução nossa)⁸. Pense em um exemplo de dois profissionais que desempenham papéis diferentes na sociedade brasileira: um servidor público da esfera judiciária e outro autônomo que exerce atividade de cuidado no âmbito doméstico. Processar e julgar pessoas é uma atribuição tão relevante quanto cuidar de um bebê. Porém, a recompensa financeira e o juízo de valor dados a esses ofícios são completamente distintos, sobretudo se se tratarem de um juiz branco de classe alta e uma babá negra da periferia. Nesse caso, não apenas as ocupações profissionais separam essas duas pessoas, mas todo um conjunto de vários tipos de desigualdades materiais e simbólicas.

Quando Kerbo (2004) afirma que a diferenciação fornece elementos através dos quais a desigualdade e a estratificação social vão se constituir, ele se refere ao fato de que as diferenças geralmente são utilizadas como marcadores de posições sociais desiguais. É fato que as pessoas são diferentes em vários aspectos. Há diferentes culturas, tradições, etnias, além de gênero e orientação sexual distintas, e isso por si só não deveria ser motivo para hierarquização social. Ocorre que, segundo Reygadas (2008a), as desigualdades em direitos e oportunidades de vida são construídas a partir das diferenças. Em regra, os mais excluídos, marginalizados e colocados em posições subalternas da estrutura social são aqueles que, em relação ao “tipo padrão” construído socialmente, são considerados como diferentes culturalmente ou circunstancialmente: pessoas negras, indígenas, mulheres, migrantes, pessoas com deficiência, homossexuais, pessoas transgênero, etc. Assim sendo, diferença e desigualdade se confundem? É o que será abordado no próximo item.

⁷ “Por ejemplo, en las sociedades donde la fuerza física es importante para satisfacer las necesidades vitales, el fuerte puede ser capaz de reclamar recompensas mejores y, por consiguiente, mayor respeto. En sociedades más complejas, con una amplia división del trabajo, los que se sitúan en condiciones de coordinar y organizar el trabajo de otros consiguen más autoridad. Tal autoridad se utiliza para conseguir más recompensas. Asimismo, adquirir un excedente de bienes y servicios de y para uno mismo conduce normalmente a recompensas todavía mejores. Esto ocurre porque se desarrolla un intercambio desigual. Cuando algunas personas controlan lo que otras desean y necesitan, son capaces de exigir bienes y servicios adicionales a cambio de distribuir lo que satisface esas necesidades”.

⁸ “La diferenciación social, sin embargo, establece el escenario para la desigualdad y la estratificación social”.

1.2 Desigualdade e diferença

Um elemento importante para entender o conceito de desigualdade é a distinção das concepções de diferença e desigualdade, muitas vezes utilizadas como sinônimas. Embora possam ser conceitos de aspecto semântico parecido, a diferença não carrega, necessariamente, uma noção negativa. Contrariamente, principalmente na teoria feminista, nos estudos sobre a teoria do reconhecimento⁹ ou da equidade¹⁰, no âmbito das políticas públicas, a categoria *diferença* ganha um lugar central no debate, no sentido de se considerar as especificidades de determinados segmentos sociais que os fazem mais vulneráveis a determinadas circunstâncias, o que implica, dentre outros, o recorte na elaboração e análise de dados e formulação de políticas públicas específicas, incluídas nestas as políticas afirmativas.

Mas, afinal, o que é diferença? Assim como desigualdade, não se trata de um termo de simples conceituação e há todo um debate sobre as possíveis noções que ele pode carregar. “Que o conceito de “diferença” está associado a uma variedade de significados em diferentes discursos é um axioma” (Brah, 2004, p. 120, tradução nossa, destaque da autora)¹¹. Por isso, a ideia aqui é apenas fazer um breve discernimento entre diferença e desigualdade, como parte do processo de especificar o objeto do presente estudo.

Para além do significado *a priori*, Brah (2004) destaca que o importante é compreender como as diferenças se articulam com discursos e práticas que determinam as relações sociais, o lugar dos sujeitos e as subjetividades. Nesse sentido, a autora sugere quatro maneiras pelas quais a diferença pode ser caracterizada enquanto uma categoria analítica: diferença como experiência, como relação social, como subjetividade e diferença como identidade.

Tratando do primeiro conceito, segundo a autora, a experiência é o lugar de formação dos sujeitos sociais, isto é, de construção social. [...] “é um processo de significação que constitui a própria condição de possibilidade da constituição do que chamamos de “realidade” (Brah, 2004, p. 121, tradução nossa, destaque da autora)¹². Por isso, ela destaca que a experiência não traz consigo a noção de verdade absoluta, mas de uma prática de produção de significados simbólicos e narrativos. Depreende-se disso a razão de existência de diferentes

⁹ Conferir Fraser (2006).

¹⁰ Conferir Mendonça (2016).

¹¹ “Que el concepto de «diferencia» está asociado con una variedad de significados en diferentes discursos es un axioma”.

¹² [...] “es un proceso de significación que constituye la misma condición de posibilidad de la constitución de lo que llamamos «realidad»”.

experiências dos sujeitos, a partir dos significados que são atrelados à sua vivência em um dado contexto e momento histórico, significados esses que são também coletivos.

É essencial, então, abordar a questão de quais matrizes ideológicas ou campos de significado e representação estão em jogo na formação de sujeitos que diferem, e quais são os processos econômicos, políticos e culturais que inscrevem experiências historicamente variáveis. Em outras palavras, a forma como uma pessoa percebe ou interpreta um evento irá variar de acordo com a forma como “ela” é culturalmente construída; a miríade de maneiras imprevisíveis pelas quais essas construções podem ser configuradas no fluxo de sua psique e, invariavelmente, no repertório político de discursos culturais à sua disposição. É claro que as “histórias” coletivas também são construídas culturalmente no processo de atribuição de significado às relações sociais quotidianas. Mas embora as biografias pessoais e as histórias de grupo sejam mutuamente imanentes, são também relacionalmente irreduzíveis. O mesmo contexto pode produzir diversas “histórias” coletivas que diferenciam e vinculam biografias com base em suas *especificidades contingentes*. Ao mesmo tempo, a articulação das práticas culturais dos sujeitos assim constituídos marca as “histórias” coletivas contingentes com novos significados variáveis (Brah, 2004, p. 122-123, tradução nossa, destaques da autora)¹³.

Já a diferença como relação social diz respeito aos modos como as diferenças são construídas e dispostas socialmente [...] “através de práticas institucionais e discursos econômicos, culturais e políticos” (Brah, 2004, p. 123, tradução nossa)¹⁴. É o que faz, por exemplo, especificar e situar um determinado grupo numa esfera x ou y, em virtude da posição estrutural e histórica de sua experiência coletiva. Quando se descreve o Movimento dos Trabalhadores sem Terra - MST¹⁵ e o Movimento Vem pra Rua¹⁶, por exemplo, não são

¹³ “Resulta fundamental, entonces, abordar la cuestión sobre qué matrices ideológicas o campos de significación y representación están en juego en la formación de sujetos que difieren, y cuáles son los procesos económicos, políticos y culturales que inscriben experiencias históricamente variables. En otras palabras, el modo en que una persona percibe o interpreta un acontecimiento variará de acuerdo a como «ella» esté culturalmente construida; la miríada de maneras impredecibles en las que estas construcciones pueden configurarse en el flujo de su psique e, invariablemente, el repertorio político de los discursos culturales de los que dispone. Las «historias» colectivas, por supuesto, también se construyen culturalmente en el proceso de asignar significados a la cotidianidad de las relaciones sociales. Pero si bien las biografías personales y las historias del grupo son mutuamente imanentes, son también relacionalmente irreductibles. El mismo contexto puede producir varias «historias» colectivas diversas que diferencian tanto como vinculan biografías a partir de su *especificidades contingentes*. Al mismo tiempo, articular las prácticas culturales de los sujetos así constituidos marca las «historias» colectivas contingentes con nuevos significados variables”.

¹⁴ [...] “a través de práticas institucionais e de discursos econômicos, culturais e políticos”.

¹⁵ Segundo a própria definição do MST, “o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil” (MST, 2023).

¹⁶ O Movimento Vem pra Rua é um movimento de cunho conservador, localizado no espectro político à direita, que surgiu no Brasil em 2014, impulsionado pelas redes sociais, no contexto da crise política e econômica de então. O movimento proclamava que tinha como bandeira principal o combate à corrupção. Contudo, seus maiores esforços se centraram na derrubada do governo de Dilma Rousseff que ocorreu com o Golpe de 2016. Para saber mais, conferir Oliveira e Machado (2019).

diferenciadas apenas suas pautas, mas, e sobretudo, as relações que estabelecem socialmente, seus marcadores históricos e políticos que os fazem desta ou daquela maneira.

Por outras palavras, o conceito de “diferença como relação social” enfatiza a articulação historicamente variável de macro e micro regimes de poder nos quais formas de diferenciação como gênero, classe ou racismo são instituídas em termos de formações estruturadas. A categoria “classe trabalhadora”, por exemplo, destaca uma posição nas estruturas das relações de classe. Mas dizer isto não significa simplesmente designar uma posição subordinada nas estruturas socioeconômicas e políticas de poder, mas também sublinhar os sistemas de significado e representação que constroem a classe como uma categoria cultural (Brah, 2004, p. 123-124, tradução nossa, destaques da autora)¹⁷.

Por essa razão, para a autora, entender a diferença como relação social implica descartar uma visão estrutural fixa e determinista, que coloca, *a priori*, o estrutural como centro absoluto das formações sociais. Isso não por desconsiderar o peso que as estruturas exercem na sociedade, mas por assegurar que a construção da identidade de determinado grupo é feita a partir da articulação das diferentes circunstâncias materiais e práticas culturais, numa dada trajetória histórica, que se entrelaçam com a cotidianidade e fazem com que as diferenças inscritas em determinados segmentos os coloquem em posições desiguais nas diferentes esferas da vida social.

Sobre a diferença enquanto subjetividade, a autora não apresenta um conceito em si, mas traz elementos para refletir sobre a problemática de se considerar a subjetividade a partir de uma concepção humanista do sujeito como um ser racional, universal, sobretudo a concepção centrada no homem europeu. Para tanto, Brah (2004) cita as críticas dos movimentos pós-estruturalistas, feministas, anticolonialistas, anti-imperialistas e antirracistas do pós Segunda Guerra Mundial. Parte das críticas desses movimentos destacam que não existe um sujeito pré-fixado de antemão, este é produzido através dos discursos, embora, afirma a autora, não seja apenas isso.

Brah, (2004) destaca a contribuição da psicanálise para a compreensão de que a subjetividade não é determinada apenas pelas disposições das instituições sociais, mas é fruto das múltiplas contradições que atravessam a psique humana. “A subjetividade, portanto, nunca é unificada ou fixa, mas sim fragmentada e em constante processo” (Brah, 2004, p. 129,

¹⁷ “En otras palabras el concepto de «diferencia como relación social» recalca la articulación históricamente variable de regímenes macro y micro de poder en los que formas de diferenciación como el género, la clase o el racismo son instituidas en términos de formaciones estructuradas. La categoría «clase obrera», por ejemplo, realza una posición en estructuras de relaciones de clase. Pero decir esto no es simplemente designar una posición subordinada en estructuras socioeconómicas y políticas de poder, sino también subrayar los sistemas de significación y representación que construyen la clase como categoría cultural”.

tradução nossa)¹⁸. Contudo, também há críticas feministas a essa noção de sujeito fragmentado em constante processo, porque isso estaria na contramão da construção de um projeto baseado na oposição. Desse modo, todas as considerações trazidas pela autora fazem parte de um debate ainda em aberto.

Ainda discorrendo sobre diferença enquanto subjetividade, Brah (2004) afirma que são necessários marcos conceituais que considerem os aspectos subjetivos e sociais nos processos de formação da subjetividade humana, ou seja, que expliquem como as ações psíquicas se relacionam com as posições sociais e também culturais que se assume na sociedade. “O objetivo é explorar a relação entre mudança pessoal e mudança social sem recorrer a explicações reducionistas baseadas em simples determinações” (Brah, 2004, p. 130, tradução nossa)¹⁹.

A subjetividade – lugar onde se desenvolvem os processos que dão sentido à nossa relação com o mundo – é a modalidade na qual a natureza precária e contraditória do sujeito em processo é significada ou vivenciada como identidade (Brah, 2004, p. 131, tradução nossa)²⁰.

Por fim, sobre diferença como identidade, a autora afirma que ela é caracterizada por padrões específicos que os sujeitos produzem dadas as circunstâncias pessoais, sociais e históricas. As identidades não são fixas, estão sempre em transformação. Da mesma forma, as identidades coletivas são [...] “o processo de significação pelo qual a experiência comum em torno de um eixo específico de diferenciação, digamos, classe, casta ou religião, é investida de um significado particular” (Brah, 2004, p. 132, tradução nossa)²¹. Por isso, ainda com base no pensamento da autora, é mais adequado falar de discursos, significados e memórias históricas que, numa dada formação social²², produzem identidades.

Com base no que foi discorrido, acredita-se que esse desmembramento do conceito de diferença enquanto experiência, relação social, subjetividade e identidade trata-se de um recurso didático para uma melhor compreensão dessa categoria, uma vez que, ao revisar o que é apresentado sobre cada uma dessas concepções, observa-se que são caracterizações

¹⁸ “La subjetividad, así, no se encuentra nunca unificada ni fija sino fragmentada y en proceso constante”.

¹⁹ “El objetivo es explorar la relación entre cambio personal y cambio social sin recurrir a explicaciones reductoras basadas en la simple determinación”.

²⁰ “La subjetividad —el lugar donde se desarrollan los procesos que dotan de sentido a nuestra relación con el mundo— es la modalidad en la que la precaria y contradictoria naturaleza del sujeto-en-proceso se significa o experimenta como identidad. Las identidades están marcadas por la multiplicidad de posiciones de sujeto que constituyen el sujeto. Así, la identidad nunca está fija, ni es singular; es más bien una multiplicidad de relaciones en constante transformación”.

²¹ [...] “el proceso de significación por el cual lo común de la experiencia en torno a un eje específico de diferenciación, digamos la clase, casta o religión se inviste de un significado particular”.

²² Formação social se refere à forma como uma sociedade se organiza histórica e socialmente, configurando-se a partir das relações entre estruturas econômicas, políticas, jurídicas e culturais. Assim, uma dada formação social é composta por múltiplos elementos que interagem de maneira dinâmica e contraditória (Chauí, 1993).

interdependentes, isto é, que não se excluem. Assim, se complementam e ajudam a compreender as diferenças como algo socialmente construído, não como algo fixado e pré-determinado estruturalmente, ainda que as estruturas materiais possuam um papel considerável no processo de diferenciação.

Em síntese, as diferenças se constituem a partir das práticas culturais e materiais presentes numa sociedade. É o que possibilita a existência de costumes, hábitos e práticas sociais específicas de cada grupo, etnia, povo, etc., que os diferenciam uns dos outros. Faz parte da riqueza cultural, simbólica e material chamada de diversidade. Contudo, Pierucci (1999) alerta que entender o papel dessas diferenças na construção das identidades culturais sem considerar suas implicações políticas e sociais pode levar à reificação dessas identidades e ao essencialismo, o que, por sua vez, pode contribuir para a reprodução das desigualdades existentes.

Pierucci (1999) destaca que a ênfase na diferença, em nome de um reconhecimento mais pleno das identidades culturais, frequentemente naturaliza essas diferenças. Isso pode levar à ideia de que as identidades são fixas e imutáveis, ignorando a historicidade e a fluidez das construções culturais. Da mesma forma que compreender a diferença enquanto relação social, rejeitando uma visão estrutural fixa e determinista, que coloca sempre o estrutural como centro absoluto das formações sociais, como destacou Brah (2004), Pierucci ressalta que é necessário também não cair na armadilha do relativismo absoluto e extremo que enfraquece as lutas coletivas em torno daquilo que é comum a vários grupos. Além disso, conforme o autor, a ênfase exclusiva nas diferenças pode acirrar disputas identitárias e intensificar exclusões, ao invés de promover integração na luta por direitos e justiça social.

É inegável que as diferenças devam ser consideradas para fins de, entre outras coisas, elaboração de políticas públicas, na busca pela equidade. No entanto, políticas afirmativas devem ser pensadas em paralelo a políticas estruturantes. Conforme Fraser (2006), é necessário superar a perspectiva polarizada e excludente entre diferença cultural e igualdade social. Assim, defende que, ao se buscar a justiça social nas sociedades contemporâneas, é necessário conciliar questões redistributivas materiais, da riqueza socialmente produzida (pobreza, desigualdade, exploração), com as de reconhecimento valorativo cultural. Enfrentar a injustiça econômica requer uma profunda transformação da economia, com distribuição de renda, reorganização da divisão social do trabalho, mais controle democrático nas decisões do mercado, etc. De outra parte, são imprescindíveis mudanças culturais e simbólicas que reconheçam e valorizem identidades historicamente marginalizadas.

Ao formular esse projeto, assumo que a justiça hoje exige tanto redistribuição como reconhecimento. E proponho examinar a relação entre eles. Isso significa, em parte, pensar em como conceituar reconhecimento cultural e igualdade social de forma a que sustentem um ao outro, ao invés de se aniquilarem (pois há muitas concepções concorrentes de ambos!) Significa também teorizar a respeito dos meios pelos quais a privação econômica e o desrespeito cultural se entrelaçam e sustentam simultaneamente. Exige também, portanto, esclarecer os dilemas políticos que surgem quando tentamos combater as duas injustiças ao mesmo tempo (Fraser, 2006, p. 231).

No caso do Brasil, a luta de negros e mulheres também é a luta por melhores salários e condições dignas de trabalho, já que esses segmentos formam a base da classe trabalhadora brasileira mais precarizada e explorada e com menores rendimentos. Nos pontos extremos da desigualdade de renda no país estão, majoritariamente, de um lado, homens brancos e, de outro, mulheres negras. Portanto, apenas considerar especificidades de cada grupo e criar uma política específica para atender a essa particularidade é importante, mas não suficiente, pois pode facilmente acomodá-lo na ordem social vigente desigual, ao excluir outras necessidades mais sistêmicas por atender apenas uma especificidade de equacionamento menos conflitivo. Dessa forma, em contextos de desigualdades estruturais, as injustiças sociais se perpetuam. Contudo, essa necessidade premente não invalida a indispensabilidade de políticas afirmativas que equacionem desigualdades específicas atreladas às identidades, tais como medidas de proteção ao mercado de trabalho da mulher e políticas parentais de cuidado, no caso das desigualdades de gênero.

Nesse sentido, considerando o entrelaçamento das demandas por reconhecimento (diferenças e identidades culturais) e redistribuição (igualdade material), vale lembrar que as práticas sociais, valores e crenças não apenas expressam uma forma de vida, mas também refletem um processo dinâmico e contraditório, no qual as relações sociais, políticas e de poder desempenham um papel fundamental na forma como os indivíduos compreendem seu lugar no mundo e na história, que também é construída por eles a partir da cultura (Gramsci, 1982). Por essa razão, quando se classifica tais segmentos como x ou y, a partir de suas diferenças, geralmente são estabelecidas relações de inferioridade e superioridade, de exclusão e inclusão (Reygadas, 2008b), que produzem e reproduzem assimetrias sociais.

O conceito de diferença refere-se, portanto, à variedade de formas como os discursos específicos da diferença são constituídos, contestados, reproduzidos e ressignificados. Algumas construções da diferença, como o racismo, colocam fronteiras fixas e imutáveis entre grupos que são significados como inerentemente diferentes. Outras construções podem apresentar a diferença como relacional, contingente e variável. **Por outras palavras, a diferença nem sempre é um indicador de hierarquia e opressão.** Por conseguinte, a questão de saber se a diferença resulta em desigualdade, exploração e opressão

ou em igualitarismo, diversidade e formas democráticas de ação política é contextualmente contingente (Brah, 2004, p. 134, tradução e grifo nossos)²³.

Portanto, apesar de interrelacionadas, diferenças não são desigualdades, mas podem ser usadas para criar e manter mecanismos desiguais de classificação dos sujeitos na esfera material e simbólica da sociedade. Therborn (2010) também distingue diferença de desigualdade. O autor afirma que existem três maneiras principais de se fazer isso. A primeira delas se refere ao fato de a diferença poder ser horizontal, ou seja, a diferença por si só não estabelece hierarquia nem juízo de valor, já a desigualdade será sempre vertical. Embora seja comum o uso da expressão “desigualdade horizontal”, esta geralmente se refere a uma clivagem dentro de um mesmo grupo. Então, é diferente do sentido usado pelo autor. Explica Therborn (2010) que as diferenças estão relacionadas a gostos e/ou categorização, enquanto a desigualdade atinge uma norma moral na sociedade. E, por fim, para que uma diferença seja considerada uma desigualdade, ela deve ser extinguível. Nesse sentido, completa:

A maior destreza física do indivíduo jovem médio, em comparação com a do sexagenário médio, não é uma desigualdade. Mas as diferentes oportunidades de vida das mulheres em comparação com os homens, dos negros filhos de trabalhadores em comparação com brancos filhos de banqueiros, passaram a ser vistas como desigualdades. Em uma sentença: **desigualdades são diferenças hierárquicas, evitáveis e moralmente injustificadas** (Therborn, 2010, p. 145-146, grifo nosso).

Veja-se, por exemplo, o caso de duas pessoas, uma heterossexual e uma homossexual. São seres humanos que possuem orientação sexual diferente e isso por si só não deveria gerar uma atribuição valorativa, embora exista, de uma em detrimento da outra. No entanto, quando essa diferença de orientação é motivo para discriminação e estabelece oportunidades desiguais, seja profissionalmente ou para o usufruto pleno da vida em sociedade, tem-se o caso de uma diferença utilizada como pretexto para estabelecer mecanismos de categorização social. Uma diferença transformada em condições desiguais de existência é uma desigualdade porque estabelece uma hierarquia de valor que obstaculiza possibilidades e oportunidades. E isso não é justificado moralmente, considerando os valores e princípios estabelecidos em tratados internacionais de direitos humanos, dos quais muitos países do mundo são signatários. Por essa

²³ “El concepto de diferencia, entonces, hace referencia a la variedad de formas en las que los discursos específicos de la diferencia se constituyen, cuestionan, reproducen y resignifican. Algunas construcciones de la diferencia, tales como el racismo, postulan unas fronteras fijas e inmutables entre grupos que se significan como inherentemente diferentes. Otras construcciones pueden presentar la diferencia como relacional, contingente y variable. En otras palabras, la diferencia no siempre es un indicador de jerarquía y opresión. Por lo tanto, la cuestión de si la diferencia resulta en inequidad, explotación y opresión o en igualitarismo, diversidad y formas democráticas de agencia política es contextualmente contingente”.

razão, segundo Therborn (2010), todas as formas de desigualdades são danosas para a sociedade.

Em síntese, como já observado, desigualdade não é o mesmo que diferença, mas geralmente as diferenças se convertem em desigualdades simbólicas, relativas a *status* e valoração social; e materiais, quando permitem condições desiguais de acesso a direitos e oportunidades. Como frisado também, a desigualdade é sempre relacional (Reygadas, 2008a), ou seja, sempre estabelece uma relação de assimetria entre homens e mulheres, pátrios e migrantes, povos originários e não originários, heterossexuais e homossexuais, pessoas com deficiência e sem deficiência, cisgêneros e transgêneros, pobres e ricos, entre muitos outros pares categoriais²⁴ (Tilly, 2000). Acredita-se que, por ter essa característica relacional, a desigualdade muitas vezes é confundida com diferença e, no âmbito da desigualdade econômica, com pobreza. Não são raros os textos que usam a categoria desigualdade e pobreza para se referirem à mesma coisa, ou então nos quais a distinção entre os dois conceitos não é explícita.

1.3 Desigualdade e pobreza

Quando se fala de desigualdade, relacionada à riqueza, renda e patrimônio, geralmente o *par categorial*²⁵ que vem à cabeça é o de ricos *versus* pobres. E essa associação faz muito sentido, pois geralmente a desigualdade econômica se refere a uma pequena parcela da população que detém muito capital econômico em comparação a outras que pouco ou nada têm. Por isso que o conceito de desigualdade muitas vezes é utilizado como sinônimo ou para se referir à pobreza, o que é um equívoco. Da mesma forma que diferença, pobreza é um conceito que possui relação com a desigualdade, mas não quer dizer a mesma coisa.

Assim como desigualdade, pobreza também é um tema complexo para o qual há diversas abordagens. Todavia, ainda sendo um conceito variável, assim como desigualdade, a palavra pobreza também possui um núcleo semântico próprio que a diferencia daquela. Ainda que sejam consideradas as especificidades dos países e de contextos socioeconômicos variados, geralmente quando se fala em pobreza, refere-se a [...] “amplos contingentes populacionais

²⁴ Segundo Tilly (2000), os pares categoriais são pares de identidades ou categorias sociais que se definem mutuamente em um contexto de desigualdade relacional. Esses pares desempenham um papel central na análise das dinâmicas de poder e exclusão social e são frequentemente associados a divisões estruturais em uma sociedade, como aquelas baseadas em gênero, etnia, classe, religião, etc.

²⁵ Tilly (2000).

cronicamente privados do atendimento às necessidades mais essenciais” [...] (Rocha, 2006, p. 10).

Nesse sentido, enquanto desigualdade implica uma relação hierárquica de posições na sociedade, portanto, relacional, a pobreza está mais associada à noção de privação ou carência de necessidades elementares. Exatamente por isso o conceito de pobreza não é tão simples, pois a ideia de necessidades básicas pode conter algum grau de relatividade e/ou de juízo de valor, já que algo pode ser considerado necessidade básica para uns e para outros não. Daí derivam as diversas abordagens de pobreza. Nesse sentido, Rocha (2006, p. 9-10) afirma que:

Pobreza é um fenômeno complexo, podendo ser definido de forma genérica como a situação na qual as necessidades não são atendidas de forma adequada. Para operacionalizar essa noção ampla e vaga, é essencial especificar que necessidades são essas e qual nível de atendimento pode ser considerado adequado. A definição relevante depende basicamente do padrão de vida e da forma como as diferentes necessidades são atendidas em determinado contexto socioeconômico. Em última instância, ser pobre significa não dispor dos meios para operar adequadamente no grupo social em que se vive.

Exatamente por existirem diferentes contextos sociais, o conceito de pobreza não é único, podendo inclusive conter um certo nível de relatividade. Ser pobre em um país desenvolvido, com um sólido Estado de bem-estar social é diferente de ser pobre em um país subdesenvolvido, com sistema de proteção social precário ou mesmo inexistente. Ainda que um país tenha altos níveis de desigualdade de renda e riqueza, a disponibilidade de políticas e serviços públicos gratuitos e de qualidade contribui para indicadores sociais menos díspares. Ter acesso a um sistema de saúde eficaz, do nascimento à velhice, pode encurtar as diferenças nas taxas de expectativa de vida entre ricos e pobres.

Sociedades que dispõem de um estado de bem-estar forte e amplo, capaz de oferecer bons serviços públicos de educação, saúde ou transporte, contribuem enormemente para diminuir o impacto das desigualdades socioeconômicas sobre as condições de vida existentes (Costa, 2019, p. 57).

Em que pese a relatividade do que se considera ser pobre, há necessidades que são consideradas essenciais para a própria manutenção da vida, do ponto de vista fisiológico mesmo, como é o caso da alimentação. Essa constatação, fundamentada na ideia estrita de sobrevivência, deu origem às primeiras abordagens sobre pobreza que prevaleceram nos séculos XIX e XX, baseadas nas necessidades nutricionais a partir do cálculo do método calórico indireto, desenvolvido por nutricionistas ingleses (Crespo; Gurovitz, 2002). Tal procedimento consiste em estimar o consumo calórico médio necessário para a manutenção de atividades vitais do indivíduo. E, a partir disso, considerar pobre aqueles que não possuem condições de satisfazerem suas necessidades nutricionais.

A abordagem do método calórico influenciou a noção de pobreza absoluta, uma vez que esta se refere à privação de padrões mínimos de subsistência. Já a pobreza relativa diz respeito à ausência de um conjunto de necessidades não satisfeitas estabelecidas conforme o grau de desenvolvimento e o contexto socioeconômico de cada grupo, região ou país (Rocha, 2006). Então, vê-se que a definição de pobreza é fundamental para sua estimação, pois é a concepção adotada que vai determinar seu modo de mensuração. Diferentes conceitos geram diferentes abordagens e formas de calcular a pobreza, daí o surgimento de linhas de pobreza, que classificam como pobres aqueles que se encontram abaixo delas.

Dado que a função de uma linha de pobreza é estabelecer um critério binário que divida os indivíduos em pobres e não-pobres, para calculá-la é necessário saber o que é um pobre. Há uma série de opções a se definir: se a pobreza se reduz ou não à insuficiência de renda, se a condição de pobre é absoluta ou deve variar com a evolução de renda da sociedade, se a pobreza deve ter uma relação estreita com necessidades nutricionais ou se as necessidades básicas dependem de parâmetros culturais e sociais. Respostas diferentes a cada uma destas perguntas levam a abordagens distintas para o cálculo da linha de pobreza (Soares, 2009, p. 8).

Para se fazer o cálculo de uma linha de pobreza, geralmente a renda é a variável mais utilizada. Assim, mensura-se a dimensão monetária da pobreza. Por exemplo, uma linha absoluta de pobreza é calculada com base num valor x determinado, que seria suficiente para custear uma cesta básica com itens estritamente essenciais para a manutenção fisiológica do indivíduo, valor ajustado apenas pela inflação do país. Dessa forma, por se tratar de uma necessidade objetiva - alimentação, as linhas absolutas de pobreza são bastantes utilizadas, sobretudo para realizar comparações internacionais. Já no caso da linha de pobreza relativa, o valor é definido com base no desenvolvimento econômico de uma dada sociedade, utilizando como referência a renda média ou mediana²⁶ da população e corrigida com base na evolução desta.

O Banco Mundial (BM), por exemplo, utiliza linhas absolutas para fins de estimativa da extrema pobreza em escala global, que permitem estabelecer comparações entre países e mesmo observar a evolução desse dado no próprio país. Inicialmente, as linhas de extrema pobreza foram elaboradas com base na forma como os países mais pobres do mundo²⁷ estimavam suas taxas de pobreza, considerando o valor mínimo necessário para satisfazer as necessidades básicas dos indivíduos, o que resultou em uma linha de US\$1,00 por pessoa, por dia, em 1991.

²⁶ A renda média de uma população é calculada somando todas as rendas dos indivíduos e dividindo esse valor pelo número total de pessoas. Já a renda mediana é o valor central, que separa a metade mais rica da metade mais pobre.

²⁷ À época, Bangladesh, Indonésia, Quênia, Marrocos, Nepal e Tanzânia (World Bank, 2025).

Com o passar do tempo, essa metodologia foi, e continua sendo, atualizada, englobando mais países, classificados com diferentes tipos de renda: baixa, média-baixa, média-alta e alta, conforme a renda nacional bruta *per capita* anual de cada um (World Bank, 2025). O cálculo é feito a partir da Paridade do Poder de Compra (PPC), que é um indicador usado para estimar o poder de compra de bens e serviços de cada moeda nacional em termos internacionais. O PPC tem seus fatores definidos por um programa que compara preços relativos para o Produto Interno Bruto (PIB) de cada país, chamado *International Comparison Program (ICP)*, gerido pelo Banco Mundial.

Com base nesses indicadores e dadas as variações econômicas nos países, recentemente, em 2022, o BM atualizou suas linhas internacionais de mensuração, definindo a linha internacional da pobreza extrema em \$2,15 por pessoa por dia, e a linha de pobreza em \$6,85. O Brasil é considerado um país de renda média-alta, por isso o valor de \$6,85 é o mais indicado para medir a taxa de pobreza no país, valor próximo de meio salário-mínimo nacional. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elaborados a partir dessas referências do Banco Mundial, mostraram que, em 2022, o percentual de pessoas em extrema pobreza foi de 5,9%, o que equivale a 12,7 milhões de pessoas sobrevivendo com menos de R\$200,00. Já a taxa de pobreza foi 31,6%, ou seja, 67,8 milhões de pessoas com renda de até R\$637,00 mensais (IBGE, 2023e).

Como se observa, as linhas de pobreza e extrema pobreza do Banco Mundial, apesar de suas limitações, no que se refere ao tipo de pobreza estimada - monetária, são importantes para estabelecer comparações internacionais e para a formulação de políticas públicas. Por isso, servem de base para acompanhar as metas traçadas pelos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Organização das Nações Unidas (ONU) e nortear pesquisas e programas das demais organizações internacionais e nacionais. Em razão disso, são utilizadas como referência pelo IBGE para estimar a pobreza e extrema pobreza no Brasil, o que não exclui outras métricas usadas por este instituto.

Além das linhas relativas e absolutas, há, ainda, outros tipos de linhas de pobreza que, em sua maioria, são definidas a partir da dimensão monetária, são as linhas administrativas e/ou oficiais de pobreza. Nesse caso, alguns países estabelecem valores arbitrários para fins de inclusão ou exclusão em alguma política ou programa social (Soares, 2009). O Brasil não possui uma linha oficial de pobreza utilizada de forma universal, mas possui linhas administrativas diferentes para cada fim, calculadas a partir da renda mensal *per capita*, por exemplo: para acesso ao Programa Bolsa Família (até R\$218,00), ao Benefício de Prestação Continuada (BPC) da assistência social (igual ou inferior a $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo nacional, em 2024 R\$ 353,00) ou

para análise do impacto das transferências previdenciárias na taxa de pobreza da população (½ salário-mínimo nacional (em 2024 R\$ 706,00)).

Em relação à dimensão não monetária, a pobreza pode ser auferida a partir de critérios que podem incluir ou não a renda e consideram, por exemplo, indicadores sociais de saúde, educação, moradia, assistência social, acesso a políticas públicas, à participação social e política, etc., ou que aglutinam dois ou mais elementos: renda e fatores de bem-estar social e político. Pobreza como privação ou falta de acesso a esses elementos é considerada multidimensional. Nessa perspectiva, ser pobre não se resume somente à ausência de renda, apesar de ser um componente fundamental. Geralmente linhas de pobreza multidimensionais, como o próprio nome informa, são elaboradas a partir de múltiplos indicadores sociais.

No México, por exemplo, o Conselho Nacional de Avaliação da Política de Desenvolvimento Social²⁸, que tem a atribuição de estabelecer diretrizes e critérios gerais para a definição, identificação e medição da pobreza no país, definiu os seguintes indicadores para elaboração e mensuração da pobreza multidimensional: rendimento corrente per capita; defasagem escolar média do responsável familiar; acesso aos serviços de saúde e à seguridade social, qualidade e espaço da habitação; acesso a serviços básicos na habitação e a alimentos nutritivos e de qualidade; nível de coesão social; e grau de acessibilidade a estradas pavimentadas. A partir desses elementos, a cada ano, desde 2008, o México calcula a taxa de pobreza multidimensional, com base em dados elaborados pelo *Instituto Nacional de Estadística y Geografía* (INEGI).

Já no Brasil, em caráter experimental, o IBGE elaborou três índices não monetários de pobreza a partir de 50 indicadores, divididos em seis dimensões: i) moradia (domicílio, entorno, vizinhança e condições ambientais); ii) acesso aos serviços de utilidade pública (eletricidade, esgotamento sanitário, água e coleta de lixo); iii) saúde e alimentação (insegurança alimentar, acesso a serviços de saúde e medicamentos); iv) educação (frequência, atraso escolar e avaliação da educação); v) acesso aos serviços financeiros e padrão de vida (posse de bens duráveis, conta em banco, orçamento); e vi) transporte e lazer (tempo gasto e avaliação desses aspectos). Com base nessas dimensões, o órgão elaborou o Índice de Pobreza Multidimensional não Monetário (IPM-NM), o Índice de Vulnerabilidade Multidimensional não Monetário (IVM-NM) e o Índice de Pobreza Multidimensional não Monetário com Componente Relativo (IPM-CR), divulgados no estudo *Evolução dos Indicadores não Monetários de Pobreza e Qualidade de Vida no Brasil com Base na Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF)*.

²⁸ Consejo Nacional de Evaluación de la Política de Desarrollo Social (CONEVAL).

De acordo com o levantamento, considera-se pessoa em situação de pobreza multidimensional aquela que possui privações de qualidade de vida de pelo menos duas dimensões; e em situação de vulnerabilidade quando o indivíduo possui perdas equivalentes a uma dimensão inteira. Por sua vez, o Índice de Pobreza Multidimensional Não Monetário com Componente Relativo (IPM-CR) não classifica as pessoas, mas as associa a um grau ou componente relativo utilizando uma função de pertencimento. A pesquisa mostrou que, com base na POF 2017-2018, cerca de 22,3% da população tinham algum grau de pobreza multidimensional e 63,8% algum grau de vulnerabilidade (IBGE, 2023b). Todavia, como já destacado, essa pesquisa é experimental e, por isso, ainda não é amplamente utilizada para fins de mensuração da pobreza no país.

Como se observou, todos esses indicadores partem da noção comum de pobreza como privação material. As linhas de pobreza são traçadas com base em uma renda definida. Já a pobreza multidimensional é calculada a partir de diversos indicadores não monetários de qualidade de vida, mas ambas mensuradas a partir da mesma noção. Contudo, como já frisado, há diversas concepções de pobreza, inclusive para além da ideia de carência material seja ela monetária ou não. Sen (2010) faz uma crítica a esses métodos tradicionais de medir a pobreza, como a linha de pobreza baseada na renda. Segundo ele, apesar de ser determinante, a renda não capta completamente a diversidade das necessidades humanas. Assim, duas pessoas com a mesma renda podem ter capacidades muito diferentes devido a fatores como saúde, idade, gênero, raça, etnia etc. Para o autor, a pobreza se refere à privação de capacidades essenciais, ou seja, é definida como a falta de liberdade para alcançar determinados estados e atividades que são necessários para uma vida digna, como alimentar-se e participar da vida em sociedade, por exemplo.

Nessa perspectiva, a pobreza deve ser vista como privação de capacidades básicas em vez de meramente baixo nível de renda, que é o critério tradicional de identificação da pobreza. A perspectiva da pobreza como privação de capacidades não envolve nenhuma negação da ideia sensata de que a renda baixa é claramente uma das causas principais da pobreza, pois a falta de renda pode ser uma razão primordial da privação de capacidades de uma pessoa. [...] Embora seja importante distinguir conceitualmente a noção de pobreza como inadequação da capacidade da noção de pobreza como baixo nível de renda, essas duas perspectivas não podem deixar de estar vinculadas, uma vez que a renda é um meio importantíssimo de obter capacidades (Sen, 2010, p. 120-124).

Nessa concepção, a pobreza não deve ser medida apenas pelo rendimento ou pela posse de bens, mas pela incapacidade de as pessoas realizarem atividades fundamentais e viverem com dignidade, o que engloba o acesso à saúde, educação, à participação política e social, e a

oportunidades de emprego. “Por exemplo, as dificuldades que alguns grupos de pessoas enfrentam para “participar da vida da comunidade” podem ser cruciais para qualquer estudo de “exclusão social” (Sen, 2010, p. 123). Em resumo, para o autor, a pobreza é uma privação das liberdades do indivíduo, que limita o acesso a direitos básicos e à autodeterminação. Inclusive foi essa perspectiva que influenciou o surgimento de indicadores de pobreza multidimensionais em todo o mundo.

Considerando essa concepção de pobreza para além da noção de privação material, Demo (1991) ressalta a noção de pobreza política, entendida como um fenômeno que envolve a ausência de direitos, de participação cidadã e de autonomia. Nesse sentido, o autor critica a ideia de pobreza restrita à carência material, pois, para ele, a exclusão econômica está intimamente vinculada à exclusão política, já que as estruturas de poder perpetuam a marginalização de populações subalternas. Nesse sentido, os pobres não apenas carecem de recursos materiais, mas também de poder para influenciar decisões e transformar suas condições de vida. Por essa razão, a pobreza política é uma contradição do ideal democrático de igualdade de participação política. Pessoas pobres passam a maior parte de suas vidas tentando sobreviver, trabalhando em rotinas exaustivas, o que muitas vezes as impede de participar dos espaços públicos de decisão. E como tais espaços geralmente são ocupados por aqueles que têm mais poder econômico, a lógica da exclusão e a da invisibilidade social se converte também em invisibilidade política. Assim, segundo o autor, a pobreza não pode ser encarada apenas na sua dimensão material, mas também política.

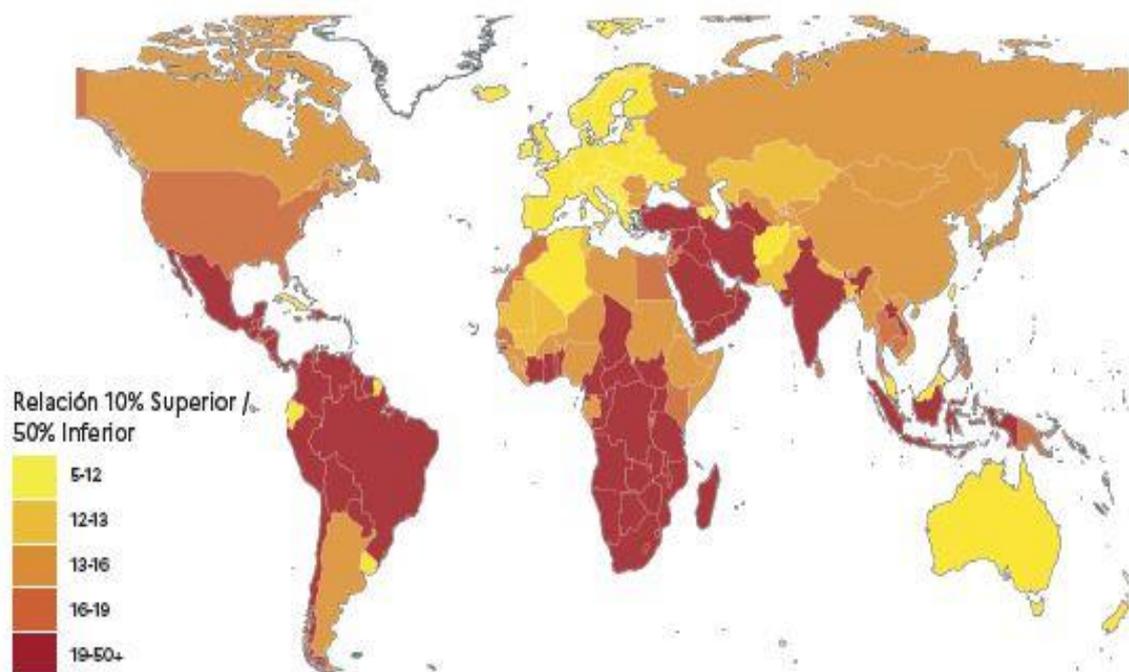
Pobreza política não é outra pobreza, mas o mesmo fenômeno considerado em sua complexidade não linear. A realidade social não se restringe à sua face empírica mensurável, mas inclui outras dimensões metodologicamente mais difíceis de reconstruir, mas, nem por isso, menos relevantes para a vida das sociedades e pessoas. Estamos habituados a ver pobreza como carência material, no plano do ter: é pobre quem não tem renda, emprego, habitação, alimentos, etc. Esta dimensão é crucial e não poderia, em momento algum, ser secundarizada. Mas a dinâmica da pobreza não se restringe à esfera material do ter. Avança na esfera do ser e, possivelmente, alcança aí intensidades ainda mais comprometedoras. [...] Sugere-se que pobreza tem seu fulcro mais renitente na dinâmica política que a envolve, por mais que, à primeira vista, pareça reduzir-se a carências materiais já bem conhecidas nos estudos recorrentes. Cada vez mais se aceita que pobreza tem, por trás, o problema da desigualdade social, o que implica reconhecer que se trata substancialmente de dinâmica política. Ser desigual quer dizer várias coisas, mas o centro mais duro da questão estaria no confronto entre minorias que comandam a cena e maiorias que sustentam os privilégios dessas minorias. Este jargão é, em poucas palavras, o resumo mais consistente da história humana conhecida. Em sociedade não disputamos apenas bens materiais escassos. Disputamos talvez ainda mais poder, prestígio, vantagens, liderança, oportunidades, não só porque somos, biologicamente falando, “score keepers”, mas sobretudo

porque historicamente falando nos organizamos em espaços dialéticos de poder (Demo, 1991, p. 10).

Pelo discorrido, viu-se que pobreza é um conceito complexo com múltiplos enfoques, assim como desigualdade, pois ambos aglutinam várias concepções e dimensões de análise. Conforme já dito, ainda que estejam relacionadas, são coisas distintas que muitas vezes são usadas como sinônimas. Embora menos recorrente, há quem utilize desigualdade como sinônimo de subdesenvolvimento. É verdade que grande parte dos países mais desiguais são aqueles considerados menos ricos na ordem mundial. Porém, há países considerados desenvolvidos que são desiguais, como é o caso dos Estados Unidos. Daí a necessidade de se fazer essas distinções.

Em síntese, quando se fala de desigualdade, trata-se de algo distinto de pobreza, embora aquela possa gerar cenários desta. O Brasil não é um dos países mais pobres do mundo, considerando sua taxa de pobreza medida a partir das linhas do Banco Mundial, mas é um dos mais desiguais, assim como diversos outros países da América Latina, conforme se pode observar no mapa a seguir, que mostra a diferença de renda entre os 10% mais ricos e os 50 % mais pobres em todo o mundo no ano de 2021. Quanto mais alta essa diferença (representada pelas cores mais escuras), maior a desigualdade no país.

Figura 1 - Diferença de renda entre os 10% mais ricos e os 50 % mais pobres em todo mundo (2021)



Fonte e elaboração: Piketty *et. al.* (2022)

Enfim, a discussão em torno da pobreza, que envolve conceitos, linhas, mensuração, etc., é bastante ampla e complexa. Não se pretende aqui apresentar, ainda que de forma resumida, todas as nuances da questão. A ideia foi apenas mostrar alguns elementos que pudessem explicitar que pobreza não é sinônimo de desigualdade, ainda que ambas as questões possuam um nível de encadeamento muito próximo. Como já dito, desigualdade também é uma questão complexa. Apesar de existir uma ideia geral do que seja, também pode assumir diversas perspectivas. Mesmo possuindo um núcleo semântico comum, o que se entende por desigualdade depende de uma matriz teórica ou de alguma perspectiva nas quais uma certa concepção é fundamentada. Como todo e qualquer fenômeno social, a desigualdade não possui um arcabouço teórico estático. Isto posto, é importante conhecer também em que se fundamentam determinadas concepções, onde e como se situam na discussão contemporânea.

1.4 Principais correntes teóricas sobre a desigualdade

O debate sobre desigualdade na teoria social acompanha o processo histórico de origem e desenvolvimento dos paradigmas de explicação da realidade, desde os clássicos aos contemporâneos. Embora os estudos sobre desigualdade tenham ganhado bastante destaque nas últimas décadas, Mora Salas (2004) afirma que seus pressupostos têm origem na filosofia clássica, sendo identificados nas obras de Aristóteles e Platão. No entanto, pontua o autor, ainda que remonte a esse período, as principais correntes de pensamento sobre o tema vão se definir com o advento do Iluminismo, principalmente por influência das ideias de Thomas Hobbes e Jean-Jacques Rousseau, ideias estas que fundamentaram as correntes centrais do debate: a liberal e a socialista.

Esses pensadores lançaram as bases do que mais tarde se tornaram as correntes teóricas de maior tradição, a liberal, inspirada em suas obras e que encontra continuidade nas obras de Stuart Mill na economia, Alexis de Tocqueville na política e, mais tarde, Alfredo Marshall. Ao mesmo tempo, a obra de Rousseau serviu também como fonte de inspiração para o pensamento crítico, expresso inicialmente nas obras de pensadores utópicos, como Charles Fourier e Robert Owen e, mais tarde, na tradição do pensamento marxista, onde essa corrente encontrou seus expoentes máximos (Mora Salas, 2004, p. 10, tradução nossa)²⁹.

²⁹ “Estos pensadores sentaron las bases de las que posteriormente se convirtieron en las corrientes teóricas de mayor tradición, la liberal, inspirada en sus obras y que encuentra continuidad en los trabajos de Stewart Mill en economía, Alexis de Tocqueville en política y más tardíamente, Alfred Marshall. Al mismo tiempo, la obra de Rousseau también sirvió de fuente de inspiración al pensamiento crítico, expresado en un primer momento en los trabajos de los pensadores utópicos como Charles Fourier y Robert Owen, y posteriormente, en la tradición del pensamiento marxista, donde esta corriente encontró a sus máximos exponentes.”

Além de Hobbes, exerceu grande peso no pensamento liberal as ideias de John Locke (a defesa dos direitos naturais: vida, liberdade e propriedade), mas também de Montesquieu (tripartição do Estado) e Voltaire (liberdades individuais) que influenciaram outros autores posteriormente. Ainda que o liberalismo possa ser dividido em fases e tipos, como clássico e moderno, político e econômico, a ideia de peso que fundamenta o debate sobre desigualdade, sem dúvida, é a defesa da liberdade, da propriedade privada e do sistema capitalista. Segundo Miguel (2016a), o liberalismo, inicialmente, enquanto oposição ao sistema estamental da monarquia, pregava uma igualdade abstrata entre todos os indivíduos, no entanto já admitia desigualdades, como a política, por exemplo. Para o autor, há três pressupostos principais do liberalismo, pelo menos na sua fase inicial: a igualdade de dignidade entre os homens, a crença na desigualdade enquanto necessária e inevitável das relações sociais e, por último, que estas são consequência das diferenças de capacidades entre os seres humanos.

Nessa concepção, as desigualdades são consideradas naturais por serem fruto das diferenças entre os indivíduos: habilidades, dotes, talentos, capacidade e inteligência. Desse modo, a atuação do Estado e das estruturas sociais devem ser mínimas, para permitir o livre desenvolvimento dos sujeitos, garantindo apenas as condições para que isso aconteça. Do ponto de vista econômico, só uma economia de livre mercado poderia favorecer a concorrência livre e justa, sem interferência nas trocas de mercado. Nessa perspectiva de interação livre e Estado mínimo, prevalece a valorização da responsabilidade individual, do esforço pessoal e do mérito dos sujeitos. “Para grande parte da tradição liberal, o horizonte da organização social justa está vinculado à ideia da “meritocracia”, isto é, que elementos arbitrários não intervenham na distribuição das vantagens de acordo com os talentos individuais” (Miguel, 2016a, p. 29).

A pressuposição de que todos os indivíduos agiriam conforme seus interesses pessoais, num contexto de concorrência livre e justa, levaria ao crescimento econômico e ao progresso da sociedade. O interesse individual favoreceria o bem-estar coletivo. Essa é a ideia da autorregulação do mercado, conhecida como “mão invisível”, conceito de Adam Smith³⁰.

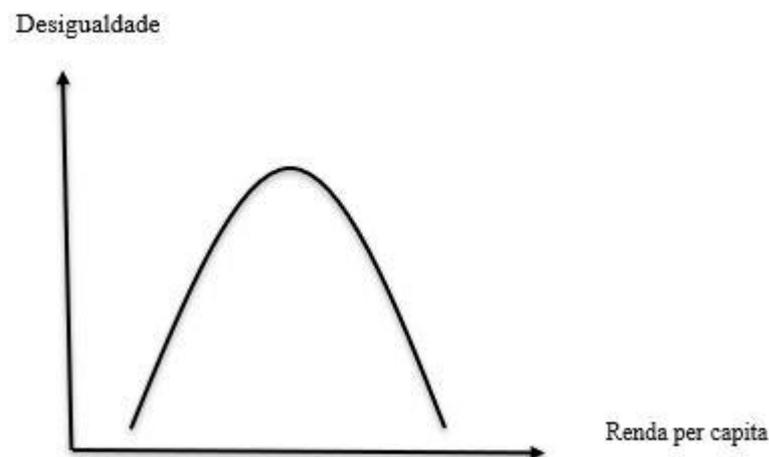
A corrente liberal desenvolve uma resposta que postula, em primeiro lugar, que o desenvolvimento histórico e, mais especificamente, o advento e a crescente expansão do capitalismo implicaram uma tendência crescente para uma maior igualdade social (Mora Salas, 2004, p. 11, tradução nossa)³¹.

³⁰ Conceito abordado no seu livro *A Riqueza das Nações*, publicado em 1776.

³¹ “La corriente liberal desarrolla una respuesta que plantea, en primer lugar, que el desarrollo histórico, y más específicamente, el advenimiento y expansión creciente del capitalismo han implicado una tendencia creciente hacia una mayor igualdad social.”

Essa concepção levou a vários estudos sobre a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda. Um dos estudos mais famosos foi o de Simon Kuznets (1955), segundo o qual, o crescimento econômico levaria inicialmente a uma maior desigualdade de renda, porém só até certo ponto, depois essa desigualdade diminuiria. Essa hipótese ficou conhecida como modelo do “U invertido”, conforme se pode ver a seguir:

Figura 2 – Curva de Kuznets



Fonte: Kuznets (1955)

Elaboração: própria

O jargão, por vezes propagado no discurso econômico e político, de que “é preciso primeiro crescer o bolo para depois repartir”, tem fundamento nesse tipo de abordagem. A ideia pressupõe uma relação direta entre crescimento econômico e distribuição de renda, o que ignora a lógica de acumulação capitalista desigual, que se sustenta sob a égide da exploração de muitos para o enriquecimento de poucos. Por essa razão, embora ainda tenha uma adesão de parcela dos economistas mais liberais, essa concepção não é consensual.

E o que a literatura empírica recente sobre desigualdade de renda tem mostrado não confirma tal hipótese. Grandes potências econômicas convivem com níveis acentuados de desigualdade, como é o caso da China e dos Estados Unidos³². Considerar o crescimento econômico como diretamente proporcional à redução das desigualdades, como já enfatizado, é desconsiderar a apropriação desigual da riqueza socialmente produzida. “É claro que esta é uma tradição de pensamento que tem uma visão positiva do capitalismo em termos de movimento para uma maior igualdade social” [...] (Mora Salas, 2004, p. 12, tradução nossa)³³. Não se

³² Com coeficiente de Gini registrado em 2020 de 0,56 e 0,58, respectivamente (Blanchet, F. *et. al.* 2020).

³³ “Es claro que se trata de una tradición de pensamiento que tiene una visión positiva del desarrollo del capitalismo en materia de movimiento hacia una mayor igualdad social [...]”

desconsidera aqui as inovações que o desenvolvimento econômico, mesmo nos moldes capitalistas, possibilitou, sobretudo no campo da saúde e tecnologia, erradicando doenças e criando ferramentas que facilitaram o dia a dia das pessoas. No entanto, tais avanços foram acompanhados de grandes problemas sociais e ambientais, como a devastação e poluição dos recursos naturais, a miséria, fome, pobreza e a acentuada desigualdade social, por exemplo.

O ponto central da abordagem liberal clássica é que ela reconhece a igualdade de dignidade e de direitos apenas do ponto de vista formal, inscrita no ordenamento jurídico positivo. E, assim sendo, admite condições materiais desiguais, já que nessa concepção prevalecem os princípios da liberdade individual, das desigualdades naturais e da meritocracia. Sabe-se que, como toda corrente de pensamento, o liberalismo não é homogêneo. Liberais contemporâneos também deram contribuições para o debate sobre desigualdade. Em sua mais famosa tese sobre justiça³⁴, John Rawls (2000) afirma que a sociedade deve ser orientada a partir de dois princípios fundamentais da justiça: a igualdade de oportunidade e a diferença. O primeiro preconiza que todos os indivíduos devem ter liberdades básicas igualitárias, já o segundo prega que toda e qualquer forma de desigualdade só é aceitável na sociedade se for favorável para todos ou para os menos favorecidos. Observa-se que, ao desenvolver sua tese, a partir desses dois princípios, Rawls rompe com o princípio da meritocracia (Miguel, 2016a).

Por mais que Rawls e outros³⁵ tenham avançado no debate, não conseguiram romper totalmente com a primazia do indivíduo como centro do debate, além de, como é o caso deste, situar a abordagem num campo mais idealista que real, [...] “a ausência de uma preocupação mais focada no impacto das desigualdades nas práticas sociais reais é o principal calcanhar de aquiles do pensamento liberal” (Miguel, 2016a, p. 30). E é nesse ponto em que a crítica da vertente marxista se assenta. O eixo principal da crítica dessa corrente é um dos princípios basilares do liberalismo: a propriedade privada. Na tradição marxista, ela é considerada a gênese da desigualdade material entre capitalistas e trabalhadores expropriados. Portanto, nessa concepção, as desigualdades sociais não são frutos de atributos naturais, mas do conflito de classes³⁶.

A propriedade privada, obtida com o esforço pessoal, baseada, por assim dizer, na identificação do trabalhador individual isolado e independente, com suas condições de trabalho, é suplantada pela propriedade capitalista,

³⁴ RAWLS, John. Uma teoria da justiça. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

³⁵ Dworkin (2005), Rosavallon (2013), etc.

³⁶ De forma genérica, classe social se refere à forma como o sistema capitalista pós-industrial divide a sociedade em grupos sociais hierarquizados economicamente. Todavia, Thompson (2002) ressalta que a classe social não é uma categoria fixa ou econômica, mas como um processo histórico, uma vez que emerge da experiência de luta coletiva, moldada pelas condições materiais e pela cultura.

fundamentada na exploração de trabalho alheio, livre apenas formalmente²⁵¹ (Marx, 2017, p. 883).

Diferentemente da concepção liberal, na corrente marxista, não há uma visão positiva do desenvolvimento do capitalismo. Contrariamente, à medida que o capitalismo amadurece, há uma tendência constante de aumento, monopolização e centralização de capitais. Como capitalistas e trabalhadores expropriados são classes antagônicas, o enriquecimento dos primeiros implica maior exploração dos segundos, ou seja, quanto maior a riqueza de capitais, mais pauperismo, exploração, miséria e desigualdade. Outro ponto importante a ser destacado da citação acima é a crítica à liberdade formal. Os trabalhadores são livres apenas para a venda da sua força de trabalho, isto é, são livres para serem explorados. Como tal, a igualdade sem distinção preconizada no art. 5º da Constituição Federal brasileira de 1988 convive com uma realidade de desigualdade social abissal. É um explícito exemplo da isonomia formal em direitos e dignidade convivendo com as desigualdades materiais na sociedade.

Dois fatores interligados explicam o movimento que lançou o marxismo para o lado da igualdade. Por um lado, a denúncia das profundas desigualdades sociais vigentes na sociedade capitalista, algo que precede a formação do marxismo como corpo doutrinário (Engels, 2010 [1845]) e o acompanha em toda sua trajetória. Por outro, a denúncia da vacuidade das liberdades garantidas por lei quando desacompanhadas de condições materiais que permitam seu usufruto. Dessa maneira, a visão marxiana acompanha a compreensão de Rousseau (1964 [1755]) de que é a desigualdade, não a igualdade, que ameaça o usufruto da liberdade (Miguel, 2016b, p. 30).

Ao debate marxista clássico da exploração de classe, foram adicionados outros elementos. Gramsci (1982), por exemplo, deu ênfase ao papel dos aparelhos privados de hegemonia (o sistema escolar, as igrejas, os partidos políticos, os sindicatos, as organizações profissionais, os meios de comunicação de massa, dentre outros) que, para ele, buscam legitimar práticas e concepções da classe dominante, é o que ele chama de sociedade civil. E os aparelhos estatais de coerção, como o sistema jurídico-legal e a força policial e militar, compõem a sociedade política. Assim, o autor amplia o conceito marxista de Estado capitalista, composto pelas esferas políticas e sociais, formado pela sociedade política (monopólio da força) mais a sociedade civil (hegemonia ideológica). O Estado ampliado engloba a burocracia administrativa, o aparato policial-militar, as instituições legais e também todo o sistema responsável pela difusão da ideologia dominante, composto pela igreja, sistema escolar, sistema de comunicação, sindicatos, partidos políticos etc.

Pode-se fixar dois grandes planos superestruturais: o que pode ser chamado de sociedade civil (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como privados) e o da sociedade política ou Estado, planos que correspondem

respectivamente, a função de hegemonia que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e aquela de domínio direto ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico (Gramsci, 2001, p. 20).

Na mesma linha de Gramsci e influenciado por ele, Poulantzas (1998) julgou equívocado considerar o Estado apenas como um mero representante de interesse de uma classe, como assim foi afirmado por Marx e Engels³⁷. Para ele, o Estado é fruto das contradições dos interesses de classes, não sendo, portanto, um bloco monolítico. É, portanto, [...] “uma relação social entre sujeitos mediada pela sua relação com as capacidades do Estado” (Jessop, 2009, p. 133). Contudo, mesmo adicionando novos elementos ao debate marxista, esses autores também consideram a classe como primordial e a desigualdade social como resultado do conflito entre capital e trabalho, que se expressa em dominantes e dominados.

Segundo Marx (2012), a luta de classes seria abolida com a vitória da classe trabalhadora e a implantação da ditadura do proletariado (etapa de transição após a derrubada do Estado burguês, o socialismo) sob a burguesia e a instauração do comunismo, no qual prevaleceria a igualdade material. Todavia, não foi o que aconteceu até os dias atuais, tampouco há condições históricas que sinalizem nesse sentido. Como afirmou Milanović (2020), o sistema capitalista se consolidou como único e dominante no mundo, até mesmo em países que tinham uma tradição, ainda que no campo ideológico, mais próxima do socialismo. A China hoje é um dos grandes exemplos de “capitalismo político”, nas expressões do autor. Contudo, reconhecer que o capitalismo se firmou como sistema hegemônico no mundo não desconsidera outras formas de sociabilidade que possam coexistir, ainda que não dominantes, muitos menos tal fato significa a garantia de que o sistema irá se perpetuar para sempre. As condições históricas são dinâmicas e a única certeza que se tem é a da própria incerteza.

Em síntese, a abordagem clássica marxista confere primazia à classe. “Como consequência, a desigualdade de classes tende a ser considerada como a principal desigualdade social, fonte de todas as outras.” (Miguel, 2016b, p. 71). E nesse aspecto recai uma das críticas à teoria marxista: a de considerar a desigualdade de classe como origem das demais desigualdades existentes. “A sua fragilidade mais evidente é a dificuldade para incorporar outras desigualdades, além da desigualdade de classe, em sua moldura interpretativa” (Miguel, 2016b, p. 99). Embora a classe seja uma categoria central no debate da desigualdade econômica, nem todas as formas de desigualdade são decorrentes da disputa capital x trabalho. No esforço de ultrapassar esses limites, Laclau e Mouffe (2015) apontaram a necessidade de se considerar

³⁷ MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Escala, 2009.

outras formas de desigualdade igualmente importantes que podem ser articuladas no que eles chamam de “lógica equivalencial”.

A articulação equivalencial entre antirracismo, antissexismo e anticapitalismo, por exemplo, requer uma construção hegemônica que, em certas circunstâncias, pode ser a condição para a consolidação de cada uma dessas lutas. A lógica de equivalência, então, levada às suas últimas consequências, implicaria na dissolução da autonomia dos espaços em que cada uma destas lutas é constituída, não necessariamente porque algumas delas se subordinasse a outras, mas porque todas elas se tornaram, rigorosamente falando, símbolos equivalentes de uma luta única e indissolúvel (Laclau; Mouffe, 2015, p. 271).

O debate sobre outros tipos de desigualdade, tais como: de gênero, raça, etnia e sexualidade, por exemplo, ao longo do tempo, foi sendo incorporado por alguns teóricos marxistas³⁸, ainda que não de forma generalizada nessa matriz de pensamento. E, na contemporaneidade, o debate do feminismo negro tem dado contribuições significativas a essa lacuna³⁹. No entanto, em regra, mesmo considerando outras formas de desigualdade, observa-se que ainda há uma primazia dada à classe, embora se reconheça a existência de outros tipos que se entrecruzam com ela. A partir dessa lógica de subordinação, as demais formas de desigualdades, tais como: raça, etnia, gênero e sexualidade, só poderiam ser abolidas com a abolição do capitalismo.

É fato que, no âmbito do sistema capitalista, todas as clivagens sociais são funcionais e lucrativas para o sistema, uma vez que há a possibilidade de intensificar a exploração de determinados segmentos para além dos demais que já são explorados. No mercado de trabalho, remunerar melhor homens que mulheres possibilita manter uma força de trabalho tão qualificada quanto, e até mais, por um custo menor. O não reconhecimento das atividades de cuidado como forma de trabalho não remunerado permite a garantia da reprodução da força laboral e da própria manutenção da vida. Por que remunerar cuidadores no âmbito doméstico, em sua ampla maioria mulheres, se culturalmente e historicamente sua gratuidade é legitimada socialmente? Assim, vê-se que o patriarcado é funcional ao sistema.

Então, é notório que o capitalismo lucra com o patriarcado, da mesma forma que obtém ganhos de outras formas de opressão. Além disso, a desigualdade econômica serve de base para muitas outras formas de desigualdade, como de poder, por exemplo, que possui implicações em várias outras esferas da vida, já que [...] “dinheiro é poder, e os ricos são também agentes políticos muito relevantes. [...] são uma elite de poder, talvez uma das mais influentes do

³⁸ A exemplo de Stuart Hall, Octávio Ianni, Florestan Fernandes, Silvia Frederici, Angela Davis, entre outros.

³⁹ O que será mais explorado posteriormente.

mundo” (Medeiros, 2023, p. 76). Mas servir de base não significa ser a única causa. Crer que outro modelo de sistema econômico, por si só, cesse todas as formas de opressão da sociedade é desconsiderar as particularidades dos outros tipos de desigualdade. Por outro lado, é difícil acreditar que as demais formas de desigualdades, sozinhas, podem ser aniquiladas em um sistema que tem como fundamento a acumulação via exploração, que expropria mais ainda os grupos subalternos, daí a necessidade de uma construção hegemônica equivalencial, conforme propõe Laclau e Mouffe (2015).

Em apertada síntese, essas são as questões que permeiam os paradigmas clássicos sobre desigualdade. Liberalismo e marxismo são fontes basilares das teorias posteriores que surgiram sobre o tema. Todavia, diante das mudanças e transformações do mundo capitalista contemporâneo, foram surgindo diversos e complexos tipos de desigualdade social que exigiam explicações mais específicas. Segundo Mora Salas (2004), a partir da década de 1970, os estudos desenvolvidos se debruçaram mais no aspecto pragmático e menos no ideológico. Assim, ganharam espaço as análises mais empíricas, tanto de mensuração da desigualdade quanto de explicação de fatores de origem, tipologias, desenvolvimento e reprodução, isto é, o debate não mais estava centrado exclusivamente no fator gerador primário, tampouco apenas na legitimidade ou não de sua existência.

Em parte, isso também estava relacionado ao surgimento de novas formas de desigualdade social nos países industrializados, que ultrapassavam em muito o arcabouço analítico-conceitual utilizado tanto pela corrente liberal quanto pelos críticos para explicar o fenômeno da persistência das desigualdades sociais. Não há dúvida de que a própria evolução histórica do desenvolvimento do capitalismo, e as formas institucionais que deu origem nos países industrializados, constituíram uma nova fonte para a problematização do debate, evidenciando as limitações das abordagens clássicas. A confluência de novos desenvolvimentos teóricos, juntamente com a existência de novas realidades sociais, que não podiam ser explicadas a partir de esquemas clássicos, serviram de incentivos para a redefinição do debate no campo de nosso interesse (Mora Salas, 2004, p. 14, tradução nossa)⁴⁰.

Ainda segundo o autor, à medida que a sociedade atingia níveis mais avançados de desenvolvimento, novos tipos de desigualdade ganhavam destaque no debate. Ao mesmo tempo, se convivia com um paradoxo: de um lado a intensificação do sistema capitalista

⁴⁰ “En parte, esto estuvo relacionado también con la emergencia de nuevas formas de desigualdad social en países industrializados, que superaban con creces, el marco conceptual-analítico utilizado tanto por la corriente liberal como la crítica para explicar el fenómeno de la persistencia de las desigualdades sociales. No cabe duda de que el mismo devenir histórico del desarrollo del capitalismo, y las formas institucionales a que dio lugar en los países industrializados, constituyó una nueva fuente para la problematización del debate, haciendo evidente las limitaciones de los enfoques clásicos. La confluencia de nuevos desarrollos teóricos, en conjunto con la existencia de nuevas realidades sociales, que no se podían explicar con base en los esquemas clásicos, sirvieron como acicates para la redefinición del debate en el campo de nuestro interés.”

gerando desigualdade e do outro a expansão de regimes democráticos e o reconhecimento da necessidade de redução dessa desigualdade. Foi o que ocorreu no desenvolvimento dos Estados de bem-estar social do norte global, pós Segunda Guerra Mundial, sobretudo nos países nórdicos, que mesclam capitalismo de mercado e mecanismos redistributivos adotados pelo Estado. A realidade é que esses países combinaram economia de mercado desenvolvida e níveis baixos de desigualdade, com bons indicadores sociais – os chamados 30 anos gloriosos do *Welfare State* –, embora muitos deles hoje vivenciem um processo de reversão, decorrente de políticas neoliberais adotadas⁴¹, deixando pouca margem para políticas redistributivas.

No caso da América Latina, os alarmantes índices de desigualdade social não devem ser analisados isoladamente, sem considerar os fatores distintos do próprio processo histórico da maioria dos países que compõem essa região: condição de colônia, posição que ocupa na ordem mundial, desenvolvimento econômico mais dependente dos mercados globais, instabilidade de regimes democráticos, entre outros. Ademais, os maiores avanços no que se refere a políticas de bem-estar social só foram registrados tardiamente, nos finais da década de 1990 e início dos anos 2000, sob a emergência e vigência da onda de governos progressistas, localizados no espectro político de centro-esquerda (Silva, 2019). Ainda assim, mesmo tendo melhorado alguns de seus indicadores sociais nesse período, a América Latina se mantém como uma das regiões mais desiguais do mundo.

Em síntese, o que esses exemplos mostraram foi que, mesmo em contextos de avanço do capitalismo, as democracias liberais criaram mecanismos e adotaram medidas que reduziram desigualdades. Nos países em que se consolidaram os Estados de bem-estar social, no período pós Segunda Guerra, destacam-se o aumento do investimento público em políticas sociais, a instituição de regimes de seguridade social, a adoção de sistemas tributários progressivos, entre outros. Já mais tardiamente, na América Latina, na transição dos séculos XX para o XXI, sob a égide dos governos progressistas, a criação e expansão de políticas sociais distributivas foram responsáveis pela relativa diminuição dos índices de desigualdade nessa região. Contudo, é preciso ressaltar que esse cenário não aboliu a desigualdade nos países, mas, de forma distinta em cada região, houve variações nos seus níveis, via intervenção estatal, ainda que essas transformações tenham sido aquém do necessário e esperado.

Essas novas realidades evidenciaram a complexidade da questão e sua natureza multifacetada, ao mesmo tempo em que questionavam a noção de desigualdades naturais em que se baseava o núcleo central do pensamento liberal-conservador sobre o tema e as teses marxistas, segundo as quais o desenvolvimento capitalista geraria, inevitavelmente, maiores desigualdades

⁴¹ Principalmente a partir do Consenso de Washington, de 1989. Conferir Bresser-Pereira (1991).

sociais. O problema subjacente passou a ser o de especificar os contextos institucionais particulares; ou seja, os modelos de regulação sociopolítica, que favoreceram processos de crescente igualdade social no âmbito dos sistemas capitalistas de produção. (Mora Salas, 2004, p. 16, tradução nossa)⁴².

Então, o ponto central do debate deixou de ser exclusivamente centrado na abolição total ou manutenção das desigualdades sociais e passou a abordar as condições históricas, sociais, políticas e econômicas que poderiam levar a uma realidade mais ou menos desigual. Assim, deu-se ênfase à discussão sobre justiça social e sobre o caráter multidimensional da desigualdade (Mora Salas, 2004). Nesse contexto, a tese das desigualdades naturais é amplamente combatida, por legitimar as desigualdades sociais existentes. “Mérito ou talento não podem ser vistos como “dons”, mas como frutos de disposições sociais específicas, que são distribuídas de forma desigual” (Miguel, 2016b, p. 51). Desse modo, ainda que exista um componente biológico para algum tipo de habilidade ou talento, ele precisa ser estimulado no meio social para se desenvolver. E, ainda assim, essas diferenças biológicas só se tornam mecanismos de diferenciação social em contextos culturais específicos (Mora Salas, 2004). “Numa sociedade sem futebol, o talento de Diego Maradona não teria existido” (Miguel, 2016b, p. 51).

Portanto, como já pontuado, dada a ampliação do debate sobre desigualdades para além das principais teorias clássicas (liberalismo e marxismo) sobre o tema, outras abordagens ganharam destaque na teoria social e também na agenda pública. Com isso, não se afirma que as teorias clássicas e precursoras da desigualdade tenham sido substituídas ou perdido seu poder de explicação sobre o tema. Contrariamente, além de permanecerem válidas, elas continuam influenciando, em alguma medida, os teóricos contemporâneos. Mas se há um ponto comum entre o liberalismo e o marxismo, pelo menos em suas versões mais clássicas, é a ênfase na desigualdade de renda/riqueza, ou seja, de classe.

[..] No final do século XX, as abordagens neoclássicas alcançaram especial relevância tanto no campo disciplinar da economia quanto nas principais organizações internacionais, como as agências de desenvolvimento da Organização das Nações Unidas (ONU) e o World Bank. Nesses contextos, privilegiou-se uma definição específica de desigualdades, que ainda hoje continua muito influente no âmbito das agências internacionais e públicas. Segundo ela, desigualdades sociais referem-se às diferenças observadas nas

⁴² “Estas nuevas realidades imponían al debate teórico nuevos desafíos, que en mucho se encaminaron a dilucidar en qué terrenos podrían tener lugar estos procesos de igualdad social y en qué condiciones estos se tornan factibles. Estas nuevas realidades hacían evidente la complejidad del tema y su carácter multifacético, al tiempo que cuestionan la noción de desigualdades naturales en que se sustentaba el núcleo central del pensamiento liberal-conservador sobre la materia y las tesis marxistas según las cuales el desarrollo capitalista generaría, inevitablemente, mayores desigualdades sociales. El problema de fondo pasaba a ser ahora el de especificar los contextos institucionales particulares; es decir, los modelos de regulación socio-política, que favorecerían procesos de igualdad social creciente en el marco de los sistemas capitalistas de producción.”

chances individuais de acesso e posse de bens socialmente valorizados. Assim, as diferenças individuais de renda, estudadas dentro das fronteiras nacionais e medidas na maior parte dos casos pelo índice de Gini, tornaram-se a forma, por excelência, de abordá-las (Costa, 2019, p. 53).

Com base nesse raciocínio, em que pese a importância dos estudos nesse sentido, sobretudo por permitirem traçar um panorama mundial do problema e estabelecerem comparações entre países e internamente neles, outras dimensões da desigualdade ficam de fora desse marco analítico. Segundo Costa (2019), os principais questionamentos a esses estudos mais restritos derivam de questionamentos a respeito de qual desigualdade estar-se falando, entre quem, quando e onde. No que se refere ao primeiro item, por exemplo, a ênfase apenas nas desigualdades de oportunidades acaba por legitimar o ideário liberal da meritocracia. Ora, se o problema são as condições desiguais dos indivíduos na estrutura social, colocá-los em um mesmo patamar, numa ilusória linha de partida, por si só, possibilitaria a vitória do melhor, ou seja, daquele que se esforçasse mais. A crítica a essa concepção de igualdade de oportunidades recai no fato desta desconsiderar os elementos relacionados à gênero, sexualidade, raça, etnia, cidadania, entre outros, que interferem na linha de chegada, ainda que a de partida tenha sido a mesma.

Nas sociedades latino-americanas, o papel de adscrições diversas na formação das desigualdades sociais é, como sabido, especialmente relevante. Categorizações que remontam, em muitos casos, a classificações criadas no período colonial com o claro propósito de dominar e controlar populações inteiras – como “negro”, “mestiço” ou “índio” – ainda determinam, em grande parte, a posição ocupada pelos indivíduos nas hierarquias socioeconômicas existentes (Costa, 2019, p. 56).

Para o autor, por essa razão, são cada vez mais frequentes pesquisas que avaliam as desigualdades de resultados em detrimento a de oportunidades. Isso não quer dizer, destaca ele, que a dimensão socioeconômica não seja considerada, uma vez que ela continua definindo a posição dos indivíduos nas estruturas sociais. No entanto, há outras que também interferem nesse processo, entre elas as desigualdades de poder e socioecológicas. Costa define a primeira como sendo:

[...] as diferentes possibilidades que indivíduos ou grupos têm de exercer influência nas decisões que afetam suas trajetórias e convicções pessoais, materializando-se, ainda, na distribuição assimétrica dos direitos políticos e sociais. As assimetrias de poder apresentam obviamente um vínculo claro com as desigualdades socioeconômicas (Costa, 2019, p. 57).

No Brasil, as assimetrias de poder se expressam em diversas situações. Quando, por exemplo, há alguma votação de projeto de lei ou emenda constitucional com impacto em

alguma política pública ou direito social, os menos favorecidos socialmente e/ou mais afetados por tal alteração são os que possuem menor poder de influência para interferir no processo. Certamente, professores e alunos foram os menos ouvidos na reforma do Ensino Médio de 2016, já o mesmo não se pode dizer das grandes corporações privadas educacionais do país. Quando há proposta de reforma da previdência, o *lobby* militar praticamente mantém inalterado o regime de previdência das Forças Armadas, isso quando não amplia privilégios. Contudo, o Regime Geral de Previdência Social é o que sofre mais alterações, ainda que seja o regime mais progressivo de todos, ou seja, o que beneficia mais os que são mais vulneráveis socialmente. Então, isso explicita o poder de influência desigual entre militares e trabalhadores da iniciativa privada, embora estes sejam mais numerosos. Esse é um exemplo nítido de como a desigualdade de poder interfere na materialização, redução ou ampliação de direitos. A liberação desenfreada de agrotóxicos nas lavouras⁴³ não seria tão exitosa sem a participação da bancada do agronegócio do Congresso Nacional brasileiro.

Em relação às desigualdades socioecológicas, Costa (2019) as define como sendo o desigual acesso aos recursos naturais, o que inclui acesso a água potável, ar limpo, espaços arborizados e sem poluição, entre outros. Esse tipo de desigualdade engloba também a exposição a riscos ambientais, tais como: deslizamentos, inundações, temperaturas extremas, furacões, etc. No Brasil, são as populações mais vulneráveis socioeconomicamente que têm menos acesso a saneamento básico e que vivem em lugares de risco de encostas e deslizamentos. Não à toa, são os bairros de maior renda *per capita* que possuem melhor arborização⁴⁴. Todos os anos no país, com as chuvas de verão, assiste-se a inundações e deslizamentos de terra sobre casas no Brasil, muitas tragédias que, ainda que tenham um fator ambiental, poderiam ter sido evitadas caso houvesse moradia digna e segura para todos.

Pesquisar as desigualdades a partir de uma ótica interdependente requer, em primeiro lugar, uma mudança de perspectiva, de maneira a estender a investigação das desigualdades de oportunidades para as de posições ou resultados. Em segundo lugar, implica um conceito multidimensional de desigualdade capaz de contemplar, de forma consistente e coerente, as desigualdades socioeconômicas, socioecológicas e de poder (Costa, 2019, p. 58).

⁴³ Segundo dados do Atlas dos Agrotóxicos, desde 2016 o país vem batendo recorde de liberação dessas substâncias. No ano de 2022, o Brasil contabilizou 652 agrotóxicos liberados (Heinrich Böll, 2023).

⁴⁴ Em 2023, viralizou nas redes sociais uma foto tirada de cima do Lago Sul, bairro de maior renda per capita de Brasília, e do Sol Nascente, maior favela do Brasil. Nas imagens, o contraste na arborização de ambos os bairros é nítido: enquanto o Lago Sul é visivelmente arborizado, o Sol Nascente praticamente não possui árvores (Alves, 2023).

Outro ponto enfatizado por Costa é que muitos autores destacam a importância de se pesquisar as desigualdades entre grupos categorizados socialmente (feminino/masculino, cidadão/estrangeiro/branco/negro, etc.) e não apenas entre indivíduos. Contudo, alerta ele, ainda que tais categorias sejam relevantes analiticamente, é preciso considerar que há gradações entre essas categorias e que elas não são fixas, ou seja, podem mudar com o passar do tempo. “Essas gradações indicam os direitos e as possibilidades de se ter acesso ao estado de bem-estar, e disso derivam variações significativas nas desigualdades que afetam os diferentes grupos de “estrangeiros” dentro de um mesmo país” (Costa, 2019, p. 58). Em relação às mudanças das categorias ao longo do tempo, um dado grupo identificado por uma categoria oprimida, pode assumir outras, dadas as circunstâncias históricas: “Grupos que antes se definiam como camponeses podem, mais tarde, serem identificados como indígenas, afrodescendentes ou quilombolas” [...] (Costa, 2019, p. 58). Por isso a importância dos estudos interseccionais que consideram as opressões cruzadas de gênero, raça, etnia, classe, cidadania, entre outras.

No que se refere ao quando, ainda com base na ideia do autor, os estudos sobre desigualdade geralmente são contemporâneos. Não obstante, é fundamental compreender que grande parte das estruturas sociais que existem hoje são fruto de processos históricos muito antigos. Então, o desafio é relacionar desigualdades passadas com recentes, uma vez que elas foram adquirindo novos contornos em função de aspectos endógenos de cada país, mas também de fatores externos. E, para Costa (2019), estudar as desigualdades sob a ótica de regimes de desigualdade⁴⁵ ajuda a compreender como elas permanecem ao longo do tempo. A nível nacional, a obra de Pedro Souza⁴⁶ é um exemplo de estudo que faz uma análise histórica da desigualdade no Brasil, passando por vários períodos e regimes políticos do país.

Um regime de desigualdade engloba pelo menos quatro dimensões: i) lógicas de estratificação e redistribuição definidas como estáticas (sociedades de castas), dinâmicas (sociedades de classes) ou combinadas (classe e adscrições de gênero, etnoraciais etc.); ii) discursos políticos, científicos e populares, segundo os quais os indivíduos ou grupos interpretam e constroem suas próprias posições e as dos outros na sociedade; iii) estruturas legais e institucionais (por exemplo, leis segregacionistas, leis multiculturais ou políticas antidiscriminação); e iv) modelos de convivência na vida cotidiana (formas conviviais integradoras ou segregadoras) (Costa, 2019, p. 60).

⁴⁵ Em estudo anterior sobre afrodescendentes na América Latina, o autor identificou quatro regimes desigualitários nos quais desigualdade de um perpassa a outros: escravidão (até o séc. XIX), nacionalismo racista (fins do séc. XIX até início do XX), nacionalismo mestiço (1930-1980) e regime multicultural neoliberal (a partir de 1980 (Costa, 2019).

⁴⁶ SOUZA, Pedro H. G. Ferreira de. *Uma história da desigualdade: a concentração de renda entre os ricos no Brasil 1926 - 2013*. São Paulo: Hucitec Editora, 2018.

Por fim, em relação ao recorte geográfico (onde), o autor destaca que a maioria dos estudos sobre desigualdade são circunscritos a um país e que, para além disso, é importante o desenvolvimento de pesquisas mais amplas que também captem [...] “as interdependências transnacionais e globais que moldam as estruturas de desigualdade locais e nacionais” (Costa, 2019, p. 61). O ganho desse tipo de análise é identificar elementos externos produtores de desigualdade num dado país. Quando se fala de altos índices de desigualdade na América Latina, é impossível desprezar a formação sócio-histórica dessa região e sua relação com o colonialismo europeu. “Nesse campo de debates, duas abordagens vêm se destacando como particularmente influentes: o transnacionalismo e as teorias do sistema-mundo” (Costa, 2019, p. 61). Segundo o autor, os estudos transnacionais analisam como as oportunidades e possibilidades de grupos específicos são afetadas por distintas estruturas nacionais e não apenas de um país específico. Já as análises teóricas do sistema-mundo ocupam-se das desigualdades macroestruturais globais a partir de uma perspectiva histórica. Pode-se afirmar que a obra de Piketty (2014) caminha nesse sentido, com foco na desigualdade econômica de diferentes regimes desigualitários ao longo da história.

Com o discorrido, viu-se que, com o passar do tempo, não apenas a desigualdade foi adquirindo outros contornos, mas também os estudos sobre ela, com fins de explicar as distintas, velhas e novas formas de desigualdade. Isso se deve à própria constatação de que a desigualdade é algo complexo e multifatorial que, no contexto do desenvolvimento do capitalismo, assume diversas conotações e implicações. Por isso, sempre que se discute desigualdade é preciso precisar de que tipo se trata, onde, quando e, enquanto algo relacional, entre o quê. Para além desse recorte, é importante compreender de que forma a desigualdade se mantém e se perpetua ao longo do tempo. Nesse sentido, para além de suas perspectivas, faz-se necessário distinguir seus tipos, condições sócio-históricas, políticas e econômicas de reprodução, manutenção e mensuração da desigualdade. Sobre esse aspecto, Therborn (2010) faz uma análise interessante, que será objeto do subitem a seguir.

1.5 Tipos e formas de reprodução da desigualdade

Therborn (2010) classifica a desigualdade em três tipos principais, mas isso não quer dizer que sejam isolados e totalmente diferentes entre si, pelo contrário, são tipos entrelaçados e mutuamente influenciáveis. São assim classificados porque as desigualdades são derivadas de inúmeros motivos. [...] “Mas é útil distingui-los porque, assim como eles têm efeitos diversos sobre as pessoas, apresentam trajetórias variadas em períodos distintos, isto é, são determinados

por mecanismos causais diferentes” (Therborn, 2010, p. 147). Assim sendo, o autor tipifica as desigualdades em *vitais, existenciais e materiais*. A desigualdade vital diz respeito às condições de saúde e morte. Ainda que esses aspectos sejam riscos inerentes à vida, há circunstâncias que podem acentuar o risco de morte e fragilizar condições de saúde das pessoas. E isso pode ser mensurado através de indicadores de expectativa de vida, taxa de mortalidade, etc. Há pesquisas⁴⁷ comprovando que as crianças podem ter condições de desenvolvimento fisiológico e cognitivo diferentes ao longo da vida, a depender das condições de vida, desde a gestação.

[...] É verdade que somos todos mortais e fisicamente vulneráveis e que, de alguma forma, nossa árvore da vida é decidida por alguma loteria inescrutável. Contudo, acumulam-se evidências robustas de que a saúde e a longevidade são distribuídas segundo padrões sociais facilmente identificáveis. Nos países e classes pobres, as crianças morrem mais frequentemente antes de fazer 1 ano, e entre 1 e 5 anos, do que nos países e classes ricas (Therborn, 2010, p. 146).

Além do pré-natal, condições de saneamento básico, acesso a serviços de saúde, condições de renda, moradia, trabalho, dentre outros fatores sociais, interferem nos níveis de *desigualdade vital*. No Brasil, laboratório de diversos tipos de desigualdade, a desigualdade vital é observada a partir de dados demográficos de regiões distintas, por exemplo. Segundo projeções do IBGE, em 2019, a expectativa de vida registrada em Santa Catarina foi de 79,9 anos. Já no Maranhão foi de 71,4 anos. No mesmo ano, a taxa de mortalidade infantil⁴⁸ no Espírito Santo foi de 7,8%, enquanto a do Amapá foi cerca de três vezes maior, 22,6% (IBGE, 2020), o que também é reflexo da desigualdade regional que interfere na desigualdade vital, por isso a relação mútua de implicações entre elas.

Para Therborn (2010), a *desigualdade existencial* afeta os sujeitos como pessoas mesmo, restringindo sua liberdade de ação, e se manifesta através tanto da discriminação explícita quanto das estruturas sociais hierárquicas de *status*, que atingem sobretudo grupos sociais marginalizados. O exemplo dado anteriormente para exemplificar a distinção entre diferença e desigualdade, sobre a discriminação sofrida por uma pessoa homossexual em detrimento de uma pessoa heterossexual, trata-se de uma *desigualdade existencial*, assim como as demais opressões de gênero, sexualidade, raça, etnia, origem, condição física, fisiológica ou mental (deficiências), dentre outras.

[...] Desigualdade existencial significa a negação de (igual) reconhecimento e respeito, e é um forte gerador de humilhações para os negros, (amer-)índios,

⁴⁷ A exemplo do estudo de Victora *et. al.* (2022), que mostrou que quanto maiores as desigualdades socioeconômicas de um país, piores são as condições de saúde, nutrição e desenvolvimento cognitivo das crianças oriundas das camadas mais vulneráveis das populações.

⁴⁸ Trata-se do número de óbitos de menores de um ano de idade, por mil nascidos vivos, em determinado espaço geográfico, no ano considerado.

mulheres em sociedades patriarcais, imigrantes pobres, membros de castas inferiores e grupos étnicos estigmatizados (Therborn, 2010, p. 146).

As desigualdades experimentadas por esses grupos no Brasil são tão evidentes que se tornam matérias cotidianas nos veículos de comunicação e é uma realidade que pouco se altera ao longo do tempo, em que pesem algumas políticas afirmativas criadas nas últimas décadas. Ainda assim, pessoas negras, com deficiência, LGBTQAPNI+, mulheres, população originária, migrantes, dentre outros segmentos, cotidianamente, são vítimas de preconceito e discriminação. E não somente isso, mas também são vítimas de violência. Segundo dados do Atlas da Violência de 2024, 76,5% das vítimas de homicídio no Brasil, em 2022, foram pessoas negras, que possuem uma possibilidade 2,8 vezes maior de serem assassinadas comparada à de uma pessoa não negra (Cerqueira; Bueno, 2024). Historicamente, mulheres assumem, quase na integralidade, a responsabilidade pelo trabalho doméstico e pelo cuidado. Além disso, possuem uma menor taxa de ocupação e permanência no mercado de trabalho formal, ainda que tenham um nível de instrução mais elevado que o dos homens (IBGE, 2023e). Como se observa, a *desigualdade existencial* é a mais atingida por mecanismos sutis de reprodução e manutenção das hierarquias nas relações sociais, ainda que conviva com a igualdade jurídica.

O terceiro tipo de desigualdade citada por Therborn (2010) é a *desigualdade material*, que, como o próprio nome já diz, se refere à desigualdade de recursos. Segundo ele, ela pode ser dividida em dois campos: *desigualdade de acesso* e *de recompensa*. A desigualdade de acesso está relacionada à educação, ao mercado de trabalho e a uma rede de contatos sociais através dos quais é possível obter vantagens, ou seja, ao capital social disponível. “Nas discussões convencionais, este aspecto é geralmente referido como “desigualdade de oportunidades” (Therborn, 2010, p. 146). Já a desigualdade de recompensa se refere à distribuição da renda e da riqueza numa dada sociedade [...] “comumente denominada de desigualdade de resultado” (Therborn, 2010, p. 146). Como já frisado, é a desigualdade material a forma mais estudada e mensurada mundialmente.

O autor chama a atenção para o fato de esses três tipos não serem isolados, mas inter-relacionados. A exemplo do racismo no Brasil, observa-se explicitamente como os três tipos de desigualdade se entrelaçam. A população negra compõe majoritariamente a base da pirâmide social. São os trabalhadores mais vulneráveis do mercado de trabalho, com trabalhos mais informais, precários, baixos salários e maior rotatividade. E, dentro desse segmento, mulheres negras são as mais vulneráveis. “Neste quesito, a desagregação por cor ou raça, assim como o recorte por sexo, são também fundamentais para o reconhecimento das desigualdades no Brasil” (IBGE, 2023e, p. 25). A herança escravocrata brasileira privou a população negra de condições

de vida dignas, o que foi transmitido por várias gerações. Além da discriminação sofrida em decorrência da raça (*desigualdade existencial*), pessoas negras são maioria dos residentes em lugares onde as condições de habitação e saneamento são precárias, além de possuírem menor renda e piores condições de acesso a políticas públicas (*desigualdade material*), o que terá implicações nas condições de vida e saúde dessas pessoas (*desigualdade vital*). Assim, observa-se como um tipo de desigualdade se relaciona e, de certo modo, condiciona o outro.

É fato que existem diversos tipos de desigualdade. A tipologia trazida por Therborn (2010) não esgota outras possibilidades. No entanto, apresenta uma espécie de “guarda-chuva” de tipos significativos do ponto de vista distintivo. Mas, para além de descrevê-los em suas características e manifestações, é interessante compreender de que modo essas desigualdades são produzidas e reproduzidas. Como já discutido, se as desigualdades não são naturais, existem mecanismos sociais que as concebem e reiteram suas expressões. Para Therborn (2010), as desigualdades se reproduzem através de quatro maneiras básicas: *distanciamento, exclusão, hierarquia e exploração*. Do mesmo modo das tipologias, elas não são excludentes, mas se retroalimentam.

O autor afirma que a *exploração* é a forma mais sórdida de geração da desigualdade e, embora não seja uma causa direta da desigualdade vital, é notório que a exploração de trabalhadores em prol do lucro de poucos, via empregos perigosos, insalubres e mal remunerados, degrada suas condições de saúde. Ademais, embora o aumento da desigualdade seja também ocasionado pela exploração capitalista da mão de obra de baixo custo, como é o caso atual da China, segundo o autor, a distância cada vez maior entre ricos e pobres não é decorrente exclusivamente da exploração dos trabalhadores⁴⁹, embora esta tenha um peso significativo.

[...] a elevação das rendas mais altas na última década foi também acompanhada por um declínio lento da renda dos 20% mais pobres da população. O fato de ser o topo que está tomando a dianteira, em vez de serem os pobres que estão ficando para trás, significa que a competição de países de mão-de-obra barata é um componente secundário da disparidade (Therborn, 2010, p. 151).

Segundo a Oxfam (2022), a desigualdade de renda observada atualmente é tão acentuada como era no início do século XX. O crescimento da riqueza global foi capturado 19 vezes mais pelo 1% mais rico que todos os 50% mais pobres da humanidade, desde 1995. O aumento da desigualdade, puxado fortemente pelo topo da pirâmide, via maior concentração e aumento da

⁴⁹ Therborn cita o exemplo da desigualdade crescente entre o Continente Africano e o restante do mundo e também entre ricos e pobres dos Estados Unidos e Reino Unido.

riqueza nas mãos de poucos, é um fenômeno observável também no Brasil. Em razão disso, há uma controvérsia do debate entre aqueles que argumentam ter havido uma diminuição da desigualdade de renda no Brasil nos anos 2000, sobretudo na vigência dos governos de centro-esquerda, e os que defendem a tese da estabilidade da desigualdade em virtude do comportamento da concentração de renda do topo⁵⁰.

Voltando ao ponto central discutido, ainda que se concorde com a tese de que a exploração capital x trabalho não seja necessariamente a principal causa do aumento da desigualdade na contemporaneidade, é preciso destacar que, nos primórdios do desenvolvimento do sistema capitalista, ela foi central. É o que Marx (2017) chamou de *acumulação primitiva*, descrita como [...] “o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista” (Marx, 2017, p. 836). Assim, a exploração foi fundamental para a desigualdade econômica, sobretudo nas fases iniciais do capitalismo comercial e industrial⁵¹. Utilizando como exemplo a Inglaterra, ele afirma que:

Marcam época, na história da acumulação primitiva, todas as transformações que servem de alavanca à classe capitalista em formação, sobretudo aqueles deslocamentos de grandes massas humanas, súbita e violentamente privadas de seus meios de subsistência e lançadas no mercado de trabalho como levas de proletários destituídas de direitos (Marx, 2017, p. 837-838).

Retomando a ideia de Therborn (2010), se a exploração não é a principal causa da desigualdade econômica na atualidade, o que seria então? Para ele, dois elementos são fundamentais. Um deles é o aumento dos mercados solventes, que privilegiam as elites empresariais criando “estrelas” do mercado financeiro, fenômeno que ocorreu de forma semelhante nas áreas do esporte e do entretenimento, que também produziram seu estrelato detentor de milhões; basta lembrar dos supersalários pagos a jogadores de futebol famosos e celebridades do meio artístico e midiático. Outro elemento que tem contribuído para acentuar a desigualdade nas últimas décadas é a progressiva autonomia do capitalismo financeiro em detrimento das demais formas de transações financeiras reais. “Nos últimos dez anos, isto transformou as finanças capitalistas em um cassino gigantesco, que negocia moedas, "títulos " e "derivativos "" (Therborn, 2010, p. 153).

⁵⁰ Aspecto este que será melhor detalhado no capítulo seguinte.

⁵¹ De modo geral, o capitalismo é dividido em três fases: comercial ou mercantil, que ocorreu do século XV ao XVIII; industrial ou concorrencial, que ocorreu nos séculos XVIII e XIX; e financeiro ou monopolista, a partir do século XX. Já se fala em uma nova fase, a do capitalismo informacional, caracterizado pelo avanço da tecnologia e da economia digital. Nesse contexto, Zuboff (2021) argumenta que essa nova fase atual do capitalismo criou uma mutação do sistema: o capitalismo de vigilância.

Outro mecanismo de reprodução da desigualdade citado pelo autor é a *exclusão*. É verdade que algumas das exclusões foram reduzidas ao longo do tempo. Na década de 1990, o regime de *apartheid* na África do Sul chegou ao fim (Therborn, 2010), o que não findou outras formas de segregação. No Brasil, por exemplo, cerca de décadas atrás, as mulheres estavam excluídas do mercado de trabalho formal e dos espaços políticos e públicos de modo geral. Por muito tempo, elas foram privadas do exercício dos seus direitos políticos e de ocupar cargos historicamente associados a homens. Embora hoje esses direitos sejam assegurados em lei, isso não eliminou totalmente as barreiras impostas ao mercado de trabalho e à participação e representação política de mulheres. O direito ao voto feminino só foi conquistado no Brasil em 1932 e ainda era facultativo. Somente em 1965, tornou-se obrigatório, como já era para os homens. Todavia, nos dias atuais, a representação feminina no parlamento brasileiro não ultrapassa os 15%, registrando, em 2022, 14,8% de uma população majoritariamente composta por mulheres (51,5%), segundo último censo do IBGE (2023a). Em relação à população LGBTQIAPN+, só em 2011 (séc. XXI), no Brasil, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o direito de constituir legalmente família a casais homoafetivos, através do julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 4277 e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 132.

Como se observa, em que pese alguns avanços, a exclusão ainda é um mecanismo permanente de desigualdade, mesmo que seja vedada no plano jurídico formal. Além do protecionismo comercial, trazido como exemplo por Therborn (2010), as crises migratórias evidenciam que [...] “a exclusão permanece sendo um aspecto central do mundo contemporâneo, dividido como é em Estados-nação exclusivos, cada um com direitos específicos apenas para os seus cidadãos” (Therborn, 2010, p. 153). Outrossim, a pobreza extrema ainda priva milhões de pessoas no mundo do acesso a bens primários de subsistência. Inúmeras pessoas com deficiência não usufruem do direito básico de ir e vir, pela ausência de condições de acessibilidade e transporte. Segmentos mais vulneráveis socioeconomicamente da população ainda se encontram excluídos do mercado de trabalho protegido (com direitos trabalhistas e previdenciários) e de políticas públicas essenciais, tais como saúde e educação, que acabam servindo de degrau para outros espaços. E assim os graus de exclusão se perpetuam e se intensificam.

Como se observa, tanto a *exploração* quanto a *exclusão* são formas de reprodução da desigualdade mais visíveis materialmente. Por essa razão, são de mais difícil sustentação moral. Contra elas, podem ser traçadas medidas objetivas de enfrentamento, ainda que sejam insuficientes, tais como: aprovar legislação de proteção aos trabalhadores, fixação de salário-

mínimo e de jornada limite de trabalho⁵², por exemplo, para minimizar a exploração; inclusão em sistemas de proteção social, políticas públicas universais, atendimento em programas assistenciais, garantia de igualdade jurídica e política, entre outras, como formas de combater exclusões. Desse modo, esses dois tipos de reprodução da desigualdade são de mais difícil sustentação, por serem mais facilmente perceptíveis como injustas, uma vez que pressupõem duas faces: de um lado aqueles que se beneficiam e do outro os explorados e/ou marginalizados⁵³.

Já o *distanciamento* e a *hierarquia* operam de modo mais sutil. Para Therborn (2010), o *distanciamento* é um paradoxo da contemporaneidade, pois, ainda que as distâncias tenham diminuído significativamente - via desenvolvimento tecnológico, que impulsionou a comunicação eletrônica - e que as últimas décadas tenham experimentado algum grau, ainda que insuficiente, de redução de desigualdades existenciais, sejam de gênero, sexualidade, raça e etnia, o abismo de renda continua crescendo entre os países e dentro deles também. Como exemplo, Therborn (2010) cita a atual distribuição da riqueza mundial, extremamente concentrada em pequenos grupos de bilionários; o fosso existente entre aqueles que estão no topo da pirâmide social e os trabalhadores médios, bem maior que o período pré-moderno; além das disparidades entre países ricos e extremamente pobres. Embora não seja a principal causa da desigualdade, mas um mecanismo de reprodução, o autor afirma que:

O distanciamento é o principal caminho de aumento da desigualdade hoje. É o mais sutil dos mecanismos, o mais difícil de combater moral e politicamente. Embora seus efeitos sejam muito visíveis no consumo ostentoso, ele opera de maneira mais clandestina do que por princípios atacáveis ou violações explícitas dos direitos humanos (Therborn, 2010, p. 151).

De modo semelhante, a *hierarquia* também pode operar de modo sutil. A hierarquia visível, que Therborn (2010) chama de “ostensiva”, segundo ele, tem sido combatida ao longo do tempo, tanto que os modelos tradicionais de organização têm dado lugar a formas mais horizontais. “Historicamente, os direitos dos subordinados têm sido fortalecidos, incluindo direitos de representação coletiva, na administração pública e privada da Europa continental e

⁵² No Brasil, atualmente, está em debate na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para alterar a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), reduzindo a jornada de trabalho de 44 horas semanais para 36, com jornada de 4 dias na semana e 3 de descanso. A proposta é conhecida popularmente como “PEC do fim da escala 6x1” e ganhou bastante popularidade na mídia tradicional e nas redes sociais.

⁵³ Há um debate no âmbito das ciências sociais sobre os termos “exclusão” e “margem”. Se usados de forma geral, como “exclusão social” e “margem social”, pressupõe uma concepção positivista na qual existe uma sociedade “coesa”, “em harmonia” *versus* aqueles que estão “fora” dela. Todavia, este estudo não dialoga com essa compreensão, pois acredita-se que a sociedade é permeada por conflitos, contradições e mazelas próprias do modelo como ela produz e reproduz desigualdades. Dito isso, ressalta-se que esses termos são usados para se referirem à exclusão ou marginalização relativas a algum direito, política pública, programa ou serviço específico.

em estabelecimentos educacionais de maneira mais ampla” (Therborn, 2010, p. 148). No entanto, ele chama a atenção para a diminuição do poder dos sindicatos e para o fato de que, mesmo quando as instituições se tornam menos hierárquicas, mais permeáveis, elas não eliminam as hierarquias de *status*, isto é, uma mudança na forma como elas se organizam e se gestam não necessariamente aniquila o valor simbólico atribuído a elas.

[...] mesmo quando as pirâmides organizacionais são achatadas, as organizações e as sociedades como um todo continuam atravessadas por hierarquias sutis de *status* social. Mediante a alocação desigual de reconhecimento e respeito, a existência de diferentes graus de liberdade de agir e os efeitos das hierarquias de auto-respeito e autoconfiança, as hierarquias de status social parecem ser uma importante razão subjacente para as desigualdades persistentes de saúde e expectativa de vida. **Hierarquias sociais produzem desigualdade existencial**, o que, por sua vez, tem sérias consequências psicossomáticas (Therborn, 2010, p. 149-150, grifo nosso).

Se a *exploração* e a *exclusão* pressupõem a ideia de um grupo privilegiado em detrimento de outro e, mais precisamente, no caso da exploração, em que o privilégio de uns é alcançado às custas de outros, não se pode dizer o mesmo do *distanciamento* e da *hierarquia*. Embora isso possa acontecer, não ocorre de forma direta e explícita. É mais fácil reprovar moralmente a riqueza de capitalistas, fruto da exploração de trabalhadores que, por exemplo, condenar o salário de um jogador de futebol de um grande clube, mesmo que se considere um valor astronômico e desproporcional ao da maioria da população. Nesse último caso específico, como parte da renda também é oriunda do trabalho, sua condenação moral é mais difícil. E essa é uma das características da atual fase do capitalismo, nomeada por Milanović (2020) de *capitalismo meritocrático liberal*, que contribui para a produção e reprodução das desigualdades de renda e riqueza existentes.

Segundo Milanović (2020), uma das diferenças do *capitalismo clássico* e *meritocrático liberal* para o *capitalismo social-democrático* é o fato de a renda do capital ter se tornado mais relevante que a renda do trabalho. Assim, quanto mais rica for uma pessoa, maior a probabilidade de grande parte de sua renda provir do capital. E essa é uma característica que não mudou ao longo do tempo, porém o que mudou foi que pessoas ricas passaram a obter sua renda advinda também do trabalho, como ocorre no *capitalismo meritocrático liberal*. “Pessoas ricas em termos de capital tendem agora a ser também ricas em termos de trabalho” (Milanović, 2020, p. 28) e essa alta renda localizada no topo da distribuição contribui para acentuar a desigualdade. É o que o autor chamou de *homoplutia*: junção de salários altos com uma concentração de capital elevada numa mesma pessoa. Trazendo o exemplo usado outrora, é o que acontece com muitas celebridades e personalidades do esporte. Além dos salários altos,

decorrentes do trabalho prestado a grandes clubes ou empresas, elas passam a fazer investimentos no mercado também, como forma de multiplicar seu capital financeiro.

Outra forma de reprodução de desigualdade no *capitalismo meritocrático liberal* apontada por Milanović (2020) é a transferência de vantagens adquiridas de uma geração para a outra, principalmente a riqueza e o “capital humano”, menor em sociedades mais igualitárias, o que gera uma transferência de desigualdades de geração para geração, uma vez que a *homogamia* (preferência por casamento com pessoas semelhantes socioeconomicamente) promove ganhos de formação e estudos precoces para os filhos, o que acarreta uma transmissão de vantagens e de desigualdade de uma geração para outra. E mesmo que a tributação sobre herança seja recomendável para igualar oportunidades, isso por si só não tornará as oportunidades iguais para crianças de pais ricos e pobres, pois, segundo o autor, há uma relação direta entre desigualdade de renda e baixa mobilidade intergeracional.

É característico também do *capitalismo meritocrático liberal* a alta concentração da propriedade de capital, uma vez que a riqueza é sempre mais concentrada e os rendimentos dessa riqueza também serão distribuídos de forma desigual. “Em suma, é uma característica sistêmica do capitalismo meritocrático liberal que a renda do capital seja extremamente concentrada e apropriada principalmente pelos ricos” (Milanović, 2020, p. 41). Por essa razão, na medida em que a riqueza for concentrada, a desigualdade também será. A alta desigualdade, decorrente principalmente da concentração de renda, é um fenômeno observado no mundo inteiro e é o caso também do Brasil, como já frisado aqui.

Então, conforme visto, as desigualdades são diversas e entrecruzadas, além de serem multicausais. Desigualdades *vitais*, *existenciais* e *materiais* se expressam na realidade social o tempo todo, muitas vezes de modo sobreposto. Alguns tipos são mais fáceis de serem observados e analisados, por disporem de indicadores mais objetivos, como é o caso dos estudos sobre desigualdade socioeconômica que utilizam índices (Gini, Theil, etc.) mundialmente conhecidos e que permitem estabelecer comparações. Já outros tipos de desigualdade são mais difíceis de mensurar, por serem mais sutis e menos dimensionáveis, a exemplo dos mecanismos simbólicos de distinção social. E, embora hoje prevaleça o debate em torno da necessidade de analisar outras formas de desigualdade para além da socioeconômica, incluindo adscrições de gênero, raça, etnia, sexualidade, etc., e o entrelaçamento entre elas, há ainda um componente pouco discutido: o campo simbólico da desigualdade. Para além da desigualdade de renda entre ricos e pobres, por exemplo, há também padrões de práticas comportamentais e sociais distintos, hierarquias culturais e *status* simbólicos atribuídos a cada categoria. Dado isso, o debate feito por Reygadas (2004) abarca essa dimensão cultural e simbólica, muitas vezes ausente das

discussões sobre o tema, e complementa a discussão de Therborn sobre os tipos de desigualdade e suas formas de reprodução.

1.6 A perspectiva multidimensional da desigualdade

Reygadas (2004) faz uma crítica aos estudos uni causais sobre desigualdade. O autor afirma que geralmente essas investigações focam em 3 aspectos, separadamente: i) recursos e capacidades dos indivíduos, ii) nas relações estabelecidas entre eles e iii) nas estruturas sociais. No entanto, ele defende que é preciso juntar esses três elementos numa abordagem que ele chama de *multidimensional* da desigualdade. Essa abordagem incluiria na análise aspectos econômicos, políticos e também culturais, assim como consideraria os diferentes tipos de desigualdade, pois, segundo o autor, não é possível estudar desigualdade sem considerar que ela é indissociável das relações de poder na sociedade.

Sobre os estudos do primeiro aspecto (recursos e capacidades dos indivíduos), o autor afirma que a maioria deles se concentra na distribuição desigual de atributos entre as pessoas e como isso afeta os resultados obtidos em uma dada realidade. No entanto, existem vários fatores que fazem com que os indivíduos consigam se apropriar da riqueza social: os internos (capacidade para o trabalho, o conhecimento, a criatividade e a inteligência) e os externos, que se referem à posse de instrumentos que podem favorecer isso: utensílios, ferramentas, máquinas, meios de transporte, instalações, dinheiro, etc. Ocorre que, segundo o autor, com o desenvolvimento tecnológico, cada vez mais os indivíduos dependem de fatores externos e o acesso a eles tem um impacto importante nos níveis de desigualdade. Exemplificando: é mais fácil um homem com uma máquina extrair mais minério que ele sozinho, ainda que tenha mais força física que o possuidor da máquina.

Para Reygadas (2004), há outros fatores que também interferem na capacidade individual, mas que são mais sutis e difíceis de avaliar ou medir, tais como: *status*, capital cultural, certificações, etnia, gênero, dentre outros. O autor destaca o papel do prestígio social que está associado ao *status* – pois é também uma fonte de desigualdade – e cita o exemplo de sociedades divididas em castas, mas destaca também que o mesmo ocorre em sociedades democráticas, ainda que de forma não institucionalizada. Há uma hierarquia de *status* social, [...] “alguns explícitos, como mérito escolar, renda, religião ou nacionalidade, e outros mais sorrateiros e cotidianos, mas não menos eficientes, como o sotaque ao falar, a forma de escrever, o estilo de vida e o consumo cultural” (Reygadas, 2004, p. 9, tradução nossa).

Pierre Bourdieu cunhou o conceito de capital cultural para mostrar a importância dos aspectos simbólicos na construção das diferenças de classe. O capital cultural pode ser material ou objetivado (obras de arte, museus, objetos, artefatos), mas também pode ser subjetivo, adquirido pelos indivíduos ao longo de muitos anos de socialização e incorporado aos seus esquemas de percepção e pensamento. Muitos dos mais sutis e sinistros dispositivos de desigualdade têm a ver com diferenças no capital cultural subjetivo. Sutil porque parecem ser habilidades que merecem recompensa, quando são, em grande parte, o resultado de desigualdades anteriores; e agourentas, porque são diferenças que se inscrevem no corpo, como estigmas (Reygadas, 2004, p. 9, tradução nossa)⁵⁴.

No caso do Brasil, a hierarquia de *status* social explícita é visível na distribuição de renda, no nível educacional, nas oportunidades desiguais de acesso a políticas e serviços públicos; e também nas diferentes paisagens geográficas de moradia. Já os *status* implícitos são identificados na valorização social que é dada a determinadas pessoas ou regiões em detrimento de outras. Ser nordestino ou nortista possui uma conotação diferente de ser sulista ou sudestino, não apenas pelos hábitos e costumes em si, mas pela suposta superioridade cultural e intelectual que muitas pessoas acreditam existir entre essas diferentes regiões. Da mesma forma, como já destacado neste capítulo, classificam-se as pessoas pelos papéis que exercem socialmente. O elevador de serviço, o “quartinho de fundo” da empregada, o tratamento hostil ao garçom ou ao entregador de plataformas de *fast food* não revelam apenas uma individual falta de empatia e respeito pelo outro, mas a acentuada hierarquização e segregação social e simbólica que existe no país, que faz com que algumas pessoas sejam consideradas dignas de respeito, de adequadas condições de trabalho e com as quais se possa partilhar o mesmo espaço e, ao mesmo tempo, introjeta a ideia de que outras sejam completamente desprovidas dessas garantias.

Na verdade, dividimos todo o mundo social em hierarquias invisíveis, ou seja, sem jamais atentarmos para isso, comandadas pela oposição corpo/espírito. Senão vejamos: na vida social, separamos o tempo todo, quer tenhamos consciência disso ou não, as classes do espírito e do conhecimento, que são as classes superiores, das classes do corpo, do trabalho manual, que são as classes inferiores. O espírito diviniza os homens e mulheres, e o corpo os animaliza. A solidariedade entre classes do privilégio se dá pela legitimação dessa aura de superioridade conferida pelo espírito e pelo conhecimento. Assim, consumir vinhos raros, roupas bem-cortadas, ter acesso a bens culturais e poder fruí-los passa a ser uma espécie de justificação do privilégio como merecimento de espíritos sensíveis. Do mesmo modo, o preconceito com as

⁵⁴ “Pierre Bourdieu acuñó el concepto de capital cultural para mostrar la trascendencia de los aspectos simbólicos en la construcción de las diferencias de clase. El capital cultural puede ser material u objetivado (obras de arte, museos, objetos, artefactos), pero también puede ser subjetivo, adquirido por los individuos a lo largo de muchos años de socialización e incorporado en sus esquemas de percepción y pensamiento.3 Muchos de los dispositivos más sutiles y más ominosos de la desigualdad tienen que ver con las diferencias en capital cultural subjetivo. Sutiles porque aparentan ser habilidades que merecen recompensa, cuando en buena parte son resultado de inequidades previas; y ominosos, porque son diferencias que se llevan inscriptas en el cuerpo, como estigmas.”

classes populares se funda na sua pretensa animalidade na forma de comer e se comportar (Souza, 2016, p. 33).

Para Souza (2016), a concepção da oposição corpo/espírito contribui significativamente para essas distinções sociais em outras esferas, não apenas do indivíduo, mas também na forma como se enxergam as culturas.

Essa oposição entre corpo e o espírito é pano de fundo não percebido de todas as oposições sociais no ocidente. Não só as hierarquias das classes sociais ou de gênero, mas também as hierarquias que existem nas culturas remetem a esse mesmo ponto central. Assim, existiriam também culturas supostamente superiores do espírito, ou seja, do intelecto, da reflexão e da moralidade, e as culturas supostamente inferiores do corpo, ou seja, da sexualidade e do afeto irrefletido e amoral. Desse modo, se os EUA e a Europa são percebidos como culturas do espírito, o Brasil, a América Latina e a África, além de grande parte da Ásia, são, por sua vez, percebidos como culturas do corpo e, portanto, inferiores. O problema com essas hierarquias inconscientes é que não temos defesa em relação a elas. De certo modo nascemos com elas, já que elas são repetidas desde tenra idade e nos são ensinadas nas escolas. Achamos que fazem parte do mundo como ele é. Isso nos faz ter deferência, respeito e admiração automática por certas classes sociais, gêneros ou culturas nacionais particulares, enquanto somos levados a sentir desprezo irrefletido por outras. O que antes se fazia com a raça hoje se faz simplesmente trocando-se “raça” por “cultura”, mantendo-se na cultura o mesmo sentido infenso à transformação e ao aprendizado que a raça já tinha. Muda-se o terreno, mas o racismo - desta vez, cultural - continua. O engano, portanto, é o mesmo: parte-se da superioridade inata de alguns e da inferioridade existente desde sempre de outros (Souza, 2016, p. 34).

Segundo Souza (2016), essa mesma oposição inconsciente também classifica a raça e o gênero. Reygadas (2004) afirma que as características étnicas e raciais são fontes de muitas desigualdades, mesmo em sociedades mais igualitárias, assim como o gênero. Embora existam mecanismos legais que proíbam discriminação entre homens e mulheres, há distinções sociais e culturais que atribuem papéis específicos ao gênero e constroem hierarquias de poder, *status* e mesmo de renda.

A mesma oposição inconsciente permite também, por exemplo, separar o branco, percebido como repositório das virtudes espirituais, e, por exemplo, o negro visto como corpo, atlético e sexualizado. O mesmo ocorre entre os homens - que são supostamente superiores, posto que representam o espírito, o intelecto distanciado - e as mulheres, que supostamente são inferiores, posto que representam o corpo, o afeto, a sexualidade etc. Os efeitos práticos dessa hierarquia opaca são tremendos. Das quinhentas maiores empresas do mundo, só para citar um exemplo, 492 são comandadas por homens. A hierarquia é opaca, mas seus efeitos são muito visíveis e palpáveis (Souza, 2016, p. 33-34).

Além das características étnicas, raciais e de gênero, Reygadas (2004) cita que atributos individuais, como: altura, peso, aparência física, deficiência, etc. são fontes de desigualdades,

pois dificultam o acesso de pessoas a oportunidades, empregos, melhores cargos e salários, entre outros. Não é difícil encontrar no Brasil anúncios de vagas de emprego que, entre as exigências de competências e habilidades, está a de “boa aparência”. Tal requisito amplia a desigualdade de oportunidade de emprego, na medida em que a “boa aparência” é baseada em um padrão de beleza que privilegia um perfil branco, magro, de cabelos lisos, com traços afinados (rosto, nariz, boca, etc.), entre outros atributos socialmente considerados como sinônimo de beleza. Muitas empresas exigem foto no currículo de candidatos, razão pela qual tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei⁵⁵ para coibir esse tipo de exigência.

Então, os estudos sobre desigualdade centrados nas capacidades individuais são importantes para entender que características interferem na apropriação do que é valorizado socialmente e que fatores fazem com que certas pessoas tenham acesso à riqueza em detrimento de outras em um dado contexto. No entanto, para Reygadas (2004), não se deve analisar a desigualdade apenas por essa dimensão, por quatro razões: i) as capacidades individuais têm origem social, são frutos de condições históricas específicas; ii) as capacidades individuais são sociais por estarem sujeitas ao crivo coletivo de cada época e cada sociedade; iii) considerar apenas as capacidades individuais desconsidera o contexto social no qual os indivíduos estão inseridos e; por fim, iv) as perspectivas individualistas não explicam a expropriação, isto é, explicam como algumas pessoas se apropriam da riqueza, mas não dão respostas aos processos de exploração. Além disso, a abordagem individualista aposta no aumento da capacidade individual para reduzir as desigualdades, o que não é suficiente, pois [...] “mostra que sujeitos diferentes possuem habilidades diferentes, mas não explica como essas diferenças foram construídas, nem as relações entre os agentes” (Reygadas, 2004, p. 12, tradução nossa)⁵⁶.

Em relação aos estudos centrados na interação social, Reygadas (2004) afirma que, no campo das relações sociais, as desigualdades também se reproduzem sob influência de instituições econômicas, políticas, sociais e culturais. As relações sociais são atravessadas por construções simbólicas que as pessoas fazem da realidade. Não apenas as condições materiais estabelecem desigualdades, mas também o capital simbólico⁵⁷ cria assimetrias sociais. O autor destaca o papel da cultura enquanto mecanismo que atribui uma imagem negativa ou positiva de determinados grupos e, assim, estabelece estigmas do que tem mais valor ou não. É por essa

⁵⁵ Projeto de Lei nº187/2021, que proíbe as exigências de anexar fotografia em “currículum vitae” e fichas de inscrição. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2268898>. Acesso em 2 set. 2024.

⁵⁶ [...] “muestra que diferentes sujetos tienen diferentes capacidades, pero no explica cómo se construyeron esas diferencias, ni las relaciones entre los agentes.”

⁵⁷ Aqui o autor usa os conceitos de Bourdieu de *capital simbólico* e *habitus*.

razão que pessoas usuárias da política de assistência social ou aquelas que compõem a base da pirâmide social do mercado de trabalho – trabalhadores que exercem trabalhos majoritariamente manuais e menos remunerados – são vítimas de discriminação e estigma, sendo vistas como inferiores, conforme explicitou também Souza (2016), citado anteriormente.

Assim, o trabalho de construção e reprodução de limites simbólicos cria situações de inclusão e exclusão e sustenta os limites materiais, econômicos e políticos que separam os grupos. A criação de uma distância cultural é essencial para possibilitar distâncias e diferenças de outros tipos. **O grau de desigualdade que é tolerado em uma sociedade tem a ver com o quão diferentes, em termos culturais, são considerados os excluídos e explorados, bem como o quanto essas distinções se cristalizaram em instituições, barreiras e outros dispositivos que reproduzem relações de poder. Uma quarta estratégia pode ser acrescentada, focada no trabalho de legitimação. São recursos simbólicos que apresentam os interesses particulares de um grupo como se fossem universais, ou seja, cuja satisfação resulta no benefício de toda a sociedade ou de todo o grupo. Isso inclui também todos os discursos que naturalizam a desigualdade ou a consideram inevitável ou normal** (Reygadas, 2004, p. 15, grifo nosso, tradução nossa)⁵⁸.

Conforme o pensamento do autor, existem barreiras que separam os grupos e estas não são apenas materiais: acesso, renda, dispositivos legais, etc. mas também simbólicas e culturais; transpassadas e legitimadas por ideologias. Portanto, não se pode isolar as capacidades individuais do contexto das relações sociais, uma vez que estas são atravessadas por poder, regras e processos culturais; e isso tudo incide nos indivíduos, fazendo com que algumas capacidades de certos grupos se fortaleçam, como se fossem mérito, enquanto outras enfraquecem (Reygadas, 2004). Segundo o autor, nos campos de interação se constroem relações de poder, exploração e exclusão que fazem com que determinados grupos adquiram capital social e, assim, consigam ter influência, poder e riqueza. É o caso, por exemplo, de políticos, empresários e também das instituições familiares, que herdaram, além de heranças, capital social, transmitido intergeracionalmente. No Brasil, como já citado em outro exemplo, é perceptível a influência da elite econômica nas decisões políticas, sobretudo no âmbito do Congresso Nacional, onde também as famílias exercem sua influência, transmitindo mandatos

⁵⁸ “Así, el trabajo de construcción y reproducción de límites simbólicos crea situaciones de inclusión y exclusión y sostiene los límites materiales, económicos y políticos que separan a los grupos. La creación de una distancia cultural es fundamental para hacer posibles distancias y diferencias de otra índole. El grado de desigualdad que se tolera en una sociedad tiene que ver con qué tan distintos, en términos culturales, se considera a los excluidos y explotados, además de qué tanto se han cristalizado esas distinciones en instituciones, barreras y otros dispositivos que reproducen las relaciones de poder. Puede añadirse una cuarta estrategia, enfocada en el trabajo de legitimación. Se trata de recursos simbólicos que presentan los intereses particulares de un grupo como si fueran universales, es decir, cuya satisfacción redundaría en el beneficio de toda la sociedad o de todo el grupo. Aquí entran también todos los discursos que naturalizan la desigualdad o la consideran inevitable o normal.”

eleitorais com o mesmo sobrenome, de geração para geração. Além desses atores, a mídia e os grupos religiosos também detêm um poder ideológico expressivo e conseguem mobilizar massas populares a legitimar seus discursos e práticas. “Nos campos da interação social, entram em jogo cadeias de relações de poder que, juntamente com as diferenças de capacidades individuais, geram distribuições desiguais de ônus e benefícios” (Reygadas, 2004, p. 19, tradução nossa)⁵⁹.

Para o autor, a outra dimensão da desigualdade que deve ser incorporada às demais nas análises sobre o tema é a das *estruturas* sociais mais amplas, ou seja, é preciso considerar as capacidades acumuladas dos grupos, as relações estabelecidas entre eles e a apropriação da riqueza que eles têm em detrimento de outros. E isso depende de diversos fatores que ele elenca: *redes de conhecimento*: quantidade de talentos que conseguem integrar; *escala*: capacidade de aumentar a apropriação; *inovação*: se adaptar às mudanças e criar novidades; *qualidade*: manter a qualidade mesmo com redução de custos; *imagem*: capacidade de firmar sua marca; *meios de destruição*: capacidade de destruir concorrentes, expropriar; *mídia de transmissão*: propriedade e acesso aos meios de transmissão. Reygadas afirma que esses fatores, em conjunto, podem se aplicar a vários tipos de instituições, sejam empresas, governos, partidos, sindicatos, países, instituições não governamentais, etc., e é essa junção que vai determinar vantagens e desvantagens entre os grupos.

Diferentes agrupamentos competem e lutam para obter e reter recursos: países e regiões, empresas, sindicatos e comunidades, partidos políticos e organizações não governamentais, instituições filantrópicas e quadrilhas criminosas. A parte que cada uma dessas instâncias coletivas obtém depende tanto de suas capacidades (que, como vimos, é algo mais do que a soma das capacidades individuais que reúne) quanto do sistema de relações entre elas. Não se trata de uma mera competição econômica. Variáveis políticas e culturais também intervêm. A legitimidade das apropriações está sempre em disputa. Operam processos de valorização e desvalorização que estabelecem os méritos relativos de cada uma das partes, processos que acarretam disputas simbólicas sobre a utilidade e relevância das contribuições feitas por cada uma delas e, portanto, sobre a distribuição dos benefícios. Os resultados desses confrontos são decantados e cristalizados em estruturas de distribuição desigual de benefícios e encargos entre os diferentes setores e indivíduos que compõem a sociedade. Essas estruturas de desigualdade são mais duráveis. Não são imóveis, mas mudam lentamente. Só se modificam a longo prazo e por meio de esforços de grande magnitude. Constituem arranjos institucionais e persistentes que regulam os mecanismos macrossociais de atribuição de empregos, renda, lucros, orçamentos, status, poder e prestígio entre classes,

⁵⁹ “En los campos de interacción social entran en juego cadenas de relaciones de poder que, aunadas a las diferencias en las capacidades individuales, generan distribuciones desiguales de las cargas y los beneficios.”

gêneros, etnias, regiões e outros agregados sociais (Reygadas, 2004, p. 22, tradução nossa)⁶⁰.

Então, segundo o autor, para entender as desigualdades é necessário fazer uma articulação entre essas múltiplas dimensões: *capacidades individuais, relações e estruturas sociais*, pois elas estão interligadas. Para ele, não existe apenas um agente causador da desigualdade, seja conhecimento, riqueza ou propriedade dos meios de produção. Assim sendo, as buscas para sua redução também não devem se centrar em um único aspecto. Acredita-se que uma das principais contribuições do autor para o debate, a partir da sua teoria multidimensional da desigualdade, seja o destaque para o aspecto simbólico, cultural e ideológico da desigualdade, mostrando que as relações de poder também são mecanismos produtores de clivagens sociais.

De forma semelhante, Piketty (2020) afirma que, para além de analisar os níveis de desigualdade social, é fundamental compreender os elementos ideológicos que contribuem para sua manutenção, uma vez que, segundo o autor, todas as sociedades possuem necessidade de justificar suas desigualdades. Daí a importância de se considerar o peso e o papel da ideologia nas análises sobre desigualdade, uma vez que, conforme esse entendimento, o autor argumenta que [...] “cada ideologia, por mais extrema e excessiva que possa parecer em sua defesa de determinado tipo de desigualdade ou igualdade, expressa à sua maneira uma certa visão de sociedade justa e de justiça social” (Piketty, 2020, p. 20). Por isso, a necessidade de se compreender os mecanismos de constituição da ideologia. E, dentre esses elementos, a defesa da meritocracia e da propriedade privada são os mais expressivos. É por essa razão que determinados mecanismos de produção e reprodução das desigualdades não são tão fáceis de serem encarados pela sociedade como injustos. Em síntese, o autor defende que:

A desigualdade não é econômica ou tecnológica: é ideológica e política [...]. Em outras palavras, o mercado e a concorrência, o lucro e o salário, o capital

⁶⁰ “Distintas agrupaciones compiten y luchan por conseguir y retener los recursos: países y regiones, empresas, sindicatos y comunidades, partidos políticos y organizaciones no gubernamentales, instituciones filantrópicas y bandas criminales. La parte que obtiene cada una de estas instancias colectivas depende tanto de sus capacidades (que, como vimos, es algo más que la suma de las capacidades individuales que reúne), como del sistema de relaciones entre ellas. No se trata de una mera competencia económica, intervienen también variables políticas y culturales. La legitimidad de las apropiaciones está siempre en disputa. Operan procesos de valorización y desvalorización que establecen los merecimientos relativos de cada una de las partes, procesos que entrañan contiendas simbólicas sobre la utilidad y la pertinencia de las aportaciones que hace cada una de ellas y, por lo tanto, sobre la distribución de los beneficios. Los resultados de esas confrontaciones se decantan y cristalizan en estructuras de distribución desigual de los beneficios y de las cargas entre los diferentes sectores e individuos que conforman la sociedad. Estas estructuras de la desigualdad son más duraderas, no son inmóviles, pero cambian con lentitud, sólo se modifican en la larga duración y mediante esfuerzos de gran magnitud. Constituyen arreglos institucionales y persistentes que regulan los mecanismos macrosociales de asignación de empleos, ingresos, ganancias, presupuestos, status, poder y prestigio entre las clases, los géneros, los grupos étnicos, las regiones y otros agregados sociales.”

e a dívida, os trabalhadores qualificados e não qualificados, os nacionais e os estrangeiros, os paraísos fiscais e a competitividade não existem como tais. São construções sociais e históricas que dependem inteiramente do sistema jurídico, tributário, educacional e político que se escolhe instituir e das categorias que se opta por criar. Essas escolhas remetem, antes de mais nada, às representações que cada sociedade tem da justiça social e da economia justa e das relações de força político-ideológicas entre os diferentes grupos e discursos em questão. O ponto importante é que essas relações de força não são apenas materiais: são também, e sobretudo, intelectuais e ideológicas. Em outros termos, ideias e ideologias contam na história. Elas permitem permanentemente imaginar e estruturar mundos novos e sociedades diferentes. Múltiplas trajetórias são sempre possíveis (Piketty, 2020, p. 18).

Como visto, são diversos os tipos de desigualdade e também as perspectivas sobre o tema. A evolução da discussão teórica sobre os tipos, formas de reprodução, entre outros, foi fundamental para a compreensão de que a desigualdade pode assumir origem e causas distintas, porém entrelaçadas. Estudos sobre as desigualdades de classe são fundamentais, assim como igualmente o são aqueles que analisam as clivagens de raça, etnia, gênero, sexualidade, poder, etc. Por isso que toda e qualquer investigação sobre o tema, ainda que foque em um tipo específico, já que é impossível tratar de todas as dimensões da desigualdade em um único estudo, deve considerar sua natureza multicausal.

É tendo como base a ideia de Reygadas (2004) e de Piketty (2020), no que se refere à dimensão cultural e ideológica da desigualdade, que essa proposta de estudo se propôs a investigar o campo simbólico de um tipo específico, isto é, a percepção social da desigualdade de renda no Brasil, entendida aqui não como um componente subjetivo, como uma capacidade individual, pois, como bem mostrou Reygadas (2004), os sujeitos não são meros agregados, fazem parte de uma sociedade, de uma cultura que também é atravessada por ideologia e disputas de interesse. Portanto, a percepção dos indivíduos não é dissociada do contexto histórico e cultural no qual eles estão inseridos. As visões de mundo e dos problemas sociais são construídas no movimento das relações sociais, atravessadas por poder, ideologia, cultura política, entre outros elementos.

Dessa forma, compreender de que modo a sociedade percebe a desigualdade de renda, que é tão colossal no país, é também capturar como o campo simbólico atua não apenas sobre a desigualdade, mas sobre a visão que se tem dela. Como afirmou Piketty (2020), toda sociedade, de um modo ou de outro, possui necessidade de justificar sua desigualdade e essa justificativa está atrelada a uma ideologia, a uma ideia do que seja a justiça social e injustiça. Se as percepções sobre desigualdade não são meramente individuais, elas não podem ser dissociadas do seu contexto histórico, político, econômico e cultural. Assim, para compreendê-las, é preciso também entender as conjunturas sociais nas quais determinadas percepções são

construídas, pois elas fornecem elementos para a interpretações dessas percepções sociais. Esse será o objetivo do próximo capítulo: contextualizar na história brasileira o período em que os dados usados neste estudo, sobre percepção da desigualdade, foram levantados.

2 DESIGUALDADE NO BRASIL NAS ÚLTIMAS DÉCADAS

Como destacado no capítulo anterior, o objetivo deste é contextualizar brevemente a série histórica selecionada para esse estudo (1997-2020). No capítulo 4, é feita a análise da percepção da desigualdade de renda da população brasileira bem como da relação entre essa percepção e a realidade objetiva. Portanto, para além dos dados apresentados, é preciso situar o contexto no qual eles se inserem. Toda e qualquer informação é produzida em um determinado momento e, assim sendo, conhecer a realidade desse período pode ajudar a compreender os elementos intrínsecos dos dados apresentados.

Se a finalidade deste estudo é analisar a percepção social da desigualdade de renda no Brasil de 1997 a 2020, primeiro é preciso conhecer que desigualdade é essa e como ela se comportou ao longo desse tempo, para depois compreender a percepção social desse período em relação a ela. Mais que isso, é necessário circunstanciar as esferas histórica, política e econômica desse intervalo de tempo, principalmente porque foi um período em que, apesar de pequeno, do ponto de vista histórico, o país passou por diversas mudanças, com impactos inclusive na desigualdade. Por isso, a finalidade deste capítulo é situar o leitor nesse período, destacando os acontecimentos mais importantes na história recente do Brasil, bem como os mecanismos pelos quais se logrou reduzir, ainda que discretamente, a desigualdade de renda nos anos 2000.

2.1 Redemocratização, Constituição de 1988 e a promessa de um país menos desigual

De 1997 a 2020, o Brasil passou por diversas transformações não apenas econômicas, mas histórico-político, sociais e culturais. Antes de contextualizar esse intervalo de tempo, é importante compreender o período anterior de intensas mudanças na conjuntura social e política do país. De 1964 a 1985, o Brasil vivenciou o último e mais repressivo regime militar. No plano político, partidos políticos de oposição foram extintos, ativistas e quaisquer pessoas contrárias ao regime foram perseguidas. “Opositores assassinados eram dados como desaparecidos ou mortos em acidentes de carro. A imprensa era proibida de divulgar qualquer notícia que contrariasse a versão das forças de segurança” (Carvalho, J., 2018, p. 167). Mandatos e direitos políticos foram cassados, servidores públicos foram demitidos e artistas foram censurados, ou seja, qualquer manifestação contrária à ditadura foi duramente reprimida pelos militares.

No âmbito da economia, sobretudo a partir de 1968, foi o período do chamado “milagre econômico”, caracterizado por um alto crescimento econômico, registrando taxas expressivas de aumento do Produto Interno Bruto e baixas taxas de inflação. Nessa época, o país passou por uma ampla modernização de sua infraestrutura. Grandes obras foram realizadas, como: importantes rodovias, usinas hidrelétricas, ferrovias e complexos industriais. Na área social, houve expansão de algumas políticas públicas, como a previdência e o trabalho. Todavia, majoritariamente restritas ao mercado de trabalho, que conferiam um nível de “cidadania regulada”⁶¹ aos trabalhadores formalizados.

Os efeitos do milagre econômico logo se dissiparam com a crise do capitalismo de 1970⁶². Internacionalmente, chegou-se ao fim o “ciclo de ouro” das políticas sociais dos Estados de bem-estar social, iniciado pós-Segunda Guerra Mundial. A crise financeira impôs aos países um ajuste fiscal que incluía a redução do Estado, via privatização de estatais, e redução do gasto social. A nível nacional, embora o país tenha registrado resultados positivos na economia, o elevado crescimento econômico e as baixas taxas de inflação dos anos anteriores não se traduziram em melhoria dos indicadores sociais no período ditatorial. Contrariamente, foi um período de crescente aumento da concentração de renda e da desigualdade (Furtado, 1972), combinado com a privação de direitos políticos e a centralização do poder do Estado.

Não são casuais, portanto, as distorções institucionais presentes no sistema de políticas sociais herdado do período desenvolvimentista e moldadas pelas concepções tecnocráticas e modernizantes do regime militar de 1964-1984. Ao iniciar-se a década dos 80, chamavam já a atenção pelo menos as seguintes características: a combinação da formidável concentração de poder e recursos no Executivo Federal com uma extremada fragmentação institucional, bastante porosa à feudalização e balcanização das decisões; os fortes desperdícios e ineficiências das máquinas públicas, somados à sistemática desfocalização de alvo, tendente a beneficiar menos os mais necessitados e, finalmente, as densas redes de parcerias, estímulos e subsídios ao setor privado, projetando um alto grau de privatização, tanto pela crescente presença do setor privado produtor de serviços sociais (muito alavancado pelo investimento público) quanto pela introdução da lógica e dos interesses privados e particularistas nas arenas decisórias (Draibe, 2005, p. 7).

É nesse contexto que emergem os protestos que traduziram a insatisfação social. Aliás, qualquer análise sobre a história recente do país não pode prescindir das lutas dos movimentos sociais da década de 1970 contra o regime ditatorial vigente e em defesa de políticas públicas

⁶¹ Segundo Santos (1979), a cidadania regulada se refere ao conjunto de direitos que se originaram a partir de um sistema de estratificação ocupacional estabelecido em norma legal, ou seja, um direito condicionado ao acesso ao mercado formal de trabalho e à ocupação exercida.

⁶² Segundo Mészáros (2009), existem as crises cíclicas do capital, ligadas à dinâmica econômica; e a crise estrutural, que é inerente ao sistema capitalista devido à sua lógica de acumulação e exploração.

universais, que até então eram restritas a quem tinha vinculação ao mercado de trabalho formal. Foi um período de convergência de reivindicações de diversos setores (associações de bairro, igrejas, sindicatos dos trabalhadores, imprensa, partidos políticos de oposição, artistas, intelectuais, profissionais liberais, movimentos estudantis e sociais diversos) por um regime político democrático, mas também pela democratização das relações entre Estado e sociedade civil e pelo reconhecimento de direitos (Dagnino, 2002).

No entanto, o processo de redemocratização brasileira foi mais fruto da negociação com os militares, que sofriam pressões internas e externas pelo fim da ditadura, que pelo próprio declínio do regime (Miguel, 2019). Diferentemente de outros países da América Latina, o fim da ditadura do final do século XX no Brasil foi um processo gradual e negociado, inclusive com a anistia de graves violações de direitos humanos, aspecto este que deixou uma marca profunda na história brasileira e possibilitou a construção e defesa de diferentes narrativas acerca desse período. Além disso, no plano econômico, a década de 1980 foi marcada pelo endividamento externo, pelas altas taxas de inflação e planos de estabilização econômica fracassados (Draibe, 2005). Diante desse contexto, ganharam força os movimentos sociais e organizações da sociedade civil em defesa de uma nova institucionalidade democrática e de melhores condições de vida. Segundo Gohn (2012, p. 113), esse período ficou marcado como

[...] um dos mais ricos da história do país no que diz respeito a lutas, movimentos e, sobretudo, projeto para o país. Ele corresponde a uma fase de resistência e de enfrentamento ao regime militar, que já perdera sua base de legitimidade junto à sociedade devido à crise econômica que se esboçava desde 1973 com a chamada crise do petróleo, a retomada vagarosa da inflação, o desmonte das facilidades do paraíso do consumo das classes médias.

O fato é que, junto com a redemocratização, o país aprovou a constituição mais democrática e cidadã que as demais que a antecederam⁶³. O próprio processo de construção do texto foi uma conquista da sociedade civil organizada, que conseguiu mobilizar a população para elaboração e aprovação de emendas populares. Como a demanda da época não era apenas pelo fim da ditadura, mas também por um Estado mais democratizado, a Carta Magna de 1988 trouxe uma nova institucionalidade política, primando pela descentralização de poder e pela participação social em todas as esferas de governo e nas políticas públicas.

No plano jurídico-legal, a Constituição de 1988 absorveu em vários de seus dispositivos os preceitos e garantias fundamentais de direitos humanos oriundos de documentos e tratados internacionais que foram incorporados pelo Brasil. Reconheceu e constitucionalizou direitos sociais, alguns até então não reconhecidos, bem como instituiu o conceito de seguridade social.

⁶³ Constituições de 1824, 1891, 1934, 1937, 1946, 1967.

Desvinculou a saúde da previdência social, criando o Sistema Único de Saúde (SUS), de acesso universal e gratuito. A previdência social, ainda que contributiva, ampliou as categorias de segurados, incluindo trabalhadores rurais em regime de economia familiar e a assistência social, finalmente foi elevada à condição de política pública de responsabilidade do Estado, entre outros tantos avanços.

A Constituição de 1988 consagrou os novos princípios de reestruturação do sistema de políticas sociais, segundo as orientações valorativas então hegemônicas: o direito social como fundamento da política; o comprometimento do Estado com o sistema, projetando um acentuado grau de provisão estatal pública e o papel complementar do setor privado; a concepção da seguridade social (e não de seguro) como forma mais abrangente de proteção e, no plano organizacional, a descentralização e a participação social como diretrizes do reordenamento institucional do sistema (Draibe, 2003, p. 69).

Como já citado anteriormente, por mais que alguns direitos sociais tenham se expandido no período da ditadura militar, o acesso a eles era restrito a quem estivesse vinculado ao mercado de trabalho, dado que eram garantidos a determinadas categorias de trabalhadores. Além das políticas de seguridade social, a Constituição de 1988 universalizou o acesso à educação a nível fundamental, bem como instituiu a obrigatoriedade do Estado em ofertá-lo. Houve também a ampliação da proteção ao trabalho e a segmentos sócio historicamente marginalizados, tais como: pessoas com deficiência, crianças e adolescentes, mulheres e povos originários. Foi definido o racismo como crime inafiançável e imprescritível (art. 5º, XLII). Além disso, a redução das desigualdades foi estabelecida como um dos objetivos do país:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:
 I - construir uma sociedade livre, justa e solidária;
 II - garantir o desenvolvimento nacional;
 III - erradicar a pobreza e a marginalização e **reduzir as desigualdades sociais e regionais**;
 IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1988, grifo nosso).

Inclusive, a redução das desigualdades regionais e sociais constitui-se também como um dos princípios gerais da atividade econômica (art. 170, VII), assim como a função social da propriedade (art. 170, III). Então, inaugurou-se uma nova era fundada em um Estado democrático de direito. Por isso, a Constituição brasileira de 1988 é conhecida como “Constituição cidadã”, por reconhecer diversos direitos de cidadania. O desafio dos anos seguintes (até os atuais) é a efetivação dessas garantias, isto é, materializar na realidade o que consta no ordenamento jurídico.

2.2 O cenário pós-constituente de inflexões e avanços

A década de 1990, no Brasil, foi marcada por um contexto contraditório, uma vez que, enquanto foi o período de regulamentar, normatizar e implementar as políticas sociais inscritas no texto constitucional, exigindo do Estado um maior volume de gasto público e capacidade estatal, ao mesmo tempo, no cenário externo, o contexto era de retração dos avanços alcançados no campo das políticas sociais. O enfraquecimento dos Estados de bem-estar nos países da socialdemocracia foi consequência da crise financeira da década de 1970, que exigiu dos países o recuo do investimento público nos sistemas de proteção social. Nesse contexto, os países da América Latina estavam sob pressão das orientações e diretrizes neoliberais advindas do Consenso de Washington⁶⁴. No Brasil, o enxugamento do gasto público e da intervenção estatal, defendidos pelas correntes neoliberais, se contrapunham ao previsto na Constituição de 1988 recém-aprovada.

As políticas universais, como saúde e educação, conforme a diretriz da descentralização, demandavam pactuação de recursos e corresponsabilidades nas três esferas de governo. Analisando as reformas implementadas pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, Draibe (2003) afirma que, no âmbito da educação, embora a reforma do sistema educacional tenha se limitado ao ensino fundamental, algumas inovações e planos importantes foram elaborados nas áreas de: qualificação dos conteúdos de ensino; avaliações pedagógicas; financiamento do ensino fundamental; e organização do sistema decisório municipalizado. Já na área da saúde, constata a autora, em que pese a dificuldade para implementar o modelo assistencial do Sistema Único de Saúde (SUS) em detrimento do modelo hospitalocêntrico vigente, houve iniciativas relativas à ampliação das fontes de financiamento do sistema; descentralização da gestão e do gasto; diversificação do modelo de assistência e focalização das ações básicas na população mais vulnerável; definição de programas prioritários; reorganização do sistema regulatório do Estado e modernização dos mecanismos de regulação e controle, como a criação das agências nacionais, por exemplo.

As políticas de previdência, de emprego e de relações de trabalho foram as mais sensíveis à pressão por ajuste fiscal e adequação aos padrões de competitividade do mercado, ainda que não tenham sofrido mudanças estruturais. Em relação à previdência, a reforma de

⁶⁴ O Consenso de Washington, como ficou conhecido, nasceu de um encontro de economistas neoliberais de grandes instituições financeiras, como o (FMI) e Banco Mundial (BM), nos Estados Unidos, em 1989, do qual o objetivo era elaborar uma lista de recomendações a fim de ampliar o neoliberalismo na América Latina. Para uma maior descrição das propostas do referido documento, conferir Bresser-Pereira (1991).

1998 mudou critérios de elegibilidade para aposentadorias e regras de cálculo, além de substituir “tempo de serviço” por “tempo de contribuição” e extinguir auxílios assistenciais. Na política trabalhista, as medidas adotadas, sob a justificativa da flexibilização, trataram de reduzir os custos da mão de obra para o empregador (Draibe, 2003). Então, observa-se que as políticas que mais sofreram impactos do ajuste fiscal foram as mais conflitivas da relação capital x trabalho. Em uma situação de corte de gastos, o ajuste geralmente é feito em cima de garantias e direitos do lado mais vulnerável, ou seja, nas contas de quem mais precisa de investimentos e políticas públicas.

No campo da assistência social, em 1993, foi aprovada a Lei Orgânica da Assistência Social, que reforçava o caráter público da política fundada na lógica de direitos sociais básicos, e foram implantados os fundos e conselhos de assistência social nos estados e municípios. Por outro lado, no que se refere ao combate à pobreza, as ações foram centradas em projetos e programas fragmentados, tais como: Programa Comunidade Solidária; Programa Comunidade Ativa, Projeto Alvorada e a Rede de Proteção Social. Esta última composta por um conjunto de auxílios focalizados de transferência de renda (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Auxílio-Gás, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), Bolsa Qualificação, entre outros).

Parte dessas estratégias de combate à pobreza eram estabelecidas em parceria com entidades do terceiro setor. Aliás, esta foi uma das características da reforma gerencial do Estado nesse período: o estímulo à participação de entidades e organizações do terceiro setor sob a perspectiva da colaboração e da solidariedade social. O próprio Programa Comunidade Solidária previa parcerias com a sociedade civil e o mercado. O estímulo estatal, nesse período, a parcerias público-privado contribuiu para aumentar de forma expressiva o número de Organizações Não Governamentais (ONGS), Organizações Sociais de Interesse Público (OSCIPS), instituições de fomento ao empreendedorismo e estratégias de “responsabilidade social” de empresas, sob o foco do *marketing social* (Almeida, 2006); estratégias essas muitas vezes utilizadas para reduzir os encargos e tributos devidos das empresas tendo como contrapartida uma ação, muitas vezes pontual e simbólica, de “responsabilidade social”, tema que virou moda à época.

Em relação à economia, o desafio era frear as altas taxas de inflação herdadas da década anterior. E, embora importantes políticas sociais tenham sido criadas e/ou ampliadas nesse período, dada sua nova configuração constitucional, a ênfase principal foi na estabilidade macroeconômica. Como já pontuado, após o fim do período de crescimento econômico, a partir de 1980, o contexto era de uma grande dívida externa e hiperinflação, que corroía o orçamento público e assolava sobretudo as pessoas mais pobres. Desde a redemocratização, os presidentes

civis elaboraram vários planos para conter a inflação, incluindo o confisco da poupança em 1990; todos eles sem êxito permanente. Só em 1994, o Plano Real conseguiu estabilizar a moeda e conter a hiperinflação.

O saldo desse período foi de alguns avanços em termos de regulamentação e implementação da nova institucionalidade democrática pautada em direitos do cidadão e obrigações do Estado, inclusive com a criação de mecanismos de participação social previstos, como os conselhos gestores de políticas públicas em várias esferas de governo. Todavia, as diretrizes econômicas ortodoxas neoliberais reduziram a margem de ampliação do investimento público utilizado para materializar os direitos sociais recém conquistados. Ainda que alguns indicadores sociais tenham melhorado, como a mortalidade infantil e o analfabetismo, a desigualdade de renda, que já era bastante alta, praticamente se manteve nos mesmos patamares do início da década de 1990. “Em 1999, verifica-se que os 10% mais ricos da população têm rendimento médio 19 vezes maior do que os 40% mais pobres. Ora, esta é a mesma variação de 1992, o que atesta que a desigualdade ficou inalterada” (Draibe, 2005, p.60). A autora aponta ainda que:

Os dados, muito sumários, sinalizam para o contraditório quadro social de fundo, no qual deve se inscrever uma avaliação dos resultados das reformas sociais, no Brasil. Ninguém duvida de que, à introdução e ao reforço de programas como o de Saúde da Família, de Agentes Comunitários, de Aleitamento Materno ou de Atenção Materno- Infantil, devam ser creditados muitos - ou quase todos - os créditos da redução da mortalidade infantil. Nem que a redução do analfabetismo deva-se a programas de incentivo à permanência ou volta à escola, à educação de adultos, aos programas do Livro Didático, da Merenda Escolar etc. Entretanto, os duros indicadores de pobreza e desigualdade apontam para os severos limites das políticas sociais, que esbarram aqui em fenômenos estruturais de secular duração, agravados nos anos recentes pelo desemprego, pela instabilidade do trabalho e pela redução da renda das famílias.

Posteriormente, essa realidade se alterou, ainda que não na proporção esperada. Assim como em outros países, o Brasil, a partir dos anos 2000, vivenciou a chamada “onda rosa” na América Latina, expressão utilizada em referência aos governos progressistas que emergiram na região (Venezuela, Chile, Brasil, Argentina, Uruguai, Bolívia, Equador, Nicarágua, Paraguai e El Salvador). Silva (2019) argumenta que seria mais adequado nomeá-los de governos “progressistas” em vez de “de esquerda” propriamente, pela heterogeneidade entre eles. Mas destaca que o adjetivo “progressistas” deve ser entendido mais pela vertente da mudança que pela evolução. [...] “trata-se de uma tendência que marcou a política latino-americana na última década e meia, assim como a expansão das políticas neoliberais havia marcado a década de 1990” (Silva, 2019, p. 19).

A palavra “rosa” da expressão “onda rosa”, seria uma cor atenuada do vermelho, associada aos partidos de esquerda tradicional, uma vez que, por mais que esses governos que emergiram na América Latina no período citado se encontrassem no espectro político mais à esquerda, eles não se propuseram a romper totalmente com o sistema. Segundo Silva (2019), foram governos reformistas, uma vez que alcançaram o poder pela via legal, nos limites do regime democrático. Contudo, eles redesenharam o papel do Estado, impulsionaram políticas sociais, ampliaram a participação social e fortaleceram os órgãos de integração regional, como o Mercosul, em detrimento de alianças norte-americanas.

Esses governos recuperaram no discurso e na prática o Estado enquanto instrumento de intervenção e transformação social, de forma mais ou menos complementar ao mercado. Também incrementaram consideravelmente a participação popular por meio de novos mecanismos e do aprofundamento de antigos, buscando complementar a tradicional representação liberal. Também modificaram as estratégias e prioridades em suas relações internacionais, buscando articulações com outros países do “Sul Global”, com potências médias alternativas aos EUA e, particularmente, criando mecanismos de integração regional (latino-americanos e caribenhos) ou aprofundando espaços previamente existentes (Silva, 2019, p. 91-92).

No caso do Brasil, a “onda rosa” iniciou com a eleição até então inédita de Luís Inácio Lula da Silva, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), para a Presidência da República. E, de fato, foi um período de incremento de políticas e programas sociais, aliado a anos de crescimento econômico e melhoria dos indicadores de mercado de trabalho, tais como: baixo índice de desemprego, nível crescente de formalização, aumento real do salário-mínimo, crescimento do rendimento da população, entre outros. No contexto externo, o crescimento do valor das *commodities* beneficiou muitas economias latino-americanas, incluindo o Brasil, mas, destaca Carvalho L. (2018), o investimento interno, econômico e social, também fez diferença.

As altas taxas de crescimento da economia chinesa e sua demanda crescente pelas chamadas *commodities* (como petróleo, minérios e produtos agrícolas) tiveram impacto positivo e beneficiariam o conjunto das economias latino-americanas no alvorecer do século XXI. Essa sorte explica boa parte do que o economista Edmar Becha denominou de Milagrinho brasileiro: nossa economia saltou de uma taxa anual de crescimento médio de 2,1% nos anos de 1980 e 1990 para 3,7% na década de 2000. Na contramão do ocorrido na maior parte dos países ricos no mesmo período, esse crescimento no Brasil e em outros países da América Latina foi marcado pela redução em diversos indicadores de desigualdade e expansão do nível de emprego formal. O cenário externo favorável fez toda a diferença nesse desempenho, assim como o cenário externo desfavorável faria toda a diferença no que aconteceu depois. Mas a sorte não basta para explicar o tipo e a qualidade do crescimento que tivemos. As políticas redistributivas e os investimentos públicos em infraestrutura física e social também foram fundamentais nesse processo (Carvalho L., 2018, p. 13).

Esse período de crescimento econômico na primeira parte da segunda década dos anos 2000 foi nomeado por alguns autores de período *neodesenvolvimentista*, pois, além das diferenças com o período desenvolvimentista de 1930-1980, este se caracteriza por ser o desenvolvimentismo da era do capitalismo neoliberal (Boito Jr; Berringer, 2013). Os autores afirmam que, nos governos do Partido dos Trabalhadores, apesar de não ter havido um rompimento com os limites estabelecidos pelo modelo neoliberal, há outros elementos que distinguem esse período da década de 1990, tais como: a política de valorização do salário mínimo, incrementos nos programas de transferências de renda, ampliação de políticas sociais, aumento da dotação orçamentária do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), política externa de apoio a grandes empresas, brasileiras ou estrangeiras instaladas no país, e, por fim, o estabelecimento de uma política econômica anticíclica⁶⁵.

Isso foi possível, porque, segundo Singer (2012), o *lulismo*⁶⁶ logrou unificar vários interesses divergentes da sociedade brasileira em torno de um projeto de desenvolvimento e redução da desigualdade sem necessariamente questionar o *status quo*. O resultado desse conjunto de fatores foi uma relativa melhoria nas condições de vida da população mais pobre. Para além disso, é importante frisar que outras desigualdades integraram a agenda pública de forma mais institucionalizada, como as de raça, gênero, etnia e de outros grupos subalternos, nomeados historicamente como “minorias sociais”. Foi nos anos 2000 que foram criadas, a nível federal, secretarias especiais com *status* de ministérios, com recursos próprios, nas áreas de direitos humanos, mulheres, igualdade racial e juventude.

⁶⁵ No âmbito da teoria econômica, o termo "anticíclico" refere-se a ações que contrariam os ciclos considerados "naturais" da economia. Assim, uma política econômica anticíclica é caracterizada por um conjunto de ações do governo que visam minimizar, impedir ou superar os efeitos dos ciclos econômicos.

⁶⁶ “Em suma, foi em 2006 que ocorreu o duplo deslocamento de classe que caracteriza o realinhamento brasileiro e estabeleceu a separação política entre ricos e pobres, a qual tem força suficiente para durar muito tempo. O lulismo que emerge junto com o realinhamento, é, do meu ponto de vista, o encontro de uma liderança, a de Lula, com uma fração de classe, o subproletariado, por meio do programa cujos pontos principais foram delineados entre 2003 e 2005: combater a pobreza, sobretudo onde ela é mais excruciante tanto social quanto regionalmente, por meio da ativação do mercado interno, melhorando o padrão de consumo da metade mais pobre da sociedade, que se encontra no Norte e Nordeste do país, sem confrontar os interesses do capital. Ao mesmo tempo, também decorre do realinhamento o antilulismo que se concentra no PSDB e afasta a classe média de Lula e do PT, criando-se uma tensão social que desmente, como veremos, a despolarização da política brasileira pós-ascensão de Lula. Foram as opções práticas do primeiro mandato, as quais precederam a crise do “mensalão” (2005) e com ela conviveram, mais do que qualquer programa explícito, que cristalizaram o realinhamento e fizeram surgir o lulismo. O pivô do lulismo foi de uma parte a relação estabelecida por Lula com os mais pobres, os quais, beneficiados por um conjunto de políticas voltadas para melhorar as suas condições de vida, retribuíram na forma de apoio maciço e, em algumas regiões, fervoroso da eleição de 2006 em diante. Paralelamente, o “mensalão” catalisou o afastamento da classe média, invertendo a fórmula de 1989, quando Lula foi derrotado exatamente pelos mais pobres, que tinham votado em Collor. O lulismo, por sua vez, alterou a base social do PT e favoreceu, em particular no segundo mandato, a aceleração do crescimento econômico com diminuição da desigualdade, sobretudo mediante a integração do subproletariado à condição proletária via emprego formal. No plano ideológico, isso trouxe, outra vez, à tona a gramática varguista, que opunha o “povo” ao “antipovo” (Singer, 2012, p. 15-16).

Outrossim, legislações importantes de proteção e promoção de direitos desses segmentos foram aprovadas nas décadas de 2000 e 2010, parte das quais instituíram políticas afirmativas. São exemplos dessas normativas: a Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto da Pessoa Idosa; Lei nº 12.288/2010, que institui o Estatuto da Igualdade Racial; Lei nº 12.711/2012, que reserva cotas raciais e sociais nas universidades e institutos federais; Lei nº 12.852/2013, que institui o Estatuto da Juventude; Lei nº 12.990/2014, que trata de cotas raciais em concursos públicos federais; Lei nº 13.146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão; Lei nº 13.104/2015, que torna o feminicídio um homicídio qualificado e o coloca na lista de crimes hediondos, entre outras.

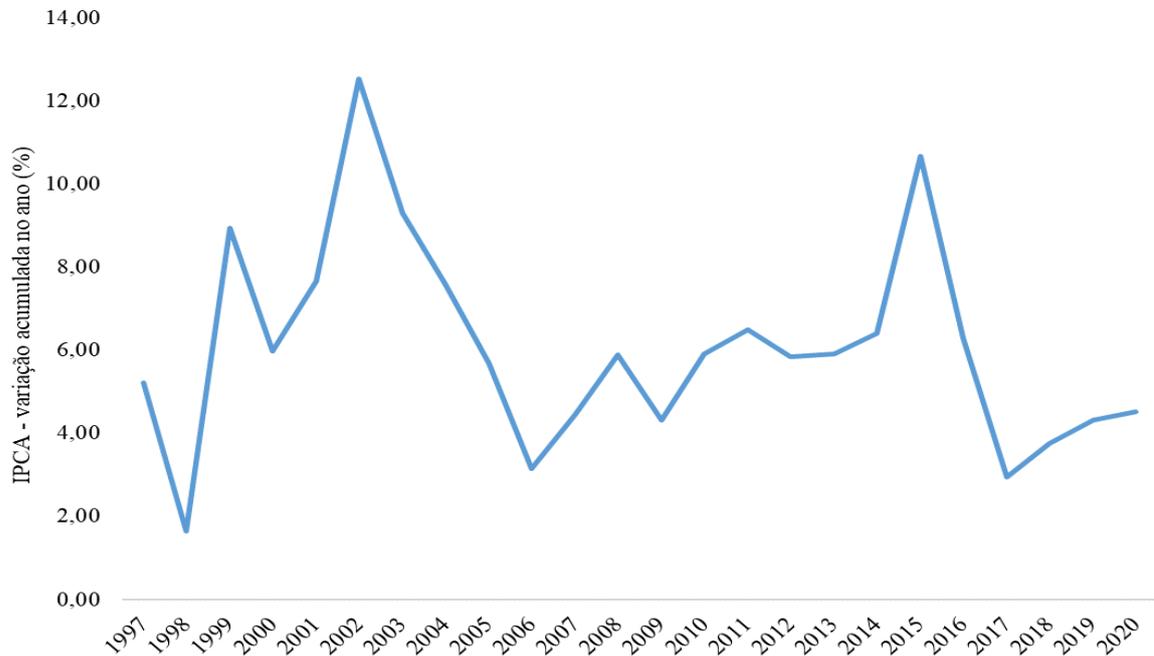
Economia em crescimento, aumento da oferta de empregos formais, estabilidade econômica, investimento público em infraestrutura, valorização real do salário-mínimo, políticas de inclusão social de segmentos historicamente excluídos do acesso a políticas públicas, incremento de programas de transferência de renda de combate à fome e à extrema pobreza, etc., todo esse conjunto de medidas resultaram na melhoria dos indicadores sociais e econômicos desse período.

No entanto, muitos desses indicadores se reverteram a partir da crise econômica e política de 2015. As manifestações de 2013 marcaram um ponto de virada na relativa estabilidade política do país. O contexto de crise política e econômica a partir desse período favoreceu o enfraquecimento do governo e, em 2016, com o apoio dos movimentos conservadores organizados, o Partido dos Trabalhadores foi deposto do poder por um controverso processo de *impeachment*. Inicia-se então uma era de fortalecimento de movimentos sociais conservadores de direita, impulsionados sobretudo pela capilaridade das redes sociais. Nesse contexto de fortalecimento desses grupos e de ampla polarização política, a eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, marcou uma nova era de aprofundamento das premissas do neoliberalismo econômico, mesclada com a intensificação de pautas de costumes conservadoras. O fato é que, a partir disso, o recuo, que já vinha acontecendo desde 2015 nos indicadores sociais, que há anos vinham acumulando resultados positivos, se acentuou ainda mais⁶⁷.

A título de ilustração, os gráficos a seguir trazem alguns indicadores socioeconômicos de todo o período discorrido neste capítulo (1997-2020):

⁶⁷ Todo esse contexto será melhor detalhado no capítulo 4.

Gráfico 1 – Evolução da inflação anual no Brasil (IPCA 1997-2020)



Fonte: IBGE

Elaboração: própria

A inflação é um indicador econômico com grandes implicações sociais, pois, além de refletir as conjunturas políticas e as medidas econômicas adotadas, afeta sobretudo as classes mais pobres. Quando os preços de bens e serviços sobem rapidamente devido à inflação, o dinheiro perde o valor. As pessoas mais pobres, que normalmente já têm uma renda limitada, são as mais afetadas, pois gastam a maior parte de sua renda em necessidades básicas, como alimentos, transporte e moradia. Quando os preços desses itens essenciais aumentam, elas têm menos margem para ajuste em seu orçamento, levando a cortes em itens essenciais ou ao endividamento.

Além disso, o Brasil é um país com um sistema tributário regressivo, isto é, a tributação é feita majoritariamente sobre o consumo, em detrimento da renda e da riqueza. Assim, pessoas mais pobres pagam mais tributos quando comparadas, proporcionalmente, a pessoas mais ricas. Nesse sentido, se os impostos provêm sobretudo do consumo e as classes mais pobres tendem a comprometer grande parte do seu limitado orçamento no seu próprio consumo, diferente das classes médias e altas, é de se esperar que, em períodos de alta inflação, a renda mais corroída seja a de pessoas com menos recurso. O impacto do valor da cesta básica no orçamento de uma família que tem renda mensal de 1 salário-mínimo é bem maior que o impacto na de outra, com a mesma quantidade de membros, com renda familiar de 10 salários-mínimos.

Contextos de inflação elevada também provocam desvalorização salarial. Os trabalhadores com salários fixos ou informais muitas vezes não têm aumentos salariais que acompanhem a inflação. Enquanto os preços sobem, seus salários permanecem os mesmos, ou aumentam a uma taxa muito mais lenta, o que resulta em uma diminuição real de sua capacidade de comprar o que precisam. Já pessoas com maior poder aquisitivo podem dispor de outras fontes de renda para além da renda do trabalho, como investimentos, aluguéis, entre outros. Assim, a desvalorização salarial tem seu impacto amortecido. Portanto, a inflação alta agrava a desigualdade, pois as pessoas mais pobres ficam com uma fatia cada vez menor do que podem adquirir financeiramente.

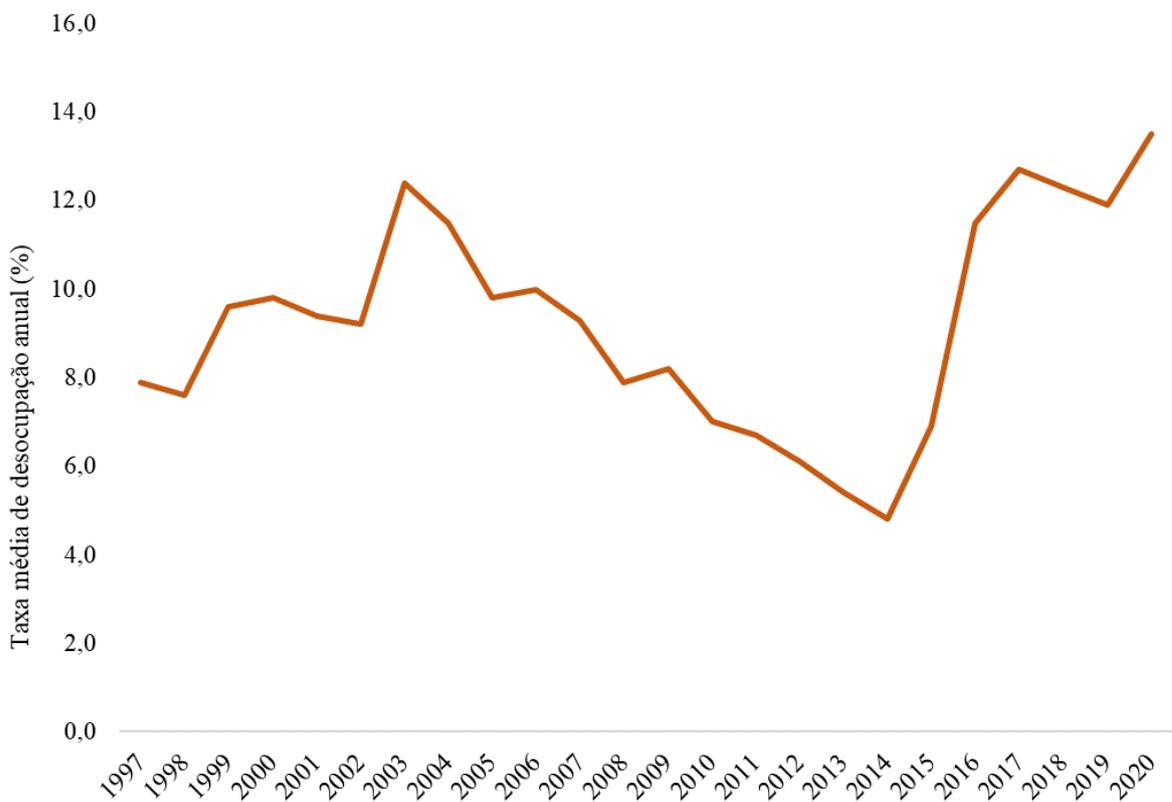
Dito isso, o gráfico apresentado retrata a inflação acumulada no Brasil medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é o indicador oficial da inflação no país, de 1997 a 2020. A série histórica mostra variações significativas nas taxas de inflação ao longo desse período, refletindo diferentes fases econômicas e políticas que impactaram a economia brasileira. O período que vai de 1997 a 2003 mostra um cenário de instabilidade. O início do gráfico revela uma inflação relativamente alta e instável. Em 1999, o índice chega a 8,9% e, em 2002, atinge o ponto mais elevado do período analisado, 12,5%. Esse pico evidencia a crise política e econômica do final do governo de Fernando Henrique Cardoso, período em que houve uma desvalorização da moeda no mercado externo. Soma-se a isso, a instabilidade política no país com as eleições de 2002, a qual deu vitória a Lula depois de sucessivas derrotas em eleições anteriores.

A partir de 2003, observa-se uma tendência de queda na inflação, que atinge seu ponto mais baixo em 2006, com uma taxa próxima a 3%. Esse período reflete a adoção de uma maior estabilidade econômica durante o governo Lula. A partir de 2007, a inflação mantém-se entre 4% e 6%, evidenciando um certo grau de controle. Essa estabilidade relativa, durante a maior parte da primeira década dos anos 2000, coincide com o crescimento da economia brasileira. Todavia, entre 2011 e 2015, nota-se uma aceleração gradual da inflação, culminando em um novo pico em 2015, quando o índice chegou a 10,7%. Esse aumento reflete os efeitos da crise econômica brasileira, aliada à crise política do período. Em 2016, o IPCA começa a cair drasticamente, alcançando níveis inferiores a 3% em 2017, daí em diante, o gráfico revela uma recuperação gradual da inflação, estabilizando-se em torno de 3% a 4% até 2020.

Essa queda rápida da inflação em 2016 está associada às medidas de ajuste fiscal implementadas após o *impeachment* de Dilma Rousseff. Outro efeito deletério da inflação alta para a sociedade são as medidas para seu controle. Em contextos de inflação alta, os governos enfrentam dificuldades para financiar serviços e benefícios públicos. Por conseguinte, adotam

medidas de ajuste fiscal. Não há problema em ajustar as contas públicas. Contudo, esse ajuste geralmente é feito sobre os mais pobres. Não se vê, no Brasil, ajustes fiscais que de fato combatam privilégios de classe ou que se convertam em medidas estruturais de redução de desigualdades. Nesse sentido, geralmente as medidas de ajuste fiscal afetam diretamente os mais vulneráveis socioeconomicamente, que dependem de serviços públicos, como saúde, educação e assistência social, bem como de programas sociais. Quando esses serviços e benefícios são reduzidos ou deteriorados, o impacto sobre os mais vulneráveis é imediato e significativo.

Gráfico 2 – Evolução da taxa média anual de desocupação no Brasil (1997-2020)



Fonte: IBGE

Elaboração: própria

A fase de crescimento econômico do início dos anos 2000 contrasta com as crises posteriores, evidenciando como o mercado de trabalho brasileiro é sensível às crises econômicas e políticas que assolam o país, isto é, o gráfico 2 revela uma correlação clara entre a conjuntura econômica e política do país e as oscilações na taxa de desocupação, popularmente conhecida como taxa de desemprego, embora haja diferenças sutis entre os conceitos. De 1997 a 2003, se observa uma tendência crescente de aumento nas taxas de desocupação até 2003.

Nesse período, ela atingiu picos por volta de 2003, chegando a 12,4%. Como já destacado anteriormente, entre outros fatores, esse aumento pode ter sido decorrente ainda dos efeitos econômicos do período anterior, de hiperinflação, endividamento do Estado etc., mas também pelo ajuste fiscal dos anos 1990, período em que os pressupostos neoliberais começaram a dar os primeiros sinais na política econômica interna brasileira.

De 2003 a 2014, observa-se uma tendência de queda no desemprego. A partir de 2003, a taxa de desocupação começa a cair de forma consistente, atingindo seu ponto mais baixo em torno de 2014, registrando 4,8%, percentual que pode ser considerado como “pleno emprego⁶⁸”. Esse período reflete a “onda rosa” no Brasil, como já destacado, isto é, o ciclo de crescimento econômico, estabilidade macroeconômica, aumento do consumo interno e do rendimento médio dos trabalhadores, sobretudo dos mais pobres. É importante ressaltar que, apesar de ainda ter uma taxa de informalidade alta, assim como a maioria dos países da América Latina, essa queda espelha não apenas o crescimento do emprego de forma geral, mas do emprego formal, que oferece mais garantias de proteção previdenciária e trabalhista ao trabalhador.

Já de 2015 a 2017, houve um aumento brusco na taxa de desemprego. Após 2014, houve um aumento rápido da taxa de desocupação, que atingiu um novo pico em 2017, ultrapassando novamente os 12%. Esse aumento acentuado reflete a crise econômica e política que o Brasil enfrentou nesse período. A partir de 2017, houve uma estabilização e leve queda na taxa de desemprego, sugerindo uma recuperação econômica gradual, embora ainda distante dos níveis observados em 2014. Todavia, em 2020, a taxa de desocupação volta a subir, atingindo 13,5%, um reflexo também dos efeitos econômicos da pandemia de Covid-19.

Como visto, o período de crescimento do emprego a partir de 2003, chegando a um percentual de pleno emprego em 2014, possibilitou para muitos trabalhadores proteção previdenciária e trabalhista e melhoria da renda, o que significou para muitas famílias a possibilidade de suprir suas necessidades básicas, bem como de acessar bens materiais e de consumo até então inatingíveis. Por sua vez, o aumento no nível de consumo gera um ciclo positivo na economia, pois promove o aumento na demanda por produtos e serviços, o que, por sua vez, impulsiona a criação de mais empregos.

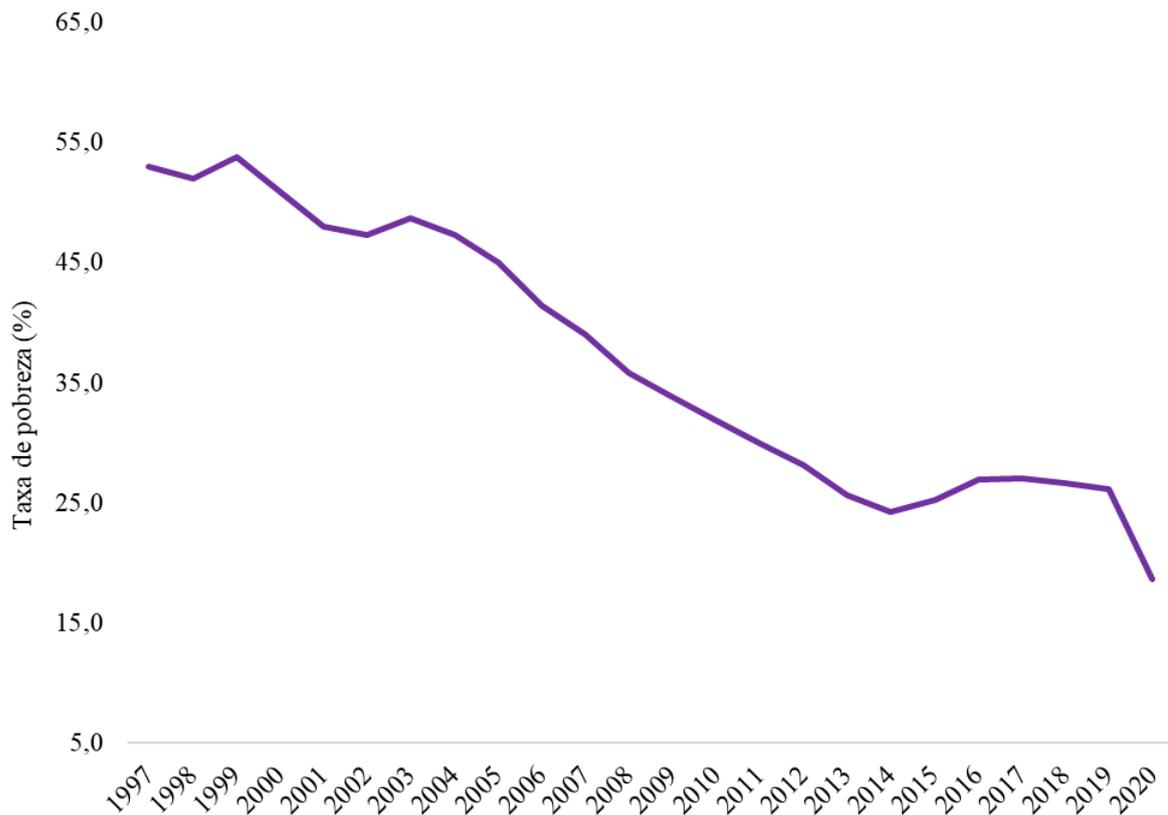
Todavia, é preciso ressaltar que essa geração de emprego, em que pese seus ganhos, está inserida no contexto da crescente precarização do trabalho no Brasil. Conforme Braga (2012), apesar do aumento da formalização e da expansão do mercado de trabalho, muitos dos

⁶⁸ Geralmente os economistas consideram que o pleno emprego ocorre quando a taxa de desemprego está em torno de 4% a 5%. Portanto, pleno emprego não significa zero desemprego, mas um percentual muito baixo que indica que quase a totalidade das pessoas economicamente ativas estão ocupadas.

empregos gerados foram de baixa remuneração, uma vez que, cerca de 94% dos empregos formais criados tinham remuneração de até 1,5 salário-mínimo, além de serem marcados pela alta rotatividade. Para o autor, o crescimento das taxas de emprego foi acompanhado pela precariedade das condições de trabalho, especialmente em setores de serviços e comércio, que são os que mais empregam no país.

Ainda segundo Braga (2012), o crescimento econômico desse período foi baseado na precarização do trabalho e no aumento do consumo financiado pelo crédito, o que não implicou uma transformação social profunda, já que a desigualdade social e econômica continuou a ser um problema estrutural no Brasil. Para ele, os ganhos observados na redução da pobreza e na ampliação do mercado consumidor foram acompanhados de um crescimento ainda maior da concentração de renda no topo da pirâmide, conforme apontado por Medeiros *et. al.* (2015a).

Gráfico 3 – Evolução da taxa de pobreza no Brasil (1997-2020)*



Fonte: World Bank

Elaboração: própria

Nota: Os valores dos anos de 2000 e 2010 (anos de censo) foram interpolados.

*Se refere à porcentagem da população que vive com menos de US\$6,85 por dia a preços internacionais de 2017.

O gráfico 3 ilustra a tendência de queda na taxa de pobreza ao longo dos anos, conforme as linhas de pobreza estabelecidas pelo Banco Mundial. Como se observa, entre 1997 e 2003, o gráfico apresenta uma redução instável na taxa de pobreza, com variações anuais, mas sem uma queda expressiva. Em 1997, mais da metade da população brasileira se encontrava abaixo da linha de pobreza. Já em 2003, o percentual tem uma leve queda, registrando 48,7%. Contudo, de 2003 a 2014, a queda na pobreza é mais expressiva e contínua, especialmente a partir de 2004, com a taxa caindo para 24,3% em 2014, uma redução de quase metade no percentual. Como já apontado anteriormente, essa queda acentuada se deu principalmente pela intervenção do Estado em políticas econômicas e sociais, tais como: o crescimento do emprego, o aumento real do salário-mínimo e a criação/ampliação de programas sociais, como o Bolsa Família.

Já no período de 2014 a 2019, a taxa de pobreza se estabilizou, registrando valores entre 25 a 30%, com ligeiros aumentos em 2016 e 2017, refletindo a crise política e econômica vivenciada pelo Brasil no período, especialmente a partir de 2015. Já em 2020, observa-se uma queda abrupta para aproximadamente 15%, mas essa diminuição está relacionada às transferências de renda emergenciais adotadas durante a pandemia de Covid-19.

Assim como em qualquer crise econômica mais intensa, as crises sanitárias também acentuam as desigualdades e com a pandemia de Covid-19 não foi diferente, afinal [...] “o vírus não atinge todas as classes sociais da mesma forma” (Neves; Albuquerque, 2023, p. 3). Em relação aos efeitos econômicos da pandemia, aqueles que mais sofreram perda de renda sem dúvida foram os trabalhadores informais, seguidos dos que trabalham na área de serviços, que engloba boa parte da classe trabalhadora mais precarizada brasileira. “A crise sanitária no Brasil exacerbou a desigualdade social e econômica e trouxe consequências desastrosas para a população mais pobre e vulnerável” (Neves; Albuquerque, 2023, p. 4). Em um país já extremamente desigual, os efeitos da pandemia para os menos favorecidos socioeconomicamente exigiram do Estado medidas imediatas.

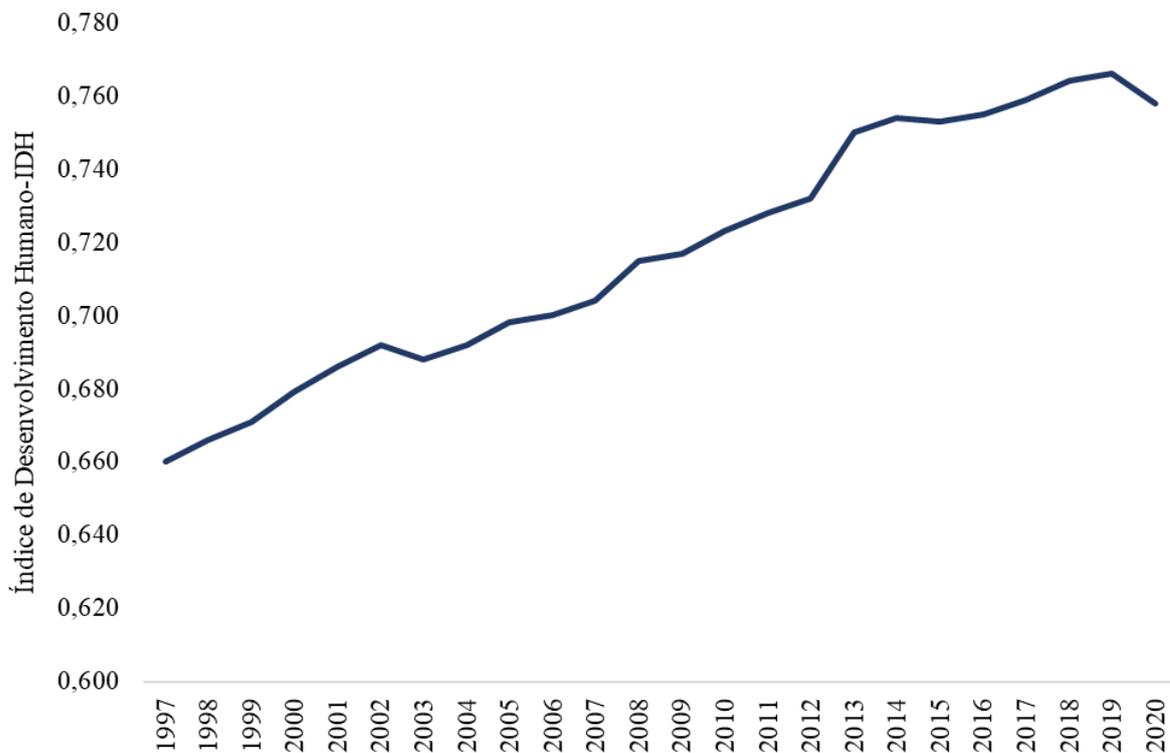
Nesse sentido, em razão do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19), entre as medidas emergenciais adotadas pelo Brasil uma delas foi a instituição do auxílio emergencial, criado pela Lei Ordinária nº 13.982, de 02 de abril de 2020, equivalente a uma renda mensal para pessoas desempregadas ou trabalhadores do setor informal. O benefício foi instituído no valor de R\$ 600⁶⁹, sendo o

⁶⁹ Ressalta-se que o valor proposto pelo governo do então presidente à época, Jair Bolsonaro, foi de apenas R\$200,00, valor este que foi rejeitado pelo Congresso Nacional que propôs o valor de 600,00, aproximadamente 60% do salário-mínimo vigente em 2020.

dobro (R\$1.200) no caso de famílias monoparentais chefiadas por mulheres, e foi previsto para um período inicial de três meses, porém, com o avanço e o prolongamento da pandemia, o auxílio emergencial foi pago por cerca de um ano e meio.

Como os valores pagos eram bem maiores que os do Programa Bolsa Família⁷⁰, vigente à época, o auxílio emergencial teve um efeito temporário na redução da pobreza, da desigualdade de renda e em vários outros indicadores sociais medidos com base na renda. Por isso, os estudos que levam em conta esses indicadores devem considerar a excepcionalidade do crescimento da renda dos mais pobres nos anos de 2020 e 2021, pois o auxílio foi um benefício temporário para alívio imediato dos efeitos socioeconômicos da pandemia.

Gráfico 4 – Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano no Brasil (1997-2020)



Fonte: PNUD

Elaboração: própria

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) foi desenvolvido em 1990 pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com o apoio do indiano Amartya Sen. Trata-se de uma métrica utilizada para mensurar o nível de desenvolvimento de um país, considerando tanto a

⁷⁰ Em 2020, o Bolsa Família, destinado a famílias em situação de extrema pobreza, era no valor de R\$89,00 mensais (benefício básico), mais o valor do benefício variável, que poderia ser de R\$41,00 para famílias com gestantes, lactantes, crianças e adolescentes de 0 a 15 anos, limitado até cinco benefícios; e de R\$48,00 para famílias com jovens entre 16 e 17 anos, limitado a dois por família.

qualidade de vida quanto o desempenho econômico. O cálculo do IDH é realizado anualmente e os resultados são divulgados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). O índice é composto por três dimensões fundamentais do desenvolvimento humano: saúde (esperança de vida), educação (anos de escolaridade) e renda *per capita*. O valor final varia entre 0 e 1, sendo que números mais altos indicam melhores condições de desenvolvimento (PNUD, 2024).

O gráfico 4 mostra a evolução do IDH do Brasil entre 1997 e 2020, indicando um crescimento contínuo, com algumas oscilações ao longo do tempo. De 1997 a 2014, observa-se um aumento expressivo no IDH brasileiro, refletindo a expansão das políticas e programas sociais que reduziram a pobreza; a universalização do ensino fundamental e o aumento do acesso ao ensino médio, que contribuíram para a melhoria do indicador educacional, além do aumento do emprego e da renda no início dos anos 2000, que contribuíram para o aumento da renda *per capita* brasileira.

Já a partir de 2014, observa-se uma estabilidade e leve desaceleração do IDH, isto é, o ritmo de crescimento desacelera, com uma leve queda no final do período, em 2020. Certamente essa desaceleração reflete o contexto da recessão econômica e da instabilidade política do período, além do recuo acentuado no investimento nas áreas sociais e das políticas neoliberais ortodoxas adotadas a partir de 2016, sob os governos Temer e Bolsonaro. É inegável que a pandemia de Covid-19 também impactou no IDH, sobretudo, mais visivelmente, nas dimensões econômica e de saúde. Porém, dado o contexto da época, é possível imaginar que os impactos poderiam ter sido bem menores caso a condução da situação de emergência em saúde pública por parte do governo federal não tivesse sido fundamentada no negacionismo científico, o que dificultou a tomada de medidas de enfrentamento de forma mais célere.

Como visto, o período entre 1997 a 2020 foi de intensas transformações no Brasil, tanto do ponto de vista político, como econômico. A década de 2000, chamada por alguns estudiosos de *década inclusiva*, se diferencia dos anos anteriores pela melhoria de diversos indicadores socioeconômicos que se refletiram diretamente na vida das pessoas, sobretudo das mais pobres, cenário esse que foi revertido posteriormente. O início dos anos 2000 também testemunhou uma redução na desigualdade de renda, ainda que não tenha alterado o topo da distribuição, conforme argumentam alguns autores que serão citados adiante. Assim, a próxima seção apresentará as principais análises que registraram a queda na desigualdade de renda no Brasil, bem como outras que atestam sua permanência ao longo do tempo.

2.3 Análise da queda na desigualdade de renda no Brasil na década de 2000

São vários os estudos que documentam a queda na desigualdade de renda no Brasil nas últimas décadas. A maioria deles foram elaborados com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) e utilizam como referência os principais índices⁷¹ que medem a desigualdade de renda. Além de analisarem o comportamento da desigualdade, os autores também identificam que fatores levaram a isso e, entre os principais estão as transferências públicas via benefícios sociais, o aumento nos rendimentos do trabalho, a valorização do salário mínimo e, ainda que com menos impacto, o Programa Bolsa Família.

Com base na série histórica da PNAD/IBGE, Soares (2006) analisou a evolução da desigualdade no Brasil nas últimas três décadas e constatou uma queda na desigualdade de renda de 1995 a 2004, tendo como principais responsáveis por isso o aumento nos rendimentos do trabalho e os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família. O autor verificou que os rendimentos do trabalho foram responsáveis por três quartos ($\frac{3}{4}$) da queda na desigualdade de renda. Já os programas de transferência de renda responderam pela redução em um quarto ($\frac{1}{4}$), isto é, embora os programas de transferência de renda tenham contribuído para a redução da desigualdade, esta ocorreu sobretudo pela desconcentração dos rendimentos do trabalho.

Da mesma forma e usando a mesma base de dados, Hoffmann (2007) verificou uma expressiva redução da desigualdade na distribuição do rendimento domiciliar *per capita*, no Brasil, entre 1997 e 2005, medida pelos índices de Gini, Mehran e Piesch. Segundo o autor, 23% da queda na desigualdade de renda nesse período foi decorrente das transferências governamentais entre 1998 e 2005, sobretudo no Nordeste do país, onde essas transferências foram responsáveis por cerca de metade da redução da desigualdade (46,1%).

Analisando os anos mais recentes, Barros *et. al.* (2007) constataram que a desigualdade de renda no Brasil caiu de forma acelerada de 2001 a 2005. Nesse período, houve uma redução

⁷¹ Há vários índices que medem a desigualdade de renda. Alguns dos principais são o índice de Gini, de Theil, de Palma e o índice Atkinson. O Gini é um coeficiente usado para medir o nível de concentração de renda em um grupo específico, mostrando a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. O índice varia de zero a um, no qual zero representa a situação total de igualdade e um de desigualdade. Portanto, quanto mais próximo de zero, menor é a desigualdade. Já o índice de Theil mede o quanto a distribuição de renda observada difere de uma distribuição perfeitamente uniforme. Ele pode mensurar a desigualdade tanto dentro, quanto entre os estratos de renda. O índice de Palma é a razão entre a renda dos 10% mais ricos sobre a dos 40% mais pobres. Portanto, capta melhor a distribuição de renda nos extremos. Por sua vez, o índice Atkinson é um índice de desigualdade de renda desenvolvido pelo economista britânico Anthony Barnes Atkinson e capta qual a extremidade da distribuição contribui mais para a desigualdade observada.

de 4,5% do coeficiente de Gini. Segundo eles, essa redução se deu principalmente pelo aumento das transferências públicas, via programas sociais. Os estudiosos mostraram que as aposentadorias e pensões tiveram um impacto de 26% na redução da desigualdade, o Programa Bolsa Família 12% e o Benefício de Prestação Continuada 11%.

Já Saboia (2007) destacou o papel do aumento do salário mínimo na melhoria da distribuição de renda no Brasil nesse período. O autor concluiu que o aumento no salário mínimo melhora a redistribuição dos rendimentos do trabalho. Por outro lado, apontou suas limitações no que se refere à redução da pobreza absoluta, sendo necessários programas de transferência de renda, para efeitos a curto prazo. Nessa mesma linha, analisando os efeitos da elevação do salário mínimo sobre a desigualdade de renda, Firpo e Reis (2007) constataram que a queda na desigualdade de 2001 a 2005 se deve, em grande medida, aos reajustes do salário mínimo acima da inflação. A depender da medida utilizada para mensurar essa relação (coeficiente de Gini, índices de Theil e de Theil-L), chegou-se a um percentual de queda na desigualdade de 30% a 60% decorrente do aumento do salário mínimo no período analisado.

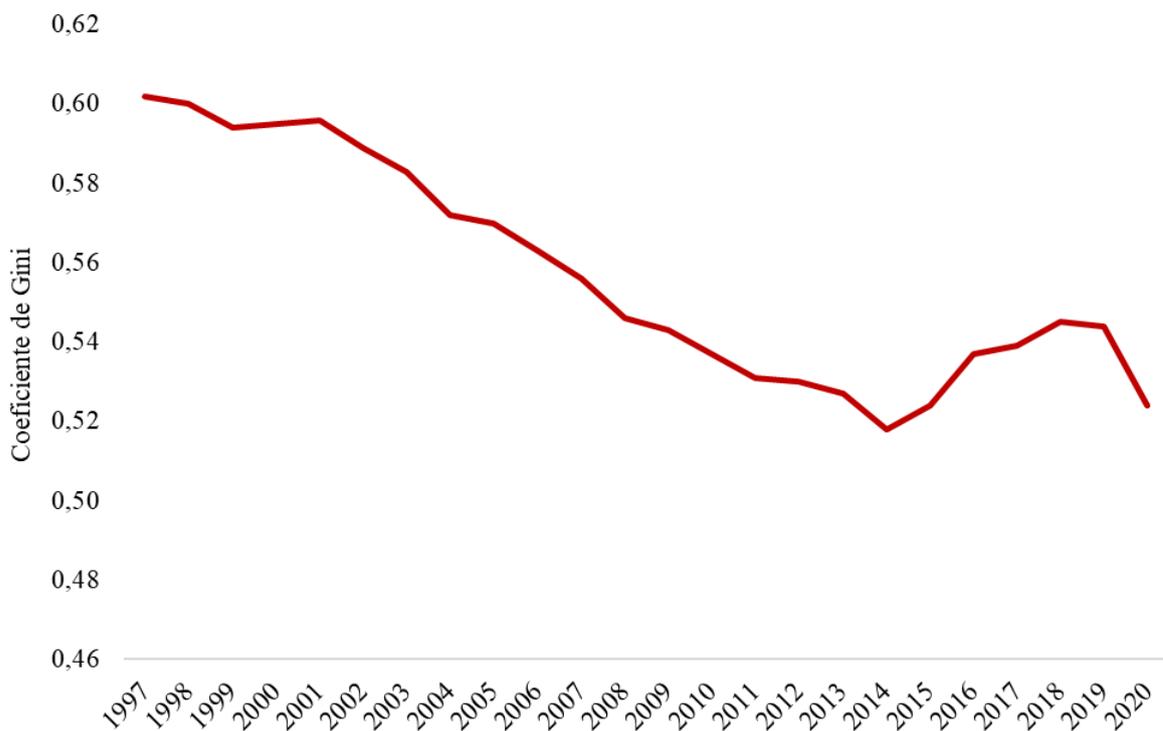
Há outros pesquisadores que analisam a queda na desigualdade de renda observada no Brasil, principalmente na primeira década de 2000, a partir de aspectos relacionados ao mercado de trabalho, como a queda no desemprego e o aumento da formalização, além da ampliação da política de educação. Nesse grupo, Ramos (2007), analisando os dados das Pnads de 2001 e 2005, traz que a maior parte da desigualdade de renda no mercado de trabalho é devida à desigualdade educacional e ao peso das diferenças de remuneração entre trabalhadores por nível educacional.

Já Soares *et. al.* (2007) observaram as desigualdades de renda e educacionais entre negros e brancos no período de 1995 a 2005 e concluíram que houve uma redução nas desigualdades raciais de 1995 a 2005, ainda que modesta, em relação aos níveis elevados existentes. Em relação ao acesso à educação pré-escolar, diferenças entre negros e brancos são quase inexistentes. No ensino fundamental, considerando os dois ciclos, a diferença da taxa líquida de matrícula entre esses dois grupos também diminuiu. No que tange à renda, a diferença salarial diminuiu cerca de 5 pontos percentuais na última década. Os dados mostraram que a renda domiciliar aumentou mais entre negros, em detrimento dos brancos, assim como a queda no índice de pobreza foi maior entre as pessoas negras. Contudo, os autores destacam que, em que pese essa relativa melhoria das desigualdades econômicas raciais, elas ainda são muito expressivas.

Como se observa, a queda na desigualdade de renda no Brasil ao longo das últimas décadas foi amplamente constatada por diversos estudiosos. Um dos principais indicadores

mais utilizado para medir a desigualdade de renda é o coeficiente de Gini, no qual valores mais próximos de 0 indicam maior igualdade (distribuição de renda mais equitativa) e valores mais próximos de 1 apontam para uma maior desigualdade. Elaborado com base nos dados do Ipeadata, que utiliza as pesquisas amostrais do IBGE, o gráfico a seguir mostra a queda na desigualdade de renda no Brasil, no período apontado nos estudos.

Gráfico 5 – Evolução da desigualdade de renda no Brasil (1997-2020)



Fonte: Ipeadata

Elaboração: própria

O gráfico 5 mostra uma tendência de queda no coeficiente de Gini ao longo do período. Em 1997, o índice estava próximo de 0,60, sugerindo uma alta desigualdade de renda no país. Ao longo dos anos seguintes, especialmente até 2015, o índice demonstra uma tendência clara de redução, atingindo seu menor valor em 2014 (0,52). Esse declínio sugere um movimento em direção a uma distribuição de renda mais equitativa, atribuída a uma série de políticas públicas citadas pelos autores citados. Já após esse período observa-se uma inflexão na tendência de queda, com o coeficiente de Gini apresentando uma pequena elevação, refletindo um aumento na desigualdade de renda a partir de 2015. Em 2020, há novamente uma queda perceptível no coeficiente, com o valor caindo próximo de 0,52. No entanto, não se pode considerar esse ano para fins de comparação, uma vez que essa queda reflete as intervenções econômicas emergenciais implementadas em resposta à pandemia de Covid-19, conforme já citado.

Todavia, desconsiderando o dado excepcional do período da pandemia, essa queda na desigualdade de renda nos anos anteriores não se deu apenas no âmbito vertical, mas também de forma horizontal, isto é, além de uma diminuição dessa desigualdade de forma geral, ela foi mais expressiva para grupos historicamente mais vulneráveis e menos privilegiados. Segundo dados do IPEA (2012), a redução da desigualdade de renda observada de 2001 a 2011 ocorreu sobretudo pelo aumento na renda dos mais pobres. Nesse período, a renda *per capita* dos mais pobres cresceu 91,2% e dos mais ricos 16,6%.

O estudo do IPEA mostrou como a redução da desigualdade foi mais efetiva para pessoas com baixa escolaridade, população negra, regiões mais pobres, entre outros. De 2001 a 2011, nos domicílios cuja pessoa de referência é não alfabetizada, observou-se um aumento de 88,6% na renda. Em contraste, nas famílias cujo chefe possui 12 anos ou mais de escolaridade, houve uma redução de 11,1%. No mesmo período, a renda de pessoas negras e pardas apresentou um aumento de 66,3% e 85,5%, respectivamente, enquanto a renda de pessoas brancas cresceu 47,6%. Geralmente as taxas de pobreza são maiores em famílias com crianças. O rendimento domiciliar destas, com crianças entre 0 a 4 anos, aumentou em 61% nesse intervalo de tempo. Já entre indivíduos de 55 a 59 anos, o crescimento foi de 47,6%. Esse incremento, segundo o estudo, foi atribuído, em grande parte, às transferências de programas sociais como o Bolsa Família e o Plano Brasil Sem Miséria, que priorizam mulheres como beneficiárias, as quais, infelizmente, continuam sendo majoritariamente as responsáveis pelos cuidados familiares.

Ainda segundo IPEA (2012), regionalmente, o Nordeste, historicamente a região mais pobre do país e que concentra os indicadores socioeconômicos mais adversos, apresentou o maior crescimento em termos de rendimento, de 2001 a 2011, com um aumento de 72,8%. Em contraste, no Sudeste, região mais desenvolvida economicamente do Brasil, o crescimento da renda foi de 45,8%. De forma semelhante, o aumento de rendimento nas áreas rurais (85,5%) foi superior ao observado nas áreas urbanas (57,5%). Outra evidência de redução horizontal da desigualdade é observada nos setores de atividade econômica. Aqueles que tradicionalmente apresentam remunerações mais baixas, trabalhadores menos qualificados e maior vulnerabilidade, concentrando a população mais pobre, registraram um crescimento mais acentuado da renda mediana *per capita* em comparação com os demais setores. Empregados agrícolas tiveram um aumento na renda de 86%, trabalhadores de serviços domésticos, 62,4%, enquanto os setores não remunerados apresentaram uma elevação de 60,3% de sua renda.

Tanto os estudos dos autores mostrados, quanto esse levantamento do IPEA, foram elaborados com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE). Os

números mostrados evidenciam uma redução das desigualdades verticais e horizontais, que beneficiou sobretudo grupos historicamente privados de acesso a direitos sociais, como analfabetos, pessoas negras, crianças, nordestinos, trabalhadores rurais e indivíduos que se encontram à margem do mercado formal de trabalho. Ainda que a realidade desses segmentos ainda esteja muito aquém de atender plenamente às suas necessidades materiais, houve uma melhora relativa em suas condições de renda no período observado.

No entanto, existe um outro ramo da literatura nacional que questiona esses resultados. Não se trata de invalidar ou duvidar da cientificidade deles. O que os críticos desses estudos questionam é a conclusão de que a desigualdade de renda tenha caído no Brasil no período analisado. O argumento utilizado é o de que as pesquisas amostrais subestimam os rendimentos no topo, ou seja, não conseguem captar com precisão a renda dos mais ricos. Como as pesquisas são feitas a partir da aplicação de questionários nos domicílios, geralmente as pessoas mais ricas tendem a ser mais inacessíveis, por uma série de fatores, desde o local de moradia (áreas específicas ou condomínios fechados que não autorizam a entrada de entrevistadores) a uma questão de privacidade e omissão, já que indivíduos mais ricos podem ser mais cautelosos em compartilhar informações sobre sua renda e patrimônio, preferindo manter esses dados em sigilo. O fato é que as pesquisas amostrais não conseguem captar com precisão a renda dos mais ricos, isto é, daqueles que estão no topo da distribuição. Para superar essa imprecisão, esse outro grupo de pesquisadores utiliza dados tributários de imposto de renda e, com base nisso, afirmam que as análises a partir de pesquisas domiciliares podem ter subestimado o nível e o comportamento da desigualdade ao longo dos anos no Brasil.

Por uma série de razões, no topo da distribuição de renda essas pesquisas tendem a captar bem rendimentos regularmente recebidos, como os associados ao trabalho - salários, remunerações e aposentadorias -, mas captam mal os rendimentos do capital e os ganhos que não são recebidos em períodos regulares. Isso subestima as rendas no topo, o que tem duas consequências básicas: em primeiro lugar, afeta o nível e pode afetar a trajetória da desigualdade; em segundo, envia as conclusões sobre os determinantes da riqueza e, conseqüentemente, da desigualdade, aumentando o peso de rendimentos associados ao trabalho e reduzindo o do capital (Medeiros, 2023, p. 84).

Medeiros, Souza e Castro (2015a) avaliaram a evolução da desigualdade de renda entre adultos no Brasil no período de 2006 a 2012. Para tanto, os autores utilizaram uma metodologia que combinou dados tributários da Declaração Anual de Ajuste do Imposto de Renda da Pessoa Física (DIRPF) com informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Assim, os autores calcularam o nível de desigualdade, sua trajetória ao longo do tempo e a proporção do crescimento da renda apropriada por diferentes grupos da população e discutiram

as implicações de diferentes abordagens metodológicas ou do uso de fontes de dados alternativas nos resultados. A conclusão a que chegaram com esse estudo foi a de que a desigualdade de renda no Brasil é maior do que a encontrada pela maioria dos estudos que analisaram o comportamento dela ao longo dos anos. De fato, segundo os autores, houve mudanças na base da distribuição, mas a renda dos mais ricos permaneceu constante ao longo do tempo. Conforme apontam pesquisas anteriores, eles confirmam que houve crescimento da renda, mas as pessoas mais ricas se beneficiaram mais desse crescimento.

A desigualdade de renda no Brasil é muito alta e estável entre 2006 e 2012. Quando se combina a PNAD à DIRPF, quase metade de toda a renda no país está concentrada nos 5% mais ricos e um quarto no 1% mais rico. O milésimo mais rico acumula mais renda que toda a metade mais pobre da população. Isso reflete um perfil que já é bem conhecido: o Brasil é marcado por uma grande massa de população de baixa renda que se distingue de uma pequena, porém muito rica elite. Esse perfil não se altera significativamente ao longo do tempo. Há mudanças no longo trecho da base da distribuição que vai do 0% aos 90% mais pobres, mas a concentração no topo é bastante estável, especialmente no 1% mais rico. As curvas de Lorenz que representam essa desigualdade em cada ano se cruzam e, praticamente, se sobrepõem. Certas medidas indicam leve aumento da desigualdade no tempo; outras, leve queda, mas a tendência geral é de estabilidade (Medeiros; Souza; Castro, 2015a, p. 982).

Outro estudo de Medeiros, Souza e Castro (2015b) analisou o comportamento da desigualdade com foco no topo da distribuição de renda, também no mesmo período (2006 a 2012). A partir de dados do Imposto de Renda da Pessoa Física, eles focaram na desigualdade entre as pessoas com renda mais alta (o grupo dos 0,1%, 1% e 5% mais ricos) em relação ao restante da população. Os autores apresentaram e avaliaram a sensibilidade de indicadores de desigualdade a diferentes metodologias. Além disso, compararam os dados obtidos com aqueles encontrados nas pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) e Censo Demográfico.

A conclusão desse estudo foi a de que a desigualdade de renda no Brasil, além de ser extremamente alta e concentrada no topo, permaneceu estável, apesar de um sutil aumento, e é maior que aquela constatada a partir de dados de pesquisas domiciliares. E essa desigualdade mais alta observada no estudo está associada à subestimação das rendas mais altas que as pesquisas amostrais não conseguem captar. “Em resumo, em comparação com os dados tributários, os levantamentos domiciliares subestimam tanto a renda média quanto o nível de concentração no topo” (Medeiros; Souza; Castro, 2015b, p. 27). Em síntese, os autores afirmam que:

A principal conclusão é de que a concentração de renda entre os mais ricos é, de acordo com os dados tributários, substancialmente maior do que a estimada pelos levantamentos domiciliares, sem que tenha havido tendência de queda nos últimos anos. Em média, entre 2006 e 2012, o 1% mais rico do Brasil se apropriou de pouco menos de 25% da renda total, sendo que o 0,1% mais rico, por si só, ficou com 11%. A desigualdade entre os mais ricos também é maior nos dados tributários do que nas pesquisas domiciliares. Nossos dados permitem assegurar que os mais ricos são resistentes à queda da desigualdade que foi observada nos levantamentos domiciliares (Medeiros; Souza; Castro, 2015b, p. 27).

Seguindo essa linha, Souza (2018) analisou a desigualdade de renda no Brasil a partir da concentração no topo da distribuição. Para tanto, o autor mesclou uma longa série histórica de dados quantitativos tributários, muitos deles tabulados, bem como recorreu à historiografia brasileira para fazer uma correlação entre esses elementos ao longo do período analisado. A conclusão do autor é a de que a desigualdade no Brasil não se alterou radicalmente no último século, uma vez que a concentração de renda entre os mais ricos é uma marca histórica e perene da realidade brasileira. Porém, com isso, ele não retira o mérito das pesquisas amostrais, uma vez que elas medem a desigualdade comparando o comportamento da renda dos que estão mais próximos da base e, no caso do estudo dele, o foco foi naqueles que fazem parte do topo, os mais ricos. Então, considerando esses, Souza é categórico ao afirmar que a desigualdade de renda permaneceu inercial.

A essa altura, o leitor deve estar se perguntando: então, a desigualdade de renda no Brasil diminuiu ou não nas últimas décadas? A resposta a essa pergunta depende do referencial de investigação. Como se observou, as pesquisas que analisaram o comportamento da desigualdade de renda ao longo dos anos possuem metodologias distintas, mas igualmente importantes. Não se trata de hierarquizar um procedimento metodológico e uma fonte de dados em detrimento de outros. Cada tipo de pesquisa possui potencialidades e limitações a depender do que será analisado, dos dados disponíveis e da forma como são captados. A riqueza que uma pesquisa etnográfica produziria sobre uma determinada comunidade isolada e com uma cultura peculiar, não seria a mesma que uma pesquisa quantitativa, por exemplo. “Nenhuma pesquisa jamais será capaz de retratar com perfeição o que é o ‘mundo real’. O importante é entender os limites de cada pesquisa e quão compatíveis entre si elas são” (Souza, 2015, p. 185).

Nesse sentido, considerando os estudos feitos a partir de pesquisas amostrais, viu-se que a desigualdade de renda no Brasil começou a decrescer em meados da década de 1999 e na primeira década dos anos 2000. No entanto, essa redução foi percebida ao se analisar os dados que captam melhor os rendimentos dos grupos mais próximos da base da distribuição. Já nas

pesquisas feitas com dados tributários, observou-se que a desigualdade de renda permaneceu estável e é subestimada nas pesquisas amostrais, pois tais tipos de dados conseguem captar melhor a renda dos que estão na parte de cima da distribuição, ou seja, os com maiores rendimentos, ainda que subestimem a renda do capital.

O fato é que, embora o topo da distribuição tenha permanecido estável, a renda dos mais pobres cresceu a um percentual maior que o registrado para os grupos de maior rendimento e as pesquisas domiciliares mostraram uma queda na desigualdade de renda, ainda que essa diminuição tenha sido constatada a partir do rendimento dos grupos mais pobres. De forma geral, em que pesem as críticas apontadas à abrangência das pesquisas domiciliares do IBGE, [...] “a PNAD mede bem aquilo que seu desenho se propôs a medir e permite inferências adequadas – pelo menos dentro das limitações inerentes às pesquisas domiciliares –, principalmente para as tendências dos rendimentos ao longo do tempo” (Souza, 2015, p. 166).

Da mesma forma que não existe uma única maneira de mensurar a desigualdade de renda, há outras dimensões associadas a esta também importantes a serem consideradas como objeto de investigação. Afinal, existem outras dimensões da desigualdade que muitas vezes não podem ser mensuradas, mas que produzem efeitos no bem-estar social. Arretche (2018), por exemplo, argumenta que é necessário considerar também, nos estudos de desigualdade de renda, a dimensão não monetária dessa desigualdade, o que inclui o acesso a políticas públicas, tais como: de saúde e educação, por exemplo. “Há razões teóricas para não restringir a desigualdade à dimensão renda, pois esta é também composta por dimensões não monetárias” (Arretche, 2018, p. 2). Outra dimensão apontada pela autora que se relaciona com a desigualdade se refere ao regime político. Para o caso brasileiro, ela argumenta que a desigualdade econômica foi reduzida durante o regime democrático contemporâneo, no período que vai de 1985 a 2015.

Se adotarmos como critério de redução da desigualdade a evidência de que os mais pobres sejam beneficiados por ganhos de renda proporcionalmente superiores aos dos mais ricos, ou ainda, se serviços antes acessíveis apenas aos privilegiados forem estendidos aos mais pobres, podemos afirmar que a desigualdade econômica no Brasil em 2015 era menor do que em 1984 (Arretche, 2018, p. 18).

Também analisando a esfera do regime político e sua relação com a desigualdade, Souza (2018), analisou um extenso intervalo da história brasileira: da República Velha aos anos pós constituinte (1926-2013). O autor também elaborou conclusão semelhante para o intervalo democrático de 1945 a 1964, que, segundo ele, apresentou uma inflexão na desigualdade, o que

ele nomeou de “mininivelamento”⁷², com queda significativa da renda dos mais ricos (de 30% para 20% nas duas décadas), sobretudo no governo desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Segundo o autor, foi um período marcado pela efervescência da organização da classe trabalhadora (sindicalização, greves, etc.). Porém não foi um período de políticas distributivas. “A redução da concentração no topo, ao que tudo indica, foi um efeito colateral não antecipado da dinâmica política e econômica do período” (Souza, 2018, p. 286), com a crescente urbanização, composição setorial da economia, mercado de trabalho aquecido e retorno da democracia, com a ausência de controle de salários, como ocorreu na ditadura. Para o autor, ainda que esses aspectos não sejam determinantes,

[...] a redução da desigualdade é ao menos compatível com a crescente liberdade civil e política, a mobilização social e sindical nas cidades e no campo, os grandes aumentos do salário mínimo, a decadência do setor cafeeiro e a elevação moderada das alíquotas efetivas do IRPF, entre outros acontecimentos (Souza, 2018, p. 323).

No entanto, contrariamente ao afirmado por Arretche (2018), para o período de 1988 a 2013, o autor mostrou uma redução da desigualdade nos anos 1990, porém seguida de estabilidade, em um patamar observado na década de 1920. Nos anos 2000, os resultados encontrados por Souza (2018) apontam um comportamento de estabilidade, a partir de dados tributários, divergentes daqueles apontados pelas pesquisas amostrais, conforme já apontado aqui. No entanto, o autor ressalta que, mesmo que esse período não tenha trazido mudanças significativas no que se refere à redução da desigualdade (considerando a renda no topo na distribuição), a Constituição de 1998 e o pacto social civilizatório que ela propôs – em que pesem os retrocessos – não se traduziram em um jogo de soma zero.

Como já pontuado neste capítulo, a Carta Magna ampliou consideravelmente os direitos e garantias fundamentais. Da mesma forma que a década de 2000, conhecida como a “década inclusiva”, se diferenciou das anteriores por uma ampliação de políticas de proteção social e combate à pobreza. “Essa interpretação tem méritos, e não há dúvidas de que a sensibilidade do poder público às demandas das camadas mais pobres aumentou nos últimos 20 anos” (Souza, 2018, p. 325). Contudo, afirma ele, com base em Medeiros (2016), foi um período caracterizado mais por políticas de inclusão do que de redistribuição⁷³, isto é, o governo atendeu a determinadas demandas sociais, mas sem tocar nos privilégios e percalços da elevada

⁷² Fazendo alusão à expressão “grande nivelamento”, que se refere à redução drástica na desigualdade de renda, que aconteceu em vários países após grandes choques violentos. Conferir Scheidel (2020).

⁷³ Políticas redistributivas possuem mais impacto na desigualdade social, pois são relacionais: um grupo ganha e o outro perde. Já políticas distributivas de inclusão podem reduzir a pobreza e a fome, sem necessariamente alterar os níveis de desigualdades existentes, pois não pressupõem necessariamente que o recurso utilizado para financiá-las será decorrente de políticas de desconcentração de renda.

desigualdade brasileira. O que a história recente mostra é uma concentração no topo em níveis elevadíssimos.

Outra contribuição do estudo de Souza (2018), a partir de um longo período analisado da história brasileira, é evidenciar a fraqueza das teorias que sustentam a relação simples e direta de causa e efeito entre crescimento econômico, melhoria educacional, democracia e redução da desigualdade. Embora possa haver relações entre essas variáveis, esse é um processo complexo. Ademais, o autor mostrou a relação que existe entre escolhas políticas e concentração de renda no topo, contrapondo argumentos exclusivamente economicistas sobre o tema. Embora, como reconheceu Souza (2018), ele não tenha identificado e quantificado rigorosamente os efeitos e causas da desigualdade no período analisado, ficou explícita a relação entre a história político-institucional do Brasil e a concentração de renda. Tal análise reforça o caráter político da manutenção de padrões de desigualdade econômica, que é tanto funcional quanto consequência do sistema capitalista.

O que se observa, com base nos estudos empíricos mostrados aqui, é que tanto políticas de inclusão quanto um regime político mais permeável às demandas sociais, como a democracia, são instrumentos importantes de enfrentamento às abissais desigualdades existentes no Brasil, embora insuficientes, assim como o crescimento econômico, as melhorias nos níveis educacionais e o maior acesso a políticas públicas, também não são o bastante para alterar o cenário da desigualdade de modo significativo. Para tal, são necessárias políticas efetivamente redistributivas, que consigam não apenas alcançar os mais pobres, mas também mexer na estrutura que permite o aumento e a manutenção no topo dos mais ricos. Por outro lado, é difícil imaginar políticas efetivamente redistributivas nos limites de um sistema que promove exatamente o contrário: a concentração, sobretudo em países que sequer tiveram experiência de um Estado de bem-estar social forte, como é o caso do Brasil.

Conforme visto, a desigualdade pode ser analisada sob seus diversos aspectos. Os estudos sobre desigualdade de renda são importantes para mensurar a distribuição do rendimento na estratificação social e, assim, ter um retrato de como uma sociedade distribui sua riqueza produzida socialmente. Os estudos sobre acesso a políticas públicas também mostram como os processos de exclusão geram e perpetuam desigualdades. Assim como também é importante descobrir que tipo de arranjo político-institucional é mais permeável e afeito à redução das desigualdades, considerando que o Estado é um ator central nesse processo. Daí a necessidade de diversificar as análises sobre o tema.

Contudo, a importância de se estudar as várias esferas que interferem nos níveis de desigualdade não se resumem à dimensão material. É fundamental mensurar a desigualdade de

renda, mas também investigar outras dimensões, como as apontadas por Arretche (2018). Para além disso, há um componente também essencial: a dimensão simbólica da desigualdade, como já destacado no capítulo 1. Está cada vez mais difícil sustentar as teses de economistas liberais de que as desigualdades são naturais e inevitáveis. Mais que um produto material de um sistema econômico e político, as desigualdades produzem hierarquias simbólicas, morais, culturais, que permitem a estratificação subjetiva dos indivíduos e das coisas. Toda desigualdade social é política, pois ela existe, se mantém e se reproduz a partir de decisões políticas que afetam a vida em sociedade. Por isso, além de mensurar seus níveis, é igualmente necessário compreender de que forma a desigualdade objetiva é percebida pelas pessoas, uma vez que na percepção social operam mecanismos simbólicos de valorização que são produzidos politicamente, já que “Toda sociedade humana precisa justificar suas desigualdades” (Piketty, 2020, p. 11). O capítulo a seguir abordará essa nuance.

3 PERCEPÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE

Este capítulo tem como objetivo apresentar as percepções sobre desigualdade explicitadas em estudos nacionais e internacionais, com a finalidade de demonstrar as evidências empíricas sobre o tema, destacando que fatores individuais e contextuais interferem na percepção que as pessoas possuem sobre desigualdade; o que possibilitará, ao fim desta pesquisa, verificar se os resultados desta corroboram ou contradizem os achados desses estudos, levando em consideração, naturalmente, as limitações metodológicas de comparabilidade.

Todavia, inicialmente, neste capítulo, serão abordadas e discutidas as principais teorias que explicam como os indivíduos constroem suas percepções, bem como os fatores que influenciam nesse processo. Na subseção seguinte, serão apresentados alguns estudos empíricos de âmbito internacional sobre a percepção da desigualdade, com o intuito de identificar os aspectos já investigados e as conclusões obtidas. Sobre o contexto brasileiro, a subseção final oferece um panorama das principais pesquisas empíricas sobre a percepção social da desigualdade, com o objetivo de compreender os fatores que influenciam na construção dessas percepções entre os brasileiros.

3.1 Representações sociais e desigualdade

A forma como as pessoas introjetam e percebem a realidade que as cerca pode ser explicada a partir de diferentes perspectivas que se inserem em campos distintos, porém complementares, do conhecimento. Para fins deste trabalho, interessa menos o aspecto psicológico e cognitivo e mais os fatores externos, portanto, sociais, que interferem na forma como os sujeitos interpretam, compreendem e formam opiniões sobre o mundo que os cerca. Nesse sentido, para além dos aspectos psicológicos, existe uma gama de elementos estruturais e sociais que influenciam a percepção social⁷⁴.

No que se refere à teoria das representações sociais, que busca explicar esse fenômeno, a contribuição da psicologia social foi fundamental para questionar a crença psíquica de que as percepções sociais são puramente subjetivas. Assim, nesse campo, a teoria de Moscovici, desenvolvida na década de 1960, buscou descobrir como os grupos sociais constroem e compartilham significados, constituindo uma realidade social. Por isso, foi pioneira para a

⁷⁴ Sem adentrar no debate propriamente dito do conceito, para fins desta pesquisa, os termos *percepção* e *representação* serão utilizados como sinônimos, já que apenas a dimensão social de cada um deles faz parte do objeto deste estudo.

compreensão de como as ideias, valores e crenças se formam, circulam e se consolidam na sociedade. O conceito de representações sociais surge, nesse contexto, como uma resposta crítica à visão tradicional da psicologia social, que, até então, focava em um modelo individualista e cognitivista de comportamento social.

Para Moscovici (2003), as representações sociais são fundamentais para a construção do conhecimento cotidiano e são mais do que simples reflexos da realidade; elas desempenham um papel ativo na formação do mundo social. Para ele, essas representações são sistemas interpretativos, ou seja, são formas de conhecimento prático, compartilhadas por um grupo, que permitem a compreensão e a comunicação da realidade social. Elas são sistemas simbólicos que permitem aos indivíduos e grupos dar sentido ao mundo em que vivem, influenciando suas práticas cotidianas. Dessa forma, as representações sociais englobam duas dimensões: a cognitiva, relacionada aos processos de pensamento, tais como: categorização, memória, raciocínio; bem como social, pois depende de interações, discursos e valores.

Nesse sentido, a ancoragem e a objetivação são processos essenciais na formação das representações sociais. A primeira é o processo pelo qual algo novo ou desconhecido é integrado em um sistema de referência que os indivíduos já têm, ou seja, em categorias já existentes na sociedade. Já a objetivação refere-se ao processo pelo qual conceitos abstratos se tornam concretos e tangíveis (Moscovici, 2003). Conforme a ideia do autor, o pensamento social cumpre um papel essencial na construção da realidade social e não deve ser visto como inferior ou irracional em relação ao conhecimento científico, mas como uma forma distinta de conhecimento. Desse modo, as representações sociais atuam como uma ponte entre o conhecimento científico e o senso comum, moldando a maneira como os indivíduos e grupos interpretam o mundo ao seu redor.

Posteriormente, Jodelet (2001) aprofundou o conceito de representações sociais de Moscovici a partir de pesquisas que objetivaram não apenas saber como os indivíduos e grupos constroem e compartilham significados, mas também entender de que modo esses significados moldam as práticas sociais e a percepção da realidade. Para a autora, as representações sociais são “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social” (Jodelet, 2001, p. 36). Assim sendo, elas não são estáticas, mas constantemente elaboradas e reinterpretadas pelos grupos sociais em suas interações cotidianas. Esse caráter dinâmico torna as representações sociais instrumentos poderosos de adaptação à realidade, mas também de manutenção e reprodução de certos padrões sociais.

A partir dos seus estudos sobre saúde mental, a autora descreveu exemplos práticos dos conceitos de ancoragem e objetivação cunhados por Moscovici. Em síntese, Jodelet (2001) afirma que a ancoragem é o que possibilita a compreensão de algo desconhecido dentro de um sistema de referências pré-estabelecidas. Já a objetivação se refere à passagem do abstrato ao concreto. Assim, algo desconhecido é compreendido a partir de elementos já conhecidos, permitindo que ele seja compreendido no universo simbólico.

Nos estudos sobre representações da saúde mental em comunidades rurais, Jodelet (2001) mostrou como conceitos médicos sobre a loucura foram ancorados em crenças tradicionais e religiosas, permitindo que a comunidade lidasse com esse fenômeno de um modo próprio. No que se refere à objetivação, ela mostra como a loucura é objetivada por meio de metáforas, imagens ou comportamentos estereotipados que tornam a doença mais percebida pela comunidade. Ainda no campo da saúde, as representações sociais sobre doenças historicamente estigmatizadas, como o HIV ou a tuberculose, podem influenciar tanto as políticas públicas de saúde quanto as percepções e atitudes dos pacientes.

Da mesma forma que as representações sobre doenças podem influenciar na formulação de políticas públicas e no comportamento das pessoas em relação ao tratamento, no caso do gênero, as representações sociais sobre masculinidade e feminilidade moldam expectativas culturais e comportamentos relacionados aos papéis de gênero, perpetuando ou questionando as normas sociais estabelecidas. Atualmente tramita na Câmara dos Deputados uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 164/2012⁷⁵, que pretende proibir o aborto em qualquer circunstância no Brasil, inclusive em casos atualmente previstos em lei⁷⁶. O texto altera o artigo 5º da Constituição Federal para garantir “a inviolabilidade do direito à vida, desde a concepção”. A PEC é defendida por políticos e grupos conservadores, maioria composta de homens, que se fundamentam em convicções religiosas sobre o que seria o direito à vida. Concepções estas que muitas vezes, ao longo da história, sacrificaram mulheres em nome de uma suposta moralidade cristã⁷⁷. Como se observa, as representações sociais não apenas moldam comportamentos, mas interferem em políticas públicas que, em tese, em um Estado

⁷⁵ BRASIL. Câmara dos Deputados. PEC 162/2012 - “Estabelece a inviolabilidade do direito à vida desde a concepção”.

Disponível em <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=543252>. Acesso em 29 nov. 2024.

⁷⁶ Atualmente o aborto é permitido no Brasil em três situações: (i) quando há risco de morte para a gestante; (ii) em gestações de fetos com ausência parcial ou total de cérebro (anencefalia); e (iii) em casos de gravidez decorrentes de estupro.

⁷⁷ A exemplo da Inquisição da Igreja Católica no século XV, que queimou milhares de mulheres na fogueira em decorrência do movimento de “caça às bruxas”. Séculos se passaram e as mulheres continuam sendo vítimas de inúmeras violências, embora de outras formas e sob outros regimes.

laico, deveriam ser embasadas em evidências científicas, em detrimento de perspectivas religiosas. De igual modo, percepções sobre riqueza, pobreza, desigualdade social, etc. também fundamentam decisões em relação ao desenho de políticas sociais, além de interferirem nas atitudes das pessoas com relação a esses temas.

Dialogando com a teoria das representações sociais, Berger e Luckmann (2014) discutem como a realidade é construída socialmente por meio das interações humanas e como as instituições, crenças e os valores são produtos dessa construção. Assim, defendem que o conhecimento humano é o resultado de um processo social contínuo, no qual a subjetividade se transforma em objetividade por meio de práticas sociais, linguagem e institucionalização. Para os autores, os conceitos de realidade e de conhecimento são construídos socialmente via processos de interação. Assim, a realidade é algo que é percebido como existente de forma objetiva, independente dos indivíduos. Já o conhecimento se refere ao conjunto de informações que uma sociedade acredita como verdadeiras sobre essa realidade.

Com base nessas premissas, Berger e Luckmann (2014) afirmam que a construção social da realidade ocorre por meio de três processos: (i) a externalização, que é a criação de padrões de comportamento que dão sentido ao mundo, por meio da interação social; (ii) a objetivação, processo por meio do qual as construções adquirem uma existência autônoma e objetiva, sendo incorporada pelas instituições sociais; e por fim, (iii) a internalização, que é a fase final, na qual as pessoas absorvem essas realidades objetivadas e as aceitam como parte de sua própria consciência. Após esse processo de construção social, os padrões de comportamento se consolidam institucionalmente de tal forma que podem se tornar normativos e obrigatórios. Assim, a sociedade tipifica determinados modelos que são criados para compreender a realidade. Esses tipos são mantidos através de interações cotidianas que se repetem e se tornam rotinas, estas, por sua vez, desempenham um papel fundamental na manutenção da realidade social, fornecendo um sentido de previsibilidade e estabilidade. Segundo os autores, em todo esse processo de construção da realidade a linguagem tem um papel central, uma vez que é por meio dela que os significados sociais são comunicados e compartilhados.

Como se observa, Berger e Luckmann (2014) dão uma contribuição fundamental que desnaturaliza o processo de construção social da realidade objetiva, pois mostram que aquilo que é considerado verdade ou um dado objetivo depende das relações e das interações sociais. Outrossim, sua teoria fornece bases para a crítica das instituições sociais que muitas vezes são vistas como impessoais, objetivas, mas que são produto da ação humana. As notícias e reportagens veiculadas pela mídia sobre pobreza, desigualdade e o papel do Estado, por exemplo, possuem como pano de fundo determinados valores internalizados socialmente, que

por sua vez, também servem de reprodução de algum tipo de discurso dado como objetivo. A crítica feita por muitas pessoas a programas assistenciais de transferência de renda, como o Bolsa Família, no Brasil, está ancorada na concepção meritocrática de que todos podem prover seu sustento e de sua família, desconsiderando os mecanismos estruturais de produção de pobreza e desigualdade.

Pelo exposto, observa-se que tanto a teoria da construção social da realidade como a das representações sociais trouxeram contribuições significativas para se pensar a realidade em sociedade, já que possibilitaram uma melhor compreensão sobre o papel ativo das interações humanas na formação do conhecimento, na construção da realidade via processos sociais e de como essa realidade é percebida e introjetada pelas pessoas e instituições. Nesse sentido, ambas as concepções tiveram um impacto significativo em diversos campos do conhecimento, tais como: na psicologia social, na sociologia, na antropologia, nos estudos culturais e nas ciências humanas e sociais de modo geral. No entanto, tais abordagens possuem limites interpretativos.

Em que pese a contribuição da teoria da representação social em destacar o componente coletivo e externo que conforma as percepções sociais, para além do aspecto puramente subjetivo, ela não ressalta o papel das relações de poder que permeiam a construção e disseminação das representações sociais. Embora as representações sociais sejam construídas coletivamente, muitas vezes refletem as visões de grupos dominantes que perpetuam desigualdades sociais, ou seja, as representações não são tão coletivas assim, dado que determinadas percepções são influenciadas por grupos que podem impor suas visões e valores a outros, gerando um controle simbólico que reforça hierarquias sociais. Além disso, a teoria das representações sociais dá ênfase ao processo interativo e cultural, mas não destaca como as posições estruturais, como classe social, gênero, raça ou etnia, influenciam a produção dessas representações, isto é, não considera a estrutura social e suas determinações materiais e históricas que conformam as representações e os grupos sociais que as produzem.

Ainda que Moscovici reconheça a pluralidade das representações, ele não destaca as relações de poder que permeiam uma sociedade hierarquizada. Assim, sua abordagem carece de uma discussão sobre as forças políticas e econômicas que impõem ou marginalizam determinadas concepções. Por sua vez, apesar de Jodelet (2001) aprofundar alguns aspectos da obra de Moscovici sobre as representações sociais, enfatizando as práticas sociais concretas e reconhecendo que as representações sociais estão ligadas ao poder, ela não discute o papel das tensões e dos conflitos sociais na construção das representações, já que estes são inerentes a elas.

De forma similar, ainda que Berger e Luckmann (2002) reconheçam que a realidade é construída, eles também não aprofundam como as relações de poder influenciam nesse processo. Além disso, ao discorrer sobre as interações sociais e o papel da linguagem, os autores se detêm ao nível micro das interações cotidianas e não abordam as relações macroestruturais que também constroem a realidade social. Não se pode negligenciar o fato de que a sociedade é formada por variáveis macrosociológicas, como classe, gênero, raça, entre outras, que influenciam o lugar que os indivíduos ocupam na sociedade, a construção do conhecimento e do que é dado como realidade objetiva, bem como a forma como isso é representado. Logo, as desigualdades materiais e estruturais também interferem no modo como se constroem e se propagam as ideias, assim como nas formas de agir.

Nesse sentido, em que pesem as contribuições dos autores, para compreender as percepções sociais, é necessário, além de ter como premissa o processo coletivo e social de como a realidade é percebida, considerar as várias estruturas de poder e dominação em disputa no imaginário coletivo. Nenhuma percepção é puramente subjetiva. A ideia que alguém tem do que seja a causa ou as causas da desigualdade econômica, por exemplo, pode ser conformada por pressupostos meritocráticos introjetados socialmente, ou por outras presunções dissidentes que também estão em disputa na batalha das ideias. Segundo Gramsci (1971), a percepção da realidade é moldada por uma luta constante entre diferentes grupos sociais, especialmente entre a classe dominante e as classes subordinadas. Existe uma disputa de visão de mundo através da hegemonia, uma forma de dominação que não se baseia apenas na coerção, mas também no consentimento ativo das classes subordinadas. Nesse sentido, a cultura, a ideologia, as instituições políticas e educacionais têm um papel fundamental na construção das ideias e dos valores que orientam a vida social.

Segundo Mészáros (2004), a ideologia capitalista se insere na vida cotidiana moldando comportamentos, valores e desejos. Está enraizada na cultura, na mídia, na educação, promovendo o individualismo e a competitividade como valores centrais. Dessa forma, ela contribui para a naturalização da exploração e da desigualdade, reforçando valores meritocráticos. Nesse contexto, para o autor, o próprio consumo cria a ilusão de liberdade e satisfação individual. Mesmo que a ideologia dominante capitalista não seja a única vigente na sociedade, é ela quem detém maior poder e, como afirmado anteriormente, poder econômico se traduz em poder político que, por sua vez, se converte em poder simbólico, afinal, a mídia, o mercado e as instituições também são moldadas por ideologias em constante disputa.

Então, a percepção de um fato, ideia ou recorte da realidade é produzida a partir das interações sociais entre os indivíduos e também reproduzida por elas dentro desse contexto de

disputas desiguais de percepções, no qual mecanismos de poder e dominação buscam legitimar determinadas visões de mundo em uma sociedade hierarquizada. E, segundo Lane (2006), é através da linguagem que os seres humanos descrevem, explicam e acreditam na sua realidade a partir das relações com os demais. Nesse processo, os indivíduos elaboram as representações do que é o mundo. A afirmação “rico é aquele que sabe poupar” é uma representação social. Nesse sentido,

[...] a representação implica na ação, na experiência com um objeto ou situação e nos significados atribuídos a ela pelas pessoas com que nos relacionamos, ou seja, a representação é o sentido pessoal que atribuímos aos significados elaborados socialmente. Mas nem todas as nossas representações se formam tão simplesmente. Pensem, por exemplo, em termos como Deus, eternidade, morte, infinito e mesmo sociedade, história, classe social, etc. São representações onde a experiência, a vivência são impossíveis, ou são apenas fragmentos, fazendo com que a mediação social de pessoas, consideradas autoridades, desempenhem uma função essencial na formação da representação e é aqui, como vimos em relação aos significados da palavra, que surge o poder impondo representações consideradas necessárias para a reprodução das relações sociais (Lane, 2006, p. 34-35).

Para entender essa mediação social do poder na construção de representações consideradas necessárias, é preciso também situar os sujeitos no contexto histórico-político do qual eles fazem parte. A forma como certos acontecimentos ocorreram e como o Estado (aqui entendido como uma das principais figuras mediadoras das representações sociais) lidou com eles possui implicações na construção do imaginário social. A grosso modo, pode-se afirmar que a memória que os argentinos têm do período ditatorial no país não é a mesma que os brasileiros possuem desse mesmo regime no Brasil. Embora possa haver diversas percepções em ambos os países, a condenação formal e explícita, na Argentina, daqueles que violaram direitos humanos fundamentais transmite uma ideia de justiça e memória que também pode ser assimilada por outros. Assim, não apenas a história política, mas também as intervenções nela produzem efeitos simbólicos na sociedade.

Da mesma forma, o grau de desenvolvimento econômico e social interfere na forma como se interpreta algo. Por exemplo: a visão de pobreza de quem nasceu e cresceu em países com fortes sistemas de bem-estar social pode ser bastante diferente da visão daqueles que foram concebidos em contextos sociais de extrema privação. É muito provável que um cidadão da Finlândia tenha uma ideia do que seja a pobreza bem distinta de um cidadão do Sudão do Sul⁷⁸.

⁷⁸ É fato que muitos países da Europa conseguiram determinados níveis de igualdade e bem-estar social via exploração de outros países, sobretudo africanos e latino-americanos. Mas não é esse o ponto que está sendo discutido aqui. No entanto, é necessário frisar este aspecto para que o leitor não interprete tal informação como

Assim, o contexto social também desempenha um papel importante na percepção, pois diferentes contextos podem levar a diferentes interpretações de um mesmo fenômeno.

Não menos importante, a cultura tem um papel fundamental na forma de atribuir juízo de valor a fatos do cotidiano. Crenças, preconceitos, costumes, estereótipos, normas e valores, generalizações sobre grupos sociais, perspectivas ideológicas, entre tantos outros, influenciam a forma como indivíduos percebem os demais e a própria sociedade (Aronson *et. al.*, 2018). No Brasil, a título de exemplo, possivelmente a visão de uma pessoa localizada no espectro político à direita, em sua face mais extremada, sobre o que é o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), seja dissonante da visão de uma pessoa classificada como de esquerda ou progressista. No entanto, isso não significa que a percepção social seja algo totalmente fixo e imutável. Aliás, no campo social, as representações estão sempre se construindo e se reconstruindo por meio de disputas que podem modificar as diferentes visões de mundo.

Em que pese a mais difícil sustentação nos dias atuais, uma vez que, ao longo da história, os dados da realidade objetiva a questionam, a ideia de que as desigualdades são naturais ainda circulam na sociedade e representam uma visão de mundo funcional ao *status quo*. Contudo, conforme defende Piketty (2020), a desigualdade não é um fenômeno econômico inevitável, mas o produto de ideologias e sistemas políticos que a sustentam e justificam. Desde o feudalismo às democracias contemporâneas, sistemas de desigualdade foram construídos e legitimados pelas ideologias políticas e sociais vigentes.

Nas sociedades pré-modernas, chamadas pelo autor de “sociedades trifuncionais”, as desigualdades eram justificadas por estruturas religiosas ou militares. Nas sociedades feudais europeias, por exemplo, os sacerdotes eram responsáveis pela salvação espiritual, os guerreiros pela proteção militar e os trabalhadores pela produção econômica, assim eles desempenhavam funções distintas que explicavam a estrutura de classes. Já no sistema escravista, uma das formas mais brutais de desigualdade institucionalizada, segundo Piketty, as sociedades desenvolveram sistemas ideológicos complexos para justificar a exploração de populações inteiras, seja por meio do racismo, seja por argumentos econômicos de desenvolvimento.

Toda sociedade humana precisa justificar suas desigualdades: tem de encontrar motivos para a sua existência ou o edifício político e social como um todo corre o risco de desabar. Desse modo, toda época, produz um conjunto de discursos e ideologias contraditórios que visam legitimar a desigualdade tal como ela existe ou deveria existir e descrever as regras econômicas, sociais e políticas que permeiam estruturar o todo. Desse confronto, a um só tempo intelectual, institucional e político, costumam

uma visão idílica e descuidada que responsabiliza os próprios países por seus infortúnios. A intenção não é esta, mas apenas usá-los como exemplos da ideia desenvolvida.

emergir uma ou várias narrativas dominantes nas quais os regimes desigualitários vigentes se apoiam (Piketty, 2020, p.11).

Nesse sentido, cada sistema social cria narrativas e teorias que explicam e legitimam a concentração de riqueza e poder em certas classes, ao mesmo tempo em que deslegitimam a redistribuição ou a igualdade. Um exemplo disso, citado por Piketty (2020), foi o desmantelamento das políticas redistributivas da social-democracia a partir da década de 1980, com a ascensão do neoliberalismo, que pregava a desregulamentação dos mercados e a redução dos impostos sobre os ricos. Para o autor, o colapso das políticas social-democratas é uma evidência de como as ideologias dominantes podem mudar e se reconfigurar em benefício das elites econômicas.

Por isso que, conforme Dardot e Laval (2016), o neoliberalismo não deve ser entendido apenas como um conjunto de políticas econômicas, mas como uma “racionalidade política e cultural” que permeia todas as esferas da vida, pois este transformou profundamente os modos de governar, de pensar e de se comportar, moldando os indivíduos de acordo com a lógica do mercado. Segundo os autores, o neoliberalismo se consolidou como a principal forma de organização social contemporânea, ultrapassando as fronteiras da economia e influenciando as subjetividades, as relações de poder e as práticas de governo. Trata-se de um projeto político e ideológico que reconstrói o Estado para fortalecer o mercado e incentiva cada pessoa a se perceber como uma empresa de si mesma, responsável por seu próprio sucesso ou fracasso.

(...) o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação. O termo racionalidade não é empregado aqui como um eufemismo que nos permite evitar a palavra “capitalismo”. O neoliberalismo é a razão do capitalismo contemporâneo, de um capitalismo desimpedido de suas referências arcaizantes e plenamente assumido como construção histórica e norma geral de vida. O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo o princípio universal da concorrência (Dardot; Laval, 2016, p. 15).

Assim, a internalização da lógica de mercado reforça a subjetividade de que os sujeitos se auto controlam e, por isso, quando não conseguem alcançar melhores condições socioeconômicas, se culpabilizam por seus fracassos considerados individuais. A propagação da ideia do “empreendedor de si mesmo” é visível no crescente número de pessoas denominadas de *coaches*, mentores e outras figuras que surgem, sobretudo nas redes sociais, oferecendo cursos rápidos de como se tornar um milionário ou de como se tornar um empresário de sucesso,

como se isso dependesse apenas do esforço individual e de uma mudança no *mindset*, para usar a expressão da moda. Destarte, ao responsabilizar o indivíduo por seus infortúnios, a racionalidade neoliberal retoma as premissas liberais de naturalização das desigualdades. Mészáros (2002) nomeia esse processo de “cultura da desigualdade substantiva” por meio da qual o sistema capitalista, além de explorar economicamente, gera um conjunto de valores e práticas culturais que legitimam e reproduzem a desigualdade como algo inevitável ou meritório, produzindo desigualdades materiais e reproduzindo-as em nível cultural e ideológico.

Portanto, as narrativas variam historicamente e culturalmente, mas em todas as sociedades, de todos os tempos, as ideias das elites dominantes funcionam como uma base ideológica que reforça a estrutura de poder existente. Essas narrativas, ao serem difundidas e introjetadas socialmente, têm potencial de moldar as percepções sobre a desigualdade e o consequente apoio ou não a políticas redistributivas. Se um indivíduo crê que o esforço individual é suficiente para a obtenção de melhores condições de vida, é provável que ele rechace políticas redistributivas e considere que a atuação do Estado deva ser apenas em caráter complementar. O mesmo vale para crenças sobre riqueza e pobreza fundamentadas apenas na fé religiosa. A seção a seguir busca ilustrar essa discussão, isto é, mostra que fatores estão mais presentes e/ou explicam a percepção que as pessoas têm sobre a desigualdade, considerando elementos individuais e contextuais.

3.2 Estudos empíricos internacionais sobre percepção da desigualdade

A literatura internacional dispõe de diversos estudos empíricos sobre percepção da desigualdade, que abordam aspectos distintos relacionados ao tema⁷⁹. Muitos analisam valores sociais, como a existência ou não da meritocracia como valor fundante, por exemplo, percepção subjetiva de classe social e também a relação entre mobilidade social e percepção da desigualdade. Outro aspecto observado na literatura internacional foi que parte expressiva aborda vários países em uma mesma pesquisa, para estabelecer comparações, o que é um aspecto interessante, mas, como todo recorte metodológico, possui ganhos e perdas. Assim, ainda que permita obter aspectos comuns, elementos específicos histórico-culturais de cada país podem não ser explorados de forma mais aprofundada nesse tipo de análise. No que tange às

⁷⁹ Aqui nesta seção foram selecionados apenas alguns desses estudos, a título de ilustração, sendo priorizados aqueles que abordam a percepção da desigualdade econômica, principalmente de renda.

fontes de consulta, a maioria utiliza dados de *surveys* já aplicados, disponíveis em banco de dados, e o mais utilizado tem sido o Programa Internacional de Pesquisa Social (*International Social Survey Program - ISSP*).

O *ISSP* é um programa de colaboração internacional, fundado em 1984, pela Austrália, Alemanha, Grã-Bretanha e Estados Unidos, que realiza pesquisas anuais de opinião sobre diversos temas relevantes no âmbito das ciências sociais, tais como: papel do governo, redes sociais, desigualdade social, lazer e esportes, cidadania, saúde e cuidados, família e mudança nos papéis de gênero, religião, identidade nacional, entre outros. Porém, para cada ano é feita uma pesquisa sobre um tema específico. Em relação à desigualdade, já foram realizadas 5 edições: em 1987 (*Social Inequality I*), 1992 (*Social Inequality II*), 1999 (*Social Inequality III*), 2009 (*Social Inequality IV*) e a última disponível de 2019 (*Social Inequality V*). O programa é composto por mais de 57 países, entre eles o Brasil, representados por universidades, instituições de ensino e agências de pesquisa (*ISSP*, 2024).

No que se refere ao método de pesquisa empregado nas pesquisas de percepção social sobre desigualdade, a maioria usa a modelagem multinível, um modelo estatístico bastante utilizado nas ciências sociais. Consiste em um modelo de parâmetros que variam em mais de um nível, possibilitando a combinação de informações de nível individual e contextual. Assim, é possível verificar o quanto e como a variação na relação entre variáveis se deve a características individuais e/ou a efeitos contextuais, uma vez que:

A investigação social envolve regularmente problemas que investigam a relação entre os indivíduos e a sociedade. O conceito geral é que os indivíduos interagem com os contextos sociais a que pertencem, que as pessoas individuais são influenciadas pelos grupos ou contextos sociais a que pertencem e que esses grupos são, por sua vez, influenciados pelos indivíduos que os compõem (Hox, 2002, p. 1).

Assim, os estudos a seguir descritos, foram elaborados nessa perspectiva. Hadler (2005), por exemplo, se propôs a investigar que nível de desigualdade de renda é tolerável pelas pessoas até o ponto em que elas consideram que é alto e como essa desigualdade é explicada, isto é, que características individuais e sociais são importantes nessa determinação. Para tanto, o autor realizou uma análise multinível, com 35 mil entrevistas de 30 países⁸⁰, incluindo o Brasil, extraídas do *International Social Survey Program*, da pesquisa do ano de 1999. No nível social, foram consideradas as características socioeconômicas e culturais dos países. O autor avaliou se as desigualdades sociais podem ser explicadas a partir da tese da posição estrutural

⁸⁰ Brasil, Bulgária, Portugal, Rússia, Eslováquia, Hungria, República Tcheca, França, Letônia, Israel, Eslovênia, Polônia, Alemanha Oriental, Chile, Áustria, Japão, Espanha, Grã Bretanha, Suécia, Nova Zelândia, Canadá, Estados Unidos, Noruega, Filipinas, Alemanha, Suíça, Austrália, Irlanda do Norte, Países Baixos, Chipre.

(posição e as crenças de um indivíduo dentro de uma sociedade); da reflexão (relação entre a situação do mundo real e as crenças individuais); e da ideologia dominante (influência das crenças sociais).

Para analisar as ideologias dominantes, o autor considerou aspectos funcionalistas, igualitários e meritocráticos, que foram introduzidos em vários modelos, e concluiu que a dimensão funcionalista tem maior efeito e explica melhor as diferenças na avaliação da desigualdade de renda. Dessa forma, quanto mais homogêneas e mais fortes forem as crenças da sociedade em aspectos funcionalistas da desigualdade, menos as pessoas acreditam que as desigualdades de renda são muito grandes, isto é, os membros das sociedades em que as visões funcionalistas da desigualdade são acentuadas são menos críticos sobre diferenças de renda, o que evidencia que as ideologias dominantes têm um maior poder explicativo. Por outro lado, as pessoas que não concordam nem discordam de afirmações sobre aspectos funcionalistas, igualitários ou meritocráticos da desigualdade também não concordam que as diferenças de renda da sociedade sejam muito grandes, o que, segundo Hadler (2005), aponta a necessidade de estudos que atentem para indivíduos indiferentes.

Já a nível individual, constatou-se que existem diferenças substanciais entre as sociedades em relação ao grau de desigualdade de renda que será aceito. Assim, as pessoas não apenas aceitam valores desiguais de renda, mas também têm preferências diferentes sobre qual proporção é considerada justa. O estudo também constatou que indivíduos em posições sociais menos privilegiadas tendem a olhar mais criticamente para a desigualdade de renda. Pessoas que se encontram em posições mais altas da sociedade são menos críticas do que as que estão na base, incluindo mulheres, pessoas à esquerda e jovens, o que, segundo o autor, confirma resultados de pesquisas anteriores.

Heath *et al.* (2010) analisaram se as pessoas na Grã-Bretanha acham que as oportunidades de obter acesso a bons resultados são de fato justas ou se dependem de privilégios anteriores. Para tanto, os autores usaram dados do *General Household Survey* e do *British Household Panel Survey*, para analisar essa percepção na Grã-Bretanha nos anos de 1987, 1992, 1999 e 2009. Eles concluíram que a mobilidade social percebida diminuiu um pouco ao longo do tempo e que as desigualdades de renda aumentaram entre 1999 e 2009, mas há pouca evidência de que a percepção das pessoas sobre a justiça desses resultados esteja relacionada às suas percepções de quão meritocráticos são os meios para progredir. Em geral, os pesquisadores classificaram os britânicos em “utópicos” ou “realistas”. Os primeiros acreditam que os fatores meritocráticos são o principal canal para progredir. Já os segundos, a maioria, consideram que o histórico familiar, as conexões e outros fatores são igualmente importantes. Em regra, a

população britânica não concorda que a igualdade de oportunidades justifica grandes desigualdades de resultado, ou seja, reconhecem que igualdade de oportunidades não necessariamente traz igualdade de resultados.

Em uma perspectiva semelhante, Gimpelson e Monusova (2014) analisaram as percepções sobre desigualdade e sua associação com a mobilidade social. Os autores investigaram se uma sociedade com mais mobilidade social é mais tolerante à desigualdade de renda do que uma sociedade menos móvel. Para isso, usaram como banco de dados as pesquisas empíricas transnacionais do *International Social Survey Program (ISSP)*, de 1999 e 2009, e da *Life in Transition Survey (LiTS)*, de 2010, analisando questões relativas às percepções de desigualdade, bem como experiências pessoais de mobilidade social. Diversos países fizeram parte do estudo, entre anglo-saxões, da Europa continental, alguns latino-americanos, outros do leste asiático e alguns países pós-socialistas.

Como conclusões, os autores descobriram que a percepção das pessoas em relação à desigualdade depende pouco do nível real de desigualdade. O que é mais importante é se a sociedade oferece oportunidades suficientes para que todos possam progredir e subir na escala socioeconômica. O que também importa é se essa mobilidade é impulsionada por instrumentos amplamente considerados justos e legítimos (meritocráticos, mas não estruturais). Nesse estudo, foi confirmado o “efeito túnel⁸¹”, no qual a mobilidade de outras pessoas provoca perspectivas positivas naqueles que ainda não a alcançaram. Então, os pesquisadores concluíram que a mobilidade social é um importante determinante da percepção da desigualdade.

Roex *et. al.* (2019) investigaram se a polarização em relação à desigualdade de renda entre estratos superiores e inferiores está relacionada à prevalência de percepções meritocráticas na sociedade. Para tanto, analisaram dados de desigualdade social do *International Social Survey Program (ISSP)*, do ano de 2009, de mais de 39 países⁸² da Europa e Ásia. Os autores concluíram que, de modo geral, os estratos mais baixos desaprovam mais a desigualdade de renda, e essa tendência é mais forte em sociedades com fortes percepções meritocráticas. Indivíduos com posição social mais alta são mais tolerantes à desigualdade de renda que indivíduos com posição social mais baixa. Além disso, as concepções em relação à

⁸¹ O “efeito túnel” se refere à tese de Hirschman (1973), que afirma que, se há duas filas de automóveis parados num túnel longo e os veículos de uma delas começam a andar, ainda que estejam parados ou andando bem devagar, os motoristas que permanecem na outra fila vão tolerar a situação por algum tempo, pela expectativa de que logo chegará sua vez. Então, a tese do efeito túnel se refere à tolerância a uma situação não ideal pela expectativa gerada em decorrência do progresso das demais pessoas.

⁸² Incluindo Austrália, Nova Zelândia, Reino Unido, China, países do Leste Europeu, Filipinas, Noruega, Dinamarca, Hungria, Ucrânia e Itália.

desigualdade de renda são influenciadas por mitos de legitimação da desigualdade em uma determinada sociedade. Os resultados encontrados são expressivos para renda, mas não para educação. Isso quer dizer que em meritocracias percebidas, as pessoas consideram a renda como o principal indicador de esforço e habilidade.

Os autores concluíram que diferentes estratos sociais são, de fato, mais polarizados em suas atitudes em relação à desigualdade em sociedades onde as percepções meritocráticas são mais prevalentes e que as diferenças entre os países nas percepções meritocráticas predominantes podem explicar as grandes diferenças entre os países na polarização estratificada sobre as concepções em relação à desigualdade. Assim, os indivíduos de baixo *status* tendem a permanecer leais ao seu grupo e são menos propensos a apoiar desigualdades. Esse resultado se aplica independentemente das percepções meritocráticas dos próprios indivíduos. Ademais, entre os determinantes alternativos, como o nível de desigualdade na sociedade, as percepções meritocráticas predominantes tiveram o maior impacto no grau de polarização das percepções em relação à desigualdade.

A pesquisa de Niehues (2014) fez uma análise sobre a percepção subjetiva de classes sociais e a relação desse aspecto com o apoio a políticas redistributivas. A autora também usou dados do *International Social Survey Program (ISSP)*, do ano de 2009, de países europeus, pouco mais de vinte, e dos Estados Unidos. Entre os resultados, ela constatou que a percepção da desigualdade de renda dos países analisados não corresponde à sua desigualdade objetiva. De forma geral, os europeus acreditam que há uma elevada desigualdade nos seus países e, por isso, justificam a necessidade de políticas redistributivas. Na Alemanha, por exemplo, os debates sobre justiça social e redistribuição são temas recorrentes na agenda pública, afirma a autora. No entanto, nos Estados Unidos, onde a desigualdade real é maior, o apoio a programas de bem-estar social é baixo. Portanto, essa contradição se deve à desigualdade percebida pelos países. Todavia, o estudo não fornece explicações para o fato de a percepção objetiva da desigualdade ser distinta da percebida pela população, destaca Niehues (2014).

Já analisando especificamente a realidade da América Latina⁸³, a partir dos dados da Pesquisa de Coesão Social de 2007, utilizando o método estatístico de regressão logística multinomial, Bucca (2017) investigou que fatores impulsionam as crenças sociais sobre a riqueza e a pobreza a nível individual, bem como entre os países. O objetivo era descobrir se os latino-americanos são mais propensos a narrativas individualistas sobre as causas da

⁸³ Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, México e Peru.

desigualdade por compartilharem características individuais específicas, ou se suas crenças são moldadas principalmente por contextos nacionais específicos e como esses fatores se combinam para produzir as percepções observadas nesses países. Segundo o autor, há uma tendência de se pensar que as crenças sobre as causas da desigualdade refletem a realidade da estratificação social. Todavia, não é o que ocorre na América Latina, região com altos índices de desigualdade e baixos níveis de mobilidade social.

Bucca (2017) concluiu que a influência das características individuais nas crenças das pessoas sobre a desigualdade no contexto latino-americano são comparáveis às aquelas encontradas em outros contextos nacionais e culturais, como nos Estados Unidos e na Europa. Todavia, os resultados confirmam apenas parcialmente os argumentos de que quanto mais favorecida a condição social do indivíduo, mais provavelmente ele tenha crenças meritocráticas. O estudo mostrou que o *status* socioeconômico percebido mais alto e a mobilidade intrageracional ascendente estão de fato associados a uma maior probabilidade de manter crenças individualistas sobre riqueza e pobreza.

No entanto, em relação à classe objetiva, o resultado foi o contrário do observado em estudos focados no norte global, uma vez que se constatou que pessoas em classes sociais mais favorecidas são mais propensas a ter visões estruturalistas sobre riqueza e pobreza. E uma possível explicação para esse achado pode estar relacionada com o padrão de mobilidade social específico dos países latino-americanos, em que nas classes médias e baixas há níveis de fluidez, porém, no topo da distribuição de renda não há essa mobilidade. Em relação à raça, brancos e negros tendem a ter crenças individuais sobre a pobreza. No que se refere à educação, o estudo confirmou a chamada “tese do esclarecimento”, a qual afirma que quanto maior o nível educacional, maior a probabilidade de as pessoas enxergarem a desigualdade a partir de perspectivas estruturais.

Em síntese, nos países analisados, prevalece a noção de responsabilidade individual como o principal determinante da situação econômica, enquanto o impacto de fatores estruturais é pouco relatado. O autor concluiu que as pessoas em classes sociais mais favorecidas são mais propensas a ter visões estruturalistas sobre riqueza e pobreza. Assim, é possível que as visões mais individualistas das classes média e baixa reflitam sua experiência de mobilidade social (embora limitada), enquanto as visões mais estruturalistas das classes altas podem descrever essa alta rigidez da elite. Bucca (2017) observou também que os elementos a nível nacional são mais efetivos preditores das crenças das pessoas sobre riqueza e pobreza, ou seja, a variação entre países se deve a características sociais desses países, e não a diferenças de aspectos individuais relacionados às crenças das pessoas.

Assim, o estudo mostrou uma relação positiva entre instituições de bem-estar social e crenças sobre desigualdade social. Países com um sistema relativamente estruturado de proteção social, tais como: Argentina, Brasil e Chile, tendem a ter crenças mais estruturais em relação à desigualdade. Já no Peru e Guatemala, com sistemas de seguridade social emergentes e/ou precários, há maior prevalência de crenças individuais. O autor destacou a importância de estudos sobre percepção da desigualdade abordarem as características macrosociais dos países, sobretudo o contexto institucional, para entender de que forma as pessoas explicam as desigualdades em sua sociedade.

Por fim, um estudo elaborado pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (PNUD) analisou a percepção sobre desigualdade de decisores políticos de países considerados em desenvolvimento⁸⁴. O estudo foi realizado em parceria com o Instituto IPSOS (*Institut Public de Sondage d'Opinion Secteu*), empresa multinacional especialista em pesquisas de mercado e opinião pública. Foram realizadas entrevistas, principalmente presenciais, de junho a agosto de 2013, sobre quatro diferentes tópicos referentes à desigualdade: profundidade e amplitude (nível, estrutura e tendências da desigualdade); relevância (até que ponto a desigualdade deve ser uma preocupação política); política (medidas que devem ser tomadas para resolver a desigualdade); e espaço político (medidas politicamente viáveis). Foram entrevistados membros do governo a nível central e local; parlamentares de todos os espectros políticos; representantes de administrações e organismos representativos a nível local e nacional; e funcionários públicos do alto escalão, tais como, diretores, secretários, etc., totalizando 363 entrevistados (UNDP, 2013).

Como resultados, a pesquisa mostrou que, em relação à percepção de aumento ou diminuição da desigualdade em seus países, não há uma convergência de opiniões por parte dos decisores políticos. Porém, no geral, acreditam que a desigualdade de renda e de oportunidades é alta. Eles reconhecem alguma melhoria no acesso a políticas públicas, principalmente à educação, e creem que, de alguma forma, essa ampliação contribuiu para a redução da desigualdade de oportunidades, porém reconhecem que tais avanços ainda são bastante insuficientes. Acreditam que as tendências de aumento da desigualdade são uma ameaça ao desenvolvimento social e econômico de seus países e que medidas precisam ser tomadas para reduzi-las. Porém, priorizam o enfrentamento da desigualdade de oportunidades em detrimento

⁸⁴ Quinze países das cinco regiões: África, Estados Árabes, Ásia e Pacífico, Europa e Ásia Central, e América Latina e Caribe. Os países selecionados possuem diferentes níveis populacionais, de desenvolvimento, rendimento e desigualdade (UNDP, 2013).

da desigualdade de renda, inclusive pensam que aquela pode ser combatida sem necessariamente enfrentar esta (UNDP, 2013).

Os decisores concordam que o Estado deve promover oportunidades de acesso a políticas públicas e garantir um nível mínimo de vida para todos. Contudo, um terço dos entrevistados não concordam que o governo intervenha para reduzir as desigualdades de renda. No que se refere às medidas para diminuir as desigualdades, entre as diversas citadas, as de maior apoio são aquelas voltadas para o incentivo ao empreendedorismo e as transferências de renda condicionadas. Intervenções voltadas a alterar as relações de poder no mercado de trabalho e aumentar a progressividade da tributação tiveram um apoio menor, além de serem consideradas menos viáveis politicamente. Em relação às desigualdades de oportunidades, a redução do desemprego, o investimento em infraestrutura, sobretudo nas zonas rurais, e o acesso a políticas essenciais, principalmente educação, foram apontadas como ações prioritárias. Políticas afirmativas e aumento da representação política de grupos desfavorecidos também tiveram apoio significativo, embora menor que as demais. Em resumo, apesar de reconhecerem a desigualdade como algo a ser enfrentado, eles se mostraram céticos em relação à viabilidade política da maioria das medidas citadas (UNDP, 2013).

Analisando os resultados dessa pesquisa do PNUD, é interessante observar o que os resultados mostram, porque eles evidenciam o componente político da desigualdade. Os decisores políticos reconhecem o problema, mas apoiam medidas que são ineficazes ou insuficientes para reduzir a desigualdade. Políticas de transferência de renda condicionada para a população mais vulnerável são importantes e aliviam a situação de pobreza, mas têm pouco ou nenhum efeito sobre os números da desigualdade, e o Brasil é um exemplo disso. O Programa Bolsa Família é destinado a famílias em situação de extrema pobreza e é fundamental para garantir condições básicas de subsistência, como a alimentação, além de contribuir para o acesso a políticas de saúde e educação, por meio de suas condicionalidades. No entanto, como visto no capítulo anterior, no período em que o país reduziu de forma tênue sua desigualdade de renda, esta foi em decorrência de outras políticas, como a valorização do salário-mínimo, e de aspectos macroeconômicos, como o aumento dos empregos.

Por sua vez, a educação tampouco é suficiente para reduzir desigualdades de renda, embora possa contribuir. Segundo Medeiros (2023), universalizar e investir em educação é fundamental, mas também tem pouco efeito sobre a desigualdade, sobretudo a educação básica. Em se tratando de Brasil, o nível educacional que permite alguma mobilidade social maior é o superior, ainda não universalizado, ainda assim, para tanto, demandaria um alto investimento,

com resultados de longo prazo que ainda dependeriam da situação póstera do mercado de trabalho.

A ideia de que a educação é um determinante muito significativo da desigualdade de renda total foi construída sobre resultados de pesquisas domiciliares. Nelas, os rendimentos de capital são um componente quase irrelevante da renda das pessoas. No entanto, estudos indicam que tais pesquisas subestimam a renda das pessoas mais ricas, justamente as que têm maiores rendimentos de capital. Em consequência, há uma parte da desigualdade que não pode ser revertida, ao menos diretamente, por uma expansão educacional (Medeiros, 2023, p. 64).

Outrossim, a ideia de que a educação resolveria grande parte dos problemas gerados pelas desigualdades de todos os tipos parte de uma lógica meritocrática que transfere para os indivíduos a responsabilidade pelo seu sucesso ou fracasso, já que todos teriam as mesmas chances educacionais, desconsiderando as demais esferas da vida que interferem diretamente no rendimento escolar. “No abstrato é politicamente aceitável o combate à desigualdade por essa lógica: ela é compatível com ideais meritocráticos e transfere a maior parte do conflito distributivo para o futuro” (Medeiros, 2023, p. 58). Para mais, investimentos em educação têm como foco geralmente a igualdade de oportunidades, a qual não garante necessariamente a igualdade de resultados, sobretudo em sociedades extremamente estratificadas socialmente e simbolicamente, na qual os mecanismos de distinção social operam mesmo em situações objetivamente igualitárias.

O estudo do PNUD mostrou a contradição existente entre o discurso político e as ações para combater as desigualdades. Os decisores entrevistados afirmam que a redução da desigualdade deve ser uma prioridade alta na agenda pública, mas não apostam em medidas que tenham um potencial de, efetivamente, fazerem frente a esse cenário, como a progressividade tributária, por exemplo, e alterar as relações de poder no mercado de trabalho. A valorização do salário mínimo é um exemplo de mecanismo redistributivo conflitivo que interfere nas relações capital x trabalho. Os decisores políticos argumentam que não haveria “viabilidade política” para ações dessa natureza. Há duas questões interessantes aqui. A primeira diz respeito à falta de corresponsabilização, afinal, são eles que possuem maior poder de decisão no que se refere às políticas públicas. Viabilidade política não é algo inato, mas construído. Os próprios decisores não se incluem nessa tarefa, ou desconsideram a posição estratégica que possuem ou, mesmo a considerando, não querem se comprometer. Do ponto de vista político, de fato não seja viável (leia-se desejável) interferir no *status quo*. Tal afirmação deixa muito explícito que a manutenção ou redução da desigualdade não é um aspecto meramente econômico, mas político, pois requer políticas redistributivas que geram conflitos

entre classes, um custo que os decisores políticos não estão dispostos a pagar. Desigualdade, como já destacado no capítulo 1 deste trabalho, é algo relacional. Não há como reduzir significativamente seus níveis mantendo intactas as relações de poder vigentes na sociedade.

Enfim, considerando os estudos sobre percepção da desigualdade aqui descritos, viu-se que eles podem abordar diferentes aspectos nesse campo e os resultados encontrados mostram fatores individuais e contextuais importantes que interferem nas crenças que as pessoas têm sobre desigualdade. Como visto nas pesquisas, as perspectivas meritocráticas, ideologias e características dos países são fatores preditores importantes, mas que podem variar em realidades distintas. O senso comum muitas vezes pode levar à ideia de que, quanto mais desigual um país, mais consciente são as pessoas do seu nível de desigualdade, porém, nos casos da Grã-Bretanha e dos EUA, isso não se confirma. Na análise dos países da América Latina, por exemplo, alguns resultados confirmam estudos realizados com países europeus, já outros divergem. É preciso ressaltar também que tais estudos têm recortes metodológicos distintos, ou seja, nem sempre avaliam com os mesmos critérios, os mesmos aspectos, então isso também deve ser considerado. A seguir, segue um quadro-resumo dos estudos apresentados.

Tabela 1 – Resumo dos estudos empíricos da literatura internacional

| Autor/es | Ano | Abrangência | Síntese das conclusões |
|---------------------|------------|-------------------------------|---|
| Hadler | 2005 | 30 países da Europa e América | As ideologias dominantes sugerem um maior poder explicativo sobre as desigualdades de renda; Fatores individuais socioeconômicos também são determinantes nas concepções da desigualdade. |
| Heath et al. | 2010 | Grã-Bretanha | A igualdade de oportunidades não justifica necessariamente grandes desigualdades de resultado; Uma sociedade com mobilidade social não necessariamente será considerada socialmente justa. |
| Roex et al. | 2019 | 39 países, da Europa e Ásia | Em sociedade com fortes valores meritocráticos, os estratos sociais são mais polarizados em relação à percepção da desigualdade, isto é, pessoas com posição social mais alta são mais tolerantes à desigualdade de renda do que indivíduos com posição social mais baixa. Contudo, diferentemente da polarização baseada na renda, a polarização baseada na educação não foi influenciada pela prevalência de percepções meritocráticas. |

| | | | |
|----------------|------|--|---|
| Niehues | 2014 | Estados Unidos e cerca de 20 países da Europa | A desigualdade objetiva não corresponde à desigualdade percebida pela sociedade; Países que consideram sua desigualdade de renda mais alta tendem a apoiar mais políticas redistributivas, o que ocorre de forma inversa em países que subestimam seus níveis de desigualdade. |
| Bucca | 2017 | Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Guatemala, México e Peru. | No geral, prevalece a crença de que a situação econômica das pessoas depende mais de fatores individuais que estruturais; Crenças sobre riqueza e pobreza estão associadas ao <i>status</i> social percebido; Classe social e níveis educacionais mais altos estão associados a crenças mais estruturais da desigualdade; Características macroestruturais dos países interferem na percepção da desigualdade. |
| PNUD | 2013 | 15 países da África, Estados Árabes, Ásia e Pacífico, Europa e Ásia Central, e América Latina e Caribe | Decisores políticos reconhecem a desigualdade como um problema prioritário a ser enfrentado, mas consideram não haver viabilidade política para isso; Acreditam que a desigualdade de oportunidades deve ser priorizada, com investimentos em educação e infraestrutura; Defendem programas de transferência de renda e de apoio ao empreendedorismo para reduzir as desigualdades; Creem que os governos não devem ter um papel ativo na redução da desigualdade de renda. |

Fonte: Diversos autores (listados nas referências).

Elaboração: própria

Os estudos citados fornecem pistas sobre que aspectos individuais e contextuais são importantes preditores da percepção da desigualdade e apresentam o que já se descobriu sobre eles. A maioria analisou um conjunto de países e, entre alguns, o Brasil. Na seção a seguir, serão mostrados alguns estudos que abordam especificamente esse país, a partir da literatura brasileira sobre o tema⁸⁵.

3.3 Percepção da desigualdade no Brasil: o que diz a literatura nacional

Em relação às pesquisas nacionais, numa perspectiva parecida com o estudo do PNUD citado na seção anterior, Reis (2000) analisou a percepção das elites sobre a desigualdade em uma perspectiva comparada (Brasil, Índia, Bangladesh e África do Sul). Para tanto, o estudo

⁸⁵ Ressalta-se que, a exemplo da seção anterior, não se pretende aqui esgotar a literatura nacional sobre percepção da desigualdade. Buscou-se apenas apresentar alguns estudos que foram selecionados, dentre vários outros existentes.

teve como fonte de dados um *survey* de pesquisa anterior (1993-1994) da autora, matérias sobre o assunto publicadas em jornais de grande circulação (1992-1996) e entrevistas abertas. Estas foram realizadas com amplos setores da elite dos países selecionados: políticos, burocratas, líderes empresariais, líderes sindicais, militares, religiosos, intelectuais e outros, a fim de buscar eventuais diferenças entre elites regionais. No caso do Brasil, foram selecionados para fins da pesquisa os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia e Ceará. Em cada um desses estados foram realizadas entre 15 e 20 entrevistas. Segundo a autora, tanto no *survey*, como no estudo qualitativo, a seleção dos entrevistados teve como critério de seleção a posição que eles ocupavam dentro de instituições previamente definidas.

Como resultado, em síntese, a autora afirma que as elites acreditam que é possível mudar a realidade dos mais pobres, porém elas não se enxergam como parte do problema da pobreza e da desigualdade. Apostam na educação como uma oportunidade de mobilidade social, que deve ser fortalecida pelo poder público, mas são contrárias a medidas de redistribuição de renda e riqueza. As elites brasileiras não possuem interesse de fato na erradicação da pobreza e na redução das desigualdades. Tanto as elites do Brasil quanto da África do Sul acreditam que a melhor estratégia de combate à pobreza seria o Estado prover as condições necessárias para que o setor privado gere mais riqueza, pois isso criaria oportunidades de melhoria para os setores mais pobres da população.

Nesse ponto, observa-se a confiança na tese do crescimento econômico, impulsionado pelo mercado, como propulsor de melhoria das condições de vida. Já as elites de Bangladesh apontam as ações voluntárias e filantrópicas como as mais eficazes e desejáveis para combater a pobreza e a miséria; e idealizam as camadas mais pobres como pessoas mais íntegras e menos ambiciosas. Em resumo, as elites em análise reconhecem o problema, mas não se incluem como parte dele, tampouco apontam soluções coletivas. E esse resultado é semelhante ao encontrado no levantamento do UNDP (2013) sobre a percepção dos decisores políticos, que reconhecem o problema da desigualdade, mas também não se incluem como parte do problema, uma vez que eles próprios afirmam não haver condições políticas favoráveis para políticas redistributivas. Assim como também acreditam que a educação deve ser o principal meio de redução da desigualdade, isto é, o governo deve oferecer uma base mínima de igualdade de oportunidades e o resto fica a cargo do indivíduo e do mercado. Sem desmerecer o papel e a função social da educação, sua concepção como redenção é bastante ilusória, uma vez que desconsidera que ela mesma reproduz as desigualdades existentes que interferem diretamente na formação, no rendimento escolar e na futura profissionalização e inserção no mercado de trabalho.

Fazendo um paralelo com o estudo de Bucca (2017), que analisou países da América Latina, que possuem semelhança com os países analisados por Reis (2000), como, por exemplo, altos níveis de desigualdade, observa-se que, ao serem contrárias às medidas de redistribuição de renda e apostarem em ações de cunho meritocrático, tais como educação e mercado, as elites transferem para os indivíduos a responsabilidade pelas condições desiguais nas quais se encontram. Também resumem a desigualdade à falta de oportunidades igualitárias. Estas, apesar de também gerarem desigualdades, não são exclusivamente responsáveis por isso. A constatação de que as elites brasileiras não têm interesse em acabar com a pobreza e a desigualdade não causa surpresa. É coerente com a defesa de seus interesses. Reduzir desigualdades, de qualquer tipo, implica redistribuição de algo, isto é, tirar do lado que detém mais e repassar ao lado mais desprovido. E isso não interfere apenas no aspecto econômico, altera as relações de poder e domínio numa sociedade, então, nada mais esperado que o fato de quem esteja no topo não queira descer.

Em um levantamento mais abrangente, que contou não só com perguntas sobre desigualdade, mas também com outros temas correlacionados, Cobo *et. al.* (2014) aplicaram um *survey* junto à população brasileira, sendo um questionário estruturado com 54 perguntas divididas em oito módulos: satisfação com a vida, apoio ou não à redistribuição, programas sociais, pobreza e desigualdade, princípio de igualdade, mobilidade social, demografia, variáveis de auto interesse e outras opiniões. Ao todo, os pesquisadores aplicaram 2.200 entrevistas com uma amostra representativa da população brasileira de todas as regiões, no ano de 2012.

Em geral, os resultados mostraram que o brasileiro considera importante o papel do Estado na redução das desigualdades, na garantia do bem-estar e reconhece que a distribuição de renda no país é uma questão preocupante. Em relação à pobreza, há uma visão predominante de que ela é resultado da falta de esforço individual, percepção predominante entre os homens. Em relação às políticas públicas, a pesquisa mostrou que os brasileiros não se mostram afeitos a políticas universais. Os valores meritocráticos são compartilhados por mais de 80% da população, o que mostra uma forte percepção da meritocracia. Pessoas com maior nível de escolaridade tendem a desaprovar mais políticas universais. Em síntese, a pesquisa mostrou que os brasileiros acham que as medidas redistributivas devem ser condicionadas e restritas (focalizadas). Entretanto, os resultados dessa pesquisa mostraram um aspecto interessante no que tange ao componente regional: pessoas das regiões norte e nordeste, de renda *per capita* inferior à média, tendem a apoiar medidas de redistribuição.

A pesquisa de Cobo *et. al.* (2014) corrobora algumas percepções das elites mostradas pela pesquisa de Reis (2000), como o reconhecimento da desigualdade como um problema público, portanto como uma questão a ser enfrentada pelo Estado, mas esse enfrentamento deve ser feito de forma mais limitada, com políticas de natureza mais focalizada em detrimento de políticas públicas universais e redistributivas. Outrossim, também constatou a presença de valores meritocráticos na sociedade, ao atribuírem a pobreza a fatores individuais, opinião mais presente entre os homens. O ponto de destaque desse levantamento foi a percepção regionalizada, apontando que regiões mais pobres como Norte e Nordeste, tendem a apoiar políticas de redistribuição. Tal fato revela a importância de análises que considerem as distintas regiões, que são diversas e desiguais, dada a dimensão continental do país e suas diferenças regionais consideráveis.

Por sua vez, Scalón (2004a) analisou dados da pesquisa Percepção de Desigualdades, realizada pelo Instituto virtual “O Estado Social da Nação”, que foi criado via convênio entre o Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ) e a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ), vigente por um período de dois anos (2000 a 2002), que também integra o *International Social Survey Program*⁸⁶, principal fonte de dados das pesquisas internacionais, descritas anteriormente. O *survey* abrangeu todo o Brasil e foi aplicado no ano de 2001, totalizando 2 mil entrevistas em 195 municípios, tendo uma amostra representativa da população brasileira de mais de 18 anos. O objetivo foi captar de que modo os brasileiros enxergam os fatores que contribuem para manter ou superar as desigualdades existentes e como eles percebem o sistema de estratificação. A pesquisa também buscou compreender até que ponto a posição social e ideológica das pessoas interfere na concepção que elas têm em relação à igualdade e justiça social.

Como resultados principais, a autora destacou que 80% dos brasileiros percebem a estrutura da sociedade dividida entre uma pequena elite no topo e a maior parte da população na base da pirâmide social, porém desejam que o desenho fosse diferente. Portanto, possuem uma noção do real e do ideal como realidades distintas. Sobre onde se encaixam, 78% se percebem nos estratos inferiores da estrutura social. Sobre perspectivas futuras de onde se encontrariam 10 anos mais tarde, 31,8% acreditam que estarão na mesma situação, 15,2% em posições inferiores e 53% creem que estarão em posições melhores. “Assim, se existe otimismo na sociedade brasileira, existe também um senso de realidade que não admite voos muito altos” (Scalón, 2004a, p. 21). Em relação às oportunidades de ascensão social, 76% acham que a sorte

⁸⁶ O IUPERJ representa o Brasil no *ISSP* desde 1999, coordenado por Celi Scalón.

é um fator importante; 39,8% acreditam ser o esforço e 56% as qualificações. Destaca-se aqui um elemento abstrato com maior percentual enquanto ferramenta de oportunidade e mobilidade (sorte). Ao serem questionados sobre os fatores de oportunidade importantes para melhorar de vida: pertencer a uma família rica e conhecer pessoas “bem colocadas”, 39% creem que o primeiro aspecto é muito importante e 52,3% consideram os segundo como extremamente importante.

Outro aspecto avaliado na pesquisa foi o conflito entre grupos. Os classificados como “minoritários” de raça e idade o percebem de forma mais intensa: pessoas negras, principalmente pretas, e pessoas idosas. No entanto, sobre a percepção de conflitos de classe, esse é percebido de forma mais homogênea pelos diversos estratos sociais. No quesito desigualdades, quando perguntados sobre quem poderia acabar com elas, a ampla maioria (74%) atribuiu essa tarefa à vontade política (62% governo, 12% deputados e senadores), ou seja, creem que o fim da desigualdade depende da vontade do Estado, mas acreditam que a persistência das desigualdades se dá porque as pessoas não se unem (67%). Contudo, não se enxergam como capazes de fazer isso. Em conclusão, a autora afirma que:

Há, entre os brasileiros, uma percepção clara das desigualdades no país, e, também, um desejo de mudança. Entretanto, aliado a isto está um enorme desalento sobre o papel dos atores sociais nesse processo. Existe, ainda, uma forte crença na ascensão/solução individual ainda que o ingrediente principal do sucesso seja a sorte (Scalon, 2004b, p. 32).

Outro estudo de Scalon (2004b), fez uma análise comparativa entre 8 países utilizando também os dados do *survey* sobre desigualdade do *ISSP*, do mesmo período da pesquisa anterior citada. Foram selecionados alguns países, com base em critérios pré-definidos: Hungria e Rússia (histórico socialista), Estados Unidos (capitalismo liberal), Espanha e Portugal (nações ibéricas com influência histórica e cultural), Suécia (social democrata com forte Estado de bem-estar social), Chile e Brasil (latino-americanos membros do *ISSP*). O objetivo da pesquisa foi avaliar a percepção em relação à desigualdade, à justiça social e à distribuição da população nos estratos sociais. Para a realização do estudo comparativo, a autora realizou análises de correspondência aplicadas às variáveis do questionário selecionadas e aplicou o método de normalização canônica, que permite verificar a relação entre as duas variáveis: de país e de atitude e opinião. Assim, foi observado que países possuem percepções similares ou distintas.

Ao avaliar em que medida a percepção da desigualdade corresponde à desigualdade real, os resultados mostraram que, em relação aos espanhóis, húngaros e portugueses, os norte-americanos se percebem menos desiguais e ainda classificam o país nos mesmos níveis que a Suécia, o que não corresponde à realidade desigual dos EUA. Os portugueses são bastante

críticos em relação à concentração de renda e se percebem como bastante desiguais. No entanto, têm uma perspectiva difusa. Às vezes se assemelham ao Brasil, em relação a crenças meritocráticas, outras à Espanha, ao adotarem posturas críticas em relação ao tema. Enquanto norte-americanos não percebem grande desigualdade nos EUA e acreditam na meritocracia e em outros valores de mercado e de competição, russos e húngaros percebem grande desigualdade e não corroboram com determinantes meritocráticos. Estes também possuem mais valores igualitários e universalistas, talvez decorrentes do legado socialista, afirma a autora.

Já os brasileiros têm uma percepção semelhante à dos norte-americanos relativa a valores meritocráticos. Enquanto os suecos possuem uma percepção, de certa forma, neutra em relação a isso. A autora afirma que talvez isso se deva ao conforto de viver num Estado de bem-estar social. Espanha e Chile possuem opiniões semelhantes em muitos aspectos. Todavia, este último e o Brasil acham que a desigualdade de renda é necessária para a prosperidade do país, o que reforça valores liberais. Sobre a percepção desses últimos países, a autora afirma que:

A opinião de chilenos e brasileiros está impregnada da história e da cultura desses dois países, forjadas por anos de regime autoritário. Só assim é possível entender tal percepção na América Latina, um continente com níveis extremamente elevados de desigualdade. Esses resultados dão indicações de que outros fatores, que não a simples racionalidade utilitária, podem estar jogando papel importante na percepção das desigualdades. Nesse sentido, seriam elementos vinculados a valores que estariam fundados na história, cultura, processos de socialização e relações sociais particulares de cada país (Scalon, 2004b, p. 339).

Em síntese, Scalon (2004b) conclui que, além de valores e aspectos histórico-culturais, a tolerância com a desigualdade está relacionada com a percepção da população em relação aos critérios de estratificação e aos determinantes de renda, ou seja, quando a mobilidade social e a obtenção de uma renda mais elevada são derivadas de méritos individuais, a desigualdade tende a ser mais aceita. Tal constatação reforça o argumento de Milanović (2020), segundo o qual existe uma desigualdade moralmente “aceitável e desejável”, nos moldes do capitalismo meritocrático liberal.

Além desses estudos, vale destacar as pesquisas de opinião realizadas pela Oxfam Brasil em parceria com o Instituto Datafolha. A Oxfam Brasil é uma organização da sociedade civil sem fins lucrativos, localizada em São Paulo, criada em 2014. Faz parte de uma rede global, que atua em mais de 80 países nas áreas de justiça rural e desenvolvimento, justiça social e econômica, justiça racial, de gênero, justiça climática e Amazônia. Possui como estratégias de atuação parcerias e alianças com outras organizações e setores da sociedade civil para

engajamento e realização de campanhas com incidência nos setores público e privado (Oxfam Brasil, 2024).

Já o Datafolha é um instituto de pesquisa do Grupo Folha, fundado em 1983, que realiza pesquisas eleitorais, de mercado, de avaliação do governo e de opinião da sociedade de modo geral (Datafolha, 2024). A primeira pesquisa sobre percepção da desigualdade no Brasil, realizada em parceria por essas duas instituições, ocorreu no ano de 2017. Foram realizadas 2.025 entrevistas, via aplicação de questionário estruturado, em 129 municípios de pequeno, médio e grande porte de todas as regiões brasileiras, tendo, portanto, uma amostra representativa da população brasileira.

As demais edições foram realizadas nos anos de 2019, 2021 e 2022⁸⁷. A pesquisa da Oxfam em parceria com o Datafolha abrange diversos aspectos relacionados à desigualdade não apenas de renda, mas de raça e gênero, tais como: o que é considerado desigualdade, percepção subjetiva de classe/posição na distribuição de renda, perspectiva passada e futura da desigualdade, fatores que contribuem para sua manutenção e erradicação, papel do governo, condições igualitárias de oportunidades, impostos para custear políticas sociais, benefícios assistenciais, entre outras. O questionário da pesquisa de 2021 incluiu também perguntas sobre os efeitos desiguais da pandemia de Covid-19. Como os questionários não diferem tanto de um ano para outro, com algumas exceções, as tabelas a seguir apresentam os principais resultados obtidos numa perspectiva comparativa de cada edição.

Tabela 2 – Pesquisa Oxfam/Datafolha: principais resultados, vários anos (1)

| Percepção subjetiva de classe/riqueza/pobreza | 2017 | 2019 | 2021 | 2022 |
|--|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Acreditam fazer parte da metade mais pobre do país. | 88% | 85% | 86% | 85% |
| Brasileiros com renda acima de 5 salários mínimos que se colocam na parcela mais pobre do país. | - | - | 25% | 20% |
| Acreditam ser preciso mais de R\$50 mil/mês para estar entre os 10% mais ricos do país. | 30% | 32% | 23% | 30% |
| Pessoas localizadas na faixa de renda mais baixa, que citam valores de até R\$5 mil como “piso” para ser rico no Brasil. | - | 46% | 48% | 27% |
| Acreditam que pobre, no Brasil, é quem tem renda de R\$1 mil a R\$2 mil por mês. | - | - | 41% | 49% |

Fonte: Oxfam/Datafolha (2017, 2019, 2021, 2022)

Elaboração: própria

⁸⁷ Todas as pesquisas estão disponibilizadas e podem ser acessadas através do site da Oxfam Brasil. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/>

Tabela 3 – Pesquisa Oxfam/Datafolha: principais resultados, vários anos (2)

| Concordam totalmente com as seguintes afirmativas | 2017 | 2019 | 2021 | 2022 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Em um país como o Brasil, é obrigação dos governos diminuir a diferença entre as pessoas muito ricas e as pessoas muito pobres. | 63% | 67% | 67% | 71% |
| No Brasil poucas pessoas ganham muito dinheiro e muitas pessoas ganham pouco dinheiro. | 80% | 85% | 79% | 81% |
| Para o Brasil progredir é fundamental reduzir a diferença econômica entre ricos e pobres. | - | 72% | 68% | 70% |
| Quanto mais pobre, mais dificuldades um brasileiro enfrenta para ter um bom emprego. | - | 73% | 71% | 73% |
| Quanto mais pobre, mais dificuldades um brasileiro enfrenta para ter boa escolaridade. | - | 72% | 72% | 72% |
| Um jovem de periferia tem menos chances de conseguir um trabalho por morar na periferia. | - | 53% | 58% | 58% |
| O governo brasileiro deve ter como prioridade diminuir a desigualdade entre as regiões mais ricas e as regiões mais pobres do país. | 66% | 72% | 73% | 75% |
| Quem ganha mais deve pagar uma taxa maior de impostos do que quem ganha menos. | 57% | 63% | 67% | 65% |
| O governo deveria diminuir os impostos sobre os produtos e serviços que a maioria da população consome e compensar a diferença com aumento de impostos sobre a renda dos mais ricos. | 53% | 61% | 65% | 69% |
| O imposto que eu pago deve beneficiar, principalmente, a educação, moradia e saúde dos mais pobres. | - | 82% | 82% | 84% |
| Os governos devem aumentar os impostos para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam. | - | 23% | 43% | 43% |
| O governo federal deve aumentar os impostos de quem ganha mais de 40 mil reais por mês para reduzir o imposto sobre produtos como alimentos, gasolina, roupas, medicamentos e eletrodomésticos etc. | - | 65% | 69% | 68% |
| O governo federal deve aumentar os impostos de pessoas muito ricas para garantir melhor educação, mais saúde e mais moradia para os que precisam | - | 61% | 70% | 71% |
| O governo deve transferir dinheiro público para que os Estados com serviços públicos ruins ofereçam a mesma qualidade dos Estados que têm serviços públicos bons. | 66% | 69% | 69% | 71% |
| Em um país como o Brasil, é obrigação dos governos fornecer serviços públicos de qualidade mesmo em contexto de crise fiscal e econômica. | - | - | 78% | 78% |
| Mulheres ganham menos do que homens no mercado de trabalho por serem mulheres (58% das mulheres e 43% dos homens). | 44% | 46% | 49% | 51% |
| Negros ganham menos que brancos no mercado de trabalho pelo fato de serem negros (48% entre pretos, 40% entre pardos e 38% entre brancos). | 34% | 35% | 40% | 41% |
| A cor da pele influencia a decisão de contratação por empresas (57% entre pretos, 51% entre pardos e 47% entre brancos). | - | 45% | 51% | 51% |
| A cor da pele influencia a decisão de uma abordagem policial (80% entre pretos, 72% entre pardos e 68% entre brancos). | - | 64% | 68% | 71% |

| | | | | |
|--|---|-----|-----|-----|
| A Justiça é mais dura com os negros (72% entre pretos, 66% entre pardos e 61% entre brancos) | - | 53% | 61% | 65% |
| Pobres negros sofrem mais com a desigualdade no Brasil do que os pobres que são brancos. | - | 63% | 64% | 65% |

Fonte: Oxfam/Datafolha (2017, 2019, 2021, 2022)

Elaboração: própria

Tabela 4 – Pesquisa Oxfam/Datafolha: principais resultados, vários anos (3)

| Discordam totalmente das seguintes afirmativas | 2017 | 2019 | 2021 | 2022 |
|---|-------------|-------------|-------------|-------------|
| Nos próximos anos, a diferença entre os mais ricos e os mais pobres irá diminuir no Brasil. | 51% | 44% | 48% | 49% |
| No Brasil, uma pessoa de família pobre e que trabalha muito tem a mesma chance de ter uma vida bem sucedida que uma pessoa nascida rica e que trabalha muito. | 47% | 46% | 47% | 49% |
| No Brasil, uma criança de família pobre que consegue estudar tem a mesma chance de ter uma vida bem sucedida que uma criança nascida em uma família rica. | 41% | 39% | 37% | 41% |
| As mulheres deveriam se dedicar somente a cuidar da casa e dos filhos, e não trabalhar fora. | - | 77% | 76% | 78% |

Fonte: Oxfam/Datafolha (2017, 2019, 2021, 2022)

Elaboração: própria

Outro dado relevante dessa pesquisa se refere ao elemento considerado pelos entrevistados como mais importante para ter uma vida melhor no futuro. Entre as dez opções de resposta⁸⁸, a fé religiosa foi considerada a mais importante nos anos de 2019 e 2022. Em 2020, estudar apareceu em primeiro lugar. No geral, fé religiosa, estudo e ter um emprego são os aspectos considerados mais importantes, em ordem decrescente. Em relação às políticas públicas, a maioria da população, em todas as edições da pesquisa, apoia acesso universal e gratuito de todos os brasileiros a creches, escolas e universidades, assim como também para serviços de saúde, tais como: cirurgias e tratamentos para doenças graves, exames, atendimentos em postos e hospitais e acesso a medicamentos. No que se refere à medida considerada mais importante para combater a desigualdade econômica no Brasil, em 2022, as dez medidas receberam nota acima de 7, em uma escala de 0 a 10 por grau de importância⁸⁹. No entanto, no topo ficaram o combate à corrupção, investimento em educação e saúde e aumento da oferta de empregos. Destaca-se que, das dez, a medida “cobrar impostos dos mais

⁸⁸ Fé religiosa; estudar; ter emprego; ter acesso a atendimento de saúde; crescer no trabalho; ganhar mais dinheiro; apoio financeiro da família; ter acesso à aposentadoria; apoio financeiro do Estado, via benefícios sociais; e cultura e lazer.

⁸⁹ Combater a corrupção; investimento público em educação; investimento público em saúde; aumento da oferta de empregos; garantir direitos iguais entre homens e mulheres; combater o racismo; aumento do salário mínimo; investimento público em assistência social; cobrar mais impostos dos mais ricos; aumento do valor do Auxílio Brasil.

ricos” ficou em nono lugar. Então observa-se que essa medida não é considerada uma das mais importantes para combater a desigualdade. No entanto, é uma das mais imprescindíveis para tal.

No quesito responsabilidade pela desigualdade de renda, em uma escala de 0 a 10, o governo federal recebeu nota 8,1, seguido do governo estadual, 8,0. Sobre a percepção de mobilidade, mais da metade dos brasileiros, de 2019 a 2022, consideraram que sua renda e padrão de vida permaneceram no mesmo lugar. E metade daqueles que melhoraram na autopercepção de classe atribuem essa melhoria a oportunidades de trabalho e experiência profissional. Em segundo lugar, ficou a condição financeira da família e em terceiro as oportunidades de estudo. A pesquisa de 2022 ainda teve questões sobre participação política na perspectiva de raça/gênero. Nesse aspecto, 51% dos entrevistados concordam totalmente que negros têm menos chances de serem eleitos para governos e legislativos do que brancos pelo fato de serem negros. No quesito gênero, 53% concordam totalmente que mulheres têm menos chances de serem eleitas para governos e legislativos do que homens pelo fato de serem mulheres. Os participantes foram questionados ainda sobre se a lei de cotas, para ingresso em universidades federais, tem tido um papel importante na redução de desigualdades, 49% concordam totalmente com isso.

As pesquisas de opinião da Oxfam/Datafolha mostram que os brasileiros têm ciência das desigualdades de renda, gênero e raça existentes no país. No entanto, não possuem dimensão do nível dessas desigualdades, sobretudo de renda, o que não surpreende, afinal, quando é divulgada alguma pesquisa, seja do IBGE ou de outra instituição, sobre o tema, os dados são noticiados apenas naquele dia, mas não permanecem ativo na mídia, no debate público e na esfera política com a mesma intensidade que têm seus números objetivos. A realidade objetiva mostra que o Brasil é muito desigual. Para tal constatação, basta olhar a paisagem geográfica de qualquer metrópole. A desigualdade social é visível a olho nu. Mas seus níveis ainda são subestimados, seja pela sociedade seja pelas pesquisas, como já abordado no capítulo anterior. A distribuição de renda no Brasil é tão desigual, com uma ampla maioria de pessoas com uma renda extremamente baixa, que, quem ganha aproximadamente de R\$ 5.000 mensais está entre os 10% mais ricos, considerando que mais de 90% da população têm renda mensal abaixo de R\$ 3.000, conforme a distribuição entre níveis de renda (IBGE, 2023e). Então, para se localizar na parcela mais pobre da população, como se classificaram cerca de 20% dos entrevistados na pesquisa, seria necessário ter uma renda ainda menor que cerca de 5 salários mínimos mensais.

Ante todo o exposto, com base nos dados explicitados da literatura empírica, fazendo um breve apanhado dos estudos apresentados, observou-se que aspectos individuais influenciam na percepção da desigualdade que se tem, tais como: gênero, renda, educação, entre outros. Para além desses, a história, o contexto social de cada país e as ideologias também influenciam a forma como as pessoas tendem a enxergar a desigualdade. Esta também é vista como algo ruim, como um problema público a ser enfrentado, embora as estratégias mais citadas para tal sejam mecanismos ineficazes ou insuficientes e a responsabilidade em fazê-lo seja atribuída apenas ao Estado e/ou alheia à sociedade como um todo, seja pela ausência de corresponsabilidade nesse processo, ou pela crença na incapacidade social em transformar uma estrutura tão rígida. Por fim, há aspectos relacionados à cultura, valores e história de cada país que interferem diretamente na forma como as desigualdades são vistas pela sociedade (Scalon, 2004b).

O capítulo seguinte, objeto desta pesquisa, fará uma análise da percepção social da desigualdade de renda no Brasil por um período maior de tempo que as demais pesquisas existentes. Por questões de exequibilidade e do próprio recorte metodológico desta pesquisa, tal análise, diferentemente das demais, abordará a percepção de um tipo de desigualdade específica: a de renda. No entanto, a partir de uma longa série histórica (1997-2020), em que é possível observar as mudanças e permanências na forma como os brasileiros enxergam a desigualdade de renda no país e sua relação com a desigualdade objetiva medida.

4 PERCEPÇÃO SOCIAL DA DESIGUALDADE DE RENDA NO BRASIL: UMA ANÁLISE DA SÉRIE HISTÓRICA DE 1997 A 2020

O objetivo deste capítulo é analisar a percepção da desigualdade de renda no Brasil a partir da série histórica pesquisada, de 1997 a 2020. A ideia aqui é verificar se a percepção da desigualdade de renda observada nesta pesquisa, de alguma forma, dialoga com os resultados já obtidos em pesquisas anteriores, apresentadas no capítulo anterior, ou se diverge deles e o que traz de acréscimo em relação ao que já existe, considerando, claro, as especificidades de cada uma.

A partir da análise da série histórica selecionada (1997-2020), objetiva-se averiguar se essa percepção guarda relação com o comportamento da desigualdade objetiva de renda ao longo desse período, utilizando como referencial o coeficiente de Gini, indicador que mede a distribuição de renda entre indivíduos ou em um dado grupo. Além disso, pretende-se analisar se houve ou não variação ao longo dos anos e, em havendo, o que poderia explicar tal mudança.

Além disso, este capítulo faz uma análise desagregada da percepção da desigualdade de renda pela sociedade brasileira ao longo da série histórica a partir de aspectos sociodemográficos, tais como: grupo etário, sexo, raça, renda, escolaridade, religião, assim como região geográfica do país, para verificar se tais variáveis interferem ou não no comportamento da percepção observada. Por fim, são apresentados os modelos de regressão que mostram que variáveis interferem ou não nas variações da percepção da desigualdade que as pessoas têm. Desse modo, faz-se uma análise de como aspectos individuais e contextuais se relacionam ou não com a percepção da desigualdade de renda ao longo dos anos selecionados.

Como já destacado ao longo deste trabalho e, sobretudo na metodologia, neste item faz-se uma análise de como a percepção social sobre a desigualdade se comportou ao longo de uma série histórica de mais de vinte anos, intervalo este em que o Brasil passou por diversas transformações sociais, econômicas, políticas, históricas e culturais, como explicitado no capítulo 2 desta tese. Contudo, como também já frisado, aqui faz-se a análise da série histórica de um tipo específico de desigualdade: a de renda, em virtude da disponibilidade de dados, da amplitude da série histórica e do adequado recorte do objeto para a exequibilidade de uma pesquisa de doutorado.

Contudo, apesar de já descrita a metodologia utilizada neste estudo, em momento anterior, na introdução, esta abordou a metodologia de pesquisa de forma genérica. Então, antes de passar para a análise em si, faz-se necessária a descrição minuciosa dos procedimentos metodológicos utilizados, para uma melhor compreensão dos dados apresentados.

4.1 Procedimentos metodológicos

Nesta seção são descritos os dados e métodos utilizados para averiguar a relação entre a desigualdade objetiva de renda e a percepção subjetiva desta desigualdade no Brasil durante o período de 1997 a 2020, fornecendo informações sobre os aspectos metodológicos relacionados às fontes de informação, características e processo de extração dos dados e, por fim, são descritas as técnicas de análise utilizadas para os cálculos dos indicadores propostos no trabalho.

a) Fonte de dados

Como já descrito na introdução deste trabalho, os dados foram obtidos no Latinobarômetro. Nessa plataforma, eles estão estruturados por países, nos quais as informações são coletadas e os resultados são apresentados desde o final da década de 1980, mas que se materializaram em 1995 (PNUD, 2020). Os dados desagregados estão disponíveis no sítio web do Latinobarômetro. Nesse portal é possível descarregar os dados, gerando um arquivo compactado no formato *zip* com os questionários em espanhol e inglês; e os dados no formato selecionado, também em espanhol e inglês. Além disso, o portal tem uma seção de análise de dados, que permite consultas online por anos e países.

Já os dados do coeficiente de Gini foram obtidos por meio do Ipeadata. Trata-se de uma plataforma do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que reúne bases de dados de nível macroeconômico (econômicos e financeiros); regional (dados demográficos, econômicos e geográficos para as regiões, estados e municípios brasileiros); e social (indicadores sociais de diversos temas, como renda, desigualdade, educação, saúde e habitação, inserção no mercado de trabalho, situação dos direitos humanos da população, etc.). O Ipeadata utiliza como fonte de dados os microdados das pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tais como, Censos Demográficos e Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD), e de outros registros de dados administrativos dos ministérios referentes às políticas públicas de sua competência (IPEA, 2024).

Sobre o cálculo do coeficiente de Gini, o IBGE possui em seu banco de dados dois tipos: um calculado sobre o rendimento médio mensal de todos os trabalhos da população de 14 anos ou mais de idade; e outro calculado com base no rendimento domiciliar *per capita*. O que é utilizado nesta pesquisa, que consta no Ipeadata, é o segundo, que mede o grau de desigualdade na distribuição da renda domiciliar *per capita* entre os indivíduos. Contudo, é preciso ressaltar, como já dito no capítulo 2, que, embora esse indicador mostre uma alta desigualdade de renda

no país, esta ainda é subestimada, considerando que as pesquisas amostrais geralmente não captam os rendimentos dos mais ricos e também não calculam a riqueza: renda + patrimônio. No entanto, o coeficiente de Gini não deixa de ser um indicador importante e o mais usado internacionalmente, inclusive para pesquisas comparativas a nível de países e continentes.

b) População e amostra

A técnica de coleta de dados utilizada pelo Latinobarômetro corresponde a pesquisas por amostragem probabilística, aplicadas anualmente, contabilizando cerca de 20.000 entrevistas desagregadas em 18 países da América Latina, garantindo a representação de mais de 600 milhões de habitantes (Latinobarômetro, 2023).

No caso do Brasil, de acordo com as fichas de dados fornecidas (Latinobarômetro, 2023), o tipo de amostragem e o tamanho da amostra variam de acordo com o ano de realização do estudo. Nesta seção, a descrição da amostra para responder à pesquisa foi moldada de acordo com a disponibilidade da variável dependente (distribuição injusta de renda). Nesse sentido, dos 25 anos disponíveis na série temporal correspondente aos anos 1995-2020, esta variável esteve disponível em 1997, 2001-02, 2007, 2009-11, 2013, 2015-18 e 2020. Assim, em seguida, são descritas as fichas de dados exclusivamente para esses anos mencionados.

Para o ano de 1997, foi realizada uma amostragem probabilística em três estágios nas duas primeiras etapas e por quotas na etapa final, sendo o erro de amostragem associado de +/- 3,0%, obtendo-se uma amostra de 1.001 pessoas entrevistadas e uma representatividade de 31,8% do total do país. Por outro lado, para os anos de 2001-02, o mesmo tipo de amostragem probabilística em três estágios foi realizado nos dois primeiros estágios e por quotas no estágio final, atingindo uma amostra de 1.000 entrevistados. No entanto, apesar de o erro associado ter sido ligeiramente superior (erro de amostragem de +/- 3,1%), a partir deste ano a representatividade atingida foi de 100% do total do país.

Para os anos de 2007, 2009-11, 2013, 2015-16, foi realizado o mesmo tipo de amostragem probabilística em três estágios nas duas primeiras fases e por quotas na fase final. Nestes, obteve-se um erro de amostragem de +/- 2,8%, com uma amostra efetiva de 1.204 entrevistados (com exceção de 2015 em que se obteve uma dimensão de amostra de 1.250 entrevistados), para uma representatividade de 100% da população total do país.

No que diz respeito aos anos de 2017-18 e 2020, foi adicionada uma etapa ao tipo de amostragem, atingindo assim quatro etapas: probabilísticas nos três primeiros estágios e por quotas no estágio final, alcançando um erro de amostragem de +/- 2,8%, com uma amostra

efetiva de 1.200 pessoas para o ano de 2017 e 1.204 pessoas para os anos de 2018 e 2020, para uma representatividade de 100% da população total do país.

Apesar do tamanho da amostra alcançada por estas pesquisas em cada um destes anos, a amostra efetiva foi formada considerando os casos completos na variável dependente (distribuição injusta de renda). A Tabela 5 apresenta o total alcançado por ano, onde se observa uma completude superior a 95% para o período.

Tabela 5 – Distribuição da amostra realizada por ano e completude da variável dependente

| Ano | Amostra | Dados completos na variável dependente | |
|------|---------|--|------------|
| | | Absoluto | Percentual |
| 1997 | 1001 | 976 | 97.50% |
| 2001 | 1000 | 947 | 94.70% |
| 2002 | 1000 | 969 | 96.90% |
| 2007 | 1204 | 1166 | 96.84% |
| 2009 | 1204 | 1173 | 97.43% |
| 2010 | 1204 | 1150 | 95.51% |
| 2011 | 1204 | 1184 | 98.34% |
| 2013 | 1204 | 1155 | 95.93% |
| 2015 | 1250 | 1225 | 98.00% |
| 2016 | 1204 | 1156 | 96.01% |
| 2017 | 1200 | 1179 | 98.25% |
| 2018 | 1204 | 1170 | 97.18% |
| 2020 | 1204 | 1169 | 97.09% |

Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

c) Variáveis

As variáveis de nível individual foram obtidas a partir dos microdados da base de dados do Latinobarômetro. As variáveis selecionadas mantiveram sua estrutura em cada uma das pesquisas realizadas, o que permitiu a construção histórica da série e a comparação direta entre os anos selecionados.

(1) Variável dependente

Nos questionários da pesquisa, a pergunta sobre distribuição de renda no Brasil possui quatro opções de respostas: justa, muito justa, injusta e muito injusta. Assim, nesta pesquisa, elas foram aglutinadas em duas: justa (justa + muito justa) e injusta (injusta + muito injusta). Como se tratam de pares dicotômicos, isto é, a escolha de um deles como resposta pressupõe a negação do outro, foi selecionada apenas a variável relacionada à “distribuição injusta de

renda”. Tal escolha, em detrimento da que se opõe, “distribuição justa de renda”, foi motivada pela real distribuição de renda no Brasil que é extremamente desigual, medida pelo coeficiente de Gini, e, portanto, injusta do ponto de vista da justiça social. Desse modo, torna-se mais inteligível realizar a correspondência entre a distribuição de renda objetiva e a percepção subjetiva.

Assim sendo, a variável dependente desta análise é a *distribuição injusta de renda*, que se refere à proporção de pessoas que expressaram que há uma distribuição "Injusta" ou "Muito Injusta" de renda quando perguntadas sobre o quão justa elas acham que é a distribuição de renda no Brasil, formando assim uma variável dicotômica que expressa a percepção das pessoas sobre a distribuição justa ou injusta da renda no país.

(2) Outras variáveis

- *Ano* – Refere-se ao *ano* em que a pesquisa foi realizada no Brasil.
- *Região* – Corresponde à região de residência/região onde as informações da pesquisa foram coletadas, sendo estes os 5 agrupamentos de unidades federativas (estados ou distritos) estabelecidos pelo IBGE. Assim, considerando a estrutura urbana e a articulação econômica decorrentes das transformações no espaço geográfico brasileiro, nas décadas de 1950 e 1960, em 1970 o Brasil passou a ser dividido em cinco regiões, as quais permanecem até os dias atuais: *Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul*, nas quais estão agrupados os 26 estados da federação, além dos Distrito Federal (IBGE, 2017).
- *Sexo* – Representa a classificação das pessoas de acordo com o sexo, categorizado como *masculino* ou *feminino*.
- *Idade* – Refere-se à idade da pessoa que respondeu ao questionário no momento da pesquisa. Foram utilizadas as grandes faixas etárias previamente categorizadas pela pesquisa, que incluíam as faixas etárias de *15 a 24 anos, 25 a 39 anos, 40 a 59 anos e 60 anos ou mais*. Nenhuma outra categorização foi feita porque usar a mesma já utilizada nos questionários do Latinobarômetro será útil para comparações posteriores com outros países, em eventuais trabalhos futuros.
- *Estado civil* – Indica a situação afetivo-conjugal das pessoas determinada pelas relações familiares. A categorização desta variável é dada pelo instrumento de coleta da informação, classificada como *casado/união de fato, solteiro* ou *separado/divorciado/viúvo*.

- Nível de estudos – Refere-se ao grau de instrução educacional formal atingido por uma pessoa, categorizado como: *sem escolaridade* (sem estudos), *nível básico* (básico incompleto + básico completo), *nível secundário* (secundário, médio, técnico, incompleto + secundário, médio, técnico, completo) e *nível superior* (superior incompleto + superior completo). Há uma variável referente à quantidade de anos de estudos, que seria mais interessante para fins desta pesquisa, no entanto, não havia disponibilidade suficiente de dados para construção da série histórica. No caso específico do Brasil em que se usa nomenclaturas diferentes, esses dados podem ser interpretados da seguinte forma: *sem escolaridade* corresponde às pessoas analfabetas; *nível básico* se refere ao ensino fundamental; *nível secundário* ao ensino médio e técnico e *superior* é igual.
- Status ocupacional – Descreve a situação ocupacional de cada pessoa em relação ao mercado de trabalho, categorizada em *assalariado em empresa privada*, *assalariado no setor público*, *trabalhador por conta própria*, *estudante*, *aposentado/pensionista* e *não exerce atividade remunerada* (temporariamente não trabalha + não trabalha/responsável pelas atividades domésticas).
- Nível socioeconômico – Expressa a apreciação do nível socioeconômico a partir da percepção do entrevistador, considerando como ponto de referência a qualidade da habitação, a qualidade do mobiliário e a aparência geral da pessoa entrevistada, classificada em *muito bom*, *bom*, *razoável*, *ruim* e *muito ruim*. Essa variável é determinada pelo entrevistador com base nas respostas do entrevistado. Portanto, as análises dessa variável devem considerar um certo grau de subjetividade na classificação. Todavia, o uso desta se justifica pelo critério da disponibilidade, assim como o nível de estudos, uma vez que não há uma variável socioeconômica objetiva, com base na renda, para todo o período. Há outro nível socioeconômico calculado a partir da percepção subjetiva dos próprios entrevistados. Todavia, também não havia dados suficientes para construção de uma série histórica.
- Religião – Descreve a afiliação religiosa dos indivíduos, categorizada como *católica*, *evangélica* (evangélica não especificada + evangélica batista + evangélica metodista + evangélica metodista + evangélica pentecostal + adventista + testemunha de jeová + mórmon + protestante), de *matriz africana* (cultos africanos/afro-americanos, umbanda, etc.) e *nenhuma* (ateu + nenhuma). Apesar de haver religiões distintas no agrupamento de “evangélicos”, foi necessária essa junção em virtude do tamanho limitado da amostra. Assim, foram colocadas em um mesmo grupo religiões com um

mínimo de aspectos em comum. Ademais, como o objetivo deste trabalho não é abordar especificamente esse componente (religião), mas usá-lo apenas como uma das variáveis, não se identificou prejuízos significativos para a análise decorrente dos agrupamentos.

- *Raça* – Representa a classificação de raça/etnia autopercebida, classificada como *branca*, *indígena* e *negra* (negra + mestiça + mulata). As nomenclaturas “mestiça” e “mulata” são utilizadas em alguns países da América Latina, por essa razão elas aparecem como opções de resposta nos questionários do Latinobarômetro. Todavia, no Brasil, o IBGE usa apenas as categorias “pretos” e “pardos”, para se referir à população negra.

d) Análise da relação entre o coeficiente de Gini e a percepção da distribuição de renda

Para averiguar a associação entre a percepção subjetiva da desigualdade (percepção da distribuição de renda) e a desigualdade objetiva do rendimento (coeficiente de Gini), foram ajustados modelos da família dos modelos lineares generalizados, em específico modelos mistos ou modelos multinível, devido aos diferentes níveis de agrupamentos presentes nos dados, isto é, o coeficiente de Gini é uma variável que está disponível por ano agregada a nível nacional, já a percepção da distribuição de renda e as demais covariáveis se encontram, adicionalmente, disponíveis para cada uma das cinco unidades federativas do Brasil, captando com esta abordagem metodológica a variabilidade nos diferentes níveis de agrupamentos.

Como variável dependente foi utilizada a percepção subjetiva da desigualdade (percepção da distribuição de renda), categorizada conforme descrito anteriormente na seção que descreve as variáveis. O índice de Gini foi utilizado como variável de exposição pela sua relação com a percepção subjetiva da desigualdade. E as demais covariáveis (sexo, idade, escolaridade, estado civil, ocupação, raça, religião, nível socioeconômico) foram utilizadas como variáveis de ajuste nos modelos. A região foi utilizada como variável de agrupamento e a variável ano como efeito aleatório no modelo. A expressão matemática para este modelo pode ser expressa da seguinte forma:

$$\text{Logit}(y_{ij}) = \beta_0 + \beta_1(\text{Índice de Gini})_{ij} + u_{0j} + u_{1j}(\text{Ano})_{ij} + e_{ij}$$

onde,

i e *j* são índices utilizados para designar as observações individuais (*i*) e os níveis de agrupamento (*j*) nos dados;

y_{ij} é a probabilidade de que a observação i no nível j tenha êxito, quer dizer, que a percepção da distribuição de renda seja injusta;

Logit (y_{ij}) também conhecido como *log-odds*, é a função de ligação que transforma a probabilidade de sucesso numa escala contínua;

β_0 é a interseção fixa, que representa o efeito médio em *log-odds* de que a percepção da distribuição de renda seja injusta quando todas as covariáveis explicativas são iguais a zero;

β_1 é o coeficiente associado à variável índice de Gini, que representa a alteração em *log-odds* de que a percepção da distribuição de renda seja injusta para um aumento unitário do índice de Gini;

u_{0j} é o termo de efeitos aleatórios na interseção para o nível j , que capta as diferenças na percepção da distribuição de renda nas regiões;

u_{1j} é o termo de efeitos aleatórios de inclinação para o nível j , associado à variável Ano, que capta a forma como a percepção da distribuição da renda muda ao longo do tempo em cada região;

Ano_{ij} é a variável de tempo para a observação i em nível j ;

e_{ij} é o termo de erro que representa a variabilidade não explicada pelo modelo.

e) Modelamento dos dados

Durante a etapa de modelação ou ajuste de modelos, em primeiro lugar, foi feita uma análise para compreender a relação entre a percepção da distribuição do rendimento e o coeficiente de Gini. Isso foi feito através do ajuste de um modelo que considerou apenas o índice de Gini como preditor da percepção da distribuição. Esta abordagem permitiu compreender de que forma o coeficiente de Gini está associado à percepção de justiça na distribuição da renda.

Posteriormente, procedeu-se a uma análise mais detalhada, em que cada uma das características demográficas e socioeconômicas da população, como o sexo, a idade, o nível de escolaridade, o estado civil, a ocupação, a raça, a religião e o nível socioeconômico, foram introduzidas individualmente. Essa abordagem permitiu analisar de que forma cada uma dessas

variáveis influencia, de forma independente, a percepção da distribuição do rendimento e a probabilidade de esta percepção ser considerada injusta.

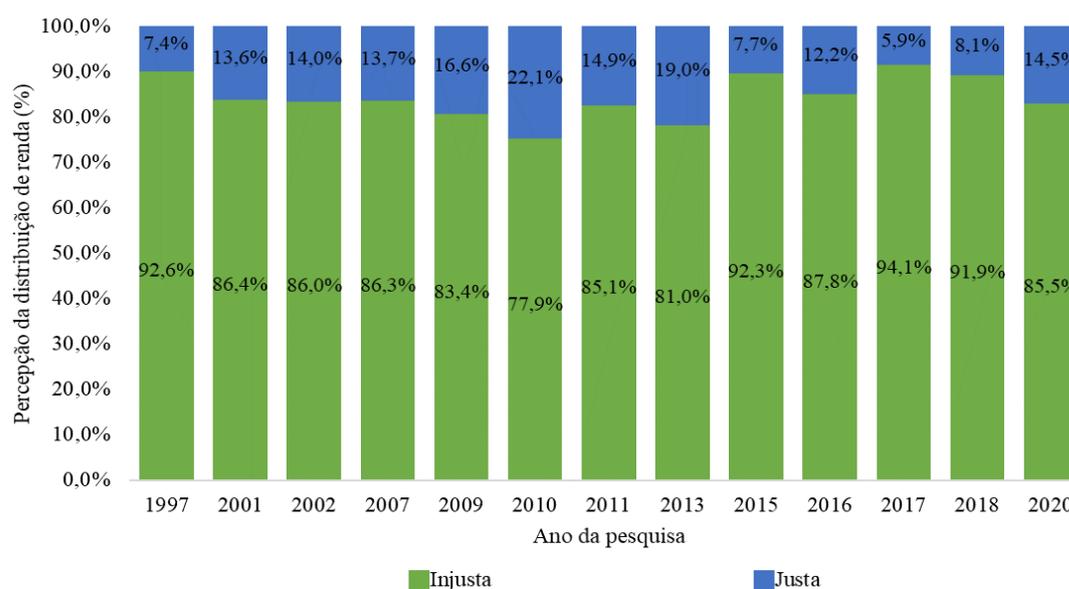
4.2 Percepção da desigualdade de renda no Brasil de 1997 a 2020: principais resultados

Dado o detalhamento dos procedimentos metodológicos, passa-se aos resultados encontrados. Primeiramente, apresenta-se a percepção geral da desigualdade de renda ao longo da série histórica. Depois faz-se uma análise dessa percepção com a desigualdade objetiva de renda nesse período, utilizando, para isso, o coeficiente de Gini. Em seguida, a percepção da desigualdade ao longo dos anos é analisada a partir de variáveis individuais e, por fim, são apresentados os resultados dos modelos multiníveis.

4.2.1 Percepção geral da desigualdade de renda no Brasil de 1997 a 2020

Para análise da percepção geral da desigualdade de renda no Brasil, o gráfico 6 mostra a distribuição percentual da percepção justa e injusta ao longo da série histórica analisada. Já o gráfico 7 mostra o comportamento da percepção injusta no período analisado.

Gráfico 6 – Percepção geral da distribuição de renda no Brasil (1997-2020)



Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

Gráfico 7 – Percepção injusta da distribuição de renda no Brasil (1997-2020)



Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

Em consonância com os resultados das pesquisas anteriores realizadas sobre percepção de desigualdade no Brasil, os gráficos acima mostram que a população tem uma percepção mais realista da desigualdade de renda. Considerando que esta, no país, é uma das maiores do mundo. Dada a sua distribuição extremamente desigual, isso se reflete na percepção das pessoas. Como pode ser observado, embora haja variações ao longo desse período, a percepção de que a desigualdade de renda é injusta no país geralmente ficou acima de 80%, com exceção no ano de 2010, ou seja, embora haja flutuações, uma parcela expressiva da população sempre considerou a distribuição de renda injusta ao longo das duas décadas.

Como se pode observar, no período que vai de 1997 a 2003, a percepção injusta da desigualdade de renda começa alta em 1997, 92,6%, mas apresenta uma tendência de queda até 2003, atingindo cerca de 86% no ano de 2002. Embora registre-se uma estabilização até 2007, a partir daí até 2010 registrou-se uma nova queda na percepção de injustiça na distribuição de renda (77,9% em 2010, menor patamar da série histórica), refletindo possivelmente uma menor percepção injusta da desigualdade de renda.

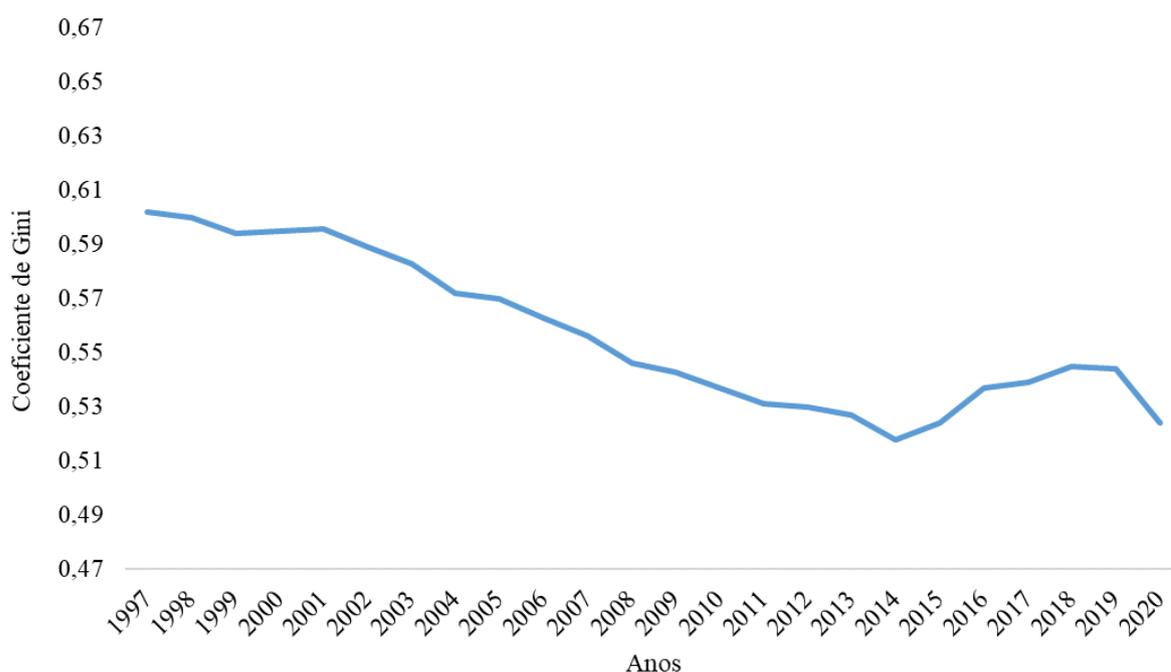
No período de 2011-2017, houve uma certa flutuação e aumento na percepção injusta da desigualdade. A partir de 2010, esta voltou a aumentar, atingindo um pico de 94,1% em 2017, o maior percentual da série histórica, próximo do que foi obtido em 1997. Já após esse período, a percepção injusta da desigualdade começa a cair. Para entender se toda essa variação

ao longo do tempo possui correspondência com a distribuição de renda objetiva, o item a seguir compara a percepção injusta da desigualdade com o coeficiente de Gini, indicador que mede a distribuição de renda na população.

4.2.2 Relação entre índice de Gini e a percepção da desigualdade de renda

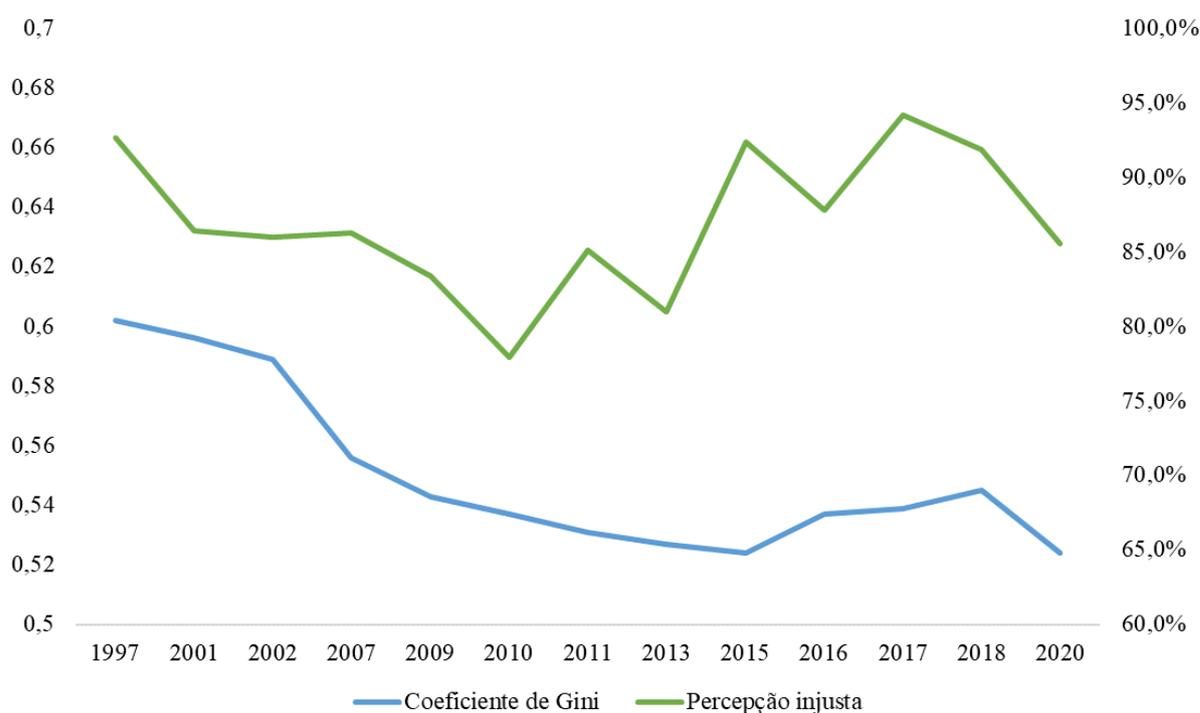
O gráfico 8, a seguir, mostra o comportamento do coeficiente de Gini ao longo da série histórica observada. Já o gráfico 9 mostra a relação da percepção injusta da desigualdade ao longo dos anos em relação à desigualdade de renda objetiva medida pelo índice de Gini para os anos disponíveis desta.

Gráfico 8 – Evolução do coeficiente de Gini no Brasil (1997-2020)



Fonte: Ipeadata
Elaboração: própria

Gráfico 9 – Percepção injusta da distribuição de renda x coeficiente de Gini no Brasil (1997-2020)



Fonte: Latinobarômetro/ Ipeadata

Elaboração: própria

Como já destacado no capítulo 2, o Brasil registrou uma redução da desigualdade de renda a partir do final da década de 1990, especialmente e de forma mais acentuada ao longo da primeira década de 2000, o que pode ser observado pelo coeficiente de Gini, embora a concentração de renda ainda seja elevada, contribuindo para que este tipo de desigualdade no país continue sendo uma das mais altas do mundo. No entanto, conforme gráfico 8, em 1997, registrava-se um índice de 0,602, que caiu para 0,524 em 2015, considerado o menor patamar dessa série histórica. Observa-se que, desde o início desta, a desigualdade de renda vinha caindo ao longo do tempo. Essa queda foi interrompida em 2015, quando o índice voltou a subir.

Já a queda observada em 2020 deve ser interpretada com ressalvas, conforme já apontado no capítulo 2. Então, não é recomendável usar o dado deste ano como referência, porque ele chegou a esse valor devido ao pagamento excepcional do auxílio emergencial para a população mais vulnerável socioeconomicamente, frente aos efeitos do contexto da pandemia de Covid-19. Dado que os valores pagos, além de temporários, foram bem acima da média dos benefícios assistenciais vigentes, é preciso considerar esse contexto específico e evitar comparações. Como o auxílio emergencial foi um benefício de transferência de renda excepcional, frente à conjuntura pandêmica, os dados que utilizam algum recorte de renda desse período devem ser cautelosos e considerar essa singularidade.

Dito isso, como se observa no gráfico 9, a desigualdade de renda no Brasil vinha numa constante queda até o ano de 2015. No entanto, a percepção de que a distribuição de renda é injusta acompanhou essa trajetória decrescente somente até 2010. Depois disso, apesar da queda no coeficiente de Gini, a percepção de injustiça na distribuição de renda não seguiu o mesmo comportamento. A percepção começa alta em 1997 (92,6%), cai até 2010 (77,9%), e depois volta a subir a partir desse ano, atingindo um pico em 2017 (94,1%), período em que o coeficiente de Gini estava baixo, quando comparado ao valor registrado no início da série histórica.

Esse descompasso de tendência entre a percepção e a medida objetiva da desigualdade, a partir de 2010, revela que a percepção popular sobre a justiça na distribuição não decorre exclusivamente das mudanças objetivas na desigualdade. Apenas até 2010 a percepção injusta seguiu uma trajetória de queda semelhante à do coeficiente de Gini. Depois, ela oscilou entre aumento e diminuição e só voltou a seguir a mesma tendência do índice de Gini a partir de 2018. Em 2015, por exemplo, que o coeficiente registrou o menor valor da série histórica (0,524), foi o ano em que a percepção de que a distribuição e renda é injusta aumentou a patamares semelhantes a 1997 (92,3%), o que evidencia que essa percepção nem sempre acompanha a desigualdade objetiva de renda.

Observando o gráfico 9, nos anos de 2011, 2015 e 2017, a percepção injusta da desigualdade aumentou sem que necessariamente a distribuição de renda piorasse, medida aqui pelo coeficiente de Gini. Inclusive a partir de 2010 tal percepção oscila numa proporção não registrada anteriormente. Em síntese, o gráfico mostra que não há uma correlação direta entre a percepção de injustiça e o coeficiente de Gini, ao longo de toda a série histórica, embora isso tenha ocorrido em certo período. Enquanto a desigualdade de renda medida pelo Gini caiu de forma significativa ao longo de grande parte da série histórica, a percepção de injustiça dessa desigualdade mostrou uma tendência mais volátil. Diante dessa constatação, o que pode explicar essa não correlação?

É possível formular diversas hipóteses que podem, de alguma forma, explicar esse fenômeno, sem que elas sejam necessariamente excludentes entre si. Uma delas se refere às expectativas sociais. A estabilidade e o crescimento econômico, a criação e expansão de políticas sociais e melhoria das condições de vida na primeira década dos anos 2000, conforme mostrado no capítulo 2, podem ter aumentado as expectativas da população em relação à redução da desigualdade, ou seja, possivelmente se esperava que nos anos seguintes essa trajetória de melhoria dos indicadores sociais fosse contínua e mais acentuada. A insatisfação

pode ter crescido na medida em que as pessoas esperavam melhorias contínuas e/ou mais significativas do que as que de fato ocorreram.

Uma outra hipótese pode estar relacionada à avaliação da distribuição de renda associada a outros elementos de bem-estar social, o que poderia levar a uma percepção mais ou menos injusta da desigualdade de renda, não necessariamente em função das variações desta, mas de outros componentes que integram a percepção de bem-estar. Assim, mesmo que a renda tenha se tornado menos desigual, outros fatores como saúde, segurança, moradia, condições de trabalho, transporte, etc., que afetam diretamente a qualidade de vida, podem contribuir para uma percepção mais injusta da distribuição de renda. Nesse sentido, pode ter havido uma percepção de que a renda não era suficiente para proporcionar as mesmas oportunidades a todos ou ainda que o nível de queda na desigualdade não surtiu os efeitos desejados no bem-estar social com um todo.

Há também que se considerar o fato de a redução da desigualdade de renda medida pelo coeficiente de Gini não ter sido tão expressiva quanto se esperava, considerando os altos níveis de desigualdade existentes. Como mostrado no capítulo 2, há estudos que atestam que a concentração de renda, sobretudo no topo da distribuição, é bastante alta e persistente. Desse modo, é possível que a redução da desigualdade medida pelas pesquisas amostrais não tenha sido suficiente de tal forma a transformar acentuadamente a realidade social e a percepção que se tem dela. O Brasil é extremamente desigual e hierarquizado, então a percepção dessas diferenças é muito evidente no cotidiano. As desigualdades materiais e simbólicas estão presentes e são perceptíveis em todos os lugares. Assim, para alterar essa realidade, talvez apenas uma mudança estrutural possa fornecer elementos que afetem de forma expressiva a percepção da desigualdade de renda.

Contudo, não se pode deixar de pontuar, conforme abordado no capítulo 3, que a percepção social também é informada por elementos político-ideológicos e não apenas por dados objetivos e materiais. Assim, a ideia de justiça distributiva pode ser influenciada pelo debate público e por uma série de instituições ou mecanismos ideológicos que podem problematizar o tema. É necessário lembrar que, na década de 1990, a agenda pública girava em torno da fome, miséria e pobreza. A discussão sobre desigualdade enquanto problema público, no Brasil, só foi ganhando notoriedade anos depois. Nesse sentido, a visibilização do assunto também influencia a construção de percepções sobre ele, ou seja, a sociedade pode aumentar seu nível de consciência sobre a desigualdade e, a partir disso, construir perspectivas a respeito das causas e consequências do problema. Perspectivas essas que também são influenciadas pelas diferentes visões de mundo que circulam na sociedade.

Desse modo, acredita-se que os fatores conjunturais socioeconômicos e políticos contribuíram para essa volatilidade na percepção da desigualdade de renda, sobretudo a partir de 2010, mesmo com o Gini ainda em patamares relativamente baixos. Aqui também deve-se lembrar que a percepção observada em um determinado ano reflete mais elementos de períodos anteriores do que do próprio ano em curso. Dito isso, é necessário destacar o contexto de crise e instabilidade política e econômica do Brasil nesse período. A partir de 2013, o país passou por uma série de crises econômicas e políticas, que culminaram na recessão econômica de 2015 e na derrubada da presidenta em 2016. Essas crises podem ter exacerbado a sensação de injustiça na população, mesmo que o coeficiente de Gini não tenha aumentado de forma expressiva nesse período.

Por essa razão, não se pode prescindir do contexto político vivenciado pelo país nesse período. Análises e discursos nomeados como apolíticos, que possuem uma suposta neutralidade, na verdade são imbuídos de uma falsa ideia de negação da política, muito funcionais ao *status quo*, ao desconsiderar uma dimensão essencial de qualquer contexto histórico que tem relação direta com as esferas econômicas, sociais e culturais. Tanto a *grande política* como a *pequena política*, nas palavras de Gramsci⁹⁰ (2017), possuem influência direta nas ações ou não ações que afetam a vida cotidiana das pessoas, de todos os substratos sociais.

As flutuações da percepção injusta da desigualdade de renda coincidem com o período de intensa instabilidade política no Brasil. A primeira década dos anos 2000 foi marcada sobretudo pela estabilidade financeira, por políticas de estímulo ao consumo, valorização do salário mínimo, crescimento do emprego e ampliação de políticas sociais, ainda que focalizadas. Contudo, as manifestações de junho de 2013 e suas implicações a curto, médio e longo prazos inauguram uma conjuntura social de desestabilização⁹¹. Em junho do referido ano, se espalhou pelo país uma onda de protestos e manifestações, que se iniciaram em São Paulo, sob a liderança do Movimento Passe Livre (MPL), em reação ao aumento da passagem do transporte público e em defesa da tarifa zero para estudantes. Contudo, os protestos se ampliaram e reuniram diversos atores e pautas difusas, sendo posteriormente capitaneados por

⁹⁰ O autor nomeia a grande política como as estruturas econômico-sociais que contribuem para a conservação do Estado e a manutenção da ordem social que ele assegura. Já a pequena política diz respeito à política do dia a dia, tais como as disputas partidárias, parlamentares, etc., que ocorrem no cotidiano da esfera política (Gramsci, 2017).

⁹¹ Alguns autores destacam o julgamento do Mensalão - esquema de compra de apoio político entre integrantes do governo e parlamentares, que veio à tona em 2005 - como um marco para o início do populismo político e do ativismo judicial, que se intensificaram na operação Lava-Jato, levando a repercussões políticas e econômicas (Semer, 2014; Souza, 2016). Não se discorda de tal análise. Porém, considera-se as manifestações de 2013 como um ponto de inflexão determinante, ainda que não inicial, da posterior instabilidade do cenário político brasileiro, não só pelas manifestações em si, mas também pela captura de seu propósito por segmentos conservadores da sociedade.

outros movimentos à direita do espectro político [...] “o que podemos constatar é que junho de 2013 abriu caminho para uma reorganização dos setores conservadores no Brasil, primeiro na internet e depois nas ruas⁹²” (Avritzer, 2017, p. 51, tradução nossa).

Forma típica da ação política no capitalismo, a cooptação dos elementos contestatórios pouco articulados não é novidade. Boa parte da conquista e perpetuação hegemônica do sistema capitalista diz respeito à sua capacidade em manejar, cooptar e anular qualquer evento, ação política, forma cultural que demonstre possuir alguma capacidade contestatória, alguma fagulha que possa incinerar o sistema sociometabólico do capital. Antonio Gramsci (2002) denominou este procedimento como “transformismo”, ou seja, um fenômeno de cooptação com o qual as classes dirigentes conseguem chegar e manter-se no poder através da absorção dos grupos antagônicos. Parte significativa dos jovens que saíram às ruas em junho de 2013 sem saber muito bem contra o que lutavam foram convencidos por grupos – estes sim – bem organizados de que o maior inimigo da nação e do sonho de um país melhor era o governo Federal, especificamente Dilma Rousseff e o seu partido político. Todavia, vale salientar aqui o perfil dos manifestantes que engrossaram as fileiras das manifestações de 2013 e de 2015. Ambos os blocos de manifestações possuem sensíveis diferenças com relação às suas bases sociais: a base social das Jornadas de Junho era consideravelmente mais popular, com um maior índice de negros e de pessoas com apenas o ensino fundamental completo³; já em 2015, a base dos manifestantes era mais branca, mais rica e mais instruída⁴. Poderíamos resumir dizendo: ainda que uma considerável parcela da classe média urbana tenha participado dos dois momentos históricos, em 2013 foram às ruas a classe média e a classe média-baixa proletarizada, enquanto em 2015 foram às ruas a classe média e a pequena burguesia. Essa diferença na composição da base social será fundamental para a compreensão da notável guinada à direita com vias à fascitização das manifestações de rua no Brasil. Mas, mais fundamental do que a diferença na composição social dos manifestantes, serão as suas similitudes: será a classe média urbana altamente despolitizada e sem nenhum histórico de militância política a parcela decisiva da sociedade brasileira nesta mudança do eixo programático dos protestos (Scartezini, 2016, p. 187-188).

Somando-a a isso, havia também a insatisfação e o questionamento acerca da legitimidade da realização da Copa do Mundo de Futebol no Brasil em 2014. O cerne da questão era a discrepância entre o gasto milionário com obras de infraestrutura e aqueles destinados a políticas públicas, tais como: saúde e educação. Por ser um país cuja identidade nacional também é composta pelo futebol, certamente se o Brasil sediasse o evento em outro contexto, talvez essa crítica não teria sido levada a cabo com tanta ênfase, ainda que legítima sua existência. Outrossim, também era ano de eleição presidencial, que já foi altamente polarizada, com a vitória da então presidenta Dilma Rousseff (PT) sobre seu adversário Aécio Neves (PSDB), com uma margem de diferença muito pequena, 51,64% contra 48,36% dos votos

⁹² (...) “what we can see is that June 2013 opened the way for a re-organization of conservative sectors in Brazil, first on the Internet and later on the streets”

válidos (TSE, 2014), em mais uma histórica disputa eleitoral entre, a grosso modo, esquerda e direita no Brasil⁹³.

Um fator determinante para o agravamento da crise política, nesse período, foi a Operação Lava Jato. Na verdade, não exatamente a operação em si, mas o uso político dela. Como consequência de investigações iniciadas em 2009, as quais envolviam lavagem de dinheiro, praticada por políticos e empresários, em 2014, foi deflagrada a Operação Lava Jato pela Polícia Federal, que investigava um esquema complexo e sistêmico de lavagem e desvio de dinheiro público em todo o país, praticado por políticos e grandes empresas. Na medida em que a operação se desdobrava, se descobria mais casos até chegar à Petrobras⁹⁴. Tratava-se de um esquema de cobrança de propina com o intuito de facilitar as negociações das empreiteiras com a empresa pública, além de licitações fraudulentas, com contratos superfaturados. O ilícito envolvia diretores da estatal e políticos de diversos partidos, incluindo o do governo - o Partido dos Trabalhadores (PT). “Ao aceitar o modus operandi da política brasileira, baseado no aparelhamento do Estado para fins privados e na corrupção, o partido se tornou vulnerável” (Miguel, 2019, p. 76).

Como já afirmado, a operação Lava Jato revelou um esquema de corrupção generalizada e sistêmica da relação público-privado, vigente há décadas na história do país. Na esteira das investigações, instituições como a Polícia Federal, Ministério Público e Poder Judiciário ganharam destaque no cenário nacional, com diligências inclusive questionáveis do ponto de vista do devido processo legal, estabelecido pela Constituição Federal, a exemplo de vazamento de informações sigilosas para a mídia. Vários atores dessas instituições se destacaram nesse processo, como o procurador Deltan Dallagnol, que depois se elegeu deputado federal nas eleições de 2022; e o juiz chefe da investigação, Sérgio Moro, que depois virou ministro da justiça do governo Bolsonaro e posteriormente senador da República. Os protagonistas da operação, agentes do Estado, tornaram-se rapidamente celebridades nacionais do combate à corrupção. Tanto que depois se candidataram a cargos políticos por partidos conservadores de direita e se elegeram.

⁹³ Desde 1993, o Partido dos Trabalhadores (PT) disputou eleições presidenciais com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Em 1989, Luís Inácio Lula da Silva disputou as eleições com Fernando Collor de Mello (PRN), depois, em 1993 e em 1997, com Fernando Henrique Cardoso (PSDB), perdendo em todas, até ganhar, em 2002, de José Serra (PSDB). Em 2006, Lula ganhou de Geraldo Alckmin (PSDB) e em 2010 Dilma Rousseff (PT) sucedeu a Lula, derrotando José Serra (PSDB) nas eleições presidenciais. Dilma foi a primeira mulher presidente da República da história brasileira.

⁹⁴ A Petrobras é uma das principais empresas estatais do país. Fundada em 1953, é também uma das empresas de destaque internacional, que atua na indústria de óleo, gás natural e energia, principalmente na exploração, produção, refino, comercialização e transporte de petróleo (Petrobras, 2024).

A falsa neutralidade e o protagonismo têm o papel de esvaziar a função jurisdicional e a contenção do poder punitivo. O juiz abdica do papel de garantidor de direitos, para assumir o de vingador social ou condutor de políticas majoritárias (Semer, 2016, p. 112).

Como já dito, a questão central não foi a operação Lava Jato, mas seu uso político. Ainda que tenham iniciado antes, as investigações ganharam visibilidade só em 2014, em um contexto eleitoral de instabilidade política e polarização. Ademais, em que pese ter explicitado as práticas ilícitas e corruptas das relações público-privado, a operação contribuiu para o reforço do imaginário social de um Estado corrupto, ineficiente, ímprobo com o dinheiro público. E de fato não se podia negar tal percepção. No entanto, o que se observa é que o mesmo não ocorreu para o mercado, que nas democracias liberais é visto como solução e alternativa a esse Estado. O que é subtraído do debate público é que numa relação de corrupção, ainda que passiva, existem os agentes que corrompem e os corruptíveis. E, nesse caso específico da operação Lava Jato, o que se viu foi que nem sempre o mercado se autorregula. Em muitas das vezes ele conta com a mão visível do Estado.

Embora as próprias investigações mostrassem que o esquema tinha iniciado em anos anteriores e envolvendo diversos partidos, as consequências maiores foram para o governo da época, o qual personificava o Estado naquele momento. Ainda que este tivesse sua parcela de comprometimento, eram investigações que envolviam o governo anterior. Contudo, além de ser do mesmo partido, foi o governo da então presidenta Dilma que assumiu o ônus da crise política e moral pela qual passava o país. Pouco a pouco, as pautas das manifestações de 2013, de reivindicação por investimentos em transporte público, saúde, educação, e demais políticas públicas, deram lugar a um tema central: o combate à corrupção. Todavia, tal empreitada foi direcionada a um partido, restringindo-se a uma questão partidária, individual e moral de alguns agentes públicos, em detrimento do seu caráter sistêmico e estruturante das relações público-privado no país desde seus primórdios.

É difícil recusar a conclusão de que a corrupção provavelmente foi mais efetiva do que seria discutir projetos com o Congresso. Mas a compra de apoio abriu um flanco fácil para a mobilização dos setores conservadores, que singularizaram PT e esquerda como únicos culpados pelos problemas éticos da política brasileira. Ao mesmo tempo, seja por inexperiência, seja pela permanência de um compromisso moral, os governos petistas não foram capazes de sustar as investigações, como faziam seus antecessores; ao contrário, reforçaram os aparatos de controle do Estado (Miguel, 2019, p. 77).

O fato é que a conjuntura nacional, que já estava em um momento de instabilidade política, convivia ao mesmo tempo com uma crise financeira. Já no último trimestre de 2013 a economia brasileira já dava indícios de desaceleração, que se acentuou nos anos seguintes,

culminando na queda, em 2015, de diversos indicadores socioeconômicos, conforme pontuado no capítulo 2 deste estudo. O PIB brasileiro recuou 1,7%, a pior queda desde 1996, o desemprego e a inflação aumentaram e o consumo das famílias diminuiu (IBGE, 2015). No cenário externo, destacaram-se a queda no preço das *commodities* e a desaceleração do crescimento na China, que contribuíram para a redução no valor das exportações brasileiras. Tal cenário de crise econômica não se reverteu nem mesmo com as medidas de ajuste fiscal adotadas no segundo mandato do governo Dilma, com cortes orçamentários expressivos em diversas áreas.

Há diversos argumentos sobre as razões efetivas que desencadearam a crise econômica de 2014/2015⁹⁵. É fato notório que, ainda que haja inúmeras explicações, podem ser identificados dois grandes pensamentos divergentes: os economistas mais ortodoxos de perspectivas neoliberais criticaram a política desenvolvimentista⁹⁶ adotada no país até então, apontando, como sempre o fazem, entre outros fatores, os investimentos públicos e a ampliação do gasto social como vilões da crise. Por outro lado, economistas de orientação mais social-democrata apontam questões externas, como a financeirização da economia e a desindustrialização e, no âmbito interno, o próprio ajuste fiscal adotado pelo governo.

Aqui, concorda-se com as análises que destacam a confluência de múltiplos fatores, não apenas de natureza econômica.

Essa desaceleração pode ser atribuída a múltiplas causas: além de falhas na condução da política econômica, fatores políticos (desde as manifestações de 2013 até a incerteza eleitoral de 2014), fatores internacionais (com a perspectiva do *tapering* nos EUA e a rápida queda no preço das *commodities* em 2014) e fatores institucionais ou jurídicos (como o avanço da operação Lava Jato que afetou indiretamente setores estratégicos da economia brasileira, como petróleo e gás, construção civil e indústria naval) certamente contribuíram para a desaceleração da economia brasileira no período (Rossi; Mello, 2017, p. 2).

⁹⁵ Muitas dessas explicações podem ser encontradas em PINHEIRO, Armando Castelar *et. al.* *A crise de crescimento do Brasil*. Regis Bonelli e Fernando Veloso (orgs.). Instituto Brasileiro de Economia. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV/IBRE, 2016.

⁹⁶ Segundo Boito Jr. e Berringer (2013), o neodesenvolvimentismo consiste numa estratégia adotada pelos governos Lula e Dilma que objetiva o crescimento econômico brasileiro, sem, no entanto, abandonar o modelo neoliberal existente no país. Segundo os autores, o prefixo *neo* se justifica pelas diferenças existentes com o velho desenvolvimentismo do período de 1930-1980. “O neodesenvolvimentismo (i) apresenta um crescimento econômico que, embora seja muito maior do que aquele verificado na década de 1990, é bem mais modesto que aquele propiciado pelo velho desenvolvimentismo; (ii) confere importância menor ao mercado interno; (iii) atribui importância menor à política de desenvolvimento do parque industrial local; (iv) aceita os constrangimentos da divisão internacional do trabalho, promovendo, em condições históricas novas, uma reativação da função primário-exportadora do capitalismo brasileiro; (v) tem menor capacidade distributiva da renda e (vi) o novo desenvolvimentismo é dirigido por uma fração burguesa que perdeu toda veleidade de agir como força anti-imperialista” (Boito Jr.; Berringer, 2013, p. 32).

A crise econômica pela qual passou o país nesse período, além de intensificar a crise política, pôs fim aos anos de “relativa estabilidade” política no Brasil, marcados sobretudo pela estabilidade econômica, decorrente do bom desempenho da economia, com níveis baixos de desemprego, inflação controlada e incremento de políticas sociais, sobretudo para grupos mais vulneráveis socioeconomicamente, como discutido no capítulo 2 deste trabalho. Carvalho L. (2018) argumenta que esse período de crescimento, sobretudo nos anos de 2006 e 2010, foi possível devido a investimentos públicos, ampliação do crédito e distribuição de renda, políticas estas que foram descontinuadas no governo Dilma. Tal descontinuidade comprometeu até mesmo a base política do governo.

O ajuste fiscal aplicado no início do segundo mandato de Dilma traiu a expectativa dos 53 milhões de eleitores que foram seduzidos pelas promessas de sua campanha de manutenção do emprego e dos direitos trabalhistas. À crise de popularidade de seu segundo governo somou-se o descontentamento dos setores médios tradicionais insatisfeitos com a diminuição das desigualdades entre as classes sociais (Braga, 2016, p. 60).

Todo esse conjunto de elementos, somado às manifestações de 2015 em prol da derrubada da presidenta eleita, levaram a uma queda brusca de sua popularidade, apontada nas principais pesquisas de opinião do país (Datafolha, 2015). “Estava criada a suposta base social do golpe” (Souza, 2016, p. 101). Assim, não é exagero afirmar que o que levou ao *neogolpismo*⁹⁷ de 2016, travestido de processo de *impeachment*⁹⁸, foram fatores mais associados à crise política e econômica que propriamente ao descumprimento de dispositivos fiscais constitucionais que já haviam sendo descumpridos, de forma sistemática, por outros governos, sem que isso, necessariamente, levasse à investigação de crime de responsabilidade fiscal, como o que ocorreu com o governo Dilma Rousseff.

Posteriormente, o que se sucedeu foi a derrubada do governo eleito e a emergência de um impopular, que implantou um programa de gestão não referendado pelas urnas eleitorais. Embora o governo que assumiu fosse do vice-presidente da República, as propostas contidas no documento “Uma ponte para o futuro” (FUG/PMDB, 2015) eram bem distintas daquelas apresentadas à sociedade e registradas na justiça eleitoral no ano de 2014. Como o próprio documento afirmava, era necessário rever o “modo de funcionamento do Estado brasileiro”. A

⁹⁷ Aqui usa-se o conceito de Silva (2019). O autor, ao fazer uma análise do contexto democrático da América Latina, afirma que o que ocorreu recentemente na história de Honduras, Paraguai e Brasil foi o fenômeno do *neogolpismo*, que são golpes não tradicionais; caracterizados por não serem violentos explicitamente, mesmo que contenham violência simbólica em sua gênese; são parlamentares e jurídicos, pois ocorrem no âmbito das instituições da democracia liberal; e, por fim, tentam transparecer legalidade para obterem legitimidade social.

⁹⁸ Para uma análise mais detalhada desse processo, conferir Souza (2016); Singer *et. al.* (2016); Freixo; Rodrigues [orgs.] (2016) e Miguel (2019).

partir daí, o que se assistiu foi a implementação de um ajuste fiscal mais severo, com aprovação de medidas impopulares, como a reforma trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017) e a conhecida PEC do teto dos gastos, a Proposta de Emenda Constitucional nº 241/2016, que foi aprovada pelo Congresso Nacional, transformada em Emenda Constitucional nº 95/2016⁹⁹.

O que é interessante observar é que, quando se trata de medidas de contenção do gasto público, são as classes menos favorecidas socioeconomicamente que são mais afetadas. Não se defende aqui a inexistência da responsabilidade fiscal para manter o equilíbrio das contas públicas. Tal medida, inclusive, é necessária e está prevista na própria Constituição Federal e nas demais legislações infraconstitucionais que regem o orçamento público. Contudo, quando se fala de desigualdade de renda, geralmente as medidas de ajuste fiscal não atingem o topo, apenas a base, que já carece de políticas públicas básicas financiadas pelo Estado. Esse é o ponto. Pouco foi feito para reduzir o fosso da desigualdade de renda no Brasil. E, quando o orçamento aperta, é mais fácil tirar de onde historicamente já se tira. Mesmo no período de crescimento econômico brasileiro do governo Lula, a redução da desigualdade de renda ocorreu nos estratos mais baixos de renda. A melhoria no rendimento dos mais pobres se deu sem diminuir o dos mais ricos (Singer, 2012).

Mas, retomando o contexto político, é importante voltar no tempo e lembrar dos movimentos conservadores que entraram na cena pública em 2015. Eles já sinalizavam um perfil não apenas de espectro político à direita, mas de uma nova direita¹⁰⁰ organizada, inclusive internacionalmente, cujas estratégias raramente são afeitas às regras do jogo democrático. Nesse cenário, em 2018, em mais uma eleição polarizada, o país elegeu Jair Bolsonaro, representante dessa nova direita, visto, segundo Rocha e Solano (2021), como saída para a crise política, econômica e uma suposta crise moral no país.

⁹⁹ A EC nº 95/2016 estabeleceu que os gastos do governo do ano seguinte não ultrapassariam os do ano anterior, corrigidos apenas pela inflação. Segundo o Ipea (2016), no período de 20 anos, com a vigência da PEC, a saúde perderia recursos de até R\$743 bilhões.

¹⁰⁰ Não há um consenso na literatura acerca do conceito de *Nova Direita*. No entanto, para fins deste trabalho, considera-se a reflexão trazida por Miguel (2018, p. 19): (...) “o uso de direita, no singular, precisa ser relativizado. O que existe hoje é a confluência de grupos diversos, cuja união é sobretudo pragmática e motivada pela percepção de um inimigo comum. Os setores mais extremados incluem três vertentes principais, que são o libertarianismo, o fundamentalismo religioso e a reciclagem do antigo anticomunismo”. Ainda segundo o autor, o libertarianismo se caracteriza pela defesa do menor Estado possível; pela sacralização da justiça do mercado; e pela repulsa a qualquer noção de solidariedade social. Por sua vez, o fundamentalismo religioso é definido pela ideia de que há uma verdade absoluta, que impede qualquer possibilidade de debate e que alimenta uma pauta moral conservadora. Por fim, a reciclagem do antigo comunismo se dá com a suposta ameaça do “bolivarianismo” venezuelano e com a personificação do Partido dos Trabalhadores (PT) como legítimo representante do comunismo no Brasil (Miguel, 2018). Para mais informações sobre o conceito de *Nova Direita*, sugere-se a obra da qual faz parte o artigo do autor supracitado: GALLEGO, Esther Solano (org). *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

A eleição de Jair Bolsonaro não foi um raio em céu azul, mas fruto do encontro entre dois acontecimentos distintos, porém relacionados: a consolidação paulatina de uma nova direita brasileira entre os anos de 2006 e 2018, e o surgimento de um novo fenômeno populista no país a partir de 2014: o bolsonarismo. Tais acontecimentos, no entanto, ainda que tenham se apoiado de modo intenso em mobilizações digitais, não se espalharam para as classes populares somente pela ingenuidade de vítimas da desinformação em massa, mas, como procuraremos apontar, isso se deu em virtude de processos sociais e políticos específicos que atravessam o país em anos recentes (Rocha; Solano, 2021, p. 21).

O resultado disso foi a emergência de um governo autoritário, explicitamente contrário a toda e qualquer política ou ação afirmativa para grupos minoritários, que despreza e desrespeita os direitos humanos. Um governo negacionista, que desconsidera a ciência, a educação, a técnica, a racionalidade e até mesmo os princípios basilares da administração pública. Aliado a isso, com uma política econômica ultra liberal, com forte apelo meritocrático, e pautas de costumes conservadoras, fundamentadas em dogmas religiosos. A condução desastrosa não se resumiu à pandemia de Covid-19¹⁰¹, mas ao governo como um todo, que só não causou mais danos à sociedade, sobretudo aos mais pobres, em virtude do sistema de freios e contrapesos da frágil democracia brasileira, que, reiteradas vezes, exigia a atuação do Judiciário e Legislativo para conter medidas visivelmente inconstitucionais ou de regressão de direitos já garantidos. Longe de dar respostas às crises econômica e política que assolavam o país, o governo Bolsonaro as aprofundou, ficando marcado como único governo da história democrática que não se reelegeu¹⁰².

Então, observa-se que, nesse curto período de tempo, o país passou por vários períodos de instabilidade causados por crises econômicas e políticas, com mudanças de governo de direções ideológicas completamente distintas. Todo esse contexto de turbulência social pode ter contribuído para as flutuações observadas na percepção injusta da desigualdade de renda, já que o comportamento dessa percepção ao longo dos anos teve variações repentinas, se comparado a outros períodos da série histórica, observados no gráfico 9. Por isso, acredita-se que esses aspectos conjunturais podem explicar as variações na percepção injusta da desigualdade a partir de 2010, que não correspondem, necessariamente, ao comportamento da desigualdade objetiva nesse intervalo.

¹⁰¹ O Brasil teve mais de 700 mil mortos por Covid-19 e foi um dos países do mundo que mais registrou mortes para a doença, proporcionalmente à sua população, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS, 2022). Parte dessas mortes poderiam ter sido evitadas se a pandemia tivesse sido conduzida de acordo com a gravidade que a situação requeria.

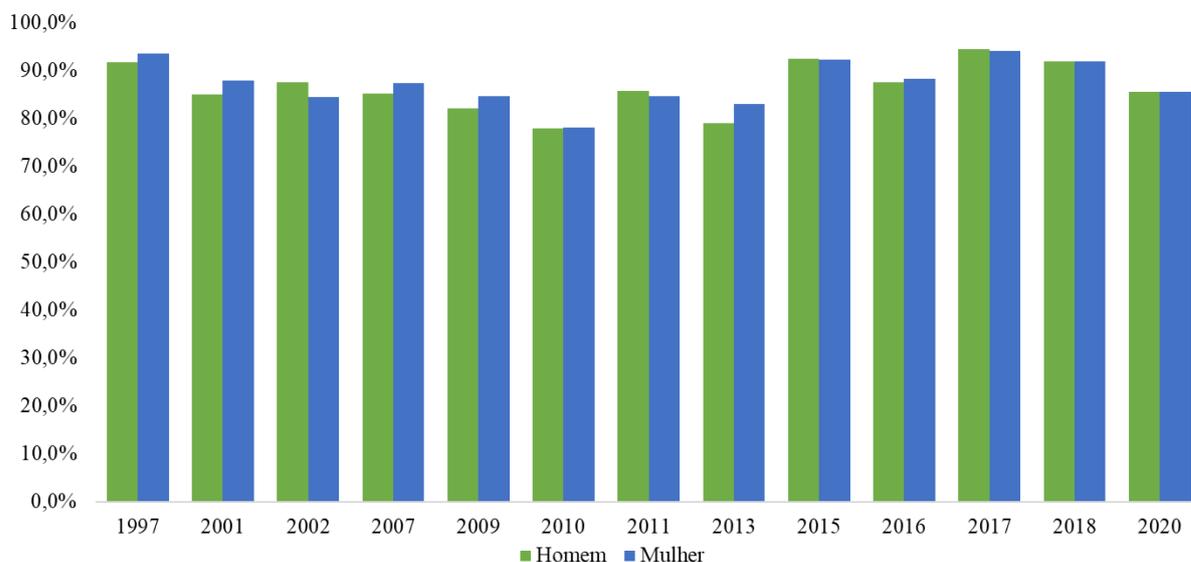
¹⁰² Uma análise mais detalhada do governo Bolsonaro pode ser encontrada em Avritzer *et. al.* (2021).

No imaginário coletivo brasileiro, sabe-se que o país é desigual, com uma distribuição de renda injusta. Isso é constatado nas pesquisas de percepção mostradas neste trabalho e no percentual de pessoas que consideram a distribuição de renda injusta ao longo de toda a série histórica analisada. No entanto, outros fatores podem interferir na forma como se enxerga a desigualdade, ou seja, essa percepção pode ser formada não exclusivamente pelo nível de desigualdade em si, mas também pela conjuntura do país. Soma-se a isso o caráter muito volátil das pesquisas de opinião, que sofrem interferência direta do contexto social no qual são aplicadas. Supõe-se, assim, por exemplo, que, em um contexto de alta inflação e aumento de desemprego, que são indicadores da economia que afetam mais diretamente o cotidiano das pessoas, estas tenderiam a reprovar mais ainda a desigualdade de renda que em contextos mais favoráveis. Portanto, a variação da percepção injusta da desigualdade ao longo dos anos indica como eventos econômicos, sociais e políticos influenciam a percepção da população sobre a distribuição de renda.

O item a seguir desagrega a percepção da desigualdade de renda por variáveis individuais com o intuito de observar como os aspectos sociodemográficos da percepção social se comportaram ao longo do período analisado. Assim como na seção anterior, todas as possíveis explicações levantadas para os dados tratam-se de hipóteses, que podem ou não ser confirmadas em estudos futuros mais específicos relacionados a uma determinada variável.

4.2.3 Percepção da desigualdade de renda no Brasil, por variáveis individuais

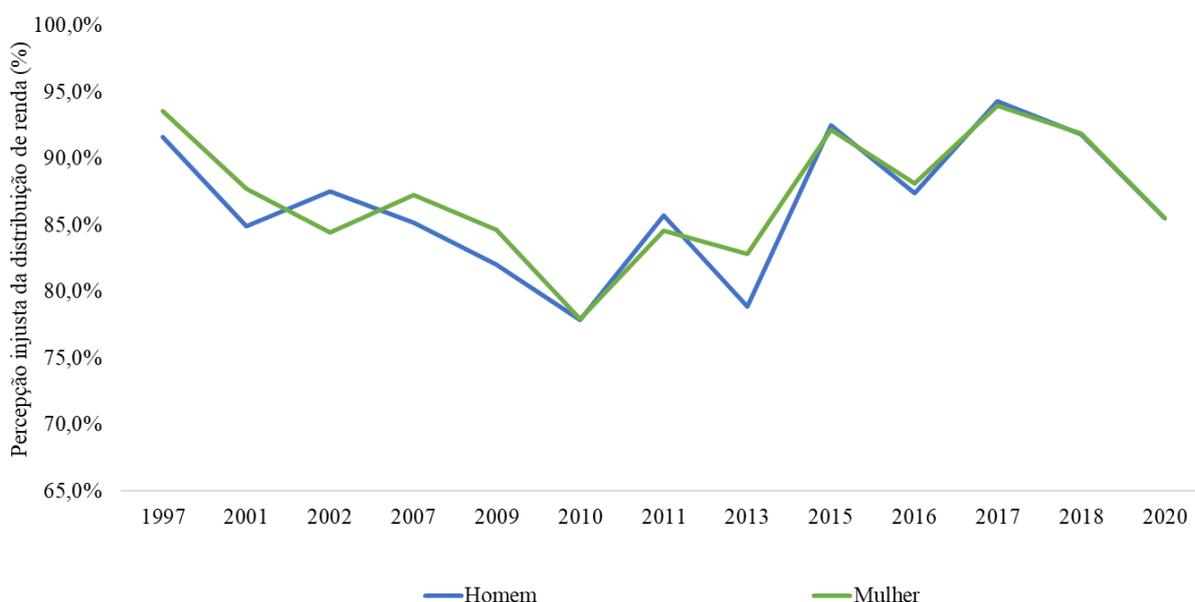
Gráfico 10 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo sexo (1)



Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

Gráfico 11 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo sexo (2)



Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

No que se refere à variável sexo, a percepção de injustiça de renda apresenta uma tendência de queda entre 1997 e 2010 para ambos os sexos, atingindo o ponto mais baixo em 2010. A partir desse ano, observa-se uma recuperação dessa percepção, com picos em 2011, 2015 e 2017, seguidos por um leve declínio até 2020. É possível observar no gráfico 11 que, em alguns anos, as curvas de percepção praticamente convergem, principalmente a partir de 2010. Em momentos de crise, como em 2015, ambos os grupos apresentaram um aumento na percepção injusta da distribuição de renda. Isso reflete como as crises econômicas impactam a percepção geral da desigualdade, afetando tanto homens quanto mulheres.

Nota-se nos gráficos 10 e 11 que, embora em alguns anos as mulheres apresentem uma percepção de injustiça ligeiramente superior à dos homens, essa diferença não é significativa, o que releva que mulheres, em regra, não percebem de forma mais acentuada a desigualdade de renda que os homens, o que contraria as expectativas baseadas na realidade objetiva, já que mulheres, no seu dia a dia, historicamente, vivenciam contextos desiguais de todos os tipos, em relação aos homens.

Segundo dados do IBGE (2023e), historicamente, no mercado de trabalho, o nível de ocupação¹⁰³ das mulheres é inferior ao dos homens, tanto pela menor participação no mercado

¹⁰³ O nível de ocupação se refere ao percentual de pessoas ocupadas em relação às pessoas em idade de trabalhar, na semana de referência, isto é, na semana anterior à entrevista da pesquisa.

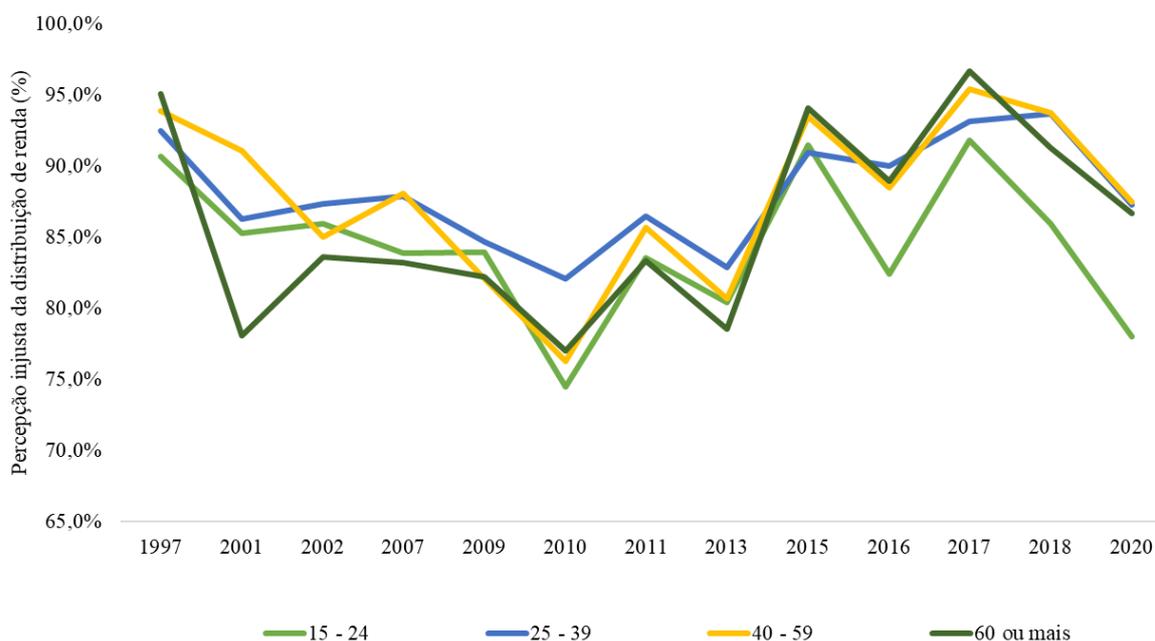
de trabalho, como pela maior taxa de desocupação entre as mulheres. Em 2022, o nível de ocupação dos homens foi de 66,3% enquanto o de mulheres foi de 46,35%. Entre os principais fatores que contribuem para uma menor participação da mulher no mercado de trabalho estão os afazeres domésticos e as atividades de cuidado com outras pessoas, ou seja, o trabalho reprodutivo, que recai majoritariamente sobre as mulheres, dada a histórica divisão sexual do trabalho. Além disso, ainda que tenham uma maior escolarização, as mulheres são maioria nos trabalhos informais, precários, de menor remuneração e têm menor renda que os homens. Em relação aos rendimentos do trabalho, em 2022, eles recebiam em média, 27,0% a mais que as mulheres. Outrossim, elas são minoria também em cargos de chefia e ampla maioria em trabalhos domésticos, sejam eles remunerados ou não.

Quando é feito o recorte racial, mulheres negras estão em pior situação no que se refere a esses indicadores de mercado de trabalho, ou seja, as desigualdades são mais acentuadas levando em consideração o par gênero/raça. Assim, homens brancos estão em situação mais vantajosa no mercado de trabalho que todos os demais segmentos, sendo a desigualdade em relação às mulheres negras a mais extrema. Enquanto, em 2022, 46,8% das mulheres negras (pretas + pardas) se encontravam em trabalhos informais, o percentual de homens brancos foi de 33,3% (IBGE, 2023e).

Ressalta-se que aqui foram dados apenas alguns exemplos de assimetrias no mercado de trabalho entre homens e mulheres. Somam-se a isso os demais tipos de desigualdade e de violência enfrentadas pelas mulheres no Brasil, o quinto com o maior número de feminicídio no mundo. “Na última década (2012-2022), ao menos 48.289 mulheres foram assassinadas no Brasil. Somente em 2022, foram 3.806 vítimas, o que representa uma taxa de 3,5 casos para cada grupo de 100 mil mulheres (IPEA, 2024).

Considerando esse contexto de desigualdade de gênero e a percepção semelhante de homens e mulheres, é possível aventar que a distribuição de renda de forma geral seja algo mais difuso, ou seja, não se caracterizando como um fator mais fortemente observado pelas mulheres. Talvez a percepção sobre diferença salarial especificamente pudesse revelar um resultado distinto, pois é algo muito mais próximo da realidade vivenciada pelas mulheres.

Gráfico 12 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo grupo de idade



Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

O gráfico 12 mostra que há variações na percepção injusta da distribuição de renda no Brasil conforme a idade, ao longo do tempo. No grupo de 15 a 24 anos, observa-se uma baixa percepção da injusta distribuição de renda ao longo da série em relação às demais faixas etárias. No entanto, com picos de aumento em 2015 e 2017, se aproximando dos demais grupos. Nota-se que essas elevações na percepção da injusta distribuição de renda ocorreram nos contextos de crise econômica e política, possivelmente afetando tanto a inserção no mercado de trabalho dos jovens quanto as percepções políticas. O que é interessante observar é que esse grupo, além de, ao longo da série, possuir uma percepção mais baixa da injusta distribuição de renda, a partir de 2015, vai se descolando da tendência dos demais grupos etários, com forte indicativo de diminuição dessa percepção injusta em um contexto objetivo de aumento das desigualdades.

Isso pode estar relacionado a uma série de fatores que podem ser investigados com maior precisão. Teriam os jovens uma percepção mais idealista sobre oportunidades futuras e mobilidade social, especialmente em fases iniciais da vida profissional? Ou seria pelo fato deles não terem vivenciado crises econômicas mais severas, que afetaram outras faixas etárias, como por exemplo, o contexto de hiper inflação e confisco da poupança no país no início da década de 1990? Considerando que nesse intervalo de idade muitos podem não ser os responsáveis pela manutenção financeira da família, tal fato também não pode ser descartado como possível explicação para uma baixa percepção de injustiça na distribuição de renda no país. Outra

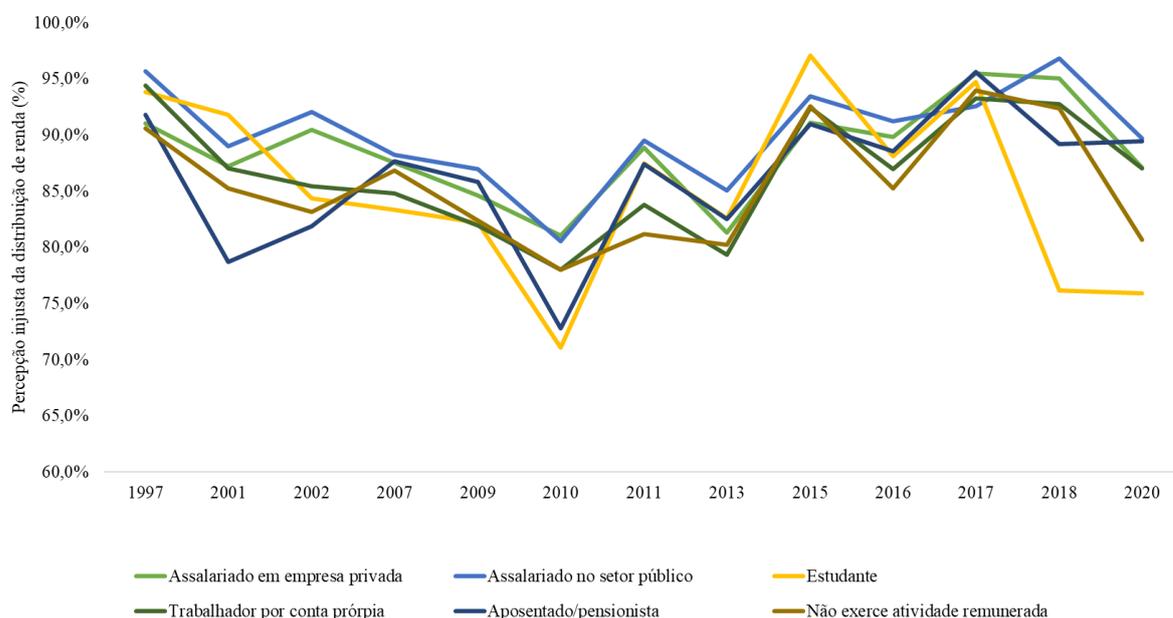
hipótese poderia estar atrelada às próprias características da chamada geração z, mais conectada virtualmente, porém mais pessimista com a política enquanto meio para resolução dos problemas sociais. Estaria a geração z mais descrente, apática ou mesmo indiferente aos temas sociais estruturais, em detrimento das demandas por reconhecimento relacionadas à diversidade? Essas são questões a serem analisadas mais a fundo.

A faixa etária de 25 a 39 anos, apesar de possuir valores elevados referentes à injusta distribuição de renda ao longo dos anos, apresenta uma das percepções mais estáveis na série histórica. Pessoas nessa idade costumam estar mais ativamente inseridas no mercado de trabalho de forma relativamente estável, com uma vida profissional já consolidada. Por outro lado, podem experimentar diretamente os efeitos do próprio mercado de trabalho, como rotatividade de empregos e salários, o que pode explicar o fato da percepção injusta ser alta, porém menos instável em relação aos demais grupos, que não estão majoritariamente inseridos no mercado de trabalho.

Entre os que possuem de 40 a 59 anos, a percepção de injustiça da distribuição de renda é elevada, mas com variações ao longo dos anos. Geralmente, pessoas nessa faixa etária podem já ter uma situação mais consolidada no mercado de trabalho que a do grupo de 25 a 39, com a diferença de que estes últimos podem se adaptar mais facilmente às mudanças. Assim, pessoas de 40 a 59 anos podem sentir de forma mais aguda os efeitos das crises econômicas e da desigualdade ao planejar a aposentadoria ou tentar manter um determinado padrão de vida. Além disso, esse grupo pode também ter uma visão comparativa mais clara, por já ter passado por diferentes contextos econômicos e sociais, com maior repertório, portanto, para identificar épocas de maior ou menor desigualdade, bem como seus efeitos a longo prazo.

Por fim, pessoas idosas, de 60 anos e mais, possuíam uma das percepções mais baixas até 2013, quando sobe e ultrapassa as demais faixas etárias. Registra-se uma queda significativa de 1997 a 2001, possivelmente refletindo a transição do contexto de hiper inflação e crise econômica, para uma maior estabilidade da moeda, o que impacta diretamente o poder de compra de benefícios, como a aposentadoria. Além disso, considerando a gradual saída do mercado de trabalho pela aposentadoria ou por limitações para continuar exercendo atividades laborais desgastantes, pessoas mais velhas podem ter menos opções de rendimentos que as demais que se encontram no mercado de trabalho. Então, contextos de crise podem afetar diretamente o custo de vida a ser mantido, muitas vezes, apenas com um benefício assistencial ou previdenciário.

Gráfico 13 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo *status* ocupacional



Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

Conforme observado no gráfico 13, a percepção de injustiça na distribuição de renda no Brasil não varia tanto de acordo com a ocupação, indicando que diferentes condições ocupacionais exercem pouca influência na forma como as pessoas enxergam a desigualdade de renda. Os trabalhadores de empresas privadas e do setor público possuem, ao longo da série, as maiores percepções da injusta distribuição de renda no país, embora os primeiros tenham mais variações ao longo da série, possivelmente como reflexo das crises econômicas que afetam os empregos formais.

Todavia, trabalhadores do setor público têm percepção mais elevada da injusta distribuição de renda no país, embora esta seja mais estável ao longo da série histórica. Tal fato pode ser explicado pelo próprio contexto desigual do serviço público brasileiro. Em regra, há um imaginário social, reafirmado cotidianamente pela mídia e por *thinks tanks* de cunho liberal, de que todo servidor público é marajá, ineficiente e caro para o Estado. No entanto, o que a realidade mostra é que há, de fato, uma pequena elite do serviço público, que concentra super salários e privilégios, sobretudo no poder judiciário. Em contrapartida, a maioria do serviço público brasileiro é composta por servidores municipais e estaduais das áreas de saúde e educação. São professores da educação básica, agentes comunitários de saúde, técnicos em enfermagem, etc., que não possuem os privilégios a eles atrelados, tampouco se equiparam à

pequena elite do serviço público. Segundo dados do Atlas do Estado Brasileiro do IPEA, em 2021, a remuneração mediana de um servidor público municipal foi de R\$ 2.555,40 (IPEA, 2021). Então, essa percepção alta da desigualdade de renda tanto pode ser explicada pela comparação dentro do seu próprio grupo, que é extremamente desigual, quanto pelo contraste com o setor privado que, na mesma área, como na educação, por exemplo, remunera melhor os profissionais.

Já os trabalhadores por conta própria registraram a queda mais contínua na trajetória da percepção injusta da distribuição de renda de 1997 a 2010, sem grandes oscilações. Destaca-se que, nesse período, foram criadas políticas importantes para a formalização e proteção desses trabalhadores, como a política do Microempreendedor Individual (MEI), aprovada pela Lei Complementar nº 128, de 19 de dezembro de 2008. Além da formalização, a lei permitiu acesso à previdência, via alíquota reduzida de contribuição, e a vários benefícios fiscais.

Todavia, esperava-se que estes apresentassem uma das percepções de injusta distribuição de renda mais elevadas em relação aos demais, pois, em que pesem as políticas de inclusão e formalização adotadas no Brasil, os trabalhadores por conta própria geralmente são os autônomos que, em sua maioria, estão no mercado de trabalho informal. Segundo IBGE (2023e), a informalidade atinge mais de 40,9% dos trabalhadores, com percentuais maiores ainda que a média nacional nas regiões Norte (60,1%) e Nordeste (56,9%) do país.

A informalidade de parte significativa dos postos de trabalho é uma característica do mercado de trabalho brasileiro e constitui mais uma importante fonte de desigualdades. Como consequência, há um elevado contingente de trabalhadores sem acesso aos mecanismos de proteção social, como o direito à aposentadoria e às licenças remuneradas (para maternidade ou afastamento laboral por motivo de saúde) (IBGE, 2023e, p. 27).

Contudo, a partir de 2010, a percepção injusta da distribuição de renda desse segmento voltou a crescer, como todas as demais ocupações da série, refletindo o contexto socioeconômico posterior, sobretudo pós 2013. Nesse sentido, a instabilidade e a falta de garantias formais de proteção social, que ainda atingem parte desses trabalhadores, podem intensificar o sentimento de desigualdade, especialmente em tempos de crise econômica, quando trabalhadores por conta própria sofrem com a falta de demanda por serviços e com a insegurança financeira.

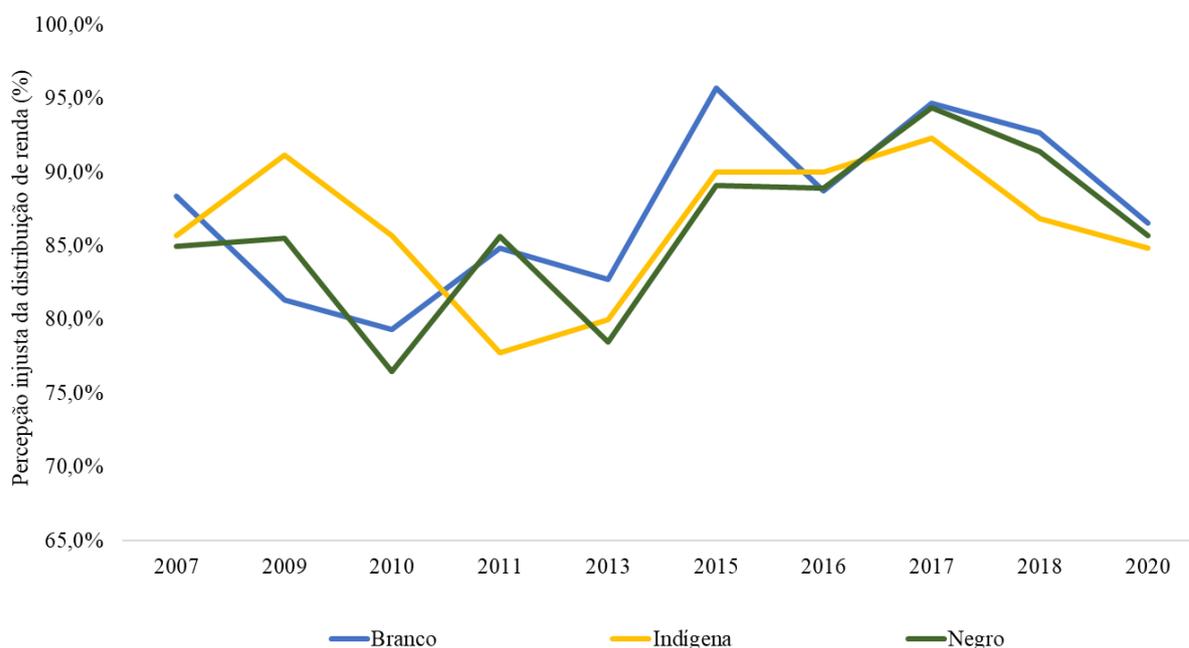
As pessoas que não exercem atividade remunerada apresentam percepção intermediária em relação aos demais grupos, possivelmente influenciada por dependência de transferências de renda ou da situação econômica do núcleo familiar, porém com oscilações a partir de 2013. São pessoas que temporariamente não desempenham atividade remunerada, ou seja, que estão

fora do mercado de trabalho, seja por desemprego, licença, incapacidade laboral temporária ou permanente, ou por exercerem atividades domésticas e de cuidado no âmbito familiar. Esse grupo pode ser mais sensível aos impactos das políticas públicas de emprego e de assistência social, pois, em contextos de alto desemprego, lhe restam os benefícios assistenciais, o que pode influenciar na percepção da desigualdade.

Ressalta-se que tanto a percepção injusta da distribuição de renda de aposentados e pensionistas quanto de estudantes pode ser interpretada de forma correlacionada a esses grupos de idade, mostrados no gráfico 12. Pessoas aposentadas e pensionistas apresentam uma maior oscilação da percepção até 2011 e depois esta tende a ficar mais estável, embora também reflita os efeitos das crises econômicas e políticas a partir desse período, uma vez que, em 2015, foi registrado praticamente o mesmo percentual observado em 1997 de pessoas que consideram a distribuição de renda injusta. O aumento gradual dessa percepção ao longo dos anos, como mostra o gráfico, pode estar relacionado ao aumento do custo de vida e a possíveis preocupações com a manutenção de padrões de consumo, dado que o poder de compra dos benefícios previdenciários pode diminuir em contextos de alta inflação.

Já os estudantes apresentam uma das menores percepções de injustiça na distribuição de renda ao longo do tempo. Isso pode ser explicado pelos mesmos fatores elencados para os jovens no gráfico anterior. Destaca-se que tanto estudantes quanto aposentados e pensionistas, ou seja, pessoas que, em regra, tendem a estar fora do mercado de trabalho, registraram as maiores quedas na percepção injusta da distribuição de renda no ano de 2010. O pico de aumento desta entre os estudantes, em 2015, pode ser reflexo dos efeitos das manifestações políticas que se iniciaram em 2013, como já mostrado neste estudo. Depois disso, a percepção dos estudantes, assim como a de jovens, vai se distanciando dos demais, caindo significativamente, em um contexto em que a desigualdade de renda aumentou. Isso evidencia o quanto o contexto, a conjuntura e as questões políticas afetam a percepção que as pessoas têm sobre problemas sociais.

Gráfico 14 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo raça



Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

Nota: Nos anos de 1997, 2001 e 2002 não houve pergunta sobre raça.

Como se pode constatar no gráfico 14, as três categorias raciais apresentam níveis altos de percepção injusta da desigualdade de renda e seguem um padrão temporal similar, com pontos de alta e baixa relativamente sincronizados, embora em 2011 a percepção de injustiça da distribuição de renda entre indígenas continue caindo e, entre brancos e negros suba. Todavia, as três vão convergindo ao final da série, indicando menor discrepância entre as percepções dos diferentes grupos raciais. Apesar das diferenças nas taxas absolutas, os três grupos seguem uma dinâmica temporal semelhante, sugerindo que eventos econômicos e sociais afetam a percepção de maneira transversal. Dada a desigualdade racial no Brasil, esperava-se que a percepção injusta da distribuição de renda entre pessoas negras e indígenas fosse mais acentuada que entre brancos, o que os dados do gráfico não mostram.

Embora a população branca possua melhores indicadores socioeconômicos e condições de vida menos adversas que a população negra no Brasil, para aquele grupo, a percepção mais alta de injustiça na distribuição de renda pode ser influenciada por desigualdades internas, ou seja, comparações dentro do próprio grupo, no qual as diferenças de renda podem ser percebidas como injustas ou mesmo por comparações externas com os demais grupos em que se percebe que, embora sua situação não seja a esperada, há outros em condições piores. Destaca-se a elevação, em 2015, bem maior que a registrada para os demais grupos raciais, chegando a 95,7%

de pessoas que consideram a desigualdade de renda injusta. Tal fato possivelmente está associado às manifestações de 2015, protagonizadas sobretudo por pessoas brancas e de classes mais altas. Porém, é preciso ressaltar que esse dado reflete mais a própria insatisfação política dessas pessoas que propriamente um senso de justiça social, não sendo, portanto, um fator explicativo sólido.

Já para a população negra, embora essa percepção seja também elevada, esperava-se que fosse maior que a de pessoas brancas, considerando as desigualdades herdadas de mais de trezentos anos de escravidão no país, clivagens estas funcionais ao sistema e perpetuadas cotidianamente pelo capitalismo, já que o racismo é uma espinha dorsal da formação social brasileira. É estrutural e estruturante das relações sociais, “[...] ele é um elemento que integra a organização econômica e política da sociedade” (Almeida, 2020, p. 20). Nesse sentido, a discriminação racial no mercado de trabalho, o acesso desigual à educação e uma menor mobilidade social são fatores históricos que afetam negativamente as oportunidades e a distribuição de renda entre negros e brancos.

Em 2022, por exemplo, segundo IBGE (2023e), a população negra no Brasil representava cerca de 70% da população pobre¹⁰⁴ e extremamente pobre. Quando se trata de domicílios com mulheres negras chefes de família, sem cônjuge e com presença de crianças e adolescentes entre 0 e 14 anos, o percentual de pobreza é ainda maior, de 72,2%. No que se refere à educação, enquanto 60,7% das pessoas brancas com 25 anos ou mais tinham concluído o ensino médio, para as pessoas de cor preta ou parda, esse percentual foi de 47%. Pessoas negras analfabetas com 15 anos ou mais de idade são mais que o dobro de pessoas brancas nessa condição, 7,4% contra 3,4%. Entre os idosos, essa proporção desigual também se observa. Entre as pessoas com 60 anos ou mais, a taxa de analfabetismo dos brancos foi de 9,3%, contra 23,3% de pretos e pardos.

Pessoas negras, além de terem menor renda, são maioria em ocupações informais, o que faz com que tenham menos acesso a políticas de proteção trabalhista e previdenciária. [...] “as pessoas brancas estavam em domicílios com renda per capita, em média, 82,1% superior à renda dos domicílios onde viviam as pessoas pretas ou pardas” (IBGE, 2023e, p. 58). Ainda segundo IBGE, os dados socioeconômicos da população negra:

[...] refletem desigualdades historicamente constituídas, como a maior proporção de pessoa de cor ou raça preta ou parda em posições na ocupação de empregados e trabalhadores domésticos, ambos, sem carteira de trabalho assinada, além de trabalhadores por conta própria que não contribuem para a

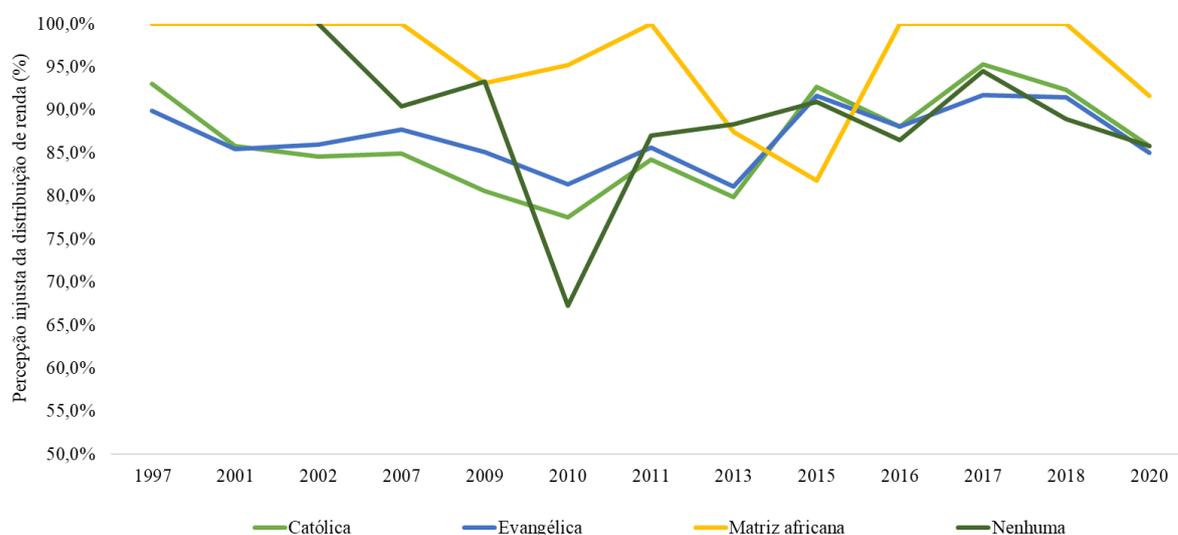
¹⁰⁴ Considerando as linhas de pobreza do Banco Mundial de até US\$2,15 e US\$6,85 PPC 2017, para extrema pobreza e pobreza, respectivamente.

previdência social. Em relação à atividade econômica, como visto anteriormente, este grupo populacional está majoritariamente representado nos segmentos Construção, Serviços domésticos e Agropecuária [...] (IBGE, 2023e, p. 29).

Em que pese todo esse contexto de desigualdade, a percepção de injustiça de negros é próxima à dos brancos, mas com valores ligeiramente menores. No que tange aos indígenas, há uma variação mais acentuada ao longo dos anos, com flutuações frequentes entre 70% e 95%. Todavia, tais variações ocorrem mais pela amostra pequena, com saltos amostrais durante a série histórica, que propriamente por variação na percepção das pessoas indígenas, que, de modo geral, é próxima a dos outros grupos. Nesse caso, esperava-se também que os indígenas tivessem uma percepção bem mais acentuada que brancos sobre a desigualdade de renda. No entanto, as especificidades culturais e territoriais desse grupo podem influenciar essa percepção de modo distinto em relação aos demais.

No Brasil, os principais problemas enfrentados pelos indígenas estão relacionados à questão territorial, à luta pela efetivação dos direitos originários estabelecidos pela Constituição Federal de 1988, como a demarcação e o usufruto exclusivo das terras que tradicionalmente ocupam, além do devido reconhecimento de sua organização social, seus costumes, suas línguas, crenças e tradições. O avanço do garimpo ilegal e a expansão da agropecuária comprometem a qualidade do solo e dos rios, necessários à sobrevivência de comunidades indígenas, sobretudo daquelas mais isoladas e distantes dos centros urbanos. Além disso, o avanço dessas atividades tem levado a conflitos violentos em comunidades indígenas na disputa por seus territórios. Então, possivelmente essas questões são percebidas de forma mais acentuada que a desigualdade de renda em si, ainda que esta possa ser importante, dado o percentual elevado de indígenas que consideram a desigualdade de renda injusta.

Gráfico 15 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo religião



Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

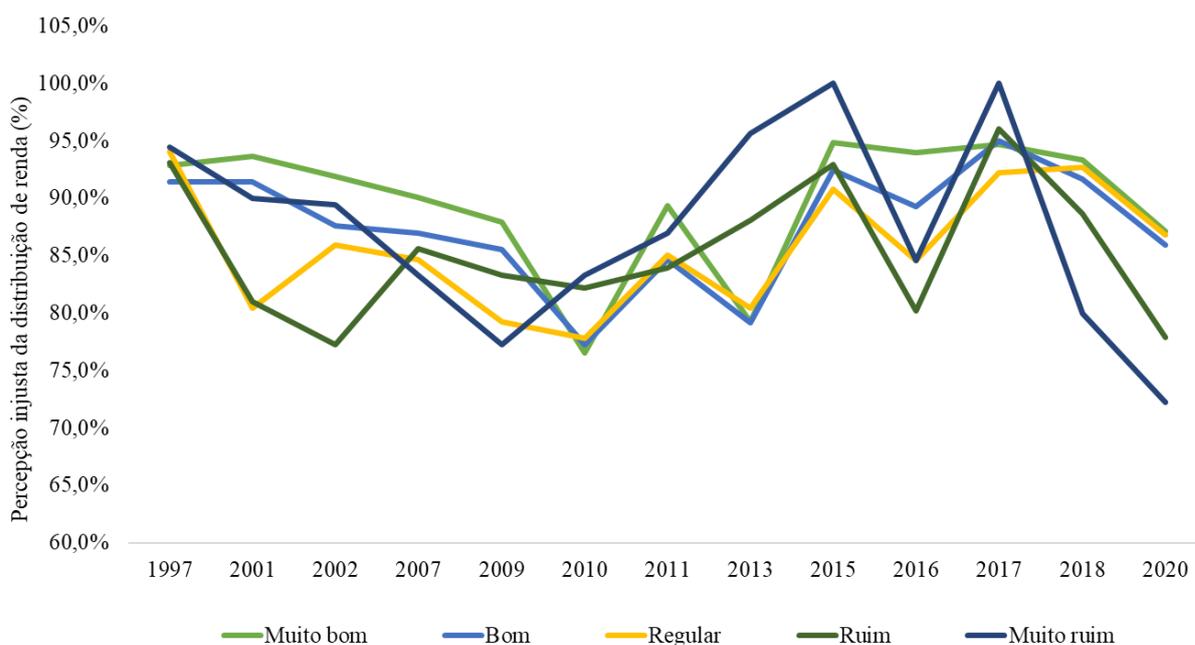
O gráfico 15 mostra a percepção de injustiça na distribuição de renda entre diferentes grupos religiosos no Brasil. Além do contexto histórico, político, social e econômico, aspectos doutrinários também podem exercer influência no modo como as pessoas enxergam as desigualdades. Cada tradição religiosa tem princípios e ensinamentos que interferem na construção social da realidade e no modo como as questões sociais são interpretadas. No entanto, com base no gráfico observado, tanto católicos quanto evangélicos percebem a desigualdade de renda em percentuais muito próximos e seguem a mesma tendência ao longo de toda a série, embora com algumas inversões. No geral, os valores são relativamente altos e estáveis, geralmente entre 80% e 90%.

No caso de religiões de matriz africana, a linha segue uma tendência diferente das demais. Com exceção da queda de 2011 a 2015, a percepção de que a desigualdade de renda é injusta é mais elevada para esse grupo. No entanto, sobretudo nos períodos que registram 100% de pessoas que consideram a distribuição de renda injusta, é preciso considerar as variações na amostra da pesquisa que, para esse segmento, é muito pequena e bastante oscilante, variando de 2 a 29 pessoas em alguns anos. Em que pesem as flutuações na amostra, mesmo nos anos em que ela é maior, a percepção de que a desigualdade de renda é injusta se manteve acima de 90%, o que evidencia que de fato pessoas de matriz africana sentem mais os efeitos da desigual distribuição de renda, possivelmente pelo contexto de estigmatização e marginalização que essas religiões enfrentam no Brasil.

É interessante destacar que, no auge da crise de 2015, em que católicos, evangélicos e pessoas sem religião registraram um aumento na percepção injusta da desigualdade, a de religiosos de matriz africana registrou queda ao menor patamar da série histórica para esse grupo, coincidindo com o período de menor queda na desigualdade objetiva medida pelo coeficiente de Gini, o que pode sugerir que esse segmento é menos influenciado por fatores contextuais que os demais.

Por fim, o grupo que não segue uma religião mostrou uma percepção de injustiça na distribuição de renda próxima dos demais, embora no início da série tenha registrado 100% nos primeiros anos, assim como pessoas de religião de matriz africana. Isso se deve também à baixíssima amostra em 1997, 2001 e 2002, cerca de menos de cinco pessoas. No entanto, a queda significativa em 2010, em relação a católicos e evangélicos nesse mesmo ano, não se deve à variação na amostra, o que indica que de fato pessoas sem religião perceberam mais a queda na desigualdade nesse período. Ainda que essa percepção tenha aumentado a partir desse ano, ela permaneceu estável entre 2011 a 2015, não registrando queda em 2013, diferente das demais, ano de intensas manifestações pelo país.

Gráfico 16 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo nível socioeconômico.



Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

O gráfico 16 mostra as percepções de diferentes estratos socioeconômicos sobre a injustiça na distribuição de renda no Brasil ao longo dos anos. Como já lembrado no item que descreve os procedimentos metodológicos, o nível socioeconômico descrito no gráfico é o percebido e classificado pelo entrevistador, o que exige ressalvas na análise. Em todos os níveis, a percepção de injustiça na distribuição de renda permaneceu alta ao longo do período, com variações significativas em determinados anos.

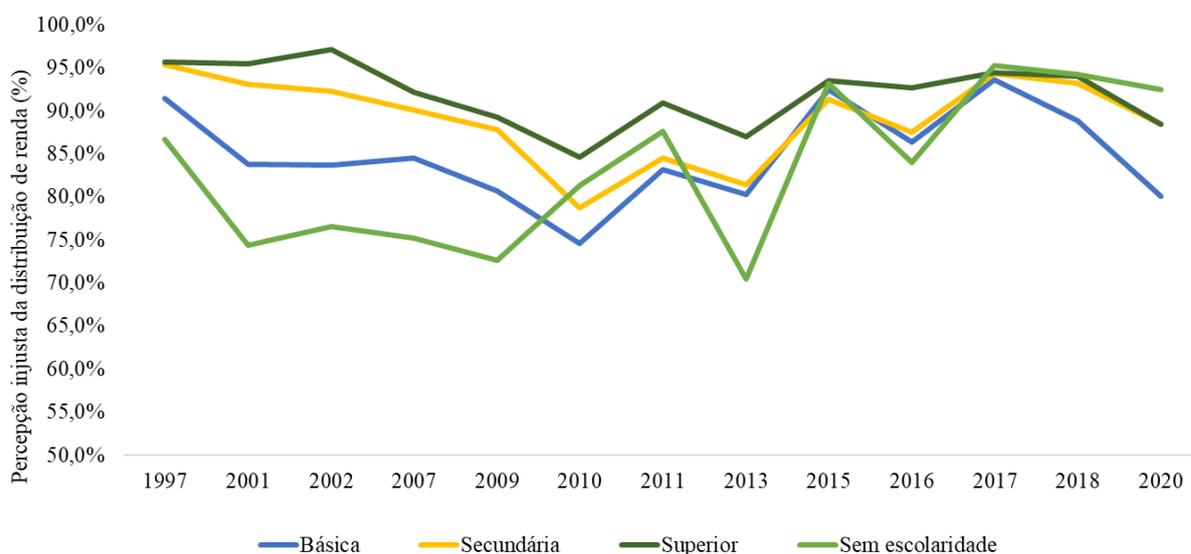
Como se observa, o grupo classificado com o nível socioeconômico “muito bom” possui uma percepção alta de injustiça na distribuição de renda, mas apresentou uma trajetória mais estável ao longo da série, sobretudo de 1997 a 2009 e de 2015 a 2018, o que evidencia que pessoas de classes altas percebem a desigualdade de renda no país, embora, conforme pesquisa feita por Reis (2000), elas não a incluam no problema e defendam soluções meritocráticas de cunho mais individual. Ainda sobre esse nível socioeconômico, destaca-se que, em 2016, quando parte dos grupos registraram queda na percepção injusta da distribuição de renda, o nível “muito bom” permaneceu estável. O grupo classificado como “bom” seguiu uma tendência semelhante.

O grupo classificado como “regular” teve uma trajetória mais estável ao longo da série, com variações próximas a dos grupos “bom” e “ruim”. Já os níveis “ruim” e “muito ruim” registraram oscilações um pouco mais distintas dos demais grupos, como, por exemplo, o aumento contínuo na percepção injusta da desigualdade de renda a partir de 2010, sem quedas até 2015, porém com declínio maior que os demais grupos a partir de 2017. O nível “muito ruim” registrou picos maiores na série. No entanto, a amostra desse segmento é bem mais baixa em relação às demais, por isso essas oscilações devem ser analisadas com cautela. Porém, em 2015, a despeito da baixa amostra, parece que de fato o pico maior de percepção da desigualdade de renda pode estar atrelado ao contexto de crise desse ano, o que pode sinalizar que os mais pobres sentem mais os efeitos de contextos econômicos desfavoráveis, principalmente quando são tomadas medidas de ajuste fiscal que podem cortar ou reduzir benefícios assistenciais.

Ressalta-se que, apesar dos níveis de percepção semelhantes entre os diferentes grupos, é possível observar, no gráfico 16, que os grupos intermediários (bom e regular) possuem um comportamento de maior estabilidade ao longo da série histórica em relação aos grupos localizados nas extremidades da distribuição de renda, o que mostra que estes podem ter suas percepções mais afetadas por fatores contextuais. No geral, espera-se que aqueles mais vulneráveis economicamente enxerguem as desigualdades, sobretudo econômica, de forma muito mais nítida, por se encontrarem na base da distribuição de renda, que as pessoas de maior

nível socioeconômico. Porém, não é o que ocorre. Ao longo da série histórica, viu-se que as percepções de diferentes grupos socioeconômicos não são tão distintas assim.

Gráfico 17 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo nível de estudos.



Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

Nota: No ano de 2018, não houve amostra de pessoas sem escolaridade, razão pela qual foi feita uma interpolação linear simples.

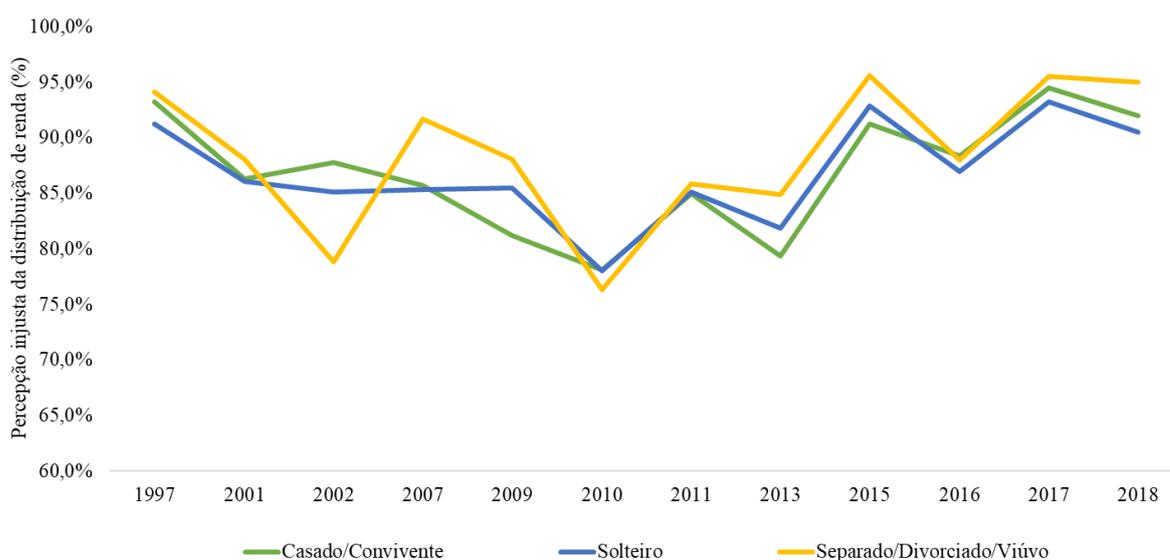
O gráfico 17 mostra a relação entre o nível educacional e a percepção de injustiça na distribuição de renda no Brasil. A percepção de injustiça varia em todos os grupos, com picos e quedas significativas em momentos específicos, como em 2010, 2013, 2015 e 2017. De modo geral, a percepção é alta em todos os níveis de escolaridade, frequentemente acima de 80%. No entanto, todos os níveis apresentam redução na percepção de injustiça na distribuição de renda a partir de 2017, com destaque para a queda mais acentuada entre os com nível básico de educação, o que corresponderia, no Brasil, ao ensino fundamental, como já destacado na descrição dos procedimentos metodológicos.

Como se observa no gráfico, os dados confirmam a “tese do esclarecimento”. Todavia, isso é mais fortemente observado até 2010, intervalo em que as distâncias entre os níveis educacionais são maiores. Segundo essa tese, descrita no capítulo anterior, espera-se que pessoas com maior nível educacional, portanto, com mais acesso à informação, desenvolvam uma compreensão mais complexa sobre questões econômicas e sociais. Após 2010, as percepções vão convergindo e a “tese do esclarecimento” vai perdendo força, pois a sociedade também vai mudando com o tempo. Além disso, como já pontuado, o próprio debate sobre

desigualdade foi se popularizando e ganhando a agenda pública no Brasil com o passar dos anos, passando a ser um tema mais conhecido e discutido pela sociedade.

Contudo, o grupo com educação superior apresenta uma percepção de injustiça mais alta do que os demais e mais estável ao longo da série histórica. A distribuição da percepção injusta da desigualdade de renda é diretamente proporcional ao nível de estudos, sendo mais alta para níveis mais escolarizados e mais baixa para os menos escolarizados. Isso pode ser explicado pelo fato de que, com uma maior escolaridade, as pessoas podem perceber melhor as desigualdades e compreender que a distribuição de renda é desigual. Outro ponto observado no gráfico é que os níveis de escolaridade mais baixos são os que mais oscilam, possivelmente refletindo as crises econômicas que afetam os menos escolarizados.

Gráfico 18 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo estado civil



Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

Nota: No ano de 2020 não houve pergunta sobre estado civil.

O gráfico 18 mostra a variação da percepção de injustiça na distribuição de renda no Brasil entre pessoas de diferentes situações conjugais ao longo do tempo. O estado civil das pessoas entrevistadas é uma das variáveis mais estáveis ao longo da série histórica. Destaca-se, no entanto, que pessoas separadas, divorciadas ou viúvas registraram uma tendência na percepção injusta da distribuição de renda distinta dos demais grupos até o ano de 2009. Depois, o comportamento dessa variável foi se alinhando às demais. No gráfico 18, é possível observar que todos grupos mantêm uma percepção alta da injustiça na distribuição de renda, com valores geralmente superiores a 75% ao longo do período. Entre 1997 e 2010, houve uma tendência de

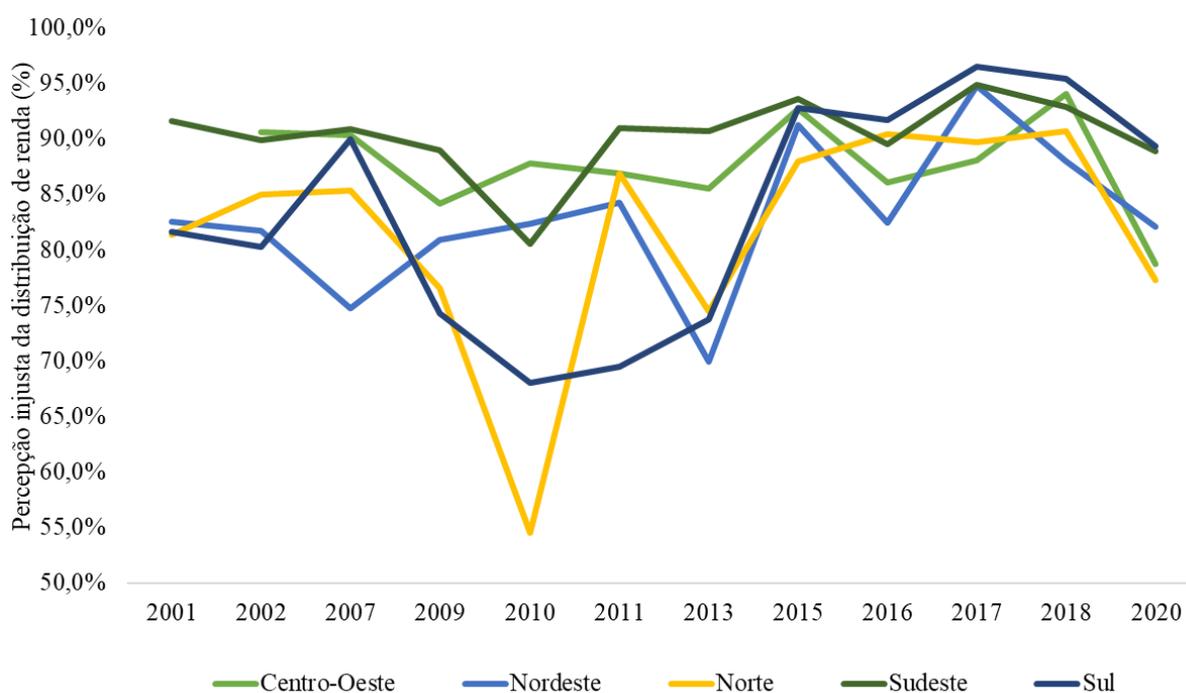
redução na percepção de injustiça para todos os grupos, com um ponto mínimo em 2010. A partir desse período, é possível observar que, em alguns anos, há picos e quedas nas percepções de injustiça, que podem refletir as crises econômicas e políticas, que afetam diretamente as condições de vida e podem variar a percepção de desigualdade.

Embora as diferenças entre os três grupos não sejam grandes, pessoas casadas/conviventes apresentam os menores níveis de percepção de injustiça ao longo de todo o período, mantendo-se consistentemente abaixo dos outros dois grupos. Em relação aos demais, é o grupo com maior estabilidade na série histórica, com menores flutuações. Muitos casados/conviventes têm acesso a uma segunda fonte de renda no domicílio, o que pode proporcionar maior segurança financeira e suavizar os impactos de desigualdades econômicas.

Já os separados, divorciados e viúvos apresentam as maiores taxas de percepção de injustiça na distribuição de renda em quase todos os anos analisados. É o grupo que demonstra maior sensibilidade às mudanças no contexto econômico e social, com oscilações mais evidentes. A separação ou viuvez pode resultar em uma queda na renda familiar, especialmente para quem dependia financeiramente do cônjuge. Além disso, divórcios e separações frequentemente acarretam custos financeiros (processos judiciais, divisão de bens, pensões etc.), enquanto viúvos podem enfrentar despesas como dívidas acumuladas ou custos funerários, o que pode explicar uma percepção de injustiça relativamente mais alta e com variações mais acentuadas. Para além do mais, muitos viúvos são idosos e, frequentemente, enfrentam desafios em conciliar aposentadorias insuficientes diante de um contexto de elevação de custos de saúde e de vida de forma geral, o que pode contribuir para uma maior percepção da desigualdade.

Por fim, percepção de injustiça das pessoas solteiras segue um padrão intermediário, entre os grupos casado/convivente e separado/divorciado/viúvo. Embora apresente flutuações ao longo da série, as diferenças em relação aos outros grupos não são tão marcantes, indicando maior proximidade com a média geral. Pessoas solteiras geralmente administram sua própria renda, o que as torna menos dependentes financeiramente de outras pessoas. No entanto, o grupo de solteiros pode incluir pessoas de diferentes realidades socioeconômicas (estudantes, jovens iniciando a carreira, pessoas em situações de pobreza, entre outros), o que contribui para uma percepção intermediária em relação às demais, sem extremos de estabilidade ou vulnerabilidade.

Gráfico 19 – Percepção geral da distribuição injusta de renda por ano, segundo região



Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

Nota: Em 1997 a variável região não foi incluída na pesquisa.

O gráfico 19 mostra as diferenças regionais na percepção de injustiça sobre a distribuição de renda no Brasil. A região Sudeste apresenta a maior entre todas, com valores próximos de 90% na maioria dos anos analisados. Apesar de ser o centro econômico do país e possuir uma maior oferta de serviços públicos, a região também apresenta elevados níveis de desigualdade (IBGE, 2023d). Grandes metrópoles, como São Paulo e Rio de Janeiro, são marcadas pela coexistência de áreas extremamente ricas e pobres. A concentração de renda e as disparidades no acesso a oportunidades de emprego e serviços públicos, comuns em regiões urbanas mais densas, podem também intensificar a percepção de injustiça na distribuição de renda. Além disso, o comportamento dessa variável pode estar associado ao nível de escolarização, já que o Sudeste é a região do país que tem o maior percentual de acesso à educação e com um número elevado de pessoas com ensino médio completo ou superior incompleto (IBGE, 2023c).

A região Centro-Oeste apresenta uma percepção de injustiça também alta e relativamente mais estável, assim como a Sudeste, em relação às demais regiões, inclusive com menos oscilação ao longo da série histórica, o que sugere uma menor interferência de fatores

contextuais. O Centro-Oeste brasileiro é caracterizado pela expansão do agronegócio, que impulsionou o crescimento econômico e elevou os padrões de vida em muitos municípios da região. Apesar disso, como em todo e qualquer lugar do país, há desigualdades, principalmente entre as áreas urbanas e rurais. Assim como a renda, o crescimento econômico resultante do agronegócio é concentrado em pequenos grupos de empresários do setor. Então, a desigualdade é uma realidade visível dessa região, especialmente fora dos grandes centros agrícolas.

A região Nordeste, a mais desigual do país, apresenta uma tendência um pouco divergente das demais no intervalo de 2002 a 2011, período em que os níveis de desigualdade de renda no Brasil foram reduzidos. Nesse período, a percepção de injustiça da distribuição de renda teve leve aumento e não caiu no ano de 2010, a exemplo do que ocorreu em outras regiões. O Nordeste apresenta índices elevados de pobreza e desigualdade; em parte, devido às históricas condições econômicas menos favoráveis, baixa industrialização e infraestrutura deficitária e, por outro, contrastando com esse cenário, a presença de elites aristocráticas tradicionais de grande poder político e econômico. Ao longo dos anos, sobretudo na primeira década dos anos 2000, políticas públicas, benefícios assistenciais e investimentos públicos contribuíram para reduzir a pobreza, mas a desigualdade de renda permanece elevada.

Por sua vez, a região Norte é a segunda mais desigual do país. É caracterizada por uma grande extensão territorial e uma população mais dispersa, com menos centros urbanos densamente povoados, na qual predomina uma dependência econômica de setores específicos, como mineração e extrativismo, apesar do agronegócio ter avançado nessa região. Se caracteriza também pela presença de comunidades indígenas e ribeirinhas, que vivem em contextos diferentes dos centros urbanos. Apesar dessas especificidades, a percepção de injustiça na distribuição de renda não é tão distinta das demais regiões, com exceção da queda mais acentuada em 2010, refletindo possivelmente o efeito da expansão das políticas sociais, dos benefícios socioassistenciais e dos investimentos públicos nas regiões mais distantes dos grandes centros urbanos.

A região Sul, por fim, apresentou uma tendência divergente das demais, especialmente de 2007 a 2013, período em que registrou os menores índices de percepção de injustiça na distribuição de renda. Após esse período, cresceu, mantendo-se relativamente estável e bem elevada de 2015 a 2018. O Sul do Brasil é a região menos desigual, com menores índices de pobreza e desigualdade e IDH elevado, o que necessariamente não leva a uma menor percepção da desigualdade de renda, que, a partir de 2013, se aproximou dos percentuais das demais regiões.

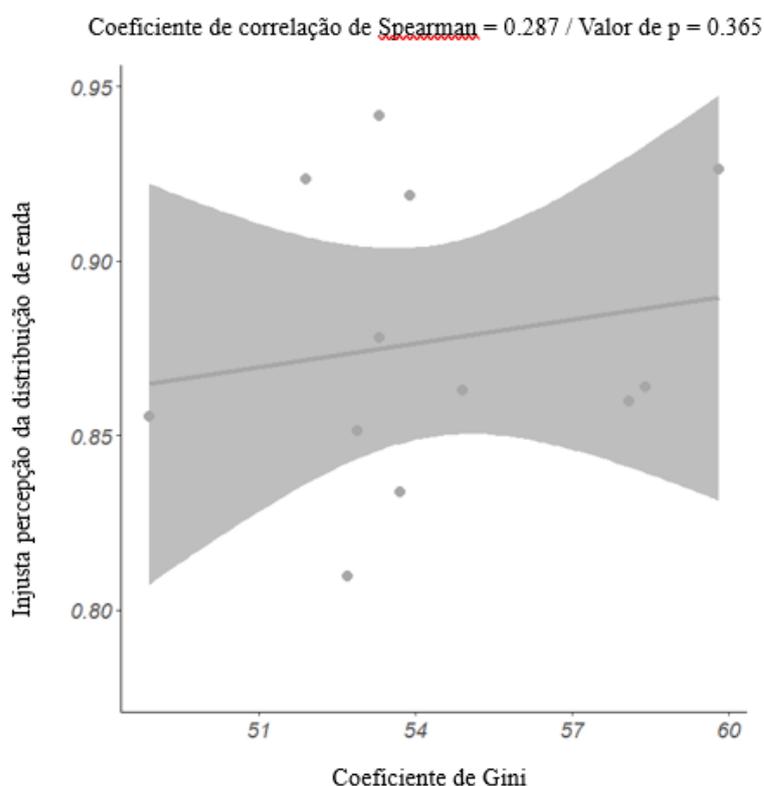
Em suma, um aspecto interessante da variável “região” é que ela é de difícil estabelecimento de correlação, uma vez que se trata do local de origem e/ou moradia das pessoas, não necessariamente de um atributo individual dela, como a idade, ocupação, religião, renda, etc. Nesse sentido, mesmo numa região com características semelhantes, há uma diversidade de agrupamentos sociais distintos. A outra ressalva a se fazer diz respeito à própria percepção das pessoas. Embora a pergunta questione a justiça da distribuição de renda a nível de país, pode ser que a resposta dada seja a partir da sua realidade local, do que a pessoa observa de forma mais próxima no seu dia a dia. Por fim, o coeficiente de Gini utilizado na pesquisa é agregado a nível nacional. Talvez uma análise com o índice calculado para cada região possa mostrar outros resultados. Então, esses fatores devem ser considerados na análise da percepção social por região geográfica.

4.2.4 Relação entre percepção da desigualdade de renda e coeficiente de Gini, considerando as variáveis individuais

A figura 3, a seguir, mostra a correlação entre o índice de Gini e a percepção injusta da distribuição de renda. Em níveis agregados, embora seja observada uma correlação positiva entre as duas variáveis, ou seja, nos anos em que foi encontrada uma proporção maior de pessoas indicando uma distribuição injusta, também foram encontrados valores altos no índice de Gini, essa correlação é fraca (Spearman Rho = 0,287) e não é estatisticamente significativa (valor de $p = 0,365$), o que informa que uma variável não necessariamente determina a outra. Em outras palavras, embora exista uma correlação entre a percepção injusta de renda e a desigualdade objetiva medida pelo coeficiente de Gini, essa relação não é totalmente determinante.

Isso foi observado no gráfico 9, em que se verificou que a percepção injusta da distribuição de renda seguiu uma trajetória semelhante à do coeficiente de Gini em parte da série histórica, sobretudo até o ano de 2010, isto é, a desigualdade objetiva de renda foi diminuindo e a percepção de que ela é injusta também. No entanto, depois desse período, elas seguiram trajetórias distintas, o que mostra que a desigualdade objetiva é um fator que influencia a percepção da desigualdade de renda, mas não exclusivamente.

Figura 3 – Correlação entre o índice de Gini e a percepção da distribuição de renda



Fonte: Latinobarômetro/Ipeadata

Elaboração: própria

Ainda que não haja uma correlação estatisticamente significativa entre o coeficiente de Gini e a percepção injusta da desigualdade de renda, é preciso ressaltar que a medição dessa correlação entre essas variáveis pode ser tendenciosa, sendo mascarada pelas diferenças entre as diferentes regiões, por isso foi medido o efeito das diferenças na percepção injusta da distribuição de renda entre cada uma das regiões, mostradas no gráfico 19, sobre a correlação com o índice de Gini. Observando o efeito das diferenças na percepção da injusta distribuição de renda entre cada uma das regiões, conforme medido pelo modelo de regressão, foi encontrada uma associação estatisticamente significativa entre a percepção da distribuição de renda e o coeficiente de Gini (Tabela 6).

Nesse aspecto, o índice de Gini mostra um impacto estatisticamente significativo na percepção de injustiça na distribuição de renda. Para cada unidade adicional no coeficiente de Gini, que reflete maior desigualdade na distribuição de renda, as probabilidades de uma pessoa perceber essa distribuição como injusta aumentam em 19,6% (OR = 1,1958; IC 95%: 1,0893–1,3127); $p < (0,001)$, controlando o efeito da variabilidade das regiões. Esse resultado reforça a hipótese de que uma maior desigualdade objetiva está associada a percepções mais negativas

sobre a justiça na distribuição de renda, isto é, o modelo mostra que, à medida que o índice de Gini aumenta (maior desigualdade), as pessoas têm maior probabilidade de perceber a distribuição de renda como injusta.

Tabela 6 – Modelo de associação entre a percepção da distribuição de renda e o coeficiente de Gini

| Variáveis | Modelo de regressão simples | | | |
|----------------------------|-----------------------------|---------|----------|-------------------|
| | OR | CI 2,5% | CI 97,5% | P valor |
| Interceptação | 0,0007 | 0,0001 | 0,0066 | < 0,001 |
| Coeficiente de Gini | 1,1922 | 1,1436 | 1,2429 | < 0.001 |

Fonte: Latinobarômetro/Ipeadata

Elaboração: própria

Esses resultados demonstram o efeito que as regiões têm na medição da associação entre a percepção injusta da distribuição de renda e o índice de Gini, sugerindo que a região se comporta como uma variável de confusão na associação entre essas variáveis, o que significa que, do ponto de vista da correlação entre as variáveis, regionalmente ela é mais significativa que a relação em níveis agregados. Isso evidencia o quanto as diferenças regionais devem ser consideradas nas análises sobre desigualdade. O Brasil é um país continental, com uma ampla diversidade cultural, geográfica e socioeconômica e isso se reflete nas diferentes percepções sobre desigualdade. Então, é possível afirmar que as análises a nível de país precisam considerar resultados desagregados, dada a heterogeneidade que existe dentro do Brasil que o difere em muito de países mais homogêneos do ponto de vista cultural e também socioeconômico.

Assim, com base no que mostrou o modelo de regressão, as diferenças regionais poderiam explicar o porquê de não haver correlação significativa estatisticamente entre o coeficiente de Gini e a percepção injusta da desigualdade de renda de forma geral, pois tal análise aglutina as diferentes regiões em um todo, o que faz com que alguns aspectos não sejam captados. Já quando foi medido o efeito da desigualdade na percepção da injusta distribuição de renda entre cada uma das regiões, o resultado foi significativo, ou seja, regionalmente, à medida que a desigualdade objetiva de renda aumenta, a percepção de que ela é injusta também cresce. Isso possivelmente se deve ao fato de as pessoas perceberem de forma mais clara a redução ou o aumento da desigualdade a partir dos efeitos na sua localidade. Como já pontuado,

o Brasil é muito grande e desigual regionalmente, então é plenamente explicável o fato de que uma diminuição da desigualdade de renda no Sul não seja percebida no Norte do país, assim como o contrário. Por outro lado, um aumento na desigualdade a nível regional pode ser bem mais perceptível pelas pessoas de uma determinada região que uma elevação na desigualdade a nível de país.

A tabela 7 apresenta o modelo multivariado da associação entre a percepção injusta da distribuição de renda e o coeficiente de Gini, ajustado para as outras covariáveis incluídas no modelo. É possível observar o efeito de cada uma na relação entre as duas variáveis (Gini e percepção) e seu impacto na variável dependente (percepção). Entre as variáveis que foram significativas (valor de $p < 0,05$) estavam idade, nível educacional, estado civil, religião e região. Por outro lado, variáveis como o sexo, nível socioeconômico, ocupação e raça, não se revelaram estatisticamente significativas.

Tabela 7 – Modelo multivariado de associação entre a percepção da distribuição de renda e o coeficiente de Gini, ajustado pelas demais covariáveis adicionadas no modelo.

| Variáveis | Modelo 13 | | | |
|---|-----------|---------|----------|-------------------|
| | OR | CI 2,5% | CI 97,5% | P valor |
| Interceptação | 0,0003 | 0,00000 | 0,0468 | 0,002 |
| Índice de Gini | 1,1958 | 1,0893 | 1,3127 | < 0,001 |
| Sexo: Homem (Ref.) | | | | |
| Sexo: Mulher | 1,1167 | 0,9676 | 1,2888 | 0,131 |
| Grupos de idade: 15 - 24 (Ref.) | | | | |
| Grupos de idade: 25 - 39 | 1,4245 | 1,1579 | 1,7524 | 0,001 |
| Grupos de idade: 40 - 59 | 1,3767 | 1,1028 | 1,7187 | 0,005 |
| Grupos de idade: 60 ou mais | 1,1334 | 0,8341 | 1,5399 | 0,423 |
| Estado Civil: Casado/Convivente (Ref.) | | | | |
| Estado Civil: Separado/Divorciado/Viúvo | 1,3356 | 1,0547 | 1,6914 | 0,016 |
| Estado Civil: Solteiro | 1,1324 | 0,9537 | 1,3445 | 0,156 |
| Nível Educacional: Sem escolaridade (Ref.) | | | | |
| Nível Educacional: Básico | 1,2175 | 0,9422 | 1,5733 | 0,132 |
| Nível Educacional: Secundário | 1,5580 | 1,1675 | 2,0791 | 0,003 |
| Nível Educacional: Superior | 1,8604 | 1,3086 | 2,6449 | 0,001 |
| Região: Centro-Oeste (Ref.) | | | | |
| Região: Nordeste | 0,7186 | 0,5035 | 1,0257 | 0,069 |
| Região: Norte | 0,8533 | 0,5961 | 1,2214 | 0,386 |
| Região: Sudeste | 1,4623 | 1,1057 | 1,9338 | 0,008 |
| Região: Sul | 0,7947 | 0,4706 | 1,3419 | 0,390 |
| Ocupação: Assalariado em empresa privada (Ref.) | | | | |
| Ocupação: Assalariado no setor público | 0,9462 | 0,6920 | 1,2937 | 0,729 |
| Ocupação: Estudante | 0,8369 | 0,5872 | 1,1928 | 0,324 |

| | | | | |
|---|--------|--------|--------|--------------|
| Ocupação: Trabalhador por conta própria | 0,8826 | 0,7239 | 1,0760 | 0,217 |
| Ocupação: Aposentado/Pensionista | 1,1590 | 0,8424 | 1,5947 | 0,365 |
| Ocupação: Não exerce atividade remunerada | 0,8556 | 0,6823 | 1,0730 | 0,177 |
| Nível Socioeconômico: Muito ruim (Ref.) | | | | |
| Nível Socioeconômico: Ruim | 0,9324 | 0,5351 | 1,6246 | 0,805 |
| Nível Socioeconômico: Regular | 0,8101 | 0,4763 | 1,3779 | 0,437 |
| Nível Socioeconômico: Bom | 0,8427 | 0,4936 | 1,4388 | 0,531 |
| Nível Socioeconômico: Muito bom | 1,0165 | 0,5680 | 1,8194 | 0,956 |
| Religião: Católica (Ref.) | | | | |
| Religião: Evangélica | 1,0071 | 0,8566 | 1,1840 | 0,932 |
| Religião: Matriz africana | 1,6906 | 0,6758 | 4,2291 | 0,262 |
| Religião: Nenhuma | 1,2941 | 1,0161 | 1,6482 | 0,037 |
| Raça: Branco (Ref.) | | | | |
| Raça: Negro | 0,9999 | 0,8629 | 1,1586 | 0,999 |
| Raça: Indígena | 0,9760 | 0,6140 | 1,5516 | 0,918 |

Fonte: Latinobarômetro/Ipeadata

Elaboração: própria

Considerando as variáveis sociodemográficas selecionadas para o modelo, a idade está positivamente associada a uma percepção mais injusta da distribuição da renda. Isso quer dizer que a faixa etária influencia significativamente a percepção injusta da distribuição de renda. Pessoas com idades entre 25 e 39 anos têm 42,5% mais probabilidade de perceberem a distribuição de renda como injusta em comparação com o grupo de referência, com idade entre 15 e 24 anos (OR = 1,4245; IC de 95%: 1,1579–1,7524; p = 0,001). Um padrão semelhante é observado em pessoas de 40 a 59 anos, com um aumento de 37,7% na percepção de injustiça (OR = 1,3767; IC 95%: 1,1028–1,7187; p = 0,005). Esses resultados sugerem que pessoas em estágios de maior responsabilidade econômica e inserção no mercado de trabalho podem ser mais sensíveis às desigualdades, uma vez que a faixa etária de 60 anos ou mais não apresenta associação significativa com a percepção de injustiça (OR = 1,1334; p = 0,423), ou seja, comparados aos jovens de 15 a 24 anos, pessoas idosas não apresentam diferenças relevantes em suas percepções.

O nível educacional também mostra uma associação positiva e significativa com a percepção de injustiça da distribuição de renda. Aqueles com ensino secundário (médio e técnico) têm 55,8% mais probabilidade de considerarem a distribuição de renda injusta em comparação com pessoas sem escolaridade (OR = 1,5580; IC 95%: 1,1675–2,0791; p = 0,003). Essa probabilidade aumenta para 86% entre aqueles com maior nível educacional (superior) (OR = 1,8604; IC 95%: 1,3086–2,6449; p = 0,001). Isso sugere que níveis educacionais mais elevados podem estar associados a uma maior conscientização sobre a desigualdade. Tal

resultado do modelo confirma a “tese do esclarecimento”, como já destacado anteriormente, que afirma que pessoas com maior grau de instrução tendem a perceber mais as desigualdades, embora algumas dessas percepções possam ser embasadas em crenças meritocráticas, porém, tal aspecto não foi investigado por este estudo.

Outra variável associada a uma percepção mais injusta da distribuição de renda é o estado civil, que indica que as pessoas separadas, divorciadas ou viúvas têm 33,6% mais probabilidade de considerarem a distribuição de renda injusta, em comparação com as que são casadas ou vivem em união estável (OR = 1,3356; IC 95%: 1,0547–1,6914; $p = 0,016$). Esse resultado mostra que experiências de vida afetiva com implicações socioeconômicas, como separação ou viuvez, estão associadas a uma maior sensibilidade à percepção das desigualdades. Não foram encontradas diferenças significativas ao comparar pessoas solteiras com casadas/conviventes ($p > 0,05$).

A região de residência das pessoas também desempenha um papel importante na percepção da distribuição injusta de renda, uma vez que, em comparação com a região Centro-Oeste, os moradores da região Sudeste têm 46,2% mais chances de perceberem a distribuição da renda como injusta. (OR = 1,4623; IC 95%: 1,1057–1,9338; $p = 0,008$). Isso pode refletir diferenças estruturais ou econômicas entre as regiões do país. Como já afirmado na análise dos dados descritivos do gráfico 19, esse resultado pode estar associado ao nível educacional, uma vez que no Sudeste há uma maior taxa de escolarização e de oferta de serviços públicos, embora seja uma região muito desigual. Em contrapartida, pessoas que vivem nas regiões Nordeste, Norte e Sul não apresentam associações significativas com a percepção de injustiça da distribuição de renda em comparação com o Centro-Oeste. Os ORs para essas regiões, embora indiquem leves tendências, não atingem significância estatística ($p > 0,05$).

Outra descoberta relevante foi feita em relação à religião. Pessoas que não se identificam com nenhuma religião têm 29,4% mais probabilidade de considerarem a distribuição de renda como injusta em comparação aos católicos (OR = 1,2941; IC 95%: 1,0161–1,6482; $p = 0,037$). Esse dado reflete as diferenças de valores ou perspectivas sociais associadas à religião. Pessoas sem religião tendem a ser mais céticas e a sofrerem menos influência de uma doutrina que justifique ou explique a desigualdade, o que pode levá-las a questionar mais diretamente as estruturas econômicas e sociais vigentes, já que a ausência de filiação religiosa pode estar relacionada a visões mais secularizadas e críticas sobre questões socioeconômicas.

Pessoas pertencentes a religiões evangélicas e aquelas que se identificam com religiões de matriz africana não apresentam associações significativas com a percepção injusta da distribuição de renda em comparação com os católicos ($p > 0,05$). Embora não diretamente,

esse resultado dialoga com as pesquisas da Oxfam/Instituto Datafolha que mostram como a fé é um componente central para os brasileiros. Se pessoas sem religião têm maior probabilidade de considerarem a distribuição de renda injusta, isso quer dizer que a religião interfere na forma como se interpreta e se compreende o mundo, sobretudo em um país de fortes raízes religiosas.

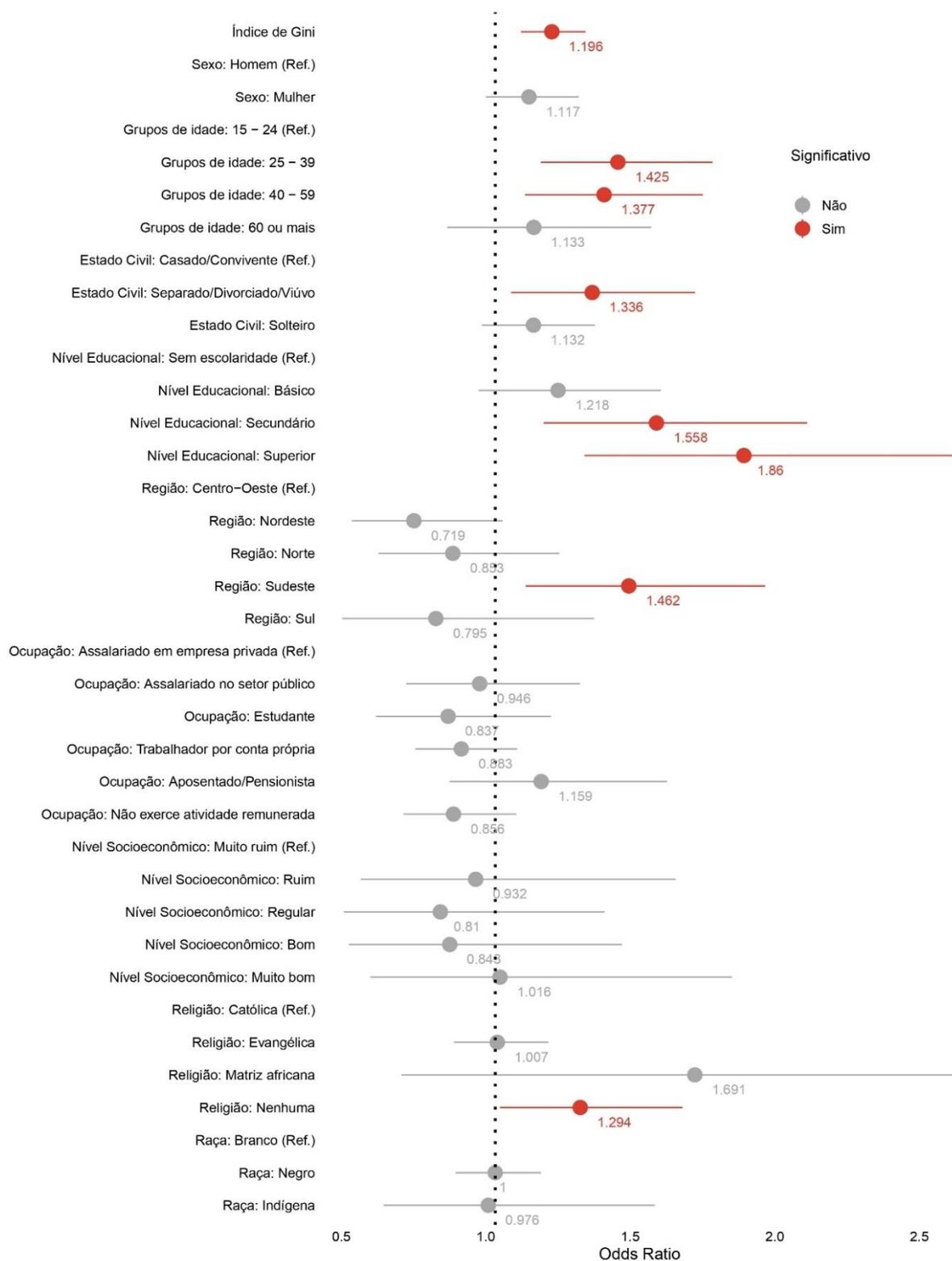
Em relação às demais variáveis, não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas, como é o caso do sexo, pois, embora as mulheres apresentem um OR de 1,1167 em relação aos homens, o que indica uma ligeira tendência a maiores probabilidades de perceberem a distribuição de renda como injusta, esta associação não é estatisticamente significativa ($p = 0,131$), o que evidencia que o sexo não desempenha um papel determinante nesse modelo ao controlar o restante das variáveis. Como também afirmado na análise dos dados descritivos, gráficos 10 e 11, esperava-se que mulheres tivessem uma percepção mais aguçada da desigualdade de renda, por vivenciarem contextos de desigualdade socioeconômica de gênero.

Da mesma forma, a variável “ocupação” não desempenha um papel fundamental no controle das variáveis restantes do modelo, uma vez que nenhuma das categorias ocupacionais avaliadas (assalariados do setor público, estudantes, trabalhadores por conta própria, aposentados e pensionistas e pessoas que não exercem atividade remunerada) mostra um efeito significativo na percepção de injustiça em comparação com assalariados de empresas privadas ($p > 0,05$).

Em relação ao nível socioeconômico, nenhum dos níveis socioeconômicos distintos do grupo de referência (muito ruim), apresenta associação significativa com a percepção de injustiça da distribuição e renda. Isso indica que o nível socioeconômico não afeta claramente essa percepção no modelo. De igual forma, nenhuma das categorias raciais (negro e indígena) apresenta impacto significativo na percepção de injustiça em comparação à população branca ($p > 0,05$).

Em síntese, o modelo mostrou que o índice de Gini é confirmado como uma variável-chave na percepção de injustiça da distribuição de renda, juntamente com outras variáveis significativas, como nível educacional, faixa etária, estado civil, região e ausência de filiação religiosa. Variáveis não significativas, embora forneçam noções de como é a relação com a variável dependente, mesmo que não sejam significativas, não apresentam impacto relevante nesse modelo ajustado. Esses resultados permitiram identificar os principais determinantes que influenciam a forma como as pessoas percebem a desigualdade na distribuição de renda no Brasil.

Figura 4 – Associação entre a percepção da distribuição de renda e o coeficiente de Gini, ajustado pelas demais covariáveis adicionadas no modelo.



5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ante todo o exposto, viu-se que a desigualdade social é um fenômeno complexo que, ao longo do tempo, tem sido definido de formas variadas, dependendo dos objetivos analíticos e políticos de quem o aborda. É um tema que sempre está presente no debate social, com maior ou menor frequência em determinados períodos. Mais recentemente, o assunto voltou a ter destaque no debate público, sobretudo em decorrência do seu aumento exponencial em todo o mundo. Nas últimas décadas e, sobretudo após a crise dos Estados de bem-estar social, vê-se cada vez mais aumentar a concentração de riqueza enquanto, no outro extremo, elevam-se os níveis de pobreza em escala mundial.

Todavia, a desigualdade não se resume apenas à esfera econômica, descrita em uma perspectiva internacional comparada. A desigualdade social pode ser definida, de forma genérica, como o processo pela qual as pessoas acessam de forma desigual a recursos materiais e simbólicos e a posições valorizadas socialmente, por isso engloba todos os tipos de desigualdade que possuem implicações na sociabilidade humana: de classe, gênero, raça, etnia, nacionalidade, entre outras. Por isso, quando se fala de desigualdade é preciso especificar de que tipo se está falando, onde e quando, mas sem desconsiderar seu caráter multidimensional. Na vida cotidiana, a desigualdade se materializa através de um sistema hierárquico de estratificação social que classifica as pessoas a partir de mecanismos de diferenciação social, mas esta não pode ser confundida com diferenças em si.

Um dos principais argumentos do liberalismo clássico é o de que as desigualdades são naturais porque as diferenças também o são. Assim, de acordo com essa lógica, o sucesso ou fracasso de cada pessoa dependeria do seu esforço individual. Todavia, sabe-se que na vida real não é assim que acontece. Primeiro porque vive-se em um sistema econômico que tem como premissa a acumulação e, por conseguinte, tende a concentrar a riqueza socialmente produzida por todos nas mãos de poucos. E, como destacado neste trabalho, geralmente o poder econômico se converte em outros tipos de poder: político, simbólico, entre outros. O fato é que a história não é linear. Embora haja períodos em que houve redução das disparidades econômicas no mundo, sobretudo com a emergência dos Estados de bem-estar social na Europa, e especificamente no Brasil na década de 2000, essa redução vem sendo revertida. Pode ser que futuramente seja reduzida novamente, mas é difícil imaginar um mundo com desigualdade zero ou com níveis ínfimos no âmbito do capitalismo, um sistema de lógica inversa que põe em xeque até mesmo o meio ambiente, imprescindível para a existência dos seres vivos.

Ademais, para além das capacidades individuais, a origem, a raça, a classe, a orientação sexual, o gênero, e outros marcadores sociais, *a priori*, já classificam as posições das pessoas na estrutura social. Isso não pelas diferenças em si, mas porque essas diferenças são utilizadas para estabelecer relações de superioridade e inferioridade, produzindo hierarquias e opressões, tanto no aspecto material quanto simbólico. Assim, embora as diferenças não se confundam com desigualdade, elas se convertem em desigualdades simbólicas, relativas à valoração social, e material, propiciando condições desiguais de acesso a direitos e oportunidades. O Brasil é um país extremamente desigual e hierarquizado, que produz e reproduz estruturas de exclusão e privilégio, percebidas visualmente em sua paisagem geográfica, por meio dos indicadores socioeconômicos e no modo como as relações sociais são estabelecidas.

O país é e sempre foi muito desigual. A Constituição de 1988, chamada por muitos de “Constituição Cidadã”, estabeleceu premissas para tornar o país menos díspar. No entanto, até hoje essa realidade não se efetivou. Como se viu, o próprio texto foi aprovado e, de início, enfrentou obstáculos para sua efetivação, em que pesem os avanços relativos às políticas públicas de seguridade social e outras relativas a direitos humanos e fundamentais. Na contramão da efetivação das garantias previstas, os preceitos neoliberais, fortemente propagados no mundo pós crise de 1970, foram aos poucos sendo incorporados pelo Estado brasileiro, limitando o desenvolvimento social. Todavia, a partir dos anos 2000, sobretudo no governo do Partido dos Trabalhadores, as políticas econômicas de investimento público, a criação e ampliação de políticas e programas sociais, a política de reajuste do salário mínimo, entre outras medidas, contribuíram para a redução nos níveis de pobreza e de desigualdade de renda, embora essa redução tenha ocorrido principalmente pela melhoria da renda dos mais pobres, sem alterar substancialmente o topo da distribuição. Porém, parte de tais resultados foram revertidos nos anos seguintes, pelos governos que se sucederam de explícita e convicta orientação neoliberal.

Isso mostra que os poucos resultados obtidos, no que se refere à redução tanto da desigualdade de renda quanto de outros tipos, possuem uma base de sustentação muito frágil, base esta material e simbólica. Toda desigualdade é política e, assim sendo, ela não se manteria nos níveis moralmente inaceitáveis que se mantém se não dispusesse de um aparato jurídico-normativo e de uma dimensão simbólica atuando como dispositivos para sua justificação. Todas as sociedades precisam justificar seus níveis de desigualdade. Algumas possuem, em maior ou menor medida, valores sociais meritocráticos, distributivos e uma concepção de justiça social que conformam a visão que elas têm sobre a desigualdade, bem como sobre suas causas e que tipo de mecanismos são necessários para enfrentá-las. Dessa forma, a percepção que os

indivíduos têm da realidade que os cerca e, nesta, da desigualdade existente, é produzida a partir das relações sociais entre os indivíduos e reproduzida por eles. As visões de mundo são influenciadas por perspectivas ideológicas distintas e muitas vezes conflitivas. E, nesse processo, as ideologias desigualitárias de procedência neoliberal se utilizam de instrumentos de poder econômico, político e jurídico-normativo para justificar as desigualdades sociais como algo inevitável. Por outro lado, as concepções redistributivas ou mais igualitárias desempenham um papel inverso. Pelos níveis de desigualdade existentes no Brasil e no mundo não é difícil identificar que lado tem mais poder de influência.

Os estudos internacionais aqui apresentados mostraram que existem fatores individuais e contextuais que interferem na percepção social sobre a desigualdade. Em relação aos aspectos individuais, a renda, o gênero e o nível educacional são preditores importantes para crenças individuais ou estruturais sobre a desigualdade. Já no que se refere aos aspectos contextuais, tais estudos mostraram que mobilidade social, ideologia dominante no país, a história, o contexto institucional de cada país, incluindo seus tipos e níveis de sistema de bem-estar social, contribuem para conformar as crenças das pessoas sobre riqueza, pobreza e desigualdade. Assim como também há estudos que mostraram que nem sempre a percepção da desigualdade em um dado país corresponde à sua desigualdade econômica objetiva.

No caso específico da América Latina, os estudos empíricos mostraram que, no geral, prevalece a noção de responsabilidade individual como o principal determinante da situação econômica. Pessoas de classes mais baixas e com experiência de mobilidade intergeracional ascendente possuem uma maior probabilidade de manterem crenças individualistas sobre riqueza e pobreza. As características macrossociais dos países, sobretudo o contexto institucional, também são importantes para entender, sobretudo numa perspectiva comparativa, de que forma as pessoas explicam as desigualdades em sua sociedade. Os estudos mostraram também que há uma percepção de que a desigualdade de renda e de oportunidades é alta e é um problema público a ser enfrentado, mas defendem principalmente medidas de cunho meritocrático e políticas assistenciais focalizadas e condicionadas para o enfrentamento dessas desigualdades, em detrimento de intervenções estruturais que alterem as relações de poder no mercado de trabalho e o modelo de sistema tributário.

Em se tratando de Brasil, as pesquisas empíricas sobre percepção da desigualdade apontam que, em geral, os brasileiros reconhecem que a desigualdade de renda é uma questão preocupante, mas creem que o combate a ela deve ser feito por políticas restritas e focalizadas, em detrimento de medidas redistributivas, sobretudo pessoas com maior nível de escolaridade. Entre as elites, a desigualdade é reconhecida como um problema, no entanto, além de não se

incluïrem como parte deste problema, elas não defendem soluções coletivas para ele, pois acham que o crescimento econômico é capaz de resolver as desigualdades. Nesse sentido, as resumem à falta de oportunidades igualitárias e, uma vez estas existindo, transferem integralmente para os indivíduos a responsabilidade pelas condições desiguais nas quais se encontram. Os estudos também mostraram que os valores meritocráticos estão presentes na sociedade brasileira, uma vez que, embora haja uma percepção clara das desigualdades no país e um desejo de mudança, há também um descrédito sobre o papel dos atores sociais nesse processo e uma forte crença na solução individual. No entanto, entre os resultados dessas pesquisas, há indicações de que elementos vinculados a valores relacionados à história, à cultura e aos processos de socialização e relações sociais desempenham um papel importante na percepção das desigualdades. A fé, no Brasil, é um elemento ideológico forte, sendo considerada pelos brasileiros uma das principais soluções para enfrentar as desigualdades, além de outras medidas que pouco ou nenhum efeito têm sobre isso.

Os dados levantados nesta pesquisa se diferem dos estudos anteriores apresentados quanto à metodologia e ao lapso temporal. Nesta, foi analisada uma percepção específica de um tipo de desigualdade ao longo de mais de duas décadas. Todavia, alguns resultados convergem. Ao longo de 1997 a 2020, a percepção de que a desigualdade de renda é injusta sempre se manteve alta, em um percentual cerca de 80%, assim como mostraram as pesquisas do Instituto Datafolha/Oxfam. Isso evidencia que os brasileiros reconhecem e reprovam a desigualdade de renda. No entanto, a percepção de que a ela é injusta variou ao longo desse tempo. Embora em alguns períodos tenha diminuído, coincidindo com a queda nos níveis objetivos de desigualdade, houve momentos de aumento e oscilação inversamente proporcionais ao comportamento da desigualdade de renda objetiva, o que evidencia que há uma relação entre os níveis objetivos de desigualdade e a percepção que se tem dela, porém esta não é determinada apenas por aquela.

Essa parcial correspondência entre os níveis de desigualdade e a percepção desta indica que existem outros fatores, para além da realidade objetiva, que interferem na maneira como as pessoas enxergam a desigualdade. Além da redução objetiva da desigualdade de renda, indicadores de bem-estar, expectativas sociais, contexto político de polarização, crises econômicas e outros fatores contextuais podem explicar variações na percepção social da desigualdade dissonantes do comportamento da desigualdade objetiva. O que leva à conclusão de que a percepção social é também informada por elementos político-ideológicos. A identificação e análise específica de que fatores são exatamente esses, e como eles operam na

conformação das percepções, foi um dos objetivos específicos desta pesquisa. Todavia, não foi possível fazer esse tipo de identificação e relação, pela própria limitação de dados disponíveis no Latinobarômetro. Como já afirmado na descrição metodológica, nem todas as perguntas de interesse no desenho inicial desta pesquisa, que poderiam fornecer mais elementos relacionados a valores sociais e ideológicos, se repetem ao longo dos anos. Muitas foram feitas apenas em um ano específico ou, quando se repetiram, não houve uma quantidade suficiente para construir uma série histórica destas. Somam-se a isso as limitações metodológicas de uma pesquisa dessa natureza, que utilizou um banco de dados quantitativos, o que dificulta análises mais específicas.

Para conseguir identificar e captar os elementos ideológicos presentes na percepção da desigualdade de renda ao longo do tempo, seriam necessárias outras abordagens metodológicas, como uma análise de conteúdo, para identificar narrativas ideológicas predominantes em diferentes pontos no tempo; ou estudos de caso que pudessem aprofundar períodos distintos de variações da percepção da desigualdade de renda e sua relação com narrativas históricas, regimes políticos, discursos de mídia e partidários, ou com valores culturais que influenciam como as pessoas interpretam a desigualdade. Para uma específica identificação desses elementos culturais, simbólicos e ideológicos presentes na percepção social da desigualdade, seria mais adequado uma pesquisa de natureza qualitativa, o que poderá ser avaliado em pesquisas futuras.

Por outro lado, os modelos de regressão mostraram que, quando se analisa o comportamento da desigualdade objetiva com a percepção da desigualdade por região, há uma correlação direta mais significativa, ou seja, um aumento na desigualdade de renda aumenta a percepção de que ela é injusta. Isso sugere que as análises regionais podem ser mais precisas em se tratando de Brasil, que possui uma imensa diversidade geográfica e cultural, associada a uma acentuada desigualdade socioeconômica interna. Uma outra possibilidade de estudo posterior, considerando o nível de desigualdade de cada região e a percepção desta regionalmente, pode ser elucidativo para entender como a realidade regional objetiva se relaciona com a percepção desta e quais as principais diferenças entre as regiões nesse aspecto. O estudo de Cobo *et. al.* (2014) já havia destacado diferenças importantes no que tange ao componente regional, ao constatar que o apoio a políticas redistributivas variou entre regiões, o que reforça a importância de se levar em conta as diferenças regionais nos estudos sobre percepção da desigualdade.

No que se refere às variáveis individuais, viu-se que a idade, o nível educacional, o estado civil, a região e a religião são fatores significativos para a percepção social sobre a

desigualdade de renda. Pessoas na faixa etária entre 25 e 39, 40 e 59 anos, têm maior probabilidade de considerarem a desigualdade de renda injusta em relação às faixas de 15 a 24 e 60 ou mais anos. Um nível educacional maior está associado a uma maior percepção injusta da desigualdade de renda. Em relação às pessoas sem escolaridade, quem tem nível superior tem uma possibilidade 86% maior de achar a desigualdade de renda injusta, o que confirma a “tese do esclarecimento”, mostrada em estudos anteriores, citados no capítulo 3. Em relação ao estado civil, pessoas separadas, divorciadas ou viúvas têm 33,6% mais probabilidade de considerarem a distribuição de renda injusta, em comparação com as que são casadas ou vivem em união estável. No que tange à região, os moradores do Sudeste têm 46,2% mais chances de perceberem a distribuição da renda como injusta. Por fim, pessoas sem religião têm 29,4% mais probabilidade de considerarem a distribuição de renda injusta em comparação com os católicos. Tal aspecto mostra como a religião é um fator ideológico importante, que interfere na perspectiva social sobre a desigualdade de renda. Não à toa, a pesquisa da Oxfam/Datafolha mostrou que os brasileiros consideram a fé um dos elementos mais importantes para mudar a realidade que os cerca.

Já as variáveis sexo, ocupação, nível socioeconômico e raça não se mostraram significativas para a percepção da desigualdade de renda. Homens e mulheres possuem percepções semelhantes, embora entre essas seja ligeiramente maior no período analisado. Quanto à raça, também não foram constatadas diferenças significativas entre a percepção de negros, indígenas e brancos. Da mesma forma que se esperava que mulheres fossem ter uma percepção mais acentuada em relação aos homens, acreditava-se que negros e indígenas percebessem a desigual distribuição de renda de forma mais intensa, em virtude do contexto de desigualdades que esses grupos enfrentam, porém não foi o que esta pesquisa mostrou a partir dos dados coletados. Diferentes ocupações tampouco interferem na percepção que as pessoas possuem sobre a distribuição de renda, assim como o nível socioeconômico. Esse último resultado contraria alguns estudos apresentados ao longo desta tese, que mostraram uma maior polarização nos estratos superiores e inferiores de renda no que se refere à percepção da desigualdade.

A partir das análises feitas, viu-se que a percepção de injustiça da distribuição de renda não é uniforme. O Brasil passou por diversas transformações desde a sua redemocratização, que impactaram seus níveis de desigualdade. Ao longo das décadas, a forma como a sociedade percebe a desigualdade de renda pode ser influenciada por múltiplos aspectos: sociodemográficos, econômicos, políticos, sociais, culturais, ideológicos, etc. As variações na percepção da injusta distribuição de renda podem apontar a combinação desses elementos que

afetam diferentes grupos de forma desigual. Por essa razão, essas percepções não são estanques ao longo do tempo e estão em constante disputa.

Em síntese, esta pesquisa partiu da hipótese de que a percepção social da desigualdade de renda no Brasil, ao longo do tempo, é influenciada não apenas pelas variações objetivas dessa desigualdade, mas também por fatores contextuais, políticos e ideológicos. Assim, a análise da percepção social da desigualdade de renda, no período de 1997 a 2020, a partir dos dados do Latinobarômetro, confirmou essa hipótese, uma vez que se encontrou uma correspondência entre a desigualdade objetiva (coeficiente de Gini) e a percepção que se tem dela pela sociedade (percepção injusta da distribuição de renda), sobretudo regionalmente, ainda que, a nível de país, essa relação não tenha sido completamente determinante (estatisticamente muito significativa). No gráfico 9 foi possível observar que, até certo ponto da série, a percepção de que a desigualdade é injusta foi diminuindo à medida que os níveis objetivos dessa desigualdade foram decrescendo. Fato é que o modelo de associação entre a percepção da distribuição de renda e o coeficiente de Gini (tabela 6) mostrou essa correlação positiva.

Por outro lado, ainda que o Brasil tenha vivenciado um período de redução da desigualdade de renda, as variações na percepção social, observadas ao longo da série histórica, nem sempre corresponderam exatamente a momentos de aumento ou redução dessa desigualdade, mas de conjunturas sociais, políticas e econômicas de instabilidade no país, o que mostra que existem outros elementos que interferem na maneira como as pessoas enxergam a desigualdade. Tal constatação mostra que a percepção social é influenciada tanto pelo nível objetivo da desigualdade de renda, quanto por outros elementos contextuais, políticos e ideológicos. A partir dos modelos de regressão, confirmou-se que a religião é um fator preditivo, uma vez que pessoas que não seguem alguma específica, ou seja, mais céticas, têm maior probabilidade de considerarem a distribuição de renda injusta. Assim sendo, pesquisas futuras, principalmente de natureza qualitativa, podem investigar que outros mecanismos ideológicos também são significativos, quais são mais preponderantes e de que forma eles conformam a percepção social da desigualdade em períodos específicos do tempo.

Nesse sentido, reforça-se a importância de pesquisas sobre percepções da desigualdade que avaliem diferentes aspectos. Tais estudos são necessários para a compreensão de como os elementos individuais, estruturais e conjunturais interferem na forma como as pessoas percebem as desigualdades, uma vez que essa percepção afeta as preferências da sociedade civil por políticas públicas e a própria estruturação das desigualdades nas relações sociais cotidianas.

Estudar a dimensão simbólica da desigualdade pode fornecer elementos de análise da relação entre as práticas sociais difundidas e as normas moralmente aceitas que refletem como funcionam os mecanismos de poder e dominação. Acredita-se que uma maior ou menor tolerância à desigualdade diz mais sobre os aspectos culturais e ideológicos que necessariamente sobre os níveis objetivos de desigualdade. Entender como esses mecanismos operam são fundamentais também para o enfrentamento de dispositivos que naturalizam e compreendem as desigualdades a partir de valores individuais em detrimento de percepções baseadas em aspectos estruturais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Carla. O marco discursivo da “Participação Solidária” na nova agenda de formulação e implementação de ações sociais no Brasil. In: DAGNINO, E.; OLVERA, A. J.; PANFICHI, A. (orgs.). *A disputa pela construção democrática na América Latina*. São Paulo: Paz e Terra; Campinas, SP: Unicamp, 2006. p. 95-135.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

ALVES, Ana Clara. 'Racismo Ambiental': foto comparando quantidade de árvores em duas regiões de Brasília viraliza nas redes sociais. G1, Distrito Federal, 26 mar. 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2023/03/26/racismo-ambiental-foto-comparando-quantidade-de-arvores-em-duas-regioes-de-brasilia-viraliza-nas-redes-sociais.ghtml>. Acesso em: 24 nov. 2024.

ARONSON, Elliot; WILSON, Timothy D.; AKERT, Robin M. *Psicologia social*. Tradução de Geraldo José de Paiva. Rio de Janeiro: LTC, 2018.

ARRETCHE, Marta. Democracia e redução da desigualdade econômica no Brasil: a inclusão dos outsiders. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 33, n. 96, 2018.

AVRITZER, Leonardo. Participation in democratic Brazil: from popular hegemony and innovation to middle-class protest. *Opinião Pública*, Campinas, v. 23, n. 1, p. 43-59, abr. 2017.

AVRITZER, Leonardo; KERCHE, Fernando; MARONA, Marjorie (orgs.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação da política*. São Paulo: Autêntica, 2021.

BARROS, Ricardo P.; FOGUEL, Miguel N.; ULYSSEA, Gabriel (orgs.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007.

BASBAUM, Leôncio. *Sociologia do materialismo – introdução à história da filosofia*. 3. ed. São Paulo: Símbolo, 1978.

BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

BLANCHET, F. et al. (Coords.). *Global inequality data – 2020 update*. Paris: World Inequality Lab, 2020. Disponível em: <https://wid.world/news-article/2020-regional-updates/>. Acesso em: 5 jul. 2021.

BOITO Jr., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. *Revista de Sociologia e Política*, n. 47, p. 94-109, 2013.

BRAGA, Ruy. O fim do lulismo. In: SINGER, A.; JINKINGS, I.; KIM, D.; CLETO, M. (orgs.). *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista*. São Paulo: Boitempo; EDUSP, 2012.

BRAH, Avtar. Diferencia, diversidad, diferenciación. In: *Otras inapropiables. Feminismos desde las fronteras*. Madrid: Traficantes de Sueños, 2004. p. 107-136.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 8 set. 2024.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A crise da América Latina: Consenso de Washington ou crise fiscal? *Pesquisa e Planejamento Econômico*, v. 21, n. 1, p. 3-23, abr. 1991.

BUCCA, Mauricio. Merit and blame in unequal societies: explaining Latin Americans beliefs about wealth and poverty. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 44, p. 98–112, 2016.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 24. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CARVALHO, Laura. *Valsa brasileira*. São Paulo: Todavia, 2018.

CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). *Atlas da violência 2024*. Brasília: Ipea; FBSP, 2024.

CHAUÍ, Marilena. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1993.

COBO, Bárbara et al. *Percepções sobre desigualdade e pobreza: o que pensam os brasileiros da política social?*. Lavinias, Lena (coord.). Rio de Janeiro: Letra e Imagem: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). *A ineficiência da desigualdade: síntese* (LC/SES.37/4). Santiago: CEPAL, 2018. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/43569/4/S1800303_pt.pdf. Acesso em: 12 dez. 2019.

COSTA, Sérgio. Desigualdades, interdependência e políticas sociais no Brasil. In: PIRES, Roberto Rocha C. (org.). *Implementando desigualdades: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas*. Rio de Janeiro: Ipea, 2019.

CORPORACIÓN LATINOBARÓMETRO. *La recesión democrática de América Latina*. Santiago, Chile: Latinobarómetro, 2023. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org>. Acesso em: 29 jan. 2023.

_____. *Corporación Latinobarómetro, Europa: Departamento D, Providencia, Santiago, Chile*. Santiago, Chile, 2015. Disponível em: <https://www.latinobarometro.org/lat.jsp?Idioma=724>. Acesso em: 29 jan. 2023.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. *RAE-eletrônica*, v. 1, n. 1, jul./dez. 2002.

DAGNINO, Evelina (org.). *Sociedad Civil, Esfera Pública y Democratización en América Latina: Brasil*. México/Campinas, SP: Fondo de Cultura Económica/Unicamp, 2002.

DEMO, Pedro. *Pobreza Política*. São Paulo: Cortez, 1991.

DRAIBE, Sônia. A política social no período FHC e o sistema de proteção social. *Tempo Social*, v. 15, n. 2, p. 63-101, 2003.

_____. Brasil: 1980–2000: proteção e inseguranças sociais em tempos difíceis. *Cadernos NEPP*, n. 65, 2005.

DWORKIN, Ronald. *A virtude soberana*. Teoria e prática da igualdade. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FIRPO, Sergio; REIS, Maurício Cortez. O salário mínimo e a queda recente da desigualdade no Brasil. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: Ipea, 2007.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FREIXO, Adriano de; RODRIGUES, Thiago (orgs.). *2016: o ano do golpe*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2016.

FUNDAÇÃO HEINRICH BÖLL. *Atlas dos agrotóxicos: fatos e dados do uso dessas substâncias na agricultura*. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2023.

FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES (FUG/PMDB). Partido do Movimento Democrático Brasileiro. *Uma ponte para o futuro*. 2015. Disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/UMA-PONTE-PARA-O-FUTURO.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

FURTADO, Celso. *Análise do “modelo” brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

GALLEGO, Esther Solano. *O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2018.

GIMPELSON, Vladimir; MONUSOVA, Galina. Perception of inequality and social mobility. *Higher School of Economics*, Research Paper No. WP BRP 84/EC/2014.

GOHN, Maria da Glória. *História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros*. 7. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do cárcere*. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

HADLER, Markus. Why do people accept different income ratios? A multi-level comparison of thirty countries. *Acta Sociologica*, v. 48, n. 2, 2005.

HEATH, Anthony; GRAAF, Nan Dirk de; LI, Yaojun; et al. How fair is the route to the top? Perceptions of social mobility. In: PARK, Alison; CURTICE, John; CLERY, Elizabeth; BRYSON, Caroline (editores). *British social attitudes – the 27th report: exploring Labour's legacy*. London: Sage Publications Ltd, 2010. p. 29-50.

HIRSCHMAN, Albert O. The changing tolerance for income inequality in the course of economic development. *World Development*, v. 1, n. 12, p. 29-36, dez. 1973.

HOFFMANN, Rodolfo. Queda da desigualdade da distribuição de renda no Brasil, de 1995 a 2005, e delimitação dos relativamente ricos em 2005. In: BARROS, R. P.; FOGUEL, M. N.; ULYSSEA, G. (Org.). *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007.

HOX, Joop. *Multilevel analysis: techniques and applications*. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 2002.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2022: População residente e características demográficas*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 7 dez. 2024.

_____. *Evolução dos Indicadores não Monetários de Pobreza e Qualidade de Vida no Brasil com Base na Pesquisa de Orçamentos Familiares. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica*, n. 51. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b.

_____. *PNAD Contínua: Educação 2022*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 6 out. 2024.

_____. *PNAD Contínua: rendimento de todas as fontes 2023*. Rio de Janeiro: IBGE, 2023d. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 6 out. 2024

_____. *Produto Interno Bruto (PIB) 2015*. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Contas Nacionais. Painel de Indicadores Sociais. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/pt/inicio.html>. Acesso em: 4 mai. 2024.

_____. *Projeção da população do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade para o período 2010-2060*. Revisão 2019. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

_____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2022*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2023e.

_____. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021*. Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

_____. *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017*. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Geografia, 2017.

INSTITUTO DATAFOLHA. *Sobre*. 2024. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 24 nov. 2024.

_____. Avaliação da presidente Dilma Rousseff: intenção de voto para presidente. *Pesquisa de Opinião - PO813812, 17 e 18 jun. 2015*. Junho, 2015. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/>. Acesso em: 2 fev. 2022.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). *Ipeadata: índice de Gini (Pnad e Pnad Contínua)*. 2024. Disponível em: <http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx>. Acesso em: 24 out. 2024.

_____. *Atlas do Estado Brasileiro*. Brasília, DF: IPEA, 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasestado/>. Acesso em: 4 ago. 2024.

_____. *Os impactos do Novo Regime Fiscal para o financiamento do Sistema Único de Saúde e para a efetivação do direito à saúde no Brasil: nota técnica n. 28, Disoc*. Fabiola Sulpino Vieira e Rodrigo Pucci de Sá e Benevides (orgs.). Brasília, DF: Ipea, set. 2016.

INTERNATIONAL SOCIAL SURVEY PROGRAMME (ISSP). *About ISSP (Organization/History)*. 2024. Disponível em: <https://issp.org/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. *Revista de Sociologia e Política*, v. 17, n. 33, p. 131-144, jun. 2009.

JODELET, Denise. *As representações sociais*. Rio de Janeiro, RJ: EdUERJ, 2001.

KERBO, Harold R. *Estratificación social y desigualdad*. 5. ed. Tradução de María Teresa Casado. Madrid: McGraw Hill, 2004.

KUZNETS, Simon. Economic Growth and Income Inequality. *American Economic Review*, v. 45, p. 1-28, 1955.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical*. São Paulo: Intermeios; Brasília, CNPq, 2015.

LANE. Silvia T. Maurer. *O que é psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. Livro 1, v. 1 e 2. Tradução por Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

_____. *Crítica do programa de Gotha*. Seleção, tradução e notas de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Escala, 2009.

MEDEIROS, Marcelo. *Os ricos e os pobres: o Brasil e a desigualdade*. São Paulo: Cia das Letras, 2023.

_____. Meio século de desigualdades no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 31, n. 90, p. 175–177, 2016.

_____. Perspectivas de desenvolvimento, pobreza e desigualdade na América Latina. In: *Política social, justiça e direitos de cidadania na América Latina*. Carvalho et. al. (orgs.). Brasília: UnB. Programa de Pós-Graduação em Política Social. Departamento de Serviço Social, 2007.

MEDEIROS, M.; SOUZA, P. H. G. F.; CASTRO, F. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares. *Ciência & Saúde Coletiva*, 20(4):971-986, 2015a.

_____. O topo da distribuição de renda no Brasil: primeiras estimativas com dados tributários e comparação com pesquisas domiciliares, 2006/2012. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 58, nº 1, 2015b.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Reconhecimento, desigualdades e capitalismo. In: MIGUEL, Luis Felipe (org.) *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. São Paulo: Boitempo, 2009.

_____. *O poder da ideologia*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. *Para além do capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. de Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo, 2002.

MIGUEL, Luís Felipe. *O colapso da democracia no Brasil: da Constituição ao golpe de 2016*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo. Expressão Popular, 2019.

_____. O liberalismo e os desafios das desigualdades. In: MIGUEL, Luis Felipe (org.) *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Editora Unesp, 2016a.

_____. Da desigualdade de classe à dominação política na tradição marxista. In: MIGUEL, Luis Felipe (org.) *Desigualdades e democracia: o debate da teoria política*. São Paulo: Editora Unesp, 2016b.

MILANOVIĆ, Branko. *Capitalismo sem rivais: o futuro do sistema que domina o mundo*. 1 ed. Tradução de Bernardo Ajzenberg. São Paulo: Todavia, 2020.

MORA SALAS, Minor. Desigualdad social en América Latina: viejos problemas, nuevos debates. En: *Cuaderno de Ciencias Sociales* no. 131. San José: FLACSO, 2004.

MOSCOVICI, Serge. *Representações sociais: investigações em psicologia social*. Rio de Janeiro, Vozes, 2003.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). *Apresentação – Quem somos*. Disponível em: <<https://mst.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 26 set. 2023.

NEVES, Angela Vieira; ALBUQUERQUE, Miriam de Souza Leão. Política social e desigualdade na pandemia: um debate entre Brasil e Portugal. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, v. XXVI, n. 57, p. 279-300, set./dez. 2023.

NIEHUES, Judith. Cross-country differences in perceptions of inequality. *Voxeu Column* (article), 28 Sep 2014. Disponível em: <https://cepr.org/voxeu/columns/cross-country-differences-perceptions-inequality>. Acesso em 03 mar. 2022.

OLIVEIRA, Diego Batista Rodrigues de; MACHADO, Eliel Ribeiro. Vem pra Rua e MBL no contexto do golpe parlamentar no Brasil. *Lutas Sociais*, São Paulo, vol.23 n.42, p.98-108, jan./jun. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*. Nova York: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 04 ago. 2024.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE (OMS). Dados sobre a COVID-19 no Brasil – *Banco de Dados da Pandemia*. Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://www.who.int>. Acesso em: 15 mai. 2024.

OXFAM BRASIL. *Quem somos - História*. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/> Acesso em: 2 abr. 2024.

_____. *A desigualdade mata*. São Paulo: Oxfam Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/justica-social-e-economica/forum-economico-de-davos/a-desigualdade-mata/>. Acesso em: 2 abril. 2023.

OXFAM BRASIL; DATAFOLHA. *Nós e as desigualdades 2022*. São Paulo: Oxfam Brasil, 2022. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br>. Acesso em: 14 maio. 2024.

_____. *Nós e as desigualdades 2021*. São Paulo: Oxfam Brasil, 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br>. Acesso em: 3 abril. 2024.

_____. *Nós e as desigualdades 2019*. São Paulo: Oxfam Brasil, 2019. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br>. Acesso em: 3 abril. 2024.

_____. *Nós e as desigualdades 2017*. São Paulo: Oxfam Brasil, 2017. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br>. Acesso em: 3 abril. 2024.

_____. *País estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras*. São Paulo, novembro de 2018.

PETROBRAS. *Quem somos*. Disponível em: <https://www.petrobras.com.br/pt/quem-somos/>. Acesso em: 04 nov. 2024.

PIERUCCI, Antônio Flávio. *As ciladas da diferença*. São Paulo: Editora 34, 1999.

PIKETTY, Thomas. *Capital e ideologia*. Tradução de Dorothée de Bruchard e Maria de Fátima Oliva do Couto. Revisão técnica de Laura Carvalho. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

_____. *O capital no século XXI*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PIKETTY, T. *et al. World Inequality Report 2022*. Paris: World Inequality Lab, 2022. Disponível em: https://wir2022.wid.world/www-site/uploads/2022/03/0098-21_WIL_RIM_RAPPORT_A4.pdf Acesso em: 30 mar. 2022.

PINHEIRO, Armando Castelar *et. al. A crise de crescimento do Brasil*. Regis Bonelli e Fernando Veloso (orgs.). Instituto Brasileiro de Economia. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier: FGV/IBRE, 2016.

POCHMANN, Márcio. *Nova classe média?: o trabalho na base da pirâmide social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2012.

POULANTZAS, Nicos. O Estado capitalista: uma resposta a Miliband e Laclau. *Crítica Marxista*, n. 27, p.105-127, 2008.

PROGRAMA DE LAS NACIONES UNIDAS PARA EL DESARROLLO (PNUD). *Una perspectiva subjetiva del desarrollo: Resultados del Latinobarómetro 2020*. UNDP. Retrieved February 26, 2024. Disponível em: <https://www.undp.org/es/colombia/una-perspectiva-subjetiva-del-desarrollo-resultados-del-latinobar%C3%B3metro-2020>. Acesso em 16 ago. 2024.

RAMOS, Lauro. Desigualdade de rendimentos do trabalho no Brasil, de 1995 a 2005. In: Barros, R. P.; Foguel, M. N., Ulyseia, G. (Org.), *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007.

RAWLS, J. *Uma Teoria da Justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

REIS, Elisa. P. Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 15, n. 42, p. 143-152, 2000.

REYGADAS, Luis. *La apropiación. Destejiendo las redes de la desigualdad* (México, Anthropos/UAM-Iztapalapa, 2008a).

_____. Distinción y reciprocidad. Notas para una antropología de la equidad. *Revista Nueva Antropología*, nº 69 - UNAM, 2008b.

_____. Las redes de la desigualdad: un enfoque multidimensional. *Política y Cultura*, nº. 22, pp. 7-25, 2004.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni, Série Os Economistas, São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. A ascensão de Bolsonaro e as classes populares. In: AVRITZER, Leonardo *et. al.* (org.). *Governo Bolsonaro: retrocesso democrático e degradação política*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

ROCHA, Sonia. Mario Henrique Simonsen/FGV. *Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?* / Sonia. Rocha. 244p. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ROEX, Karlijn LA. *et. al.* Attitudes towards Income Inequality: “Winners” versus “Losers” of the Perceived Meritocracy, *Acta Sociologica*, vol. 62 (1), p. 47–63, 2019.

ROSANVALLON, Pierre. *La sociedad de iguales*. Buenos Aires, Editorial Manantial, 2013.

ROSSI, Pedro.; MELLO, Guilherme. Choque recessivo e a maior crise da história: A economia brasileira em marcha à ré. Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica - IE/UNICAMP. *Nota do Cecon*, n.1, abril de 2017. Disponível em: https://www.eco.unicamp.br/images/arquivos/NotaCecon1_Choque_recessivo_2.pdf. Acesso em: 24 jul. 2024.

SABOIA, João. O salário mínimo e seu potencial para a melhoria da distribuição de renda no Brasil. In: Barros, R. P.; Foguel, M. N., Ulyseia, G. (org.), *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SCALON, Celi. O que os brasileiros pensam das desigualdades sociais? In: *Imagens da desigualdade*. Celin Scalon (org.) Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004a.

_____. Percepção de desigualdades. In: *Imagens da desigualdade*. Celin Scalon (org.) Belo Horizonte: Editora da UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ/UCAM, 2004b.

SCARTEZINI, Natalia. A fascistização da indignação: as manifestações de 2015 no Brasil. In: *Cadernos de Campo: Revista de Ciências Sociais*, n. 20 (2016): Labor, poiesis e práxis: as (re)configurações do mundo do trabalho, 2016.

SCHEIDEL, Walter. *A violência e a história da desigualdade: da idade da pedra ao século XXI*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

SEMER, Ruptura institucional e desconstrução do modelo democrático: o papel do Judiciário. In: SINGER, A. [et. al.]. JINKINGS, I.; KIM, D.; CLETO, M. (orgs.) *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SEN, Amartya. *Desenvolvimento como Liberdade*. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, Fabrício Pereira da. *América Latina em seu labirinto: democracia e autoritarismo no século XXI*. Rio de Janeiro: Ponteio, 2019.

SINGER, André. *Os sentidos do lulismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2012.

SINGER, André Vitor *et. al.* JINKINGS, I.; KIM, D.; CLETO, M. (orgs.) *Por que gritamos golpe?: para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016.

SMITH, Adam. *A Riqueza das Nações: uma investigação sobre a natureza e as causas da riqueza das nações*. 1 ed, São Paulo: Madras, 2009.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. Metodologias para Estabelecer a Linha de Pobreza: Objetivas, Subjetivas, Relativas, Multidimensionais, *Texto para discussão 1381*, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, 2009.

_____. Análise de bem-estar e decomposição por fatores da queda na desigualdade entre 1995 e 2004, *Econômica*, Rio de Janeiro, v.8, n.1, p.83-115, 2006.

SOARES, Sergei Suarez Dillon; FONTOURA, Natália de Oliveira; PINHEIRO, Luana. Tendências Recentes na Escolaridade e no Rendimento de Negros e de Brancos. In: Barros, R. P.; Foguel, M. N., Ulyseia, G. (Org.), *Desigualdade de renda no Brasil: uma análise da queda recente*. Brasília: IPEA, 2007.

SOUZA, Jessé. *A radiografia do golpe: entenda como e por que você foi enganado*. Rio de Janeiro: LeYa, 2016.

SOUZA, Pedro F. *Uma história da desigualdade. A concentração de renda entre os ricos no Brasil (1926-2013)*. São Paulo: Hucitec, 2018.

_____. A distribuição de renda nas pesquisas domiciliares brasileiras: harmonização e comparação entre Censos, PNADS e POFS. *Revista Brasileira de Estudos de População*. Rio de Janeiro, v. 32, n.1, p. 165-188, jan./abr. 2015.

THERBORN, Goran. Os campos de extermínio da desigualdade. Tradução de Fernando Rugitsky (Publicado originalmente na revista *Soundings*, 2009, nº 42). *Novos Estudos Cebrap*, nº 87, julho, pp. 145-156, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. *A formação da classe operária inglesa*. Tradução: Denise Bottmann. Imprensa: São Paulo, Paz e Terra, 2002.

TILLY, Charles. *La desigualdad persistente*. Buenos Aires: Manantial, 2000.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Eleições/Estatísticas. *Resultados das Eleições 2014*. Disponível em: <https://www.tse.jus.br/#/> Acesso em: 07 out. 2024.

UNITED NATIONS DEVELOPMENT PROGRAMME (UNDP). Perceptions of inequality: perspectives of national policy makers. In: *Humanity Divided: Confronting Inequality in Developing Countries*. United Nations Development Programme. Bureau for Development Policy, New York, November 2013.

VICTORA, Cesar G. *et al.* Effects of early-life poverty on health and human capital in children and adolescents: analyses of national surveys and birth cohort studies in LMICs *The Lancet*, volume 399, Issue 10336, p. 1741 – 1752 April 30, 2022. Disponível em: [https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736\(21\)02716-1/abstract](https://www.thelancet.com/journals/lancet/article/PIIS0140-6736(21)02716-1/abstract). Acesso em: 02 out. 2024.

WORLD BANK. *World Development Indicators*. Washington, D.C.: World Bank, 2025. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/source/world-development-indicators>. Acesso em: 10 set. 2024.

ZUBOFF, Shoshana. *A Era do Capitalismo de Vigilância*. George Schlesinger (Tradutor). Editora Intrínseca, 2021.

APÊNDICE

Tabela 8 – Percepção geral da distribuição de renda por ano (1997-2020)

| Ano | Percepção da distribuição de renda | | | | Total | |
|------|------------------------------------|------------|----------|------------|----------|------------|
| | Injusta | | Justa | | Absoluto | Percentual |
| | Absoluto | Percentual | Absoluto | Percentual | | |
| 1997 | 904 | 92,6% | 72 | 7,4% | 976 | 100% |
| 2001 | 818 | 86,4% | 129 | 13,6% | 947 | 100% |
| 2002 | 833 | 86,0% | 136 | 14,0% | 969 | 100% |
| 2007 | 1006 | 86,3% | 160 | 13,7% | 1166 | 100% |
| 2009 | 978 | 83,4% | 195 | 16,6% | 1173 | 100% |
| 2010 | 896 | 77,9% | 254 | 22,1% | 1150 | 100% |
| 2011 | 1008 | 85,1% | 176 | 14,9% | 1184 | 100% |
| 2013 | 935 | 81,0% | 220 | 19,0% | 1155 | 100% |
| 2015 | 1131 | 92,3% | 94 | 7,7% | 1225 | 100% |
| 2016 | 1015 | 87,8% | 141 | 12,2% | 1156 | 100% |
| 2017 | 1110 | 94,1% | 69 | 5,9% | 1179 | 100% |
| 2018 | 1075 | 91,9% | 95 | 8,1% | 1170 | 100% |
| 2020 | 1000 | 85,5% | 169 | 14,5% | 1169 | 100% |

Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

Tabela 9 – Percepção geral da distribuição de renda segundo sexo (1997-2020)

| Ano | Sexo | | | | | | Total * | | |
|------|-------|-----------------------------------|------------|--------|-----------------------------------|------------|---------|-----------------------------------|------------|
| | Homem | | | Mulher | | | Total | Percepção da distribuição | |
| | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | | Percepção da distribuição injusta | Percentual |
| | | | | | | | | | |
| 1997 | 479 | 439 | 91,6% | 497 | 465 | 93,6% | 976 | 904 | 92,6% |
| 2001 | 465 | 395 | 84,9% | 482 | 423 | 87,8% | 947 | 818 | 86,4% |
| 2002 | 473 | 414 | 87,5% | 496 | 419 | 84,5% | 969 | 833 | 86,0% |
| 2007 | 561 | 478 | 85,2% | 605 | 528 | 87,3% | 1166 | 1006 | 86,3% |
| 2009 | 567 | 465 | 82,0% | 606 | 513 | 84,7% | 1173 | 978 | 83,4% |
| 2010 | 551 | 429 | 77,9% | 599 | 467 | 78,0% | 1150 | 896 | 77,9% |
| 2011 | 567 | 486 | 85,7% | 617 | 522 | 84,6% | 1184 | 1008 | 85,1% |
| 2013 | 554 | 437 | 78,9% | 601 | 498 | 82,9% | 1155 | 935 | 81,0% |
| 2015 | 611 | 565 | 92,5% | 614 | 566 | 92,2% | 1225 | 1131 | 92,3% |
| 2016 | 557 | 487 | 87,4% | 599 | 528 | 88,1% | 1156 | 1015 | 87,8% |
| 2017 | 580 | 547 | 94,3% | 599 | 563 | 94,0% | 1179 | 1110 | 94,1% |
| 2018 | 564 | 518 | 91,8% | 606 | 557 | 91,9% | 1170 | 1075 | 91,9% |
| 2020 | 553 | 473 | 85,5% | 616 | 527 | 85,6% | 1169 | 1000 | 85,5% |

Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

* Refere-se ao total de pessoas que consideraram a distribuição de renda injusta e inclui a categoria de sexo desconhecido.

Tabela 10 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo grupo de idade (1997-2020)

| Ano | Grupo de idade | | | | | | | | | | | | Total * | | |
|------|----------------|-----------------------------------|------------|---------|-----------------------------------|------------|---------|-----------------------------------|------------|------------|-----------------------------------|------------|---------|-----------------------------------|------------|
| | 15 - 24 | | | 25 - 39 | | | 40 - 59 | | | 60 ou mais | | | | | |
| | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual |
| 1997 | 268 | 243 | 90,7% | 348 | 322 | 92,5% | 278 | 261 | 93,9% | 82 | 78 | 95,1% | 976 | 904 | 92,6% |
| 2001 | 258 | 220 | 85,3% | 336 | 290 | 86,3% | 248 | 226 | 91,1% | 105 | 82 | 78,1% | 947 | 818 | 86,4% |
| 2002 | 264 | 227 | 86,0% | 341 | 298 | 87,4% | 254 | 216 | 85,0% | 110 | 92 | 83,6% | 969 | 833 | 86,0% |
| 2007 | 286 | 240 | 83,9% | 379 | 333 | 87,9% | 328 | 289 | 88,1% | 173 | 144 | 83,2% | 1166 | 1006 | 86,3% |
| 2009 | 262 | 220 | 84,0% | 373 | 316 | 84,7% | 369 | 303 | 82,1% | 169 | 139 | 82,2% | 1173 | 978 | 83,4% |
| 2010 | 235 | 175 | 74,5% | 369 | 303 | 82,1% | 363 | 277 | 76,3% | 183 | 141 | 77,0% | 1150 | 896 | 77,9% |
| 2011 | 249 | 208 | 83,5% | 378 | 327 | 86,5% | 377 | 323 | 85,7% | 180 | 150 | 83,3% | 1184 | 1008 | 85,1% |
| 2013 | 235 | 189 | 80,4% | 351 | 291 | 82,9% | 378 | 305 | 80,7% | 191 | 150 | 78,5% | 1155 | 935 | 81,0% |
| 2015 | 224 | 205 | 91,5% | 431 | 392 | 91,0% | 383 | 358 | 93,5% | 187 | 176 | 94,1% | 1225 | 1131 | 92,3% |
| 2016 | 233 | 192 | 82,4% | 351 | 316 | 90,0% | 382 | 338 | 88,5% | 190 | 169 | 88,9% | 1156 | 1015 | 87,8% |
| 2017 | 233 | 214 | 91,8% | 394 | 367 | 93,1% | 370 | 353 | 95,4% | 182 | 176 | 96,7% | 1179 | 1110 | 94,1% |
| 2018 | 214 | 184 | 86,0% | 348 | 326 | 93,7% | 401 | 376 | 93,8% | 207 | 189 | 91,3% | 1170 | 1075 | 91,9% |
| 2020 | 214 | 167 | 78,0% | 346 | 302 | 87,3% | 391 | 342 | 87,5% | 218 | 189 | 86,7% | 1169 | 1000 | 85,5% |

Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

* Refere-se ao total de pessoas que consideraram a distribuição injusta de renda e inclui a categoria de faixa etária desconhecida.

Tabela 11 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo *status* ocupacional (2007-2020)

| Ano | Status ocupacional | | | | | | | | | | | | | | | | | | | Total * | |
|------|-----------------------------|-----------------------------------|------------|------------------------------|-----------------------------------|------------|-----------|-----------------------------------|-------------------------------|-------|-----------------------------------|------------------------|-------|-----------------------------------|---------------------------------|-------|-----------------------------------|------------|-------|-----------------------------------|------------|
| | Assalariado em emp. Privada | | | Assalariado no setor Público | | | Estudante | | Trabalhador por conta própria | | | Aposentado/pensionista | | | Não exerce atividade remunerada | | | | | | |
| | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual |
| 1997 | 246 | 224 | 91,1% | 70 | 67 | 95,7% | 81 | 76 | 93,8% | 303 | 286 | 94,4% | 61 | 56 | 91,8% | 213 | 193 | 90,6% | 976 | 904 | 92,6% |
| 2001 | 188 | 164 | 87,2% | 73 | 65 | 89,0% | 73 | 67 | 91,8% | 309 | 269 | 87,1% | 94 | 74 | 78,7% | 210 | 179 | 85,2% | 947 | 818 | 86,4% |
| 2002 | 189 | 171 | 90,5% | 63 | 58 | 92,1% | 64 | 54 | 84,4% | 351 | 300 | 85,5% | 94 | 77 | 81,9% | 208 | 173 | 83,2% | 969 | 833 | 86,0% |
| 2007 | 241 | 211 | 87,6% | 85 | 75 | 88,2% | 60 | 50 | 83,3% | 422 | 358 | 84,8% | 122 | 107 | 87,7% | 236 | 205 | 86,9% | 1166 | 1006 | 86,3% |
| 2009 | 208 | 176 | 84,6% | 92 | 80 | 87,0% | 45 | 37 | 82,2% | 455 | 373 | 82,0% | 134 | 115 | 85,8% | 239 | 197 | 82,4% | 1173 | 978 | 83,4% |
| 2010 | 222 | 180 | 81,1% | 103 | 83 | 80,6% | 45 | 32 | 71,1% | 419 | 327 | 78,0% | 147 | 107 | 72,8% | 214 | 167 | 78,0% | 1150 | 896 | 77,9% |
| 2011 | 207 | 184 | 88,9% | 86 | 77 | 89,5% | 48 | 42 | 87,5% | 463 | 388 | 83,8% | 135 | 118 | 87,4% | 245 | 199 | 81,2% | 1184 | 1008 | 85,1% |
| 2013 | 262 | 213 | 81,3% | 87 | 74 | 85,1% | 46 | 38 | 82,6% | 388 | 308 | 79,4% | 149 | 123 | 82,6% | 223 | 179 | 80,3% | 1155 | 935 | 81,0% |
| 2015 | 271 | 247 | 91,1% | 107 | 100 | 93,5% | 69 | 67 | 97,1% | 383 | 354 | 92,4% | 166 | 151 | 91,0% | 229 | 212 | 92,6% | 1225 | 1131 | 92,3% |
| 2016 | 216 | 194 | 89,8% | 103 | 94 | 91,3% | 59 | 52 | 88,1% | 414 | 360 | 87,0% | 140 | 124 | 88,6% | 224 | 191 | 85,3% | 1156 | 1015 | 87,8% |
| 2017 | 223 | 213 | 95,5% | 81 | 75 | 92,6% | 57 | 54 | 94,7% | 415 | 387 | 93,3% | 138 | 132 | 95,7% | 265 | 249 | 94,0% | 1179 | 1110 | 94,1% |
| 2018 | 181 | 172 | 95,0% | 63 | 61 | 96,8% | 63 | 48 | 76,2% | 427 | 396 | 92,7% | 148 | 132 | 89,2% | 288 | 266 | 92,4% | 1170 | 1075 | 91,9% |
| 2020 | 155 | 135 | 87,1% | 78 | 70 | 89,7% | 54 | 41 | 75,9% | 441 | 384 | 87,1% | 161 | 144 | 89,4% | 280 | 226 | 80,7% | 1169 | 1000 | 85,5% |

Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

* Refere-se ao total de pessoas que consideraram a distribuição injusta de renda e inclui a categoria de situação ocupacional desconhecida.

Tabela 12 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo raça (2007-2020)

| Ano | Branco | | | Indígena | | | Negro | | | Total * | | |
|------|--------|-----------------------------------|------------|----------|-----------------------------------|------------|-------|-----------------------------------|------------|---------|-----------------------------------|------------|
| | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual |
| 1997 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 976 | 904 | 92,6% |
| 2001 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 947 | 818 | 86,4% |
| 2002 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 969 | 833 | 86,0% |
| 2007 | 532 | 470 | 88,3% | 21 | 18 | 85,7% | 551 | 468 | 84,9% | 1166 | 1006 | 86,3% |
| 2009 | 493 | 401 | 81,3% | 34 | 31 | 91,2% | 587 | 502 | 85,5% | 1173 | 978 | 83,4% |
| 2010 | 493 | 391 | 79,3% | 28 | 24 | 85,7% | 570 | 436 | 76,5% | 1150 | 896 | 77,9% |
| 2011 | 574 | 487 | 84,8% | 18 | 14 | 77,8% | 557 | 477 | 85,6% | 1184 | 1008 | 85,1% |
| 2013 | 544 | 450 | 82,7% | 15 | 12 | 80,0% | 529 | 415 | 78,4% | 1155 | 935 | 81,0% |
| 2015 | 509 | 487 | 95,7% | 10 | 9 | 90,0% | 495 | 441 | 89,1% | 1225 | 1131 | 92,3% |
| 2016 | 469 | 416 | 88,7% | 30 | 27 | 90,0% | 542 | 482 | 88,9% | 1156 | 1015 | 87,8% |
| 2017 | 505 | 478 | 94,7% | 13 | 12 | 92,3% | 532 | 502 | 94,4% | 1179 | 1110 | 94,1% |
| 2018 | 395 | 366 | 92,7% | 38 | 33 | 86,8% | 556 | 508 | 91,4% | 1170 | 1075 | 91,9% |
| 2020 | 416 | 360 | 86,5% | 33 | 28 | 84,8% | 579 | 496 | 85,7% | 1169 | 1000 | 85,5% |

Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

Nota: Nos anos de 1997, 2001 e 2002 não houve pergunta sobre raça.

* Refere-se ao total de pessoas que consideraram a distribuição injusta de renda e inclui a categoria de raça desconhecida.

Tabela 13 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo religião (1997-2020)

| Ano | Religião | | | | | | | | | | | | Total * | | |
|------|----------|-----------------------------------|------------|------------|-----------------------------------|------------|-----------------|-----------------------------------|------------|---------|-----------------------------------|------------|---------|-----------------------------------|------------|
| | Católica | | | Evangélica | | | Matriz africana | | | Nenhuma | | | | | |
| | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual |
| 1997 | 665 | 619 | 93,1% | 149 | 134 | 89,9% | 2 | 2 | 100,0% | 4 | 4 | 100,0% | 976 | 904 | 92,6% |
| 2001 | 661 | 567 | 85,8% | 179 | 153 | 85,5% | 10 | 10 | 100,0% | 3 | 3 | 100,0% | 947 | 818 | 86,4% |
| 2002 | 693 | 586 | 84,6% | 178 | 153 | 86,0% | 5 | 5 | 100,0% | 1 | 1 | 100,0% | 969 | 833 | 86,0% |
| 2007 | 785 | 667 | 85,0% | 228 | 200 | 87,7% | 2 | 2 | 100,0% | 115 | 104 | 90,4% | 1166 | 1006 | 86,3% |
| 2009 | 754 | 608 | 80,6% | 269 | 229 | 85,1% | 29 | 27 | 93,1% | 104 | 97 | 93,3% | 1173 | 978 | 83,4% |
| 2010 | 754 | 585 | 77,6% | 258 | 210 | 81,4% | 21 | 20 | 95,2% | 104 | 70 | 67,3% | 1150 | 896 | 77,9% |
| 2011 | 763 | 643 | 84,3% | 244 | 209 | 85,7% | 4 | 4 | 100,0% | 131 | 114 | 87,0% | 1184 | 1008 | 85,1% |
| 2013 | 722 | 577 | 79,9% | 265 | 215 | 81,1% | 8 | 7 | 87,5% | 120 | 106 | 88,3% | 1155 | 935 | 81,0% |
| 2015 | 708 | 656 | 92,7% | 300 | 275 | 91,7% | 11 | 9 | 81,8% | 122 | 111 | 91,0% | 1225 | 1131 | 92,3% |
| 2016 | 665 | 586 | 88,1% | 327 | 288 | 88,1% | 9 | 9 | 100,0% | 111 | 96 | 86,5% | 1156 | 1015 | 87,8% |
| 2017 | 635 | 605 | 95,3% | 316 | 290 | 91,8% | 12 | 12 | 100,0% | 165 | 156 | 94,5% | 1179 | 1110 | 94,1% |
| 2018 | 676 | 624 | 92,3% | 306 | 280 | 91,5% | 16 | 16 | 100,0% | 118 | 105 | 89,0% | 1170 | 1075 | 91,9% |
| 2020 | 629 | 540 | 85,9% | 314 | 267 | 85,0% | 24 | 22 | 91,7% | 148 | 127 | 85,8% | 1169 | 1000 | 85,5% |

Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

* Refere-se ao total de pessoas que consideraram a distribuição injusta de renda e inclui a categoria de religião desconhecida.

Tabela 14 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo nível socioeconômico (1997-2020)

| Ano | Nível socioeconômico | | | | | | | | | | | | | | | Total * | | |
|------|----------------------|-------------------------------------|------------|-------|-------------------------------------|------------|---------|-------------------------------------|------------|-------|-------------------------------------|------------|------------|-------------------------------------|------------|---------|-------------------------------------|------------|
| | Muito bom | | | Bom | | | Regular | | | Ruim | | | Muito ruim | | | Total * | | |
| | Total | Percepção da distribuição o injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição o injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição o injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição o injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição o injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição o injusta | Percentual |
| 1997 | 84 | 78 | 92,9% | 350 | 320 | 91,4% | 355 | 334 | 94,1% | 130 | 121 | 93,1% | 18 | 17 | 94,4% | 976 | 904 | 92,6% |
| 2001 | 95 | 89 | 93,7% | 374 | 342 | 91,4% | 358 | 288 | 80,4% | 100 | 81 | 81,0% | 20 | 18 | 90,0% | 947 | 818 | 86,4% |
| 2002 | 62 | 57 | 91,9% | 396 | 347 | 87,6% | 369 | 317 | 85,9% | 123 | 95 | 77,2% | 19 | 17 | 89,5% | 969 | 833 | 86,0% |
| 2007 | 131 | 118 | 90,1% | 483 | 420 | 87,0% | 397 | 336 | 84,6% | 125 | 107 | 85,6% | 30 | 25 | 83,3% | 1166 | 1006 | 86,3% |
| 2009 | 141 | 124 | 87,9% | 504 | 431 | 85,5% | 386 | 306 | 79,3% | 120 | 100 | 83,3% | 22 | 17 | 77,3% | 1173 | 978 | 83,4% |
| 2010 | 132 | 101 | 76,5% | 524 | 405 | 77,3% | 369 | 287 | 77,8% | 101 | 83 | 82,2% | 24 | 20 | 83,3% | 1150 | 896 | 77,9% |
| 2011 | 94 | 84 | 89,4% | 522 | 442 | 84,7% | 402 | 342 | 85,1% | 143 | 120 | 83,9% | 23 | 20 | 87,0% | 1184 | 1008 | 85,1% |
| 2013 | 101 | 80 | 79,2% | 480 | 380 | 79,2% | 425 | 342 | 80,5% | 126 | 111 | 88,1% | 23 | 22 | 95,7% | 1155 | 935 | 81,0% |
| 2015 | 116 | 110 | 94,8% | 530 | 490 | 92,5% | 434 | 394 | 90,8% | 114 | 106 | 93,0% | 31 | 31 | 100,0% | 1225 | 1131 | 92,3% |
| 2016 | 182 | 171 | 94,0% | 513 | 458 | 89,3% | 357 | 302 | 84,6% | 91 | 73 | 80,2% | 13 | 11 | 84,6% | 1156 | 1015 | 87,8% |
| 2017 | 150 | 142 | 94,7% | 481 | 457 | 95,0% | 413 | 381 | 92,3% | 127 | 122 | 96,1% | 8 | 8 | 100,0% | 1179 | 1110 | 94,1% |
| 2018 | 166 | 155 | 93,4% | 456 | 418 | 91,7% | 427 | 396 | 92,7% | 106 | 94 | 88,7% | 15 | 12 | 80,0% | 1170 | 1075 | 91,9% |
| 2020 | 288 | 251 | 87,2% | 441 | 379 | 85,9% | 318 | 276 | 86,8% | 104 | 81 | 77,9% | 18 | 13 | 72,2% | 1169 | 1000 | 85,5% |

Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

* Refere-se ao total de pessoas que consideraram a distribuição injusta de renda e inclui a categoria de nível socioeconômico desconhecido.

Tabela 15 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo nível de estudos (1997-2020)

| Ano | Nível de estudos | | | | | | | | | | | | Total * | | |
|------|------------------|-----------------------------------|------------|--------|-----------------------------------|------------|------------|-----------------------------------|------------|----------|-----------------------------------|------------|---------|-----------------------------------|------------|
| | Sem escolaridade | | | Básica | | | Secundária | | | Superior | | | | | |
| | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual |
| 1997 | 15 | 13 | 86,7% | 667 | 610 | 91,5% | 220 | 210 | 95,5% | 70 | 67 | 95,7% | 976 | 904 | 92,6% |
| 2001 | 43 | 32 | 74,4% | 632 | 530 | 83,9% | 161 | 150 | 93,2% | 111 | 106 | 95,5% | 947 | 818 | 86,4% |
| 2002 | 64 | 49 | 76,6% | 640 | 536 | 83,8% | 195 | 180 | 92,3% | 70 | 68 | 97,1% | 969 | 833 | 86,0% |
| 2007 | 93 | 70 | 75,3% | 608 | 514 | 84,5% | 336 | 303 | 90,2% | 129 | 119 | 92,2% | 1166 | 1006 | 86,3% |
| 2009 | 95 | 69 | 72,6% | 560 | 452 | 80,7% | 369 | 324 | 87,8% | 149 | 133 | 89,3% | 1173 | 978 | 83,4% |
| 2010 | 107 | 87 | 81,3% | 512 | 382 | 74,6% | 381 | 300 | 78,7% | 150 | 127 | 84,7% | 1150 | 896 | 77,9% |
| 2011 | 113 | 99 | 87,6% | 511 | 425 | 83,2% | 394 | 333 | 84,5% | 166 | 151 | 91,0% | 1184 | 1008 | 85,1% |
| 2013 | 88 | 62 | 70,5% | 488 | 392 | 80,3% | 409 | 333 | 81,4% | 170 | 148 | 87,1% | 1155 | 935 | 81,0% |
| 2015 | 104 | 97 | 93,3% | 388 | 359 | 92,5% | 500 | 457 | 91,4% | 233 | 218 | 93,6% | 1225 | 1131 | 92,3% |
| 2016 | 69 | 58 | 84,1% | 464 | 401 | 86,4% | 418 | 366 | 87,6% | 205 | 190 | 92,7% | 1156 | 1015 | 87,8% |
| 2017 | 64 | 61 | 95,3% | 507 | 475 | 93,7% | 428 | 404 | 94,4% | 180 | 170 | 94,4% | 1179 | 1110 | 94,1% |
| 2018 | 52 | 49 | 94,2% | 405 | 360 | 88,9% | 547 | 510 | 93,2% | 218 | 205 | 94,0% | 1170 | 1075 | 91,9% |
| 2020 | 40 | 37 | 92,5% | 433 | 347 | 80,1% | 305 | 270 | 88,5% | 391 | 346 | 88,5% | 1169 | 1000 | 85,5% |

Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

Nota: No ano de 2018, não houve amostra de pessoas sem escolaridade, razão pela qual foi feita uma interpolação linear simples.

* Refere-se ao total de pessoas que consideraram a distribuição injusta de renda e inclui a categoria de escolaridade desconhecida.

Tabela 16 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo estado civil (1997-2018)

| Ano | Estado civil | | | | | | | | | Total * | | |
|------|--------------------|-----------------------------------|------------|------------|-----------------------------------|------------|-------------------------------|-----------------------------------|------------|---------|-----------------------------------|------------|
| | Casado/ convivente | | | Solteiro/a | | | Separado/Divorciado/Viúvo (a) | | | | | |
| | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual |
| 1997 | 501 | 467 | 93,2% | 355 | 324 | 91,3% | 119 | 112 | 94,1% | 976 | 904 | 92,6% |
| 2001 | 526 | 454 | 86,3% | 308 | 265 | 86,0% | 109 | 96 | 88,1% | 947 | 818 | 86,4% |
| 2002 | 548 | 481 | 87,8% | 316 | 269 | 85,1% | 104 | 82 | 78,8% | 969 | 833 | 86,0% |
| 2007 | 631 | 541 | 85,7% | 375 | 320 | 85,3% | 156 | 143 | 91,7% | 1166 | 1006 | 86,3% |
| 2009 | 666 | 541 | 81,2% | 352 | 301 | 85,5% | 151 | 133 | 88,1% | 1173 | 978 | 83,4% |
| 2010 | 631 | 493 | 78,1% | 360 | 281 | 78,1% | 152 | 116 | 76,3% | 1150 | 896 | 77,9% |
| 2011 | 666 | 566 | 85,0% | 377 | 321 | 85,1% | 141 | 121 | 85,8% | 1184 | 1008 | 85,1% |
| 2013 | 634 | 503 | 79,3% | 342 | 280 | 81,9% | 179 | 152 | 84,9% | 1155 | 935 | 81,0% |
| 2015 | 672 | 613 | 91,2% | 393 | 365 | 92,9% | 159 | 152 | 95,6% | 1225 | 1131 | 92,3% |
| 2016 | 583 | 515 | 88,3% | 414 | 360 | 87,0% | 158 | 139 | 88,0% | 1156 | 1015 | 87,8% |
| 2017 | 618 | 584 | 94,5% | 427 | 398 | 93,2% | 134 | 128 | 95,5% | 1179 | 1110 | 94,1% |
| 2018 | 599 | 551 | 92,0% | 410 | 371 | 90,5% | 160 | 152 | 95,0% | 1170 | 1075 | 91,9% |
| 2020 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 1169 | 1000 | 85,5% |

Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

Nota: No ano de 2020 não houve pergunta sobre estado civil.

* Refere-se ao total de pessoas que consideraram a distribuição injusta de renda e inclui a categoria de estado civil desconhecido.

Tabela 17 – Percepção injusta da distribuição de renda por ano, segundo região (2001-2020)

| Ano | Região | | | | | | | | | | | | | | | Total * | | |
|------|--------------|-----------------------------------|------------|----------|-----------------------------------|------------|-------|-----------------------------------|------------|---------|-----------------------------------|------------|-------|-----------------------------------|------------|---------|-----------------------------------|------------|
| | Centro-Oeste | | | Nordeste | | | Norte | | | Sudeste | | | Sul | | | Total * | | |
| | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual | Total | Percepção da distribuição injusta | Percentual |
| 1997 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 976 | 904 | 92,6% | |
| 2001 | - | - | - | 252 | 208 | 82,5% | 59 | 48 | 81,4% | 429 | 393 | 91,6% | 207 | 169 | 81,6% | 947 | 818 | 86,4% |
| 2002 | 64 | 58 | 90,6% | 263 | 215 | 81,7% | 60 | 51 | 85,0% | 435 | 391 | 89,9% | 147 | 118 | 80,3% | 969 | 833 | 86,0% |
| 2007 | 83 | 75 | 90,4% | 293 | 219 | 74,7% | 82 | 70 | 85,4% | 528 | 480 | 90,9% | 180 | 162 | 90,0% | 1166 | 1006 | 86,3% |
| 2009 | 82 | 69 | 84,1% | 314 | 254 | 80,9% | 81 | 62 | 76,5% | 517 | 460 | 89,0% | 179 | 133 | 74,3% | 1173 | 978 | 83,4% |
| 2010 | 82 | 72 | 87,8% | 306 | 252 | 82,4% | 77 | 42 | 54,5% | 513 | 413 | 80,5% | 172 | 117 | 68,0% | 1150 | 896 | 77,9% |
| 2011 | 84 | 73 | 86,9% | 312 | 263 | 84,3% | 84 | 73 | 86,9% | 511 | 465 | 91,0% | 193 | 134 | 69,4% | 1184 | 1008 | 85,1% |
| 2013 | 83 | 71 | 85,5% | 303 | 212 | 70,0% | 94 | 70 | 74,5% | 496 | 450 | 90,7% | 179 | 132 | 73,7% | 1155 | 935 | 81,0% |
| 2015 | 96 | 89 | 92,7% | 308 | 281 | 91,2% | 108 | 95 | 88,0% | 533 | 499 | 93,6% | 180 | 167 | 92,8% | 1225 | 1131 | 92,3% |
| 2016 | 79 | 68 | 86,1% | 307 | 253 | 82,4% | 94 | 85 | 90,4% | 496 | 444 | 89,5% | 180 | 165 | 91,7% | 1156 | 1015 | 87,8% |
| 2017 | 92 | 81 | 88,0% | 309 | 293 | 94,8% | 97 | 87 | 89,7% | 508 | 482 | 94,9% | 173 | 167 | 96,5% | 1179 | 1110 | 94,1% |
| 2018 | 84 | 79 | 94,0% | 307 | 270 | 87,9% | 97 | 88 | 90,7% | 506 | 470 | 92,9% | 176 | 168 | 95,5% | 1170 | 1075 | 91,9% |
| 2020 | 80 | 63 | 78,8% | 307 | 252 | 82,1% | 97 | 75 | 77,3% | 506 | 450 | 88,9% | 179 | 160 | 89,4% | 1169 | 1000 | 85,5% |

Fonte: Latinobarômetro

Elaboração: própria

Nota: Em 1997 a variável região não foi incluída na pesquisa.

* Refere-se ao total de pessoas que consideraram a distribuição injusta de renda e inclui a categoria de região desconhecida.